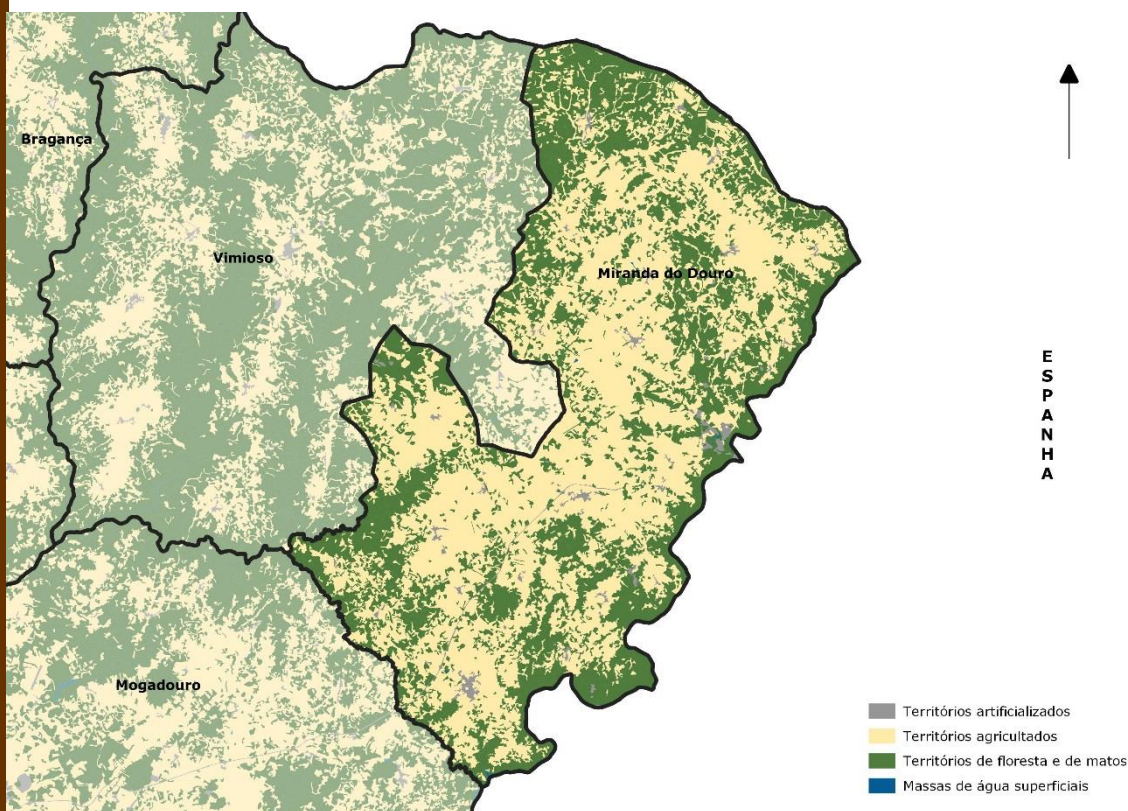


JANEIRO DE 2022



ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

2.ª REVISÃO DO PDM DE MIRANDA DO DOURO

GIPP, LDA
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

(página em branco)

Índice

Caracterização.....	12
1. ENQUADRAMENTO	13
1.1. Procedimental	13
1.2. Metodológico	16
1.3. Legislativo	20
1.4. Geográfico	22
1.5. Biofísico	24
1.5.1. Clima.....	24
1.5.2. Orografia	25
1.5.3. Litologia.....	26
1.5.4. Sistema hídrico	29
1.5.5. Qualidade do ar	30
2. PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL	32
2.1. Património natural	33
2.1.1. Geossítios	36
2.1.2. Flora representativa	39
2.1.3. Fauna representativa	39
2.1.4. Habitats classificados.....	44
2.1.5. Áreas Protegidas e Classificadas.....	45
2.2. Património cultural	47
3. DEMOGRAFIA	51
3.1. Evolução populacional.....	52
3.2. Densidade populacional	53
3.3. Natalidade e Mortalidade	54
3.4. Movimentos migratórios	55
3.5. Estrutura etária.....	57
3.6. Índices demográficos	60
3.7. Agregado familiar	62
3.8. Projeções demográficas	63
3.9. Questão transfronteiriça	66
4. ECONOMIA	69
4.1. Situação educativa/formativa	70
4.2. População ativa.....	73
4.3. Mercado laboral e rendimento.....	75
4.4. Dinâmicas empresariais recentes.....	79
4.5. Setores <i>trending</i>	83
4.5.1. Agricultura	83
4.5.2. Comércio	87
4.5.3. Turismo	89
5. PARQUE EDIFICADO E HABITACIONAL	94
5.1. Edifícios	95
5.1.1. Dimensão e conservação.....	95
5.1.2. Tipologia	97
5.1.3. Função.....	99
5.2. Alojamentos.....	101
5.2.1. Dimensão e conservação.....	101
5.2.2. Ocupação	102
5.2.3. Tipologias.....	103
5.3. Habitação social.....	105
5.4. Dinâmicas recentes	106
5.4.1. Edifícios licenciados	106
5.4.2. Valor de mercado	111
6. INFRAESTRUTURAS	112
6.1. Água	113
6.2. Eletricidade	117
6.3. Resíduos	121
6.4. Transportes.....	123
6.4.1. Rede.....	123
6.4.2. Motorização.....	126

6.4.3.	Mobilidade.....	128
7.	EQUIPAMENTOS.....	132
7.1.	Administração e proteção civil	134
7.2.	Cultura	136
7.3.	Desporto	138
7.4.	Educação.....	140
7.5.	Saúde	142
7.6.	Social	144
8.	OCUPAÇÃO DO SOLO.....	147
8.1.	COS	148
8.1.1.	Enquadramento	148
8.1.2.	Território agricultado	149
8.1.3.	Território de floresta e de matos	151
8.1.4.	Território artificializado	154
8.2.	IGT.....	160
8.2.1.	IGT supramunicipais	161
8.2.1.1.	PNR	161
8.2.1.2.	PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro	161
8.2.1.3.	Rede Natura 2000.....	166
8.2.1.4.	PGRH do Douro	178
8.2.1.5.	POAP do PNDI	180
8.2.2.	IGT municipais.....	181
8.2.2.1.	PDMMD	181
8.2.2.2.	PP de Salvaguarda do Centro Histórico de Miranda do Douro	185
9.	FENÓMENOS E ÁREAS DE PERIGO/RISCO	187
9.1.	Acidentes industriais graves e transporte de matérias perigosas	188
9.2.	Incêndios	190
9.2.1.	Rurais.....	190
9.2.2.	Urbanos	192
9.3.	Secas e ondas de calor	195
9.4.	Sismos	200
9.5.	Tempestades	202
9.6.	Zonas inundáveis	203
Diagnóstico		205

Índice de figuras

Figura 1: Freguesias de Miranda do Douro	18
Figura 2: Contexto regional	22
Figura 3: Comunidad Autónoma de Castilla y León	23
Figura 4: Classificação de Koppen	24
Figura 5: Hipsometria e declives de Miranda do Douro	26
Figura 6: Carta geológica da área do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro	27
Figura 7: Componentes geológicos de Miranda do Douro.....	28
Figura 8: Rede hidrográfica principal	29
Figura 9: Proporção da superfície das massas de água com bom estado/ potencial ecológico	30
Figura 10: Qualidade do ar.....	30
Figura 11: PNDI.....	34
Figura 12: Miradouro da Fraga Amarela	35
Figura 13: Azinheira (<i>Quercus ilex ssp. Rotundifolia</i>)	35
Figura 14: Geossítios de Miranda do Douro	36
Figura 15: Miradouro da Fraga do Puio	37
Figura 16: Miradouro de São João das Arribas	38
Figura 17: Rede Natura 2000	46
Figura 18: Património cultural de Miranda do Douro	47
Figura 19: Igreja de Miranda do Douro	48
Figura 20: Pauliteiros	50
Figura 21: Evolução populacional de Miranda do Douro.....	52
Figura 22: Densidade populacional em 2021	53
Figura 23: Evolução do saldo fisiológico em Miranda do Douro.....	54
Figura 24: Taxa de natalidade e mortalidade	54
Figura 25: Variação da população estrangeira.....	55
Figura 26: Saldo migratório em Miranda do Douro	56
Figura 27: Evolução da população estrangeira residente em Miranda do Douro	56
Figura 28: Pirâmides etárias de 2001 e 2011.....	57
Figura 29: Variação dos grupos etários entre 2001 e 2011	58
Figura 30: Pirâmide etária em 2020 e variação dos grupos etários entre 2011 e 2020	58
Figura 31: População residente por grupo etário em 2020.....	59
Figura 32: Índice de envelhecimento	60
Figura 33: Índice de dependência total	61
Figura 34: Projeções demográficas de Miranda do Douro	64
Figura 35: Evolução populacional do território espanhol.....	66
Figura 36: Densidade populacional em 2019	67
Figura 37: Idade média da população em 2018.....	68
Figura 38: Proporção com ensino secundário e superior em 2011.....	70
Figura 39: Variação por nível de ensino da população residente com + 15 anos (2001/2011)	71
Figura 40: Variação do n.º de alunos matriculados por nível de ensino em Miranda do Douro	72
Figura 41: % da população empregue por setor de atividade.....	75
Figura 42: Variação da população inscrita nos centros de emprego	76
Figura 43: Ganho médio mensal	77
Figura 44: Poder de compra <i>per capita</i>	77
Figura 45: Variação da população que usufrui de pensões.....	78
Figura 46: N.º de empresas em Miranda do Douro	79
Figura 47: Balança comercial de Miranda do Douro	81

Figura 48: Evolução das exportações em Miranda do Douro desde 2015	82
Figura 49: Indústria alimentar	85
Figura 50: Produção de azeitonas (t)	86
Figura 51: N.º de empresas na indústria de bebidas	86
Figura 52: Produção declarada de vinho (hectolitros)	87
Figura 53: Evolução do peso do n.º de empresas relacionadas com o comércio	88
Figura 54: Evolução do peso do pessoal ao serviço do comércio	88
Figura 55: Peso do volume de negócios do comércio	89
Figura 56: Indicadores relacionados com dinâmicas turísticas	90
Figura 57: Estabelecimentos turísticos	91
Figura 58: Alojamento Local	92
Figura 59: Perspetivas de crescimento turístico	93
Figura 60: Evolução do n.º de edifícios concluídos	95
Figura 61: Evolução da proporção da tipologia de edifícios concluídos	98
Figura 62: Evolução da proporção da função dos edifícios concluídos	100
Figura 63: Tipologias licenciadas	103
Figura 64: Evolução do n.º de edifícios concluídos e licenciados	106
Figura 65: N.º de edifícios licenciados	107
Figura 66: Evolução da proporção da tipologia de edifícios licenciados	108
Figura 67: Evolução da proporção da função dos edifícios licenciados	110
Figura 68: Evolução do valor médio transacionado por prédio urbano	111
Figura 69: Rede de abastecimento de água	113
Figura 70: Proporção de alojamentos com abastecimento de água	114
Figura 71: Água distribuída/consumida por habitante (m ³ /hab.)	114
Figura 72: Rede de saneamento	115
Figura 73: Proporção de alojamentos com drenagem de água	116
Figura 74: Rede Nacional de Transporte de Eletricidade	117
Figura 75: Rede da EDP Distribuição nas TTM	118
Figura 76: Consumo de eletricidade (kWh)	119
Figura 77: Consumo <i>per capita</i> de eletricidade (kWh)	119
Figura 78: Peso de cada tipo de consumo elétrico em Miranda do Douro	120
Figura 79: Indicadores de recolha de resíduos	121
Figura 80: Principais eixos de comunicação de Miranda do Douro	123
Figura 81: Ecopista do Sabor	124
Figura 82: Mapa das linhas do AVE	125
Figura 83: Parque automóvel	126
Figura 84: Rede de equipamentos de Miranda do Douro	132
Figura 85: Equipamentos de administração e proteção civil	134
Figura 86: Rede de equipamentos culturais	136
Figura 87: Equipamentos desportivos	138
Figura 88: Equipamentos educativos	140
Figura 89: Rede de equipamentos de saúde	142
Figura 90: Indicadores de saúde	143
Figura 91: Equipamentos sociais	144
Figura 92: Ocupação do solo em 2018	148
Figura 93: Grandes classes de uso do solo em 2018	148
Figura 94: Ocupação do território agricultado em 2018	149
Figura 95: Desagregação dos territórios agricultados em 2018	150
Figura 96: Evolução do território agricultado entre 1995 e 2015	151
Figura 97: Ocupação do território de florestas e de matos em 2018	152
Figura 98: Desagregação dos territórios de florestas e de matos em 2018	153
Figura 99: Evolução do território de florestas e de matos entre 1995 e 2015	154
Figura 100: Ocupação do território artificializado em 2018	155

Figura 101: Desagregação dos territórios artificializados em 2018.....	156
Figura 102: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015.....	157
Figura 103: Ocupação do território artificializado em 2018, na cidade de Miranda do Douro	158
Figura 104: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015, na cidade de Miranda do Douro.....	159
Figura 105: Principais eixos de comunicação do concelho.....	161
Figura 106: Grupos e Unidade de Paisagem do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro	162
Figura 107: SRH	163
Figura 108: Carta Síntese do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (n.º 1; 2; 3; 4; 5 e 6)	165
Figura 109: Rede Natura 2000.....	167
Figura 110: Dragão-das-arribas (<i>Antirrhinum lopesianum</i>)	168
Figura 111: Lontra (<i>Lutra lutra</i>).....	169
Figura 112: Cupressales (<i>Juniperus oxycedrus</i>)	171
Figura 113: Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	173
Figura 114: Águia-de-Bonelli (<i>Aquila fasciatus</i>).....	174
Figura 115: Sisão (<i>Tetrax tetrax</i>).....	177
Figura 116: Delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Douro	179
Figura 117: Planta de Implantação do PP de Salvaguarda do Centro Histórico de Miranda do Douro.....	185
Figura 118: Postos de abastecimento	189
Figura 119: Área ardida entre 2010 e 2019	190
Figura 120: Precipitação total na estação meteorológica de referência (em mm).....	195
Figura 121: N.º de dias sem chuva na estação meteorológica de referência	195
Figura 122: N.º de dias com ondas de calor na estação meteorológica de referência	196
Figura 123: Temperatura média do ar na estação meteorológica de referência	197
Figura 124: Índice de aridez.....	198
Figura 125: Carta de isossistas de intensidades máximas.....	200
Figura 126: Atividade sísmica em outubro de 2021	201
Figura 127: Precipitação total	203
Figura 128: Sistema hídrico principal concelhio, segundo a REN.....	204

Índice de tabelas

Tabela 1: Quadro legislativo	20
Tabela 2: Componentes geológicos de Miranda do Douro	28
Tabela 3: Elenco florístico representado	39
Tabela 4: Elenco faunístico representativo - Aves.....	39
Tabela 5: Elenco faunístico representativo - Anfíbios e répteis	42
Tabela 6: Elenco faunístico representativo - Mamíferos	43
Tabela 7: Elenco faunístico representativo - Peixes, Crustáceos e Moluscos	43
Tabela 8: Elenco faunístico representativo - Artrópodes	43
Tabela 9: Habitats classificados	44
Tabela 10: Património imóvel existente no concelho	47
Tabela 11: População residente	52
Tabela 12: Índice de envelhecimento	60
Tabela 13: Índice de dependência total.....	61
Tabela 14: Variação do n.º de famílias.....	62
Tabela 15: Proporção de famílias monoparentais	62
Tabela 16: Indicadores escolares	70
Tabela 17: População ativa na TTM	73
Tabela 18: Evolução da população ativa em Miranda do Douro	73
Tabela 19: Taxa de desemprego	76
Tabela 20: Dinâmica empresarial em Miranda do Douro.....	79
Tabela 21: Indicadores relacionados com as propriedades agrícolas	83
Tabela 22: Indicadores relacionados com a produção agrícola	84
Tabela 23: Evolução do n.º de edifícios.....	95
Tabela 24: Idade média do edificado	96
Tabela 25: Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos.....	96
Tabela 26: Proporção de edifícios muito degradados.....	97
Tabela 27: Tipologia dos edifícios concluídos	97
Tabela 28: Função dos edifícios concluídos	99
Tabela 29: Evolução do n.º de alojamentos	101
Tabela 30: N.º de alojamentos por edifício	101
Tabela 31: % de alojamentos vagos.....	102
Tabela 32: % de alojamentos de uso sazonal	102
Tabela 33: Indicador de habitação social.....	105
Tabela 34: Tipologia dos edifícios licenciados.....	107
Tabela 35: Função dos edifícios licenciados	109
Tabela 36: Distância de automóvel entre lugares do concelho.....	127
Tabela 37: Peso de cada modo de transporte nos movimentos pendulares	128
Tabela 38: Taxa de motorização dos movimentos pendulares	129
Tabela 39: Duração média dos movimentos pendulares (em minutos)	130
Tabela 40: Proporção da população que trabalha ou estuda noutro município	130
Tabela 41: N.º de equipamentos administrativos e de proteção civil	134
Tabela 42: N.º de equipamentos culturais	136
Tabela 43: N.º de equipamentos desportivos.....	138
Tabela 44: N.º de equipamentos educativos.....	140
Tabela 45: N.º de equipamentos de saúde	142
Tabela 46: N.º de equipamentos sociais.....	144
Tabela 47: Funções do espaço florestal.....	163
Tabela 48: N.º de empresas relacionadas com o setor das matérias perigosas em 2019 ...	188
Tabela 49: Indicadores relacionados com incêndios rurais.....	191
Tabela 50: Principais impactos resultantes de precipitação intensa	202

Abreviaturas e Siglas

% – Percentagem

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

art. – Artigo

AVE – *Alta Velocidad Española*

CMMD – Câmara Municipal de Miranda do Douro

COS – Carta de Ocupação do Solo

DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DIF. - Diferença

DL – Decreto-lei

EN – Estrada Nacional

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

Ha – Hectares

IC – Itinerário Complementar

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

Lei de Bases de 2014 – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)

n.º – Número

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDMMMD – Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro

PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica

PNDI – Parque Natural do Douro Internacional

PNR – Plano Nacional Rodoviário

POAP – Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas

PP – Plano de Pormenor

PROF – Programa Regional de Ordenamento Florestal

RJ – Regime Jurídico

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 80/2015, de 14 de maio)

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

REN – Reserva Ecológica Nacional

SIC – Sítio de Interesse Comunitário

SRH – Sub-Regiões Homogéneas

TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

UF – União de freguesias

UT – Unidade territorial

Var. – Variação

ZEC – Zona Especial de Conservação

ZPE – Zonas de Proteção Especial

(página em branco)

Caracterização

Estudos temáticos

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Procedimental

O RJIGT desenvolve a Lei de Bases de 2014 e define o Plano Diretor Municipal como o IGT que estabelece a **estratégia de desenvolvimento territorial, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.**

Simultaneamente, dando cumprimento à Lei de Bases de 2014, foi definido o estatuto jurídico do solo, estabelecendo a **classificação e qualificação do solo**, determinando o destino básico deste com respeito pela sua natureza e pela sua reconhecida aptidão, assentando na distinção entre **solo rústico e solo urbano.**

Em conformidade com o art.º 124 do RJIGT, a revisão dos programas e planos territoriais, nos quais se inclui o Plano Diretor Municipal, decorre da necessidade de adequação à **evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais**, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta o Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal, conforme o previsto no n.º 3 do art.º 189, do RJIGT.

A revisão do PDMMMD em vigor, **publicado em 2015**, foi elaborada no enquadramento do Aviso n.º 11145/2015, de 1 de outubro, integrando o conteúdo material e documental exigido por este.

Uma vez que o **PDMMMD tem novos enquadramentos legislativos a respeitar**, motiva a que a 2.ª Revisão assente nos seguintes termos de referência:

- Adaptação ao RJIGT, incluindo todos os conteúdos obrigatórios;
- Integração das disposições do PDMMMD no POAP do PNDI;
- Elaboração de nova carta da REN, em conformidade com as orientações estratégicas de carácter nacional e regional;
- Atualização da delimitação da RAN;

- Outras correções/alterações regulamentares que venham a ser identificadas, nomeadamente as de adequação ao novo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Além da necessária adaptação ao RJIGT, a revisão do PDMMD introduzirá os seguintes ajustamentos à estratégia do PDMMD em vigor:

- Aposta na contenção dos perímetros urbanos evitando a edificação dispersa;
- Aposta no desenvolvimento de áreas habitacionais e de serviços junto dos corredores rodoviários com carácter estruturante;
- Estabelecer os critérios mais ajustados para a identificação de áreas de acolhimento de atividades económicas bem como criar mecanismos que permitam o seu desenvolvimento;
- Estabelecer um quadro de indicadores que permitam uma efetiva avaliação e monitorização de execução do Plano;
- Enquadrar as ações previstas pelos diferentes instrumentos de gestão e planeamento territorial;
- Promover a aposta no investimento associado ao ambiente, dando preferência ao relacionamento entre os espaços de utilização coletiva e seminaturais;
- Criar mecanismos de reforço da reabilitação urbana e (re)qualificação do espaço público, enquanto fatores essenciais para a coesão territorial e social;
- Assumir compromissos exequíveis e realistas enquadrando as linhas orientadoras propostas pelo novo quadro comunitário Portugal 2030.

Simultaneamente, a presente Revisão procura **respeitar os conteúdos programáticos** definidos na/o:

- Programa de Recuperação e Resiliência
- Portugal 2020
- Portugal 2030
- Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030
- Programa Nacional para a Coesão Territorial
- Plano Rodoviário Nacional
- Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020/2030
- Estratégia Nacional para a Habitação 2015/2031
- Nova Geração de Políticas de Habitação
- Programa da Transformação da Paisagem

- Programa de Valorização do Interior
- Estratégia Turismo 2027
- Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
- Plano Regional de Ordenamento do Território
- PGRH do Douro
- PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro
- POAP do PNDI.

1.2. Metodológico

A elaboração da presente Revisão do PDMMD **processa-se em estreita colaboração entre a equipa técnica do município e a equipa externa contratada para o efeito.**

As opções de análise do território passam pela obtenção de indicadores junto de **bases estatísticas oficiais**, como é o caso do INE, e complementares, como a Pordata. Simultaneamente, quando necessário, será obtida informação junto dos **organismos públicos de tutela de determinados setores**, como é o caso da APA, do ICNF, do IPMA ou do Turismo de Portugal, entre outros.

Para este efeito será efetuado o reporte das dinâmicas do concelho, tendo como **preferência de análise temporal o pós-2011** – recomendando-se a consulta da página seguinte para a identificação dos indicadores que serão analisados.

Simultaneamente, o documento integra a informação dos **Censos 2021 – resultados preliminares.**

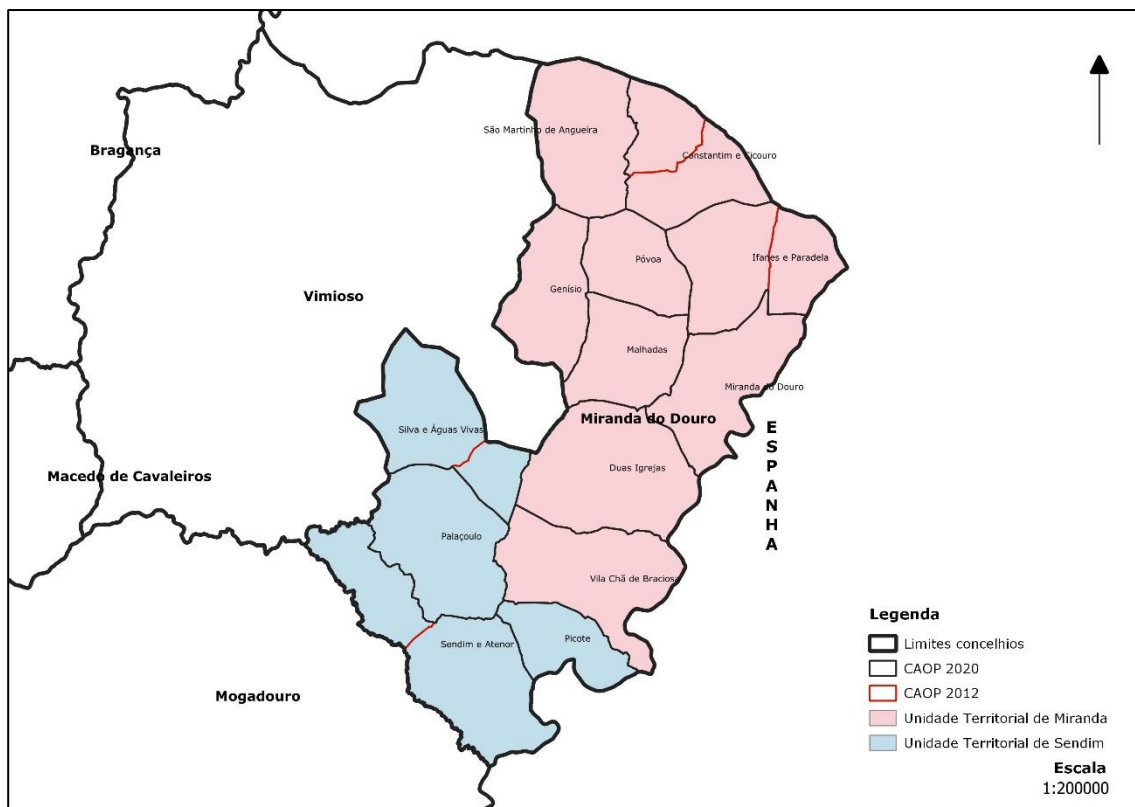
Por fim, importa ainda referir que o presente relatório foi elaborado durante o **período da COVID'19** – situação epidemiológica que teve repercussões profundas ao nível da dinâmica ambiental, económica e social do País e do Mundo – e que, por isso, **condicionou/condicionará a evolução da maioria dos indicadores** que serão apresentados neste relatório.

Ambiente e património	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto biofísico • Património Natural e Cultural
Demografia	<ul style="list-style-type: none"> • Censos • Pós-censos • Saldos demográficos • Estrutura etária • Projeções demográficas
Economia	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego • Empresas • Dinâmica comercial • Setores trending
Parque habitacional e edificado	<ul style="list-style-type: none"> • Edifícios • Alojamentos • Dinâmicas recentes
Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento e sanemaneto • Eletricidade • Viárias • Resíduos
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Educação • Saúde • Sociais • Desportivos • Administrativos • Culturais
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> • 2001 • 2011
Ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> • COS • IGT
Fenómenos e áreas de Perigo/ Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Zonas inundáveis • Tempestades • Secas e ondas de calor • Incêndios • Sismos • Matérias perigosas

Fonte: Elaboração própria

Mediante esta estrutura, a análise dos dados será à escala do concelho de Miranda do Douro, tendo por referência outros espaços geográficos, como as TTM, a Região Norte e o País. Simultaneamente, estes indicadores serão também observados à escala das freguesias (resultantes da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), quando tal for possível e pertinente.

Figura 1: Freguesias de Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada na CAOP

Importa referir que a análise será também estruturada segundo unidades territoriais:

- UT Miranda:
 - UF de Constantim e Cicouro;
 - UF de Ifanes e Paradela;
 - Duas Igrejas;
 - Génísio;
 - Malhadas;
 - Miranda do Douro;
 - Vila Chã da Braciosa;

- São Martinho de Angueira;
- Póvoa.
- UT Sendim:
 - UF de Silva e Águas Vivas;
 - UF de Sendim e Atenor;
 - Palaçoulo;
 - Picote.

O tratamento da informação estatística referente a esta escala de análise, resulta do somatório dos indicadores absolutos ou das médias dos indicadores relativos das freguesias que perfazem a UT.

1.3. Legislativo

O PDMMD, principal IGT da responsabilidade do município, é influenciado por uma série de **enquadramentos legislativos** que importa ter em consideração durante a sua elaboração. Tal situação é elencada na tabela seguinte, onde se apresenta o quadro legal à data de publicação do **PDMMD em vigor**, distribuído pelas **diferentes temáticas que serão abordadas**, e a **identificação da situação à data atual**.

Tabela 1: Quadro legislativo

TEMA	Legislação à data do PDMMD (2015)	Âmbito	Situação atual
Enquadramento	DL n.º 90/90, de 16 de março	Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos	Revogado pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	RJIGT	DL n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo DL n.º 25/2021, de 29 de março
	DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado pelo DL n.º 340/2007, de 12 de outubro	RJ da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras)	Em vigor
	Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro	Estabelece a titularidade dos recursos hídricos	Alterado pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto
	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Lei da Água	Alterado pela Lei n.º 44/2017, de 29 de junho
	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Revogada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
	Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Lei de Bases do Ambiente	Em vigor
	Vários diplomas	Lei de Bases de 2014	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto
Património natural e cultural	DL n.º 95/78, de 12 de setembro	Estabelece a classificação de vários imóveis como monumentos nacionais, de interesse público e de valores concelhios	Em vigor
	DL n.º 143/82, de 26 de abril	Marcos Geodésicos	Em vigor
	DL n.º 316/89, de 22 de setembro	Transposição da Convenção de Berna	Em vigor
	DL n.º 423/89, de 4 de dezembro	RJ da Proteção do Azevinho Espontâneo	Em vigor
	DL n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo DL n.º 156-A, de 8 de novembro	Transposição da Diretiva das Aves	Em vigor
	RCM n.º 41/99, de 17 de maio	Estratégia Nacional para a Conservação de Natureza e Biodiversidade	Revogado pela RCM n.º 55/2018, de 7 de maio
	Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto, e alguns dos diplomas são revogados pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural	Em vigor
	DL 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo DL n.º 155/2004, de 30 de junho	Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira	Em vigor
	DL n.º 142/2008, de 24 de julho	RJ da conservação da natureza e da biodiversidade	Revisto pelo DL n.º 242/2015, de 15 de outubro e pelo DL n.º 42-A/2016, de 12 de agosto
	Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro	Aprova o RJ de classificação de arvoredo de interesse público	Em vigor
	DL n.º 96/2013, de 19 de julho	RJ de arborização e rearborização	Alterado pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto, pelo DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro e pelo DL n.º 32/2020, de 1 de julho
	Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho	Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público	Em vigor
	DL n.º 92/2019, de 10 de julho	RJ aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna	Em vigor

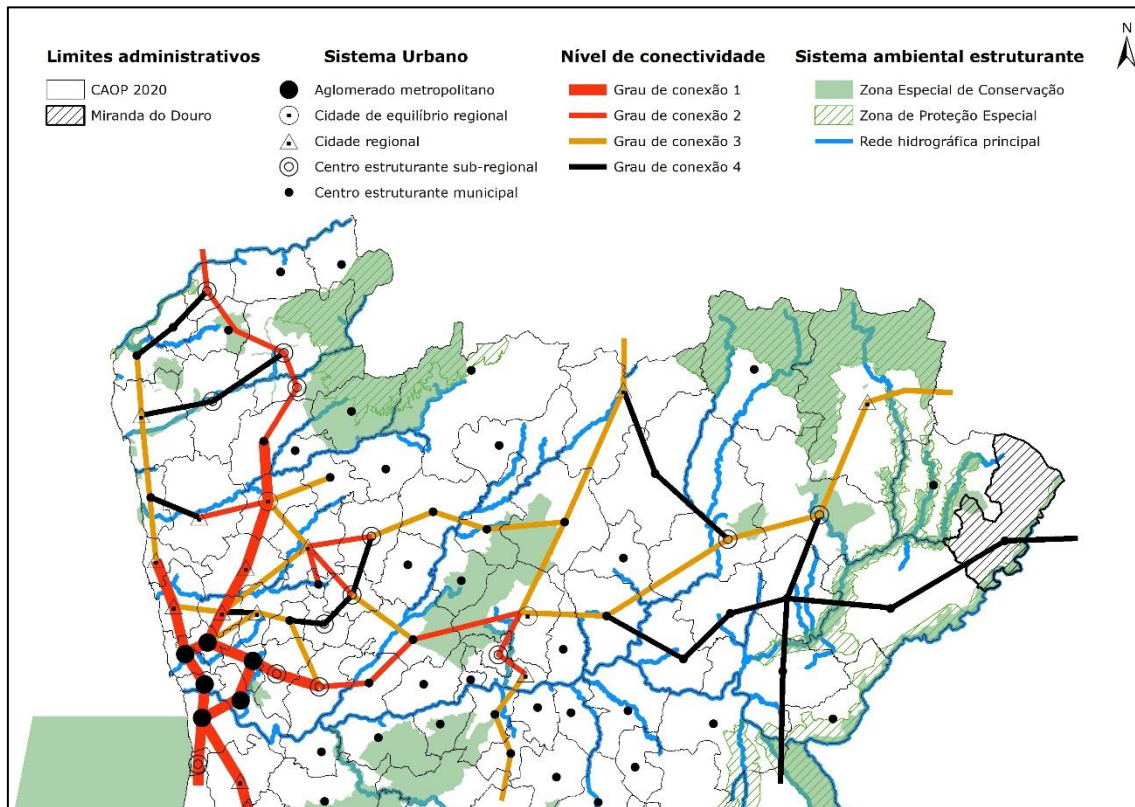
TEMA	Legislação à data do PDMMD (2015)	Âmbito	Situação atual
Economia	DL n.º 39/2008, de 7 de março	RJ de instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos	Alterado pelo DL n.º 186/2015, de 3 de setembro, e DL n.º 80/2017, de 30 de junho
Parque edificado e habitacional	Lei n.º 91/95, de 2 de setembro	Áreas urbanas de génese ilegal	Alterada pela quinta vez pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho
	DL n.º 555/99, de 16 de dezembro	RJ da urbanização e edificação	Sofreu 21 versões, sendo a mais recente a Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro
	Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro	RJ da reabilitação urbana	Alterada pela quarta vez pelo DL n.º 66/2019, de 21 de maio
Infraestruturas	DL n.º 34 021, de 11 de outubro de 1944	Declara utilidade pública as pesquisas, os estudos e os trabalhos de abastecimento de águas potáveis ou de saneamento de aglomerados populacionais	Em vigor
	Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961	Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais	Em vigor
	DL n.º 597/73, de 7 de novembro	Servidão Radioelétrica	Em vigor
	Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro	Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão	Em vigor
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	RJ dos Planos Especiais de Ordenamento do Território	Revogado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio
	DL n.º 382/99, de 22 de setembro	Estabelece perímetro de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público	Em vigor
	Vários diplomas	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional	Lei n.º 34/2015, 27 de abril
	DL n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pelo DL n.º 182/2003, de 16 de agosto	Plano Rodoviário Nacional	Em vigor
DL n.º 276/2003, de 4 de novembro	Estabelece o novo RJ dos bens de domínio público ferroviário	Em vigor	
Ocupação do solo	DL n.º 93/90, de 19 de março	REN	Revogado pelo DL n.º 124/2019, de 28 de agosto
	RCM n.º 120/2005, de 28 de julho	POAP do PNDI	Em vigor
	RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro	Estratégia Nacional para as Florestas	Atualizado pela RCM n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
	Decreto Regulamentar n.º 2/2007, 17 de janeiro	PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro	Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro
	RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho	Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 16/2009, de 14 de janeiro	RJ dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal	Alterado pela quarta vez pelo DL n.º 11/2019, de 21 de janeiro
	DL n.º 73/2009, de 31 de março	RAN	Alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro
---	PGRH do Douro	RCM n.º 52/2016, de 20 de setembro	
Fenómenos e áreas de perigo/risco	DL n.º 204/93, de 3 de junho	Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente	DL n.º 150/2015, de 5 de agosto
	DL n.º 364/98, de 21 de novembro	Carta de Zonas Inundáveis nos municípios com cheias	Em vigor
	DL n.º 129/2002, de 11 de maio, e DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro	Regulamento Geral do Ruído	Em vigor
	DL n.º 124/2006, de 26 de junho	Sistema Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios	Revogado pelo DL n.º 82/2021, de 13 de outubro
	DL n.º 55/2007, de 12 de março	Medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios	Em vigor
	DL n.º 209/2008, de 29 de outubro	Estabelece normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial	Em vigor
	DL n.º 220/2008, de 12 de novembro	RJ de Segurança Contra Incêndios em Edifícios	Alterado por duas vezes e última foi pela Lei n.º 123/2020, de 18 de outubro
	DL n.º 115/2010, de 22 de outubro	Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	Em vigor
	RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	Em vigor
	---	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030	Aproado pela RCM n.º 157-A/2017, de 27 de outubro; RCM n.º 12/2019, de 21 de janeiro; e pela RCM n.º 45-A/2020, de 16 de junho
---	Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	RCM n.º 71-A/2021, de 28 de maio	

Fonte: Elaboração própria baseada no Diário da República

1.4. Geográfico

Miranda do Douro, em termos geográficos, é parte integrante da **Região Norte** (NUT II) e está integrado nas **Terras de Trás-os-Montes** (NUT III).

Figura 2: Contexto regional



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

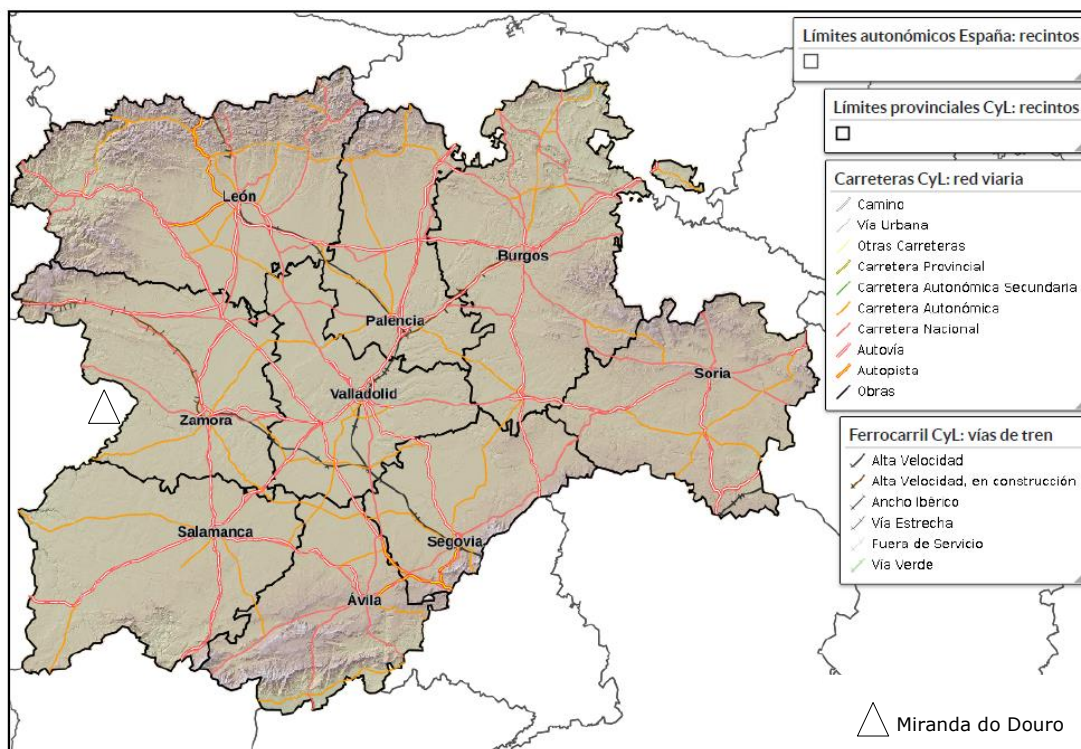
Uma vez localizado nas TTM, Miranda do Douro traduz um **contexto territorial de baixa densidades** que necessita de ter relações funcionais com **centros de oportunidades**, como é caso de **Bragança** ou **Mirandela**, e beneficia de um contexto de **proximidade com a Espanha** e com outros centros de oportunidades, como **Zamora** – capital de província¹ e uma das maiores cidades da fronteira luso-espanhola² – e **Salamanca** – a terceira

¹ Em termos populacionais, Zamora tem mais 45% residentes que Bragança e 65% que Mirandela em 2019, cifrando-se nos 61 406 residentes, segundo o *Instituto Nacional de Estadística*.

² Por fronteira luso-espanhola entende-se a área que abrange os 50 km para os dois lados da linha de fronteira. Neste contexto geográfico, Zamora só é ultrapassada por Viana do Castelo em termos populacionais.

maior cidade da *Comunidad Autónoma de Castilla y León* e um importante centro polarizador em termos educativos, turísticos e comerciais.

Figura 3: Comunidad Autónoma de Castilla y León



Fonte: <https://idecyl.jcyl.es/vcig/>

Para a resiliência futura do território de Miranda do Douro existem três aspetos importantes:

- A ligação ao IC5 – infraestrutura rodoviária que conecta o concelho com a área central da Região Norte e Centro, e os grandes centros funcionais do País, como a Área Metropolitana do Porto, via IP4/A4;
- A ligação ao AVE, via Zamora – infraestrutura ferroviária de alta velocidade que dista a 50 minutos de Miranda do Douro, que liga a cidades como Madrid em 73 minutos, Ourense em 79 minutos e Barcelona em 5 horas e 36 minutos³.
- A Rede Natura e a bacia hidrográfica do Douro como parte integrante de um contínuo ecológico decisivo para o equilíbrio ambiental da Península Ibérica.

³ Fonte: <https://www.renfe.com/es/es>

1.5. Biofísico

Neste subcapítulo é realçada a importância de uma análise transversal, em oposição a uma descrição exaustiva das variáveis biofísicas. De forma a caracterizar o concelho neste domínio desenvolveram-se cinco vertentes, designadamente: a climática, a orográfica, a litológica, a hídrica e a da qualidade do ar.

A informação de base do presente subcapítulo é baseada nos conteúdos escritos, como por exemplo, o PGRH do Douro e a 1.º revisão do PDM, dado que as questões biofísicas são predominantemente estanques, como por exemplo a orografia, litografia e o sistema hídrico.

1.5.1. Clima

Segundo o Portal do Clima, do IPMA, Miranda do Douro apresenta as seguintes características:

- Classificação Climática de Köppen: Csb – Temperado com verão seco e temperado;
- Temperatura Média: 10.3;
- Precipitação Média Acumulada: 914.9 mm;
- Amplitude Média: 9.5°C;
- Risco de Incêndio: Extremo: 5 dias/ Elevado: 41 dias/ Moderado: 31 dias/ Baixo: 275 dias. Sem informação para 13 dias.

Figura 4: Classificação de Köppen



Fonte: Portal do clima

Segundo o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano, importa ter em consideração:

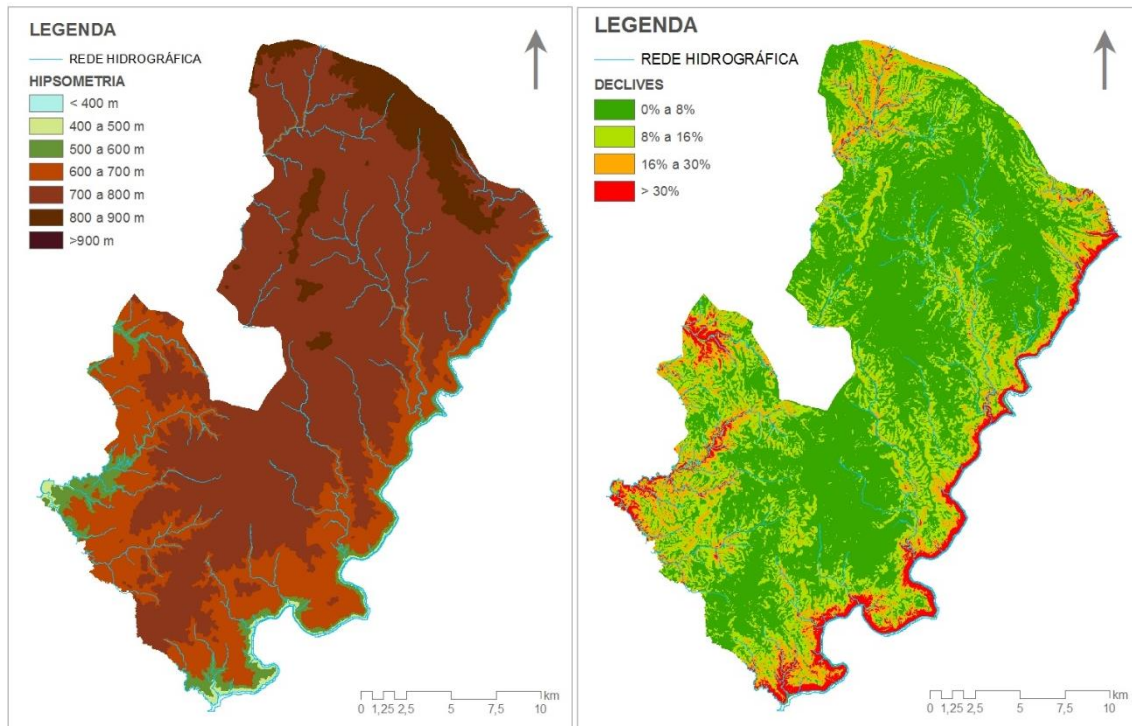
- **Vulnerabilidades atuais**
 - Precipitação excessiva
 - *As suas características geomorfológicas (com planícies aluviais reduzidas e rios geralmente bastante encaixados) fazem com que o risco de cheias e inundações se restrinja a áreas espacialmente bem delimitadas; contudo, estas condições podem mudar de acordo com a atividade antrópica e a sua capacidade de transformar e modelar a paisagem natural.*
- **Tendências e vulnerabilidades futuras**
 - Temperatura
 - *Aumento médio de 1,6.°C, da temperatura média anual e sazonal;*
 - *Aumento significativo das temperaturas máximas nos meses de verão e outono que pode chegar aos 5.°C;*
 - *Aumento do número médio de dias muito quentes e noites tropicais;*
 - *Ondas de calor mais intensas e frequentes.*
 - Precipitação
 - *Aumento (até meio do século), da precipitação média anual;*
 - *Número médio de dias de chuva mantém-se inalterado;*
 - *Potencial aumento no verão;*
 - *Aumento da ocorrência de episódios de precipitação extrema com um aumento da intensidade horária de precipitação.*

1.5.2. Orografia

No que respeita a orografia, mostra-se pertinente destacar os seguintes aspetos, em Miranda do Douro:

- As cotas altimétricas variam entre os 400m (junto ao rio Douro) e os 900m (no limite norte do concelho);
- A altitude média centra-se nos 650 metros;
- Dos vales encaixados, salienta-se o do rio Douro, onde existem declives superiores a 30% e uma variação de 200m;
- Grandes extensões aplanadas – comumente, denominado por Planalto Mirandês.

Figura 5: Hipsometria e declives de Miranda do Douro



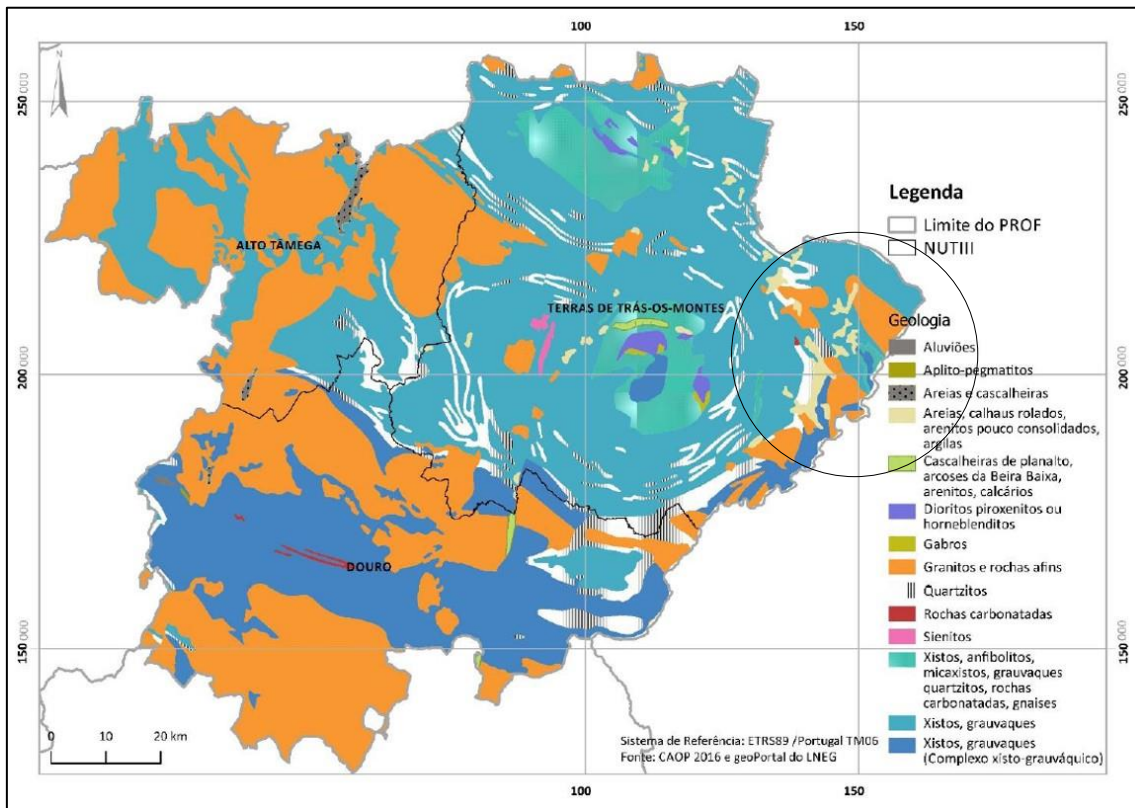
Fonte: Estudos de caracterização da 1.ª revisão do PDMMD

1.5.3. Litologia

Relativamente à litologia, importa referir que o concelho integra o Maciço Hespérico, constituído por frações do Proterozóico e do Paleozóico metamorizadas e deformadas durante a orogenia Varisca.

Neste seguimento, recomenda-se a consulta da figura seguinte que representa a carta geológica do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde se integra Miranda do Douro.

Figura 6: Carta geológica da área do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro



○ Miranda do Douro

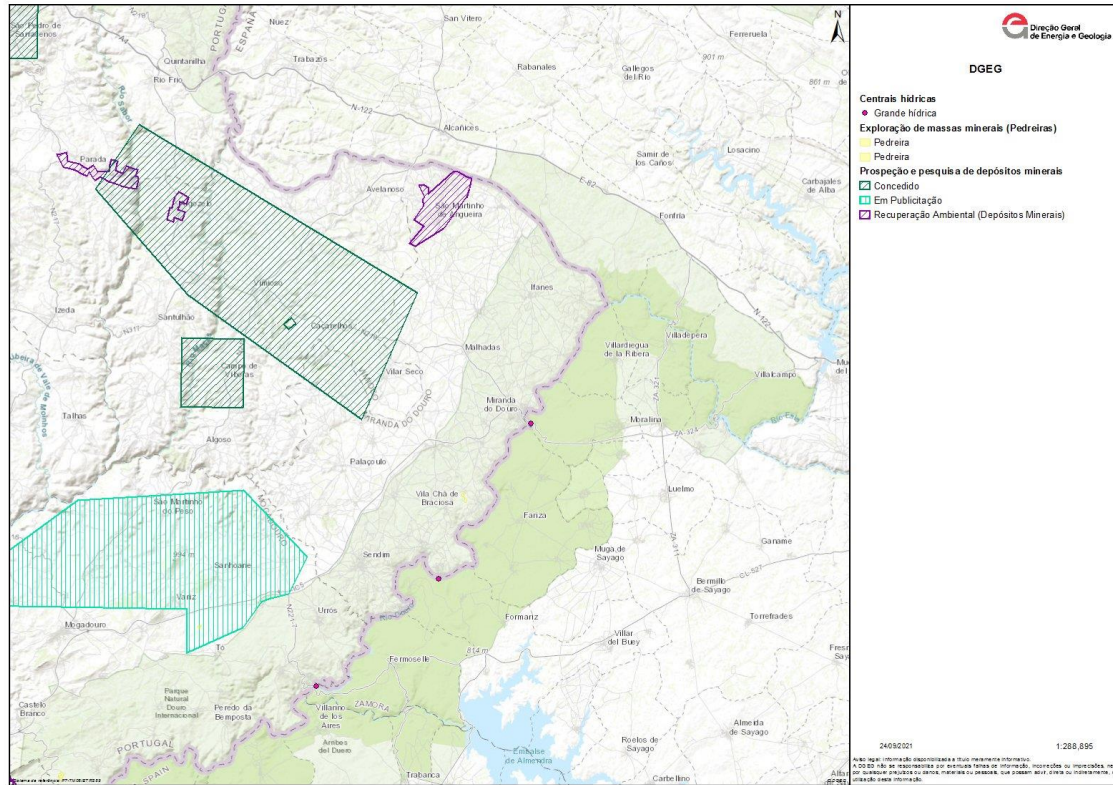
Fonte: Extrato do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (Capítulo B, página 23)

Neste sentido, importa destacar as:

- Formações sedimentares em forma de areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados e argilas.
- Formações sedimentares e metamórficas em rochas carbonatadas; quartzitos; xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico); xistos, grauvaques; xistos, anfibolitos, micaxistos, grauvaques quartzitos, rochas carbonatadas; gnaises;
- Rochas eruptivas plutónicas como granitos e rochas afins; quartzodioritos.

Este contexto litológico permite ter no concelho as seguintes explorações do substrato litológico – recomenda-se a consulta da figura seguinte.

Figura 7: Componentes geológicas de Miranda do Douro



Fonte: DGE

Tabela 2: Componentes geológicas de Miranda do Douro

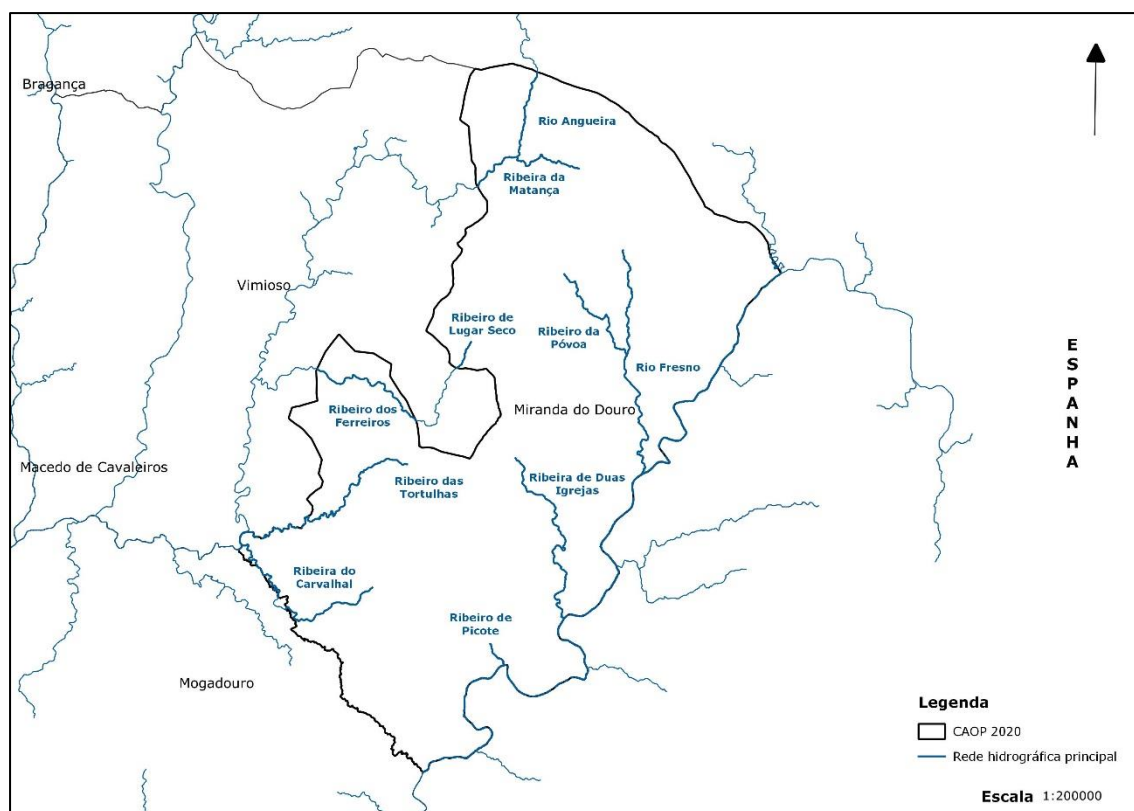
Camada	Designação	Tipo/ Capacidade de exploração
Exploração de massas minerais (Pedreiras)	Pedreira de Inerte	Granito para a construção civil e obras públicas
Prospeção e pesquisa de depósitos minerais	Arcozelo II	Exploração potencial para estanho, tungsténio, níquel, prata, antimónio, cobre, chumbo, zinco e minerais associados
Recuperação ambiental (depósitos minerais)	São Martinho da Angueira	Exploração potencial para estanho e tungsténio

Fonte: DGE

1.5.4. Sistema hídrico

Miranda do Douro insere-se na região hidrográfica do Douro – consultar figura seguinte.

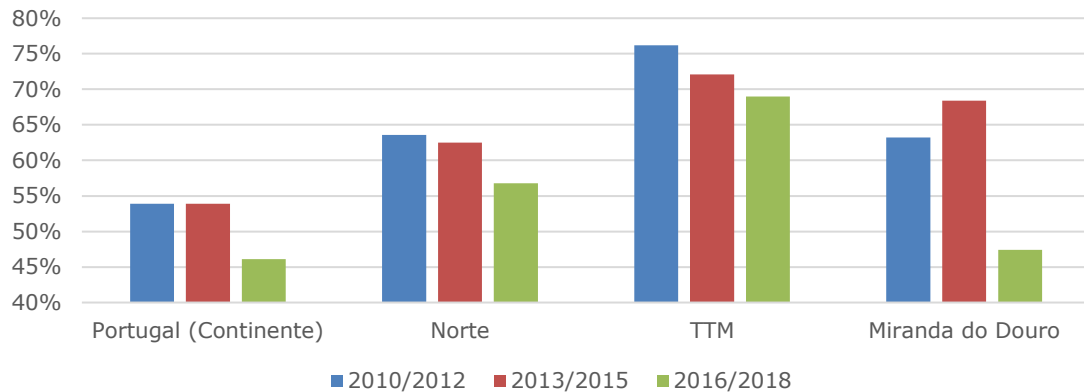
Figura 8: Rede hidrográfica principal



Fonte: Elaboração própria baseada na APA

Relativamente à proporção da superfície das massas de água classificadas com bom estado/ potencial ecológico, entre 2010/2018, recomenda-se a consulta da figura seguinte.

Figura 9: Proporção da superfície das massas de água com bom estado/ potencial ecológico



Fonte: INE

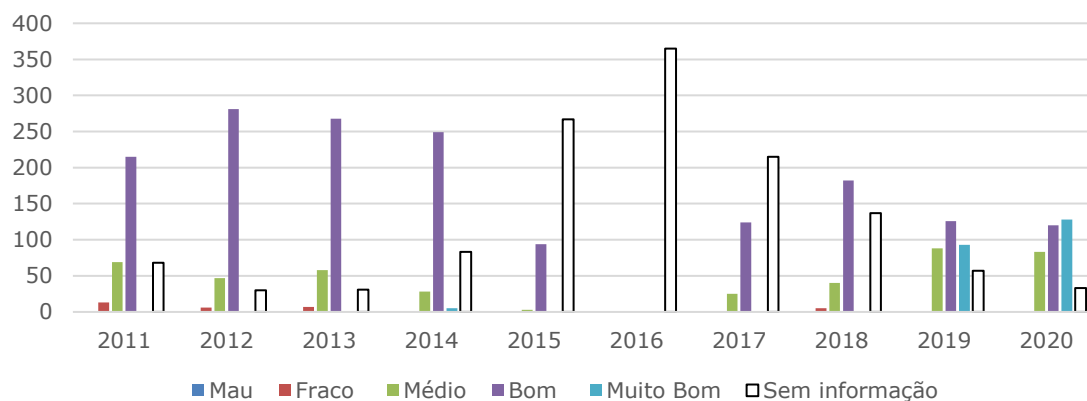
Verifica-se que a qualidade classificada com bom estado/ potencial ecológico tem vindo a diminuir, registando-se entre 2016/2018 uma proporção de 47%, em Miranda do Douro – o valor mais baixo do período em análise.

No que respeita aos espaços geográficos em que o concelho se insere, verifica-se que estes acompanham a tendência registada em Miranda do Douro, uma vez que a qualidade da superfície das massas de água tem vindo a decrescer em todos os territórios de referência entre 2010/2018.

1.5.5. Qualidade do ar

O indicador da qualidade do ar integra um conjunto de elementos monitorizados pela APA, que permite a seleção e avaliação dos registos ao longo do ano. Uma vez que não existem valores específicos do município em questão foram avaliados os dados da estação de referência: Norte Interior.

Figura 10: Qualidade do ar



Fonte: APA

Importa referir que existem alguns anos que contam com uma % de dias sem qualquer informação disponível na estação de referência. Quando existe, os valores apresentados no gráfico, evidenciam uma proporção de dias classificados com “Bom”, que se destacam face aos restantes.

Interessa ainda referir que o n.º de dias distinguido com “Muito Bom” assume uma tendência expressão a partir do ano de 2019, o que contrasta com a falta de representatividade nos anos anteriores. Em 2020, os valores registados poderão estar associados, porventura, aos confinamentos profiláticos motivados pela COVID’19, que reduziram significativamente a atividade humana, melhorando, por consequência, as condições atmosféricas.

2. PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

O presente capítulo foi elaborado segundo a base de dados do ICNF, da DGPC e do acervo cedido pela CMMD, de forma a realizar uma abordagem do ponto de vista natural e cultural do concelho, com vista a uma atualização dos dados que serão concluídos com o término da presente Revisão do PDMMD.

Deste modo, e tendo por base a informação recolhida até à data, verifica-se a existência dos itens patrimoniais inventariados através das fontes de informação referidas anteriormente.

Os itens patrimoniais que serão descritos estão enquadrados nos seguintes domínios:

- Arqueológico: itens patrimoniais que representam sociedades antigas através de vestígios materiais;
- Arquitetónico: itens patrimoniais que representam edifícios;
- Hidrológico: itens patrimoniais que representam a utilização do recurso de água;
- Municipal: itens patrimoniais que pertencem ao município;
- Natural: itens patrimoniais que representam a Natureza;
- Religioso: itens patrimoniais que representam o culto prestado à divindade.

2.1. Património natural

Miranda do Douro integra valores naturais de elevada importância, ao nível do elenco florístico, faunístico, especificidades geológicas, composição de habitats e áreas protegidas e classificadas.

As massas de água presentes no concelho (referidas no subcapítulo 1.5.4), também merecem referência, uma vez que “moldam” a paisagem e asseguram o contínuo ecológico desejado.

Neste seguimento, mostra-se pertinente destacar o PNDI (DL n.º 8/98, de 11 de maio), que foi criado com o objetivo de *valorizar e conservar o património natural através da sua utilização sustentável, promover a qualidade de vida das populações e valorizar o património arquitetónico, histórico e cultural.*

Segundo o ICNF, são considerados os seguintes objetivos específicos:

- 1) *Valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas;*
- 2) *Promover a melhoria da qualidade de vida das populações em harmonia com a conservação da natureza;*
- 3) *Valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas atividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo;*
- 4) *Ordenar e disciplinar as atividades recreativas na região de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.*

De salientar que em 2002 foi criado o **Parque Natural Arribes del Duero**, em Espanha, que ajuda na proteção da zona mais sensível em termos de conservação da natureza, que corresponde aos vales dos rios Douro e Águeda.

Os dois Parques Naturais formam um dos maiores espaços protegidos da Europa, com uma superfície de 192 605 ha.

Figura 11: PNDI

Fonte: CMMD

O **PNDI** integra os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro e Mogadouro, ocupando uma área total de 85 150 ha.

A integração neste Parque confere uma mais-valia a Miranda do Douro, uma vez que permite salvaguardar espécies e habitats, sendo a componente do relevo, através da forma de canhão fluvial, o garante das condições necessárias para a reprodução/frequência da avifauna endémica a nível mundial.

Neste seguimento, importa fazer referência ao vasto conjunto de miradouros que integram o concelho, destacando-se o **Miradouro da Fraga Amarela**, que se localiza em Vila Chã da Braciosa, junto ao Castro da Cigaduenha – povoamento datado do 1.º milénio a. c.; ou o **Miradouro da Sé Catedral**, que incorpora um penedo amarelo, onde a olho nu se vê um enorme “2” picado a mão humana, atribuindo uma certa mística e curiosidade ao local.

Figura 12: Miradouro da Fraga Amarela



Fonte: CMMD

Outra componente de salientar no património natural, é o Arvoredo de Interesse Público. No caso de Miranda do Douro, existem os seguintes exemplares:

- Oxicedro (*juniperus oxycedrus L.*), localizado na freguesia de Duas Igrejas e conta com uma altura de 13,5m e 150 anos de idade;
- Azinheira (*Quercus ilex ssp. Rotundifolia.*), localizado na freguesia de de Póvoa. Esta espécie ganhou o 1.º prémio, no concurso “Em busca da maior árvore do Parque Natural do Douro Internacional”, em 1999.

Figura 13: Azinheira (*Quercus ilex ssp. Rotundifolia*)



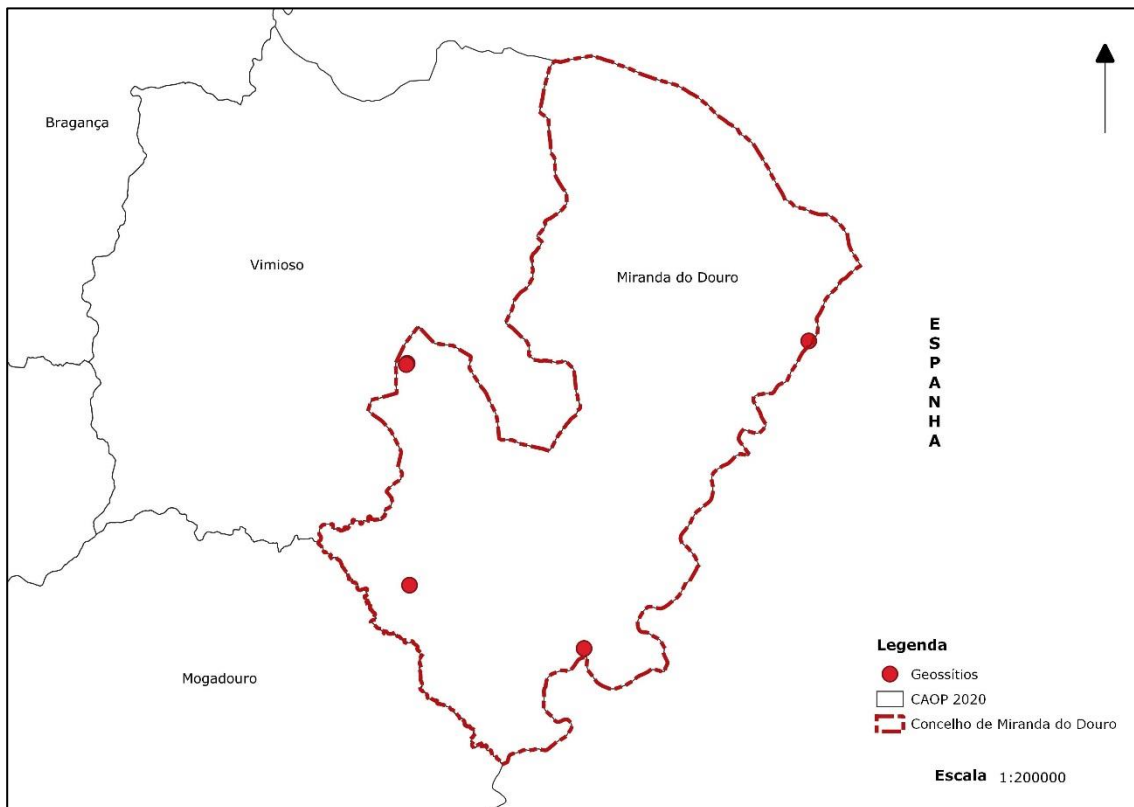
Fonte: ICNF

2.1.1. Geossítios

A geodiversidade *enquanto bem comum da humanidade, a qual poderá ser definida como a variedade de elementos rochosos, minerais, fósseis, falhas, dobras, formas de relevo e sequências sedimentares ou de solo, conjuntamente e em inter-relação com os processos naturais e ativos, como por exemplo a erosão e os deslizamentos.*

O conceito de geossítio aplica-se aos elementos do património geológico que constituem uma ocorrência de reconhecido valor científico, face à restante envolvente, podendo, contudo, apresentar mais do que um tipo de importância, nomeadamente didática, cultural ou estética⁴.

Figura 14: Geossítios de Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF

Em Miranda do Douro, registam-se um total de **5 elementos patrimoniais** geológicos, denominados por geossítios, que constituem uma ocorrência de reconhecido valor científico.

Com base no inventário de relevância nacional, identifica-se na UF de Sendim e Atenor, o geossítio denominado por **Atenor**, que corresponde à Formação

⁴ Adaptado de <http://www2.icnf.pt/portal/pn/geodiversidade/patrimonio-geologico>

de Bragança, com orientação NW-SE, importante para a reconstituição da paleodrenagem no setor proximal da bacia cenozóica do Douro durante o Neogénico.

O **Miradouro da Fraga do Puio**, representado na figura seguinte, inclui-se no PNDI e assume-se como um dos lugares de excelência para a observação da garganta fluvial do setor internacional do rio Douro, constituída por granitos e fraturasções varriscas.

Figura 15: Miradouro da Fraga do Puio



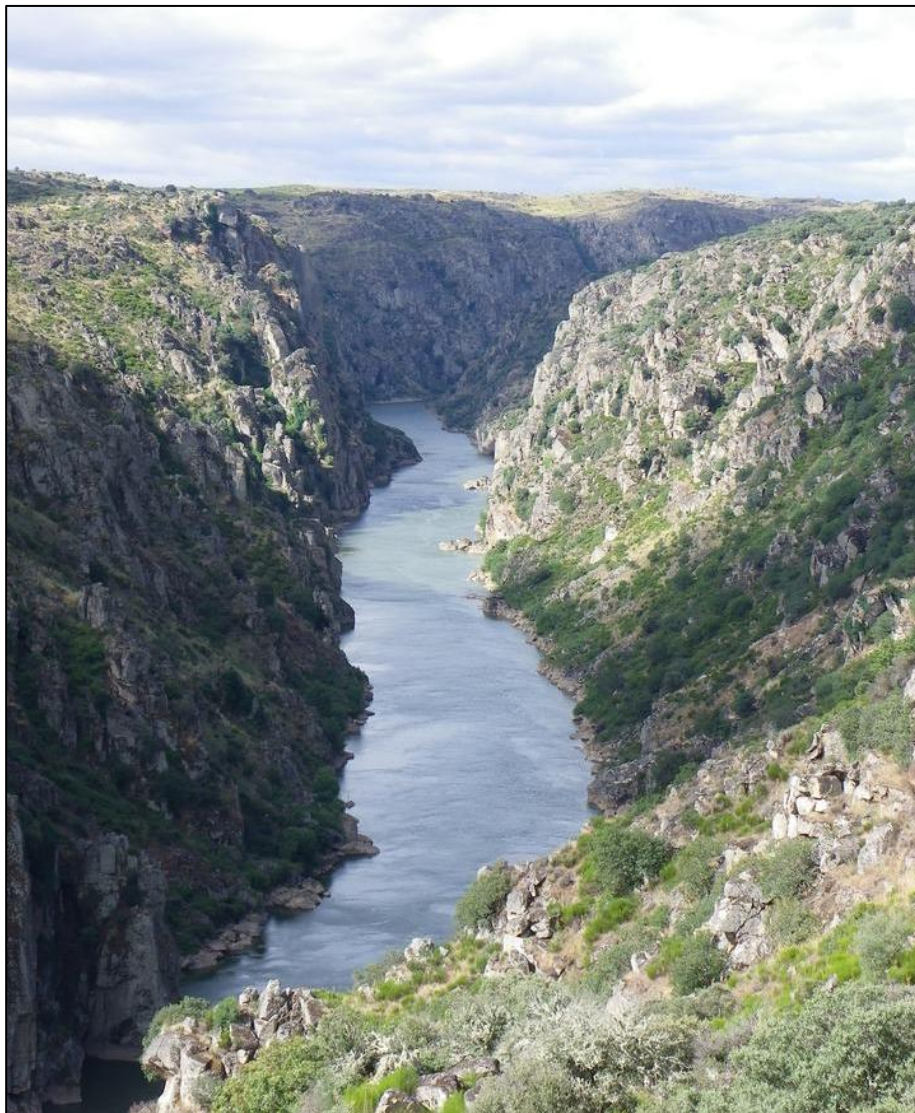
Fonte: CMMD

Os **calcários de Santo Adrião**, localizados na UF de Silva e Águas Vivas, na pedreira de Santo Adrião – atualmente abandonada – correspondem a calcários cristalinos intercalados por rochas básicas, com elevada importância em termos globais, dado a ligação ao Evento Boda – episódio de aquecimento global prévio à grande glaciação fini-ordovícica. Salienta-se a importância deste local no âmbito da estratigrafia, paleontologia, paleoclima, história mineira e espeleologia.

Localizadas na mesma freguesia, as **Grutas de Santo Adrião** incluem-se no regime de proteção do Sítio de Minas de Santo Adrião (PTCON0042) da Rede Natura 2000. Estas grutas contêm vestígios de extração comercial de calcite.

O canhão fluvial do Douro, localizado em **São João das Arribas**, apresenta-se com valor a nível internacional, devido ao seu processo de captura da drenagem endorreica terciária – local de maior incisão vertical da garganta do rio Douro. De referir que este geossítio se encontra salvaguardado pelo PNDI – consultar a figura seguinte.

Figura 16: Miradouro de São João das Arribas



Fonte: CMMD

2.1.2. Flora representativa

A tabela seguinte apresenta as espécies representativas da flora no espaço concelhio, que estão organizadas consoante o tipo de espécie, o nome comum atribuído, o estatuto de proteção e a sua categoria de conservação.

Tabela 3: Elenco florístico representado

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Anthyllis lusitanica</i>	Vulnerária-sulfurosa	Sim	Pouco preocupante
<i>Antirrhinum lopesianum</i>	Dragão-das-arribas	Sim	Vulnerável
<i>Dianthus laricifolius subsp. marizii</i>	Cravina-transmontana	Sim	Pouco preocupante
<i>Dorycnium pentaphyllum ssp. transmontanum</i>	Erva-mata-pulgas	Sim	Pouco preocupante
<i>Festuca duriotagana</i>	Festuca-dos-leitos-de-cheia	Sim	Pouco preocupante
<i>Festuca elegans</i>	Laborinho-elegante	Sim	Pouco preocupante
<i>Holcus setiglumis ssp. duriensis</i>	Erva-molar-de-gluma-sedosa	-	Pouco preocupante
<i>Jasione crispa ssp. serpentinica</i>	-	Sim	Pouco preocupante
<i>Linaria coutinhoi</i>	-	Sim	Dados insuficientes
<i>Narcissus bulbocodium</i>	Campainhas-amarelas	Sim	Pouco preocupante
<i>Narcissus triandrus</i>	Narcisos-bravos	Sim	Pouco preocupante
<i>Ruscus aculeatus</i>	Gilbardeira	Sim	Pouco preocupante
<i>Scilla beirana</i>	-	Sim	Pouco preocupante
<i>Spiranthes aestivalis</i>	Traça-de-dama-estival	Sim	Quase ameaçado
<i>Veronica micrantha</i>	Verónica-de-faces-rosadas	Sim	Quase ameaçado

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF)

2.1.3. Fauna representativa

As tabelas seguintes representam as espécies mais representativas da fauna do território de Miranda do Douro e estão organizadas consoante o tipo de espécie, o nome comum associado às mesmas, o estatuto de proteção e a categoria de conservação. Importa referir que o elenco faunístico está organizado por grupos: Aves; Anfíbios e répteis; Mamíferos; Peixes, crustáceos e moluscos, e Insetos.

Tabela 4: Elenco faunístico representativo - Aves

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Accipiter gentilis</i>	Açor	Sim	Vulnerável
<i>Accipiter nisus</i>	Gavião	Sim	Pouco preocupante
<i>Acrocephalus arundinaceus</i>	Rouxinol-grande-dos-caniços	Sim	Pouco preocupante
<i>Actitis Hypoleucos</i>	Maçarico-das-rochas	Sim	Vulnerável
<i>Aegithalos caudatus</i>	Chapim-rabilongo	Sim	Pouco preocupante
<i>Alauda arvensis</i>	Laverca	Sim	Pouco preocupante
<i>Alcedo athis</i>	Guarda-rios	Sim	Pouco preocupante
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz-vermelha	Sim	Pouco preocupante
<i>Anas platyrhynchos</i>	Pato-real	Sim	Pouco preocupante
<i>Anthus campestris</i>	Petinha-dos-campos	Sim	Pouco preocupante
<i>Anthus spinoletta</i>	Petinha-ribeirinha	Sim	Em perigo

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Anthus trivialis</i>	Petinha-das-árvores	Sim	Quase ameaçado
<i>Apus apus</i>	Andorinhão-preto	Sim	Pouco preocupante
<i>Apus melba</i>	Andorinhão-real	Sim	Quase ameaçado
<i>Apus pallidus</i>	Andorinhão-pálido	Sim	Pouco preocupante
<i>Aquila chrysaetos</i>	Águia-de-real	Sim	Em perigo
<i>Ardea cinerea</i>	Garça-real	Sim	Pouco preocupante
<i>Ardea purpurea</i>	Garça-vermelha	Sim	Em perigo
<i>Asio otus</i>	Bufo-pequeno	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Athene noctua</i>	Mocho-galego	Sim	Pouco preocupante
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real	Sim	Quase ameaçado
<i>Burhinus oedipnemos</i>	Alcaravão	Sim	Vulnerável
<i>Buteo buteo</i>	Águia-d'asa-redonda	Sim	Pouco preocupante
<i>Calandrella brachydactyla</i>	Calhandrinha	Sim	Pouco preocupante
<i>Caprimulgus europaeus</i>	Noitibó-cinzento	Sim	Vulnerável
<i>Caprimulgus ruficollis</i>	Noitibó-de-nuca-vermelha	Sim	Vulnerável
<i>Carduelis cannabina</i>	Pintarroxo	Sim	Pouco preocupante
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo	Sim	Pouco preocupante
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão	Sim	Pouco preocupante
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira	Sim	Pouco preocupante
<i>Cettia cetti</i>	Rouxinol-bravo	Sim	Pouco preocupante
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha-branca	Sim	Pouco preocupante
<i>Ciconia nigra</i>	Cegonha-preta	Sim	Vulnerável
<i>Cinclus cinclus</i>	Melro-d'água	Sim	Pouco preocupante
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	Sim	Quase ameaçado
<i>Circus cyaneus</i>	Tartaranhão-cinzento	Sim	Criticamente em perigo
<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão-caçador	Sim	Em perigo
<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha-dos-juncos	Sim	Pouco preocupante
<i>Clamator glandarius</i>	Cuco-rabilongo	Sim	Vulnerável
<i>Coccothraustes coccothraustes</i>	Bico-grossudo	Sim	Pouco preocupante
<i>Columba livia</i>	Pombo-das-rochas	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Columba oenas</i>	Pombo-bravo	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-torcaz	Sim	Pouco preocupante
<i>Corvus corax</i>	Corvo	Sim	Quase ameaçado
<i>Corvus corone</i>	Gralha-preta	Sim	Pouco preocupante
<i>Corvus monedula</i>	Gralha-de-nuca-cinzenta	Sim	Pouco preocupante
<i>Coturnix coturnix</i>	Codorniz	Sim	Pouco preocupante
<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha-dos-juncos	Sim	Pouco preocupante
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco	Sim	Pouco preocupante
<i>Cyanopica cyanus</i>	Pêga-azul	Sim	Pouco preocupante
<i>Delichon urbicum</i>	Andorinha-dos-beirais	Sim	Pouco preocupante
<i>Dendrocopos major</i>	Pica-pau-malhado-grande	Sim	Pouco preocupante
<i>Dendrocopos minor</i>	Pica-pau-malhado-pequeno	Sim	Pouco preocupante
<i>Elanus caeruleus</i>	Peneireiro-cinzento	Sim	Quase ameaçado
<i>Emberiza calandra</i>	Trigueirão	Sim	Pouco preocupante
<i>Emberiza cia</i>	Cia	Sim	Pouco preocupante
<i>Emberiza cirius</i>	Escrevedeira	Sim	Pouco preocupante
<i>Emberiza citrinella</i>	Escrevedeira-amarela	Sim	Vulnerável
<i>Emberiza hortulana</i>	Sombria	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo	Sim	Pouco preocupante
<i>Falco peregrinus</i>	Falcão-peregrino	Sim	Vulnerável
<i>Falco subbuteo</i>	Ógea	Sim	Vulnerável
<i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro	Sim	Pouco preocupante
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão	Sim	Pouco preocupante
<i>Galerida cristata</i>	Cotovia-de-poupa	Sim	Pouco preocupante
<i>Galerida theklae</i>	Cotovia-do-monte	Sim	Pouco preocupante
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha-d'água	Sim	Pouco preocupante
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio	Sim	Pouco preocupante
<i>Gyps fulvus</i>	Grifo	Sim	Quase ameaçado
<i>Hieraaetus fasciatus</i>	Águia-perdigueira	Sim	Em Perigo
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia-calçada	Sim	Quase ameaçado
<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa-poliglota	Sim	Pouco preocupante

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Hirundo daurica</i>	Andorinha-dáurica	Sim	Pouco preocupante
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-das-chaminés	Sim	Pouco preocupante
<i>Jynx torquilla</i>	Torcicolo	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Lanius collurio</i>	Picanço-de-dorso-ruivo	Sim	Quase ameaçado
<i>Lanius meridionalis</i>	Picanço-real	Sim	Pouco preocupante
<i>Lanius senator</i>	Picanço-barreteiro	Sim	Quase ameaçado
<i>Linaria cannabina</i>	Pintarroxo	Sim	Pouco preocupante
<i>Lophophanes cristatus</i>	Chapim-de-poupa	Sim	Pouco preocupante
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-dos-bosques	Sim	Pouco preocupante
<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol	Sim	Pouco preocupante
<i>Melanocorypha calandra</i>	Calhandra-real	Sim	Quase ameaçado
<i>Merops apiaster</i>	Abelharuco	Sim	Pouco preocupante
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto	Sim	Pouco preocupante
<i>Milvus milvus</i>	Milhafre-real	Sim	Criticamente em perigo
<i>Monticola solitarius</i>	Melro-azul	Sim	Pouco preocupante
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola-branca	Sim	Pouco preocupante
<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola-cinzenta	Sim	Pouco preocupante
<i>Muscicapa striata</i>	Papa-moscas-cinzento	Sim	Quase ameaçado
<i>Neophron percnopterus</i>	Abutre-do-Egipto	Sim	Em perigo
<i>Oenanthe hispanica</i>	Chasco-ruivo	Sim	Vulnerável
<i>Oenanthe leucura</i>	Chasco-preto	Sim	Criticamente em perigo
<i>Oenanthe oenanthe</i>	Chasco-cinzento	Sim	Pouco preocupante
<i>Oriolus oriolus</i>	Papa-figos	Sim	Pouco preocupante
<i>Otus scops</i>	Mocho-d'orelhas	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Parus ater</i>	Chapim-carvoeiro	Sim	Pouco preocupante
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul	Sim	Pouco preocupante
<i>Parus cristatus</i>	Chapim-de-poupa	Sim	Pouco preocupante
<i>Parus major</i>	Chapim-real	Sim	Pouco preocupante
<i>Passer domesticus</i>	Pardal-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Passer hispaniolensis</i>	Pardal-espanhol	Sim	Pouco preocupante
<i>Passer montanus</i>	Pardal-montês	Sim	Pouco preocupante
<i>Pernis apivorus</i>	Bútio-vespereiro	Sim	Vulnerável
<i>Petronia petronia</i>	Pardal-francês	Sim	Pouco preocupante
<i>Phoenicurus ochruros</i>	Rabirruivo	Sim	Pouco preocupante
<i>Phoenicurus phoenicurus</i>	Rabirruivo-de-testa-branca	Sim	Pouco preocupante
<i>Phylloscopus bonelli</i>	Felosa-de-Bonelli	Sim	Pouco preocupante
<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosinha	Sim	Pouco preocupante
<i>Phylloscopus ibericus</i>	Felosinha-ibérica	Sim	Pouco preocupante
<i>Pica pica</i>	Pega	Sim	Pouco preocupante
<i>Picus sharpei</i>	Pica-pau-verde	Sim	Pouco preocupante
<i>Prunella modularis</i>	Ferreirinha	Sim	Pouco preocupante
<i>Ptyonoprogne rupestris</i>	Andorinha-das-rochas	Sim	Pouco preocupante
<i>Pyrrhonorax Pyrrhonorax</i>	Gralha-de-bico-vermelho	Sim	Em perigo
<i>Pyrrhula pyrrhula</i>	Dom-fafe	Sim	Pouco preocupante
<i>Regulus ignicapilla</i>	Estrelinha-real	Sim	Pouco preocupante
<i>Riparia riparia</i>	Andorinha-das-barreiras	Sim	Pouco preocupante
<i>Saxicola torquatus</i>	Cartaxo	Sim	Pouco preocupante
<i>Serinus serinus</i>	Milheira	Sim	Pouco preocupante
<i>Sitta europaea</i>	Trepadeira-azul	Sim	Pouco preocupante
<i>Streptopelia decaocto</i>	Rola-turca	Sim	Pouco preocupante
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola-brava	Sim	Pouco preocupante
<i>Strix aluco</i>	Coruja-do-mato	Sim	Pouco preocupante
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto	Sim	Pouco preocupante
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra-de-barrete	Sim	Pouco preocupante
<i>Sylvia borin</i>	Toutinegra-das-figueiras	Sim	Vulnerável
<i>Sylvia cantillans</i>	Toutinegra-de-bigodes	Sim	Pouco preocupante
<i>Sylvia communis</i>	Papa-amoras	Sim	Pouco preocupante
<i>Sylvia hortensis</i>	Toutinegra-real	Sim	Quase ameaçado
<i>Sylvia melanocephala</i>	Toutinegra-dos-valores	Sim	Pouco preocupante
<i>Sylvia undata</i>	Toutinegra-do-mato	Sim	Pouco preocupante
<i>Tachybaptus ruficollis</i>	Mergulhão-pequeno	Sim	Pouco preocupante

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Tachymarptis melba</i>	Andorinhão-real	Sim	Quase ameaçado
<i>Tetrax tetrax</i>	Sisão	Sim	Vulnerável
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriga	Sim	Pouco preocupante
<i>Turdus merula</i>	Melro-preto	Sim	Pouco preocupante
<i>Turdus philomelos</i>	Tordo-pinto	Sim	Quase ameaçado
<i>Turdus viscivorus</i>	Tordoveia	Sim	Pouco preocupante
<i>Tyto alba</i>	Coruja-das-torres	Sim	Pouco preocupante
<i>Upupa epops</i>	Poupa	Sim	Pouco preocupante

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; Loureiro, A., et al. (2008). *Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal*. ICNB, Lisboa; Cabral, M. J., et al. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 5: Elenco faunístico representativo - Anfíbios e répteis

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Acanthodactylus erythrurus</i>	Lagartixa-de-dedos-denteados	Sim	Quase ameaçado
<i>Alytes cisternasii</i>	Sapo-parteiro-ibérico	Sim	Pouco preocupante
<i>Alytes obstetricans</i>	Sapo-parteiro-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Anguis fragilis</i>	Cobra-de-vidro	Sim	Pouco preocupante
<i>Blanus cinereus</i>	Cobra-cega	Sim	Pouco preocupante
<i>Bufo bufo</i>	Sapo-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Bufo calamita</i>	Sapo-corredor	Sim	Pouco preocupante
<i>Chalcides bedriagai</i>	Cobra-de-pernas-pentadáctila	Sim	Pouco preocupante
<i>Chalcides striatus</i>	Fura-pastos	Sim	Pouco preocupante
<i>Coluber hippocrepis</i>	Cobra-de-ferradura	Sim	Pouco preocupante
<i>Coronella girondica</i>	Cobra-lisa-meridional	Sim	Pouco preocupante
<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã-de-focinho-pontiagudo	Sim	Quase ameaçado
<i>Elaphe scalaris</i>	Cobra-de-escada	Sim	Pouco preocupante
<i>Emys orbicularis</i>	Cágado-de-carapaça-estriada	Sim	Em perigo
<i>Hyla arborea</i>	Rela-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Lacerta lepida</i>	Lagarto	Sim	Pouco preocupante
<i>Macroprotodon cucullatus</i>	Cobra-de-capuz	Sim	Pouco preocupante
<i>Malpolon monspessulanus</i>	Cobra-rateira	Sim	Pouco preocupante
<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado-mediterrânico	Sim	Pouco preocupante
<i>Natrix maura</i>	Cobra-de-água-viperina	Sim	Pouco preocupante
<i>Natrix natrix</i>	Cobra-de-água-de-colar	Sim	Pouco preocupante
<i>Pelobates cultripes</i>	Sapo-de-unha-negra	Sim	Pouco preocupante
<i>Pleurodeles waltl</i>	Salamandra-de-costelas-salientes	Sim	Pouco preocupante
<i>Podarcis hispanica</i>	Lagartixa-ibérica	Sim	Pouco preocupante
<i>Psammotromus algirus</i>	Lagartixa-de-mato	Sim	Pouco preocupante
<i>Psammotromus hispanicus</i>	Lagartixa-de-mato-ibérica	Sim	Quase ameaçado
<i>Rana iberica</i>	Rã-ibérica	Sim	Pouco preocupante
<i>Rana perezi</i>	Rã-verde	Sim	Pouco preocupante
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-de-pintas-amarelas	Sim	Pouco preocupante
<i>Tarentola mauritanica</i>	Osga-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Triturus boscai</i>	Tritão-de-ventre-laranja	Sim	Pouco preocupante
<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão-marmorado	Sim	Pouco preocupante
<i>Vipera latasti</i>	Víbora-cornuda	Sim	Vulnerável

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; Loureiro, A., et al. (2008). *Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal*. ICNB, Lisboa; Cabral, M. J., et al. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 6: Elenco faunístico representativo - Mamíferos

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Barbastella barbastellus</i>	Morcego-negro	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Canis lupus</i>	Lobo-ibérico	Sim	Em perigo
<i>Eptesicus serotinus</i>	Morcego-hortelão	Sim	Pouco preocupante
<i>Felis silvestris</i>	Gato-bravo	Sim	Vulnerável
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Toupeira de água	Sim	Vulnerável
<i>Genetta genetta</i>	Geneta	Sim	Pouco preocupante
<i>Herpestes ichneumon</i>	Sacarrabo	Sim	Pouco preocupante
<i>Hypsugo savii</i>	Morcego-de-Savi	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Lutra lutra</i>	Lontra-europeia	Sim	<i>Pouco preocupante</i>
<i>Microtus cabreræ</i>	Rato-de-cabrera	Sim	Vulnerável
<i>Miniopterus schreibersii</i>	Morcego-de-peluche	Sim	Vulnerável
<i>Mustela putorius</i>	Toirão	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Myotis blythii</i>	Morcego-rato-pequeno	Sim	<i>Criticamente em perigo</i>
<i>Myotis daubentonii</i>	Morcego-de-água	Sim	Pouco preocupante
<i>Myotis emarginatus</i>	Morcego-lanudo	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Myotis myotis</i>	Morcego-rato-grande	Sim	Vulnerável
<i>Myotis nattereri</i>	Morcego-de-franja	Sim	Vulnerável
<i>Nyctalus leisleri</i>	Morcego-arborícola-pequeno	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Pipistrellus kuhlii</i>	Morcego-de-Kuhl	Sim	Pouco preocupante
<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	Morcego-anão	Sim	Pouco preocupante
<i>Pipistrellus pygmaeus</i>	Morcego-pigmeu	Sim	Pouco preocupante
<i>Plecotus auritus</i>	Morcego-orelhudo-castanho	Sim	<i>Dados insuficientes</i>
<i>Plecotus austriacus</i>	Morcego-orelhudo-cinzento	Sim	Pouco preocupante
<i>Rhinolophus euryale</i>	Morcego-de-ferradura-mediterrânico	Sim	Criticamente em perigo
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Morcego-de-ferradura-grande	Sim	Vulnerável
<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequeno	Sim	Vulnerável
<i>Rhinolophus mehelyi</i>	Morcego-de-ferradura-mourisco	Sim	Criticamente em perigo
<i>Tadarida teniotis</i>	Morcego-rabudo	Sim	<i>Dados insuficientes</i>

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; Loureiro, A., et al. (2008). *Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal*. ICNB, Lisboa; Cabral, M. J., et al. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 7: Elenco faunístico representativo - Peixes, Crustáceos e Moluscos

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Chondrostoma duriensis</i>	Boga-do-norte	Sim	Pouco preocupante
<i>Cobitis paludica</i>	Verdemã-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Luciobarbus bocagei</i>	Barbo-do-norte	Sim	Pouco preocupante
<i>Rutilus alburnoides</i>	Bordalo	Sim	Vulnerável
<i>Rutilus arcasii</i>	Panjorca	Sim	Em perigo
<i>Unio crassus</i>	Mexilhão-do-rio	Sim	Vulnerável

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; Cabral, M. J., et al. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 8: Elenco faunístico representativo - Artrópodes

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Euphydryas aurinia</i>	Fritilária-dos-Lameiros	Sim	Pouco preocupante
<i>Proserpinus proserpina</i>	Borboleta-noturna	Sim	<i>Dados insuficientes</i>

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF).

2.1.4. Habitats classificados

Miranda do Douro integra um total de 28 *habitats* naturais de interesse comunitário constantes do Anexo 1 da Diretiva *Habitats* da Rede Natura 2000.

Tabela 9: Habitats classificados

Código	Habitat Classificado	Prioritário	Espécies Relevantes
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com Isoetes spp	-	<i>Isoetes spp.</i>
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea	-	<i>Isoetes spp.</i> <i>Juncus spp.</i> <i>Hypericum spp.</i> <i>Agrostis pourretii</i>
3170	Charcos temporários mediterrânicos	Sim	<i>Isoetes spp.</i> <i>Eryngium corniculatum</i>
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitriche-Batrachion	-	<i>Callitriche spp.</i> <i>Ranunculus spp.</i>
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de Salix e Populus alba	-	<i>Paspalum spp.</i> <i>Agrotis stolonifera</i> <i>Salix alba</i> <i>Populus alba</i>
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion	-	<i>Paspalum spp.</i> <i>Agrotis stolonifera</i>
4030	Charnecas secas europeias	-	<i>Erica spp.</i> <i>Calluna spp.</i> <i>Ulex spp.</i> <i>Genista spp.</i>
5110	Formações estáveis xerotermófilas de Buxus sempervirens das vertentes rochosas (Berberidion p.p.)	-	<i>Buxus sempervirens</i> <i>Erica spp.</i> <i>Juniperus spp.</i> <i>Phyllirea spp.</i>
5210	Matagais arborescentes de Juniperus spp	-	<i>Juniperus phoenicea sbsp.</i> <i>turbinata</i> <i>Quercus coccifera</i>
6160	Prados oro-ibéricos de Festuca indigesta	-	<i>Festuca indigesta</i> <i>Minuartia recurva</i> <i>Agrostis truncatula</i>
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea	Sim	<i>Festuca spp.</i> <i>Agrostis spp.</i> <i>Stipa spp.</i> <i>Brachypodium phoenicoides</i>
6230	Formações herbáceas de Nardus, ricas em espécies, em substratos silicosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)	Sim	<i>Festuca spp.</i> <i>Calluna spp.</i> <i>Agrostis spp.</i> <i>Nardus stricta</i>
6310	Montados de Quercus spp. de folha perene	-	<i>Quercus spp.</i> <i>Arbutus unedo</i> <i>Viburnum tinus</i> <i>Myrtus communis</i>
6410	Pradarias com Molinia em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (Molinion caeruleae)	-	<i>Juncus spp.</i> <i>Molinia caerulea</i>
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion	-	<i>Schoenus nigricans</i> <i>Mauremys leprosa</i> <i>Emys orbicularis</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino	-	<i>Geranium spp.</i> <i>Conium spp.</i> <i>Lythrum spp.</i>
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica	-	<i>Narcissus calcicola</i> <i>Asplenium petrarchae</i>

Código	Habitat Classificado	Prioritário	Espécies Relevantes
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da Sedo-Scleranthion ou da Sedo albi-Veronicion dillenii	-	<i>Sedum spp.</i>
8310	Grutas não exploradas pelo turismo	-	<i>Miniopterus spp.</i> <i>Myotis spp.</i>
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	-	<i>Fraxinus angustifolia</i> <i>Salix atrocinerea</i> <i>Prunus avium</i> <i>Crataegus monogyna</i>
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)	Sim	<i>Alnus glutinosa</i> <i>Fraxinus excelsior</i> <i>Betula alba</i> <i>Salix atrocinerea</i>
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	-	<i>Quercus robur</i> <i>Quercus pyrenaica</i> <i>Betula alba</i> <i>Salix atrocinerea</i>
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	-	<i>Quercus faginea</i> <i>Quercus canariensis</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	-	<i>Castanea sativa</i> <i>Quercus spp.</i> <i>Arbutus unedo</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	-	<i>Populus alba</i> <i>Populus nigra</i> <i>Salix alba</i> <i>Salix spp.</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	-	<i>Quercus suber</i> <i>Quercus rotundifolia</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	-	<i>Quercus ilex</i> <i>Quercus rotundifolia</i> <i>Oleo europae subsp. sylvestris</i>
9560	Florestas endémicas de <i>Juniperus spp.</i>	Sim	<i>Juniperus spp.</i> <i>Quercus rotundifolia</i>

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF).

2.1.5. Áreas Protegidas e Classificadas

Miranda do Douro encontra-se abrangido pela Rede Natura 2000, dado que incorpora valores naturais de elevada importância que merecem ser conservados e valorizados.

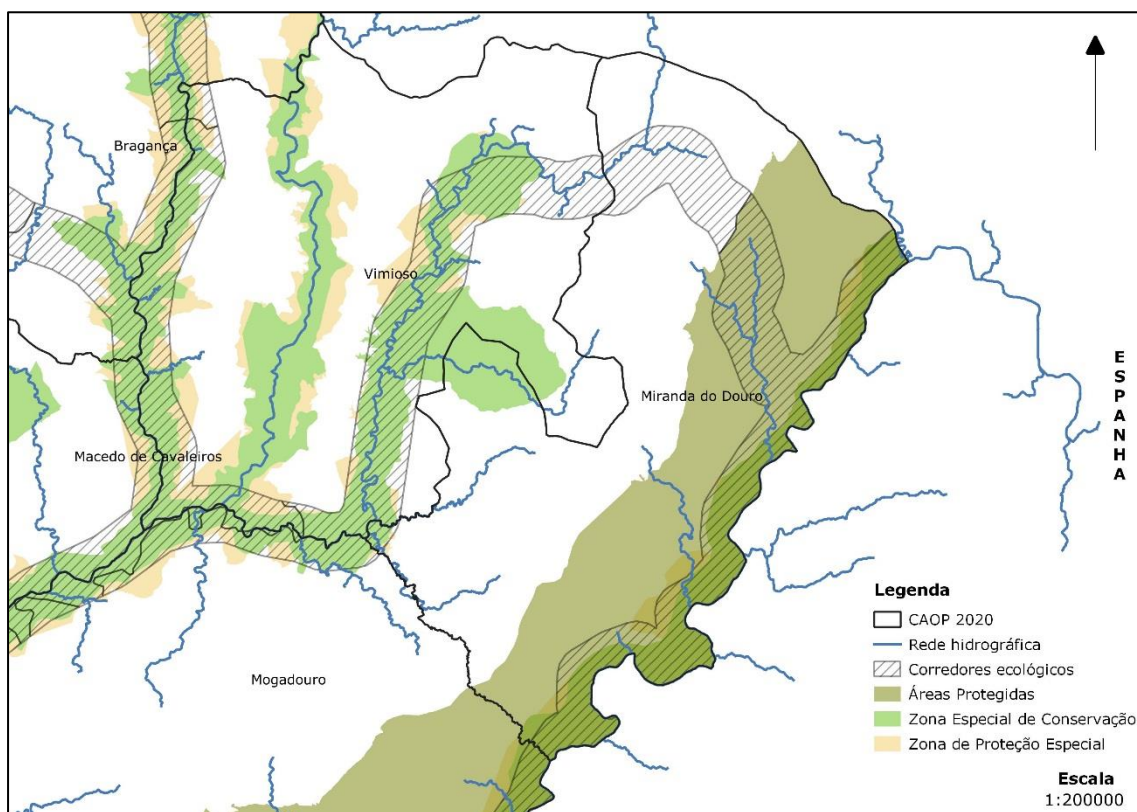
Esta é constituída por ZEC e ZPE, que têm como objetivo *contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia* (ICNF). A ZEC é orientada para **a conservação dos habitats naturais (Anexo I da Diretiva Habitats)** e dos habitats de **espécies de flora e da fauna selvagens (Anexo II da Diretiva Habitats)** e a ZEP é direcionada para **a conservação de espécies de aves e seus habitats (Anexo I da Diretiva das Aves)**.

Simultaneamente, importa referir que o concelho está inserido no **PNDI**, classificado pela RCM n.º 120/2005, de 28 de julho – remete-se para a consulta do subcapítulo 8.2.1.5.

Assim sendo, mostra-se pertinente a consulta da figura seguinte que representa as áreas protegidas e classificadas, nomeadamente:

- ZEC de Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021);
- ZEC do Douro Internacional (PTCON0022);
- ZEC de Minas de Santo Adrião (PTCON0042);
- ZPE de Rio Sabor e Maçãs (PTZPE0037);
- ZPE do Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE0038).

Figura 17: Rede Natura 2000

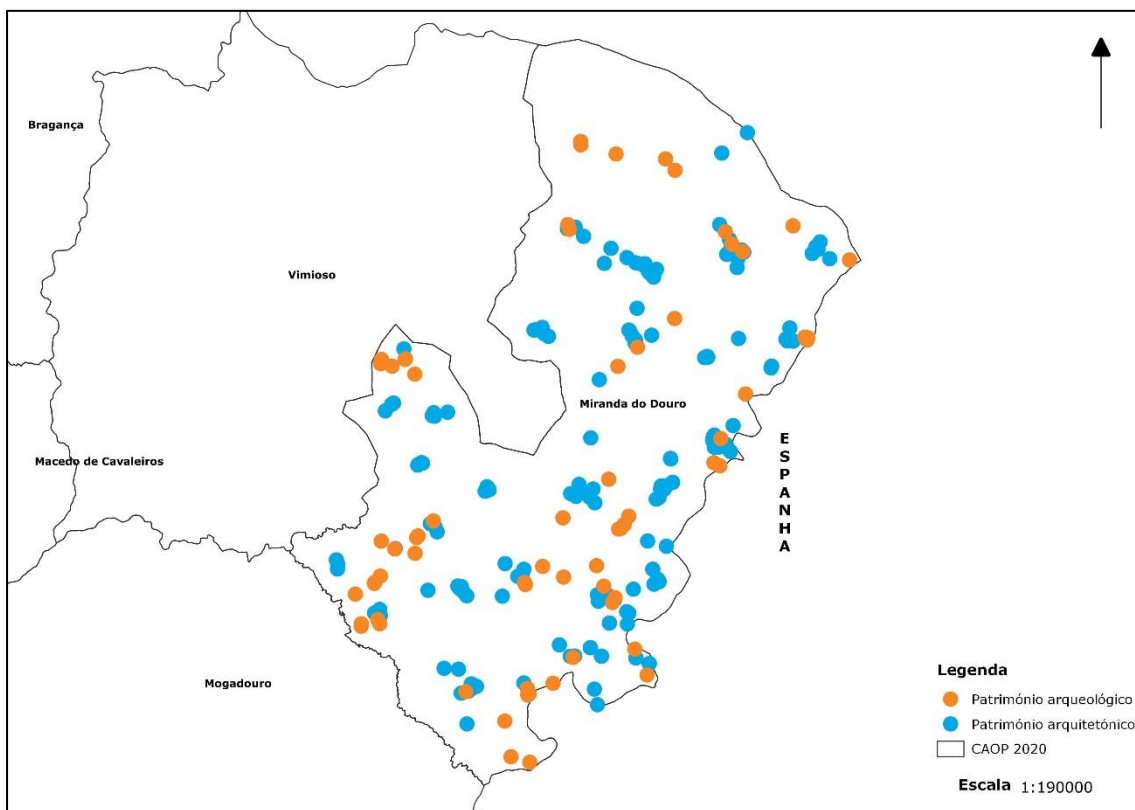


Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF

2.2. Património cultural

O património cultural de Miranda do Douro integra um vasto conjunto de valores patrimoniais com interesse cultural, designadamente, o património arquitetónico e arqueológico. Segundo a Lei n.º 107/2011, de 6 de setembro, o Estado deve *assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular*, de modo a garantir a valorização do património cultural e a identidade herdada de cada território.

Figura 18: Património cultural de Miranda do Douro



Fonte: CMMD

Tabela 10: Património imóvel existente no concelho

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/ Tipologia
Castro de Aldeia Nova	Classificado como MN	Arqueologia/ Castro
Igreja de Miranda	Classificado como MN	Arquitetura Religiosa/ Igreja
Imóvel sito no Largo da Sé, 2 e 2-A	Classificado como IIP	Arquitetura Civil/ Edifício
Castelo de Miranda do Douro	Classificado como IIP	Arquitetura Militar/ Castelo
Igreja de Santa Eufémia	Em vias de classificação	Arquitetura Religiosa/ Igreja
Castro de Vale de Águia	Em vias de classificação	Arqueologia/ Povoado Fortificado

Legenda:

MN – Monumento Nacional

IIP – Imóvel de Interesse Público

Fonte: DGPC

Segundo a informação representada na tabela anterior, verifica-se que o concelho integra alguns locais de destaque, como a igreja de Miranda do Douro que, classificada como monumento nacional, corresponde à antiga sé do concelho.

Figura 19: Igreja de Miranda do Douro



Fonte: CMMD

O património arquitetónico é o que mais se destaca no concelho, sendo registadas diversas vertentes do mesmo, desde o património religioso, civil e militar. Este património reflete a história e a cultura da população, uma vez que está muito associado às memórias e à identidade cultural. No que respeita o património arqueológico, este integra diversas épocas, desde o Paleolítico Superior até à Idade Contemporânea.

Neste sentido, mostra-se pertinente fazer referência a diversos locais de interesse no concelho, como o **Museu da Terra de Miranda** ou a **Casa da Cultura**, que contam com diversas exposições e coleções de carácter arqueológico, etnográfico e antropológico refletindo os modos de vida da população e as suas tradições. Importa ainda referir a **Porta da Rota da Terra Fria Transmontana** que, para além de funcionar como um centro de interpretação e interação social, alberga um conjunto de informações importantes para aqueles que querem conhecer e explorar Miranda do Douro.

Falar de tradição é descrever, também, a **Língua Mirandesa** que se desenvolveu na Terra de Miranda, herdeira das antigas divisões administrativas leonesas e que perdurou durante vários séculos. Em questões de identidade local, o mirandês assume-se como valor simbólico, dado que contribui para o desenvolvimento intelectual e cultural da região e dos seus cidadãos.

A Assembleia da República aprovou o diploma que determinou a oficialização da língua mirandesa como língua oficial de Portugal (Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro), definindo ainda o dia 17 de setembro como o Dia Oficial da Língua Mirandesa.

MR: *Falar de tradiçon ye çcrebir, tamien, la Léngua Mirandesa que se zambolbiu na Tierra de Miranda, heirdeira de las antigas debisiones admenistratibas leonesas i que perdurou durante bários seclos. An questones d'eidantidade local, l mirandés assume-se cumo balor simbólico, dado que cuntribui pa l zambolbimiento anteletual i cultural de la region i de ls sous cidadanos.*

La Assemblé de la República aprobou l diploma que determinou l'ouficializaçon de la léngua mirandesa cumo léngua oufecial de Pertual (Lei m.º 7/99, de 29 de janeiro), defenindo inda l die 17 de setembro cumo l Die Oufecial de la Léngua Mirandesa.

Fonte da tradução: <https://student.dei.uc.pt/~crpires/tradutor/Tradutor.html> (Universidade de Coimbra)

Salienta-se ainda, os **Pauliteiros** – originários de aldeias circundantes a Miranda do Douro – que correspondem a grupos de pessoas, tradicionalmente, compostos por homens (atualmente já existem grupos de mulheres – pauliteiras) que vestem roupas tradicionais e exibem uma coreografia complexa com paulitos e castanholas.

Tradicionalmente os Pauliteiros:

- *São um grupo constituído exclusivamente de 8 rapazes e três músicos (gaita de foles, caixa e bombo).*

- *Executam o peditório da forma antiga, começando às 6.00 da manhã, após a alvorada dos gaiteiros dançando alguns lhanços em frente às igrejas e capelas, rezam em frente às casas que estão de luto, etc.*

Figura 20: Pauliteiros



Fonte: <http://www.pauliteiros.com/>

3. DEMOGRAFIA

No presente capítulo será realizada a análise demográfica do concelho de Miranda do Douro, segundo a base de dados estatísticos do INE e do Pordata.

De modo a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados apresenta-se o confronto dos dados relativos ao concelho de Miranda do Douro, com as TTM, a região Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional do concelho.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, organizando-se a análise segundo UT, sempre que possível e pertinente.

É importante referir que a base de dados estatística do INE não apresenta os valores relativos à freguesia de Águas Vivas, para o ano de 2001, nos seguintes indicadores:

- População residente;
- Índice de envelhecimento;
- Índice de dependência total;
- N.º de famílias.

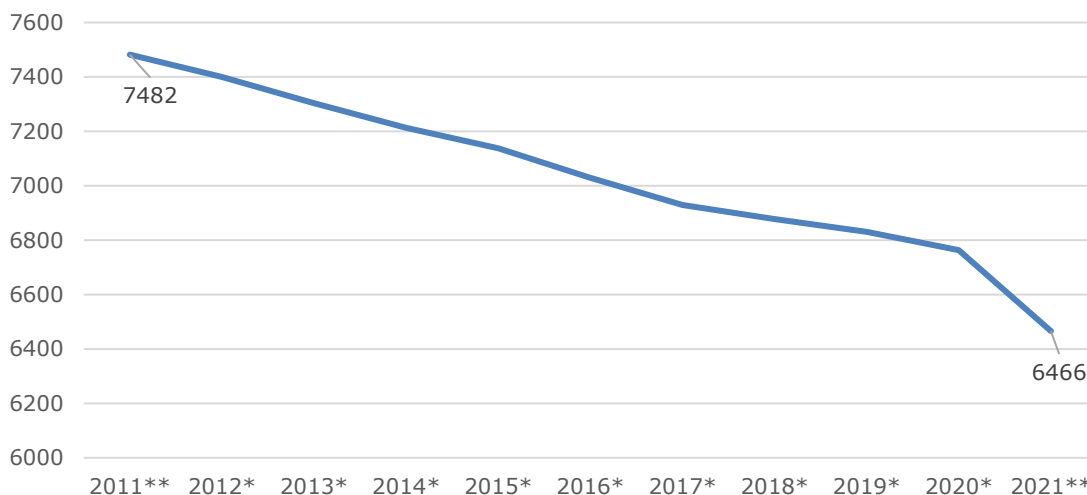
Posto isto, a UF de Silva e Águas Vivas assume o valor correspondente a Silva.

Salienta-se ainda que este subcapítulo aborda a questão transfronteiriça, tendo sido utilizados a base de dados estatísticos do INE homólogo espanhol e do Eurostat. É importante referir que os municípios transfronteiriços utilizados para análise e que confinam com Miranda do Douro são: *Alcañices; Fariza; Fermoselle; Fronfría; Torregamones; Villadepera; Villar del Buey; Villardiegua de la Ribera.*

3.1. Evolução populacional

Miranda do Douro apresenta um decréscimo demográfico durante o período em análise, registando uma diminuição de 1 016 habitantes no período intercensitário – remete-se para a consulta da figura seguinte.

Figura 21: Evolução populacional de Miranda do Douro



* Valores correspondentes às Estimativas Anuais do INE

** Valores correspondentes aos Censos da População

Fonte: INE

No que respeita a distribuição da população residente ao nível das UT, verifica-se que estas acompanham a tendência registada em igual período no concelho, apresentando uma variação negativa.

Tabela 11: População residente

Espaço geográfico	2001	2011	2021	Var. 2001/2011	Var. 2011/2021
Portugal	10 356 117	10 562 178	10 347 892	2%	-2%
Norte	3 687 293	3 689 682	3 588 701	0%	-3%
TTM	127 138	117 527	107 302	-8%	-9%
Miranda do Douro	8 048	7 482	6 466	-7%	-14%
UT Miranda	5 088	4 740	4 092	-7%	-14%
UT Sendim	2 960	2 742	2 374	-7%	-13%

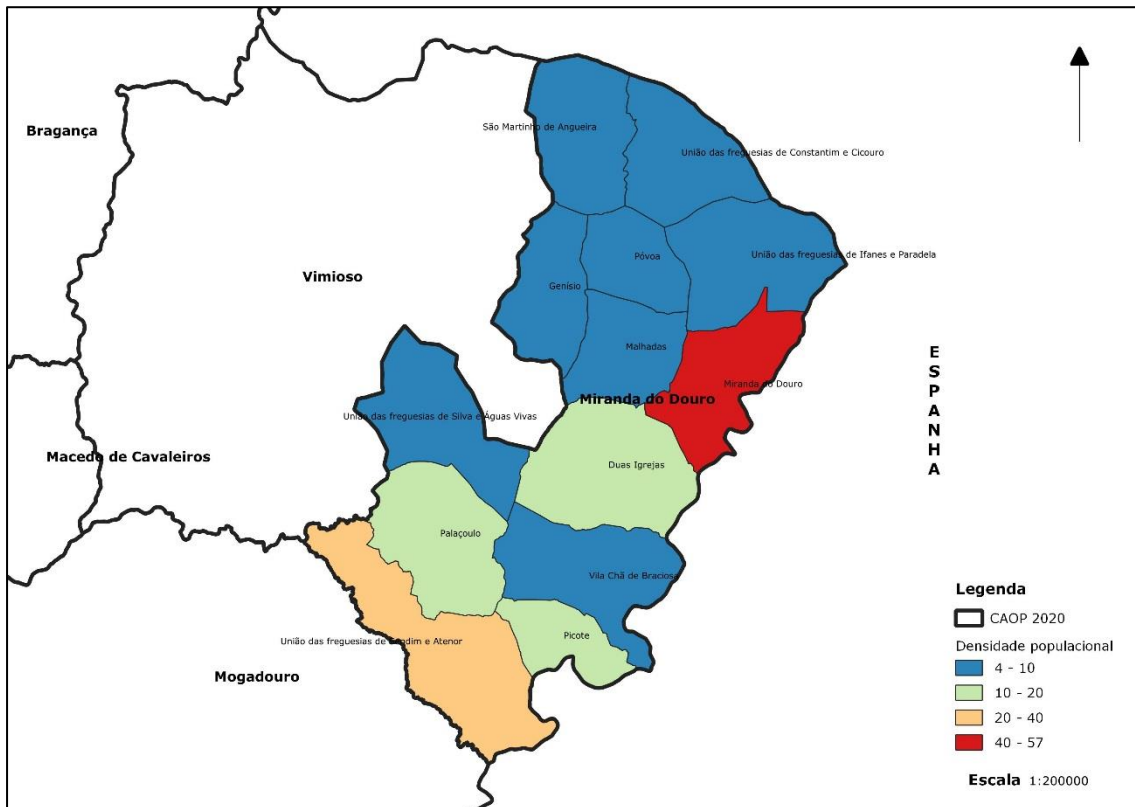
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Contudo, importa destacar que a freguesia de Palaçoulo, pertencente à UT de Sendim, que apresenta um crescimento demográfico, entre 2011/2021, de 3%, contrariando o fenómeno demográfico de perda que se regista em todos os espaços geográficos envolventes ao concelho de Miranda do Douro, incluindo os transfronteiriços.

3.2. Densidade populacional

A figura seguinte representa a densidade populacional em Miranda do Douro, desagregada ao nível das freguesias no ano de 2021.

Figura 22: Densidade populacional em 2021



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na figura anterior verifica-se que a densidade populacional é mais expressiva na freguesia de Miranda do Douro, muito por conta de ser sede concelhia.

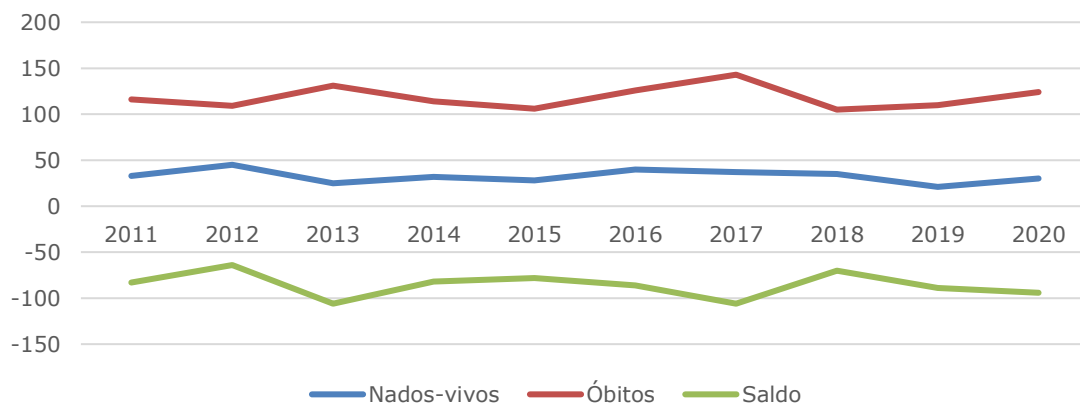
Destaca-se também a UF de Sendim e Atenor, uma vez que apresenta dos valores mais elevados em termos de densidade e constitui um importante centro dentro da dinâmica urbana do concelho.

3.3. Natalidade e Mortalidade

Neste subcapítulo serão analisados os seguintes indicadores: nados-vivos/ taxa de natalidade e óbitos/ taxa de mortalidade.

Com base na análise da figura seguinte, verifica-se uma tendência negativa do saldo fisiológico, entre 2011/2020, em Miranda do Douro.

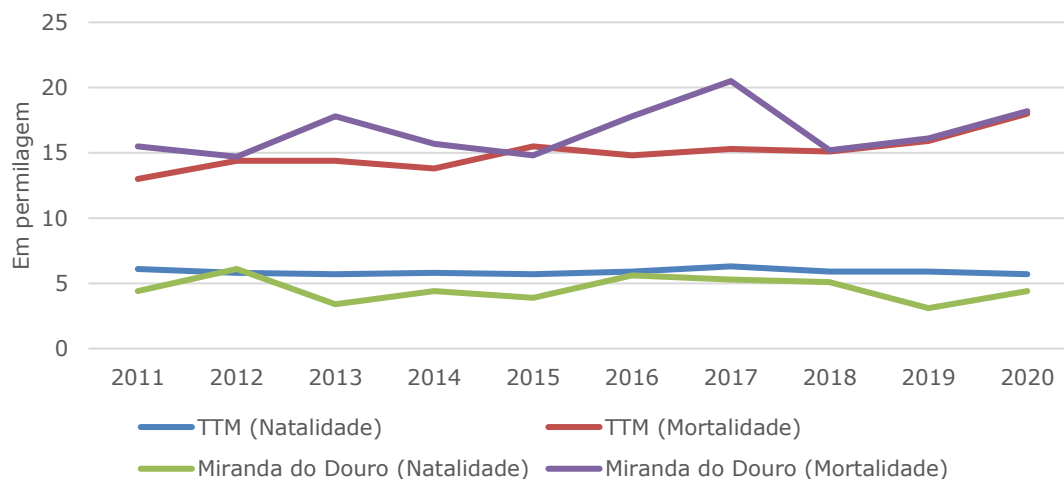
Figura 23: Evolução do saldo fisiológico em Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em termos de taxas de natalidade e de mortalidade, no período em análise, Miranda do Douro, comparativamente com as TTM, apresenta uma taxa de mortalidade superior e uma taxa de natalidade inferior, sendo a exceção no ano de 2012. De referir que em 2011, a taxa de mortalidade do concelho era de 16%, tendo aumentado 2% em 2020.

Figura 24: Taxa de natalidade e mortalidade

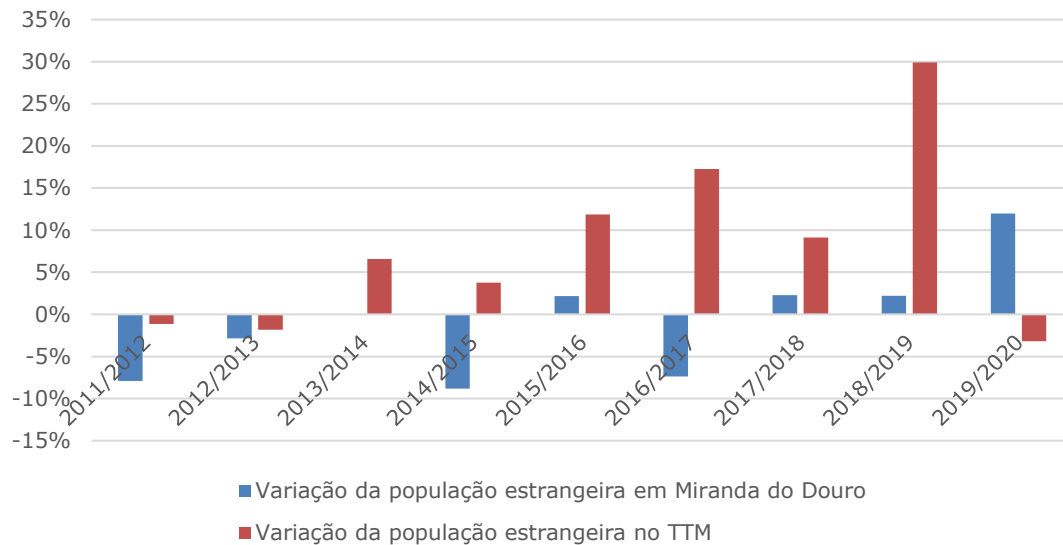


Fonte: INE

3.4. Movimentos migratórios

No que respeita os movimentos migratórios em Miranda do Douro, importa referir que foi realizada a variação da população estrangeira no concelho e nas TTM, como se verifica na figura seguinte.

Figura 25: Variação da população estrangeira



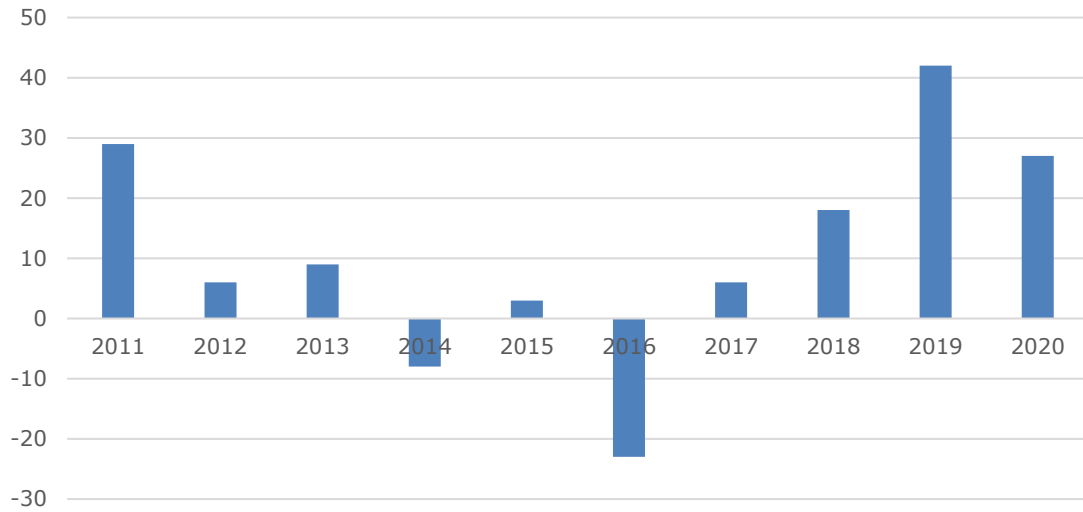
Fonte: Elaboração própria baseada nos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Verifica-se que a variação da população estrangeira a residir em Miranda do Douro é positiva nos últimos anos. Importa referir que esta tendência acompanha o que se verifica na sub-região das TTM.

Assim sendo, mostra-se pertinente a análise do saldo migratório do concelho, que, na sua generalidade, se apresenta positivo, à exceção do ano de 2014 (-8) e 2016 (-23).

Apesar das oscilações referidas, verifica-se que Miranda do Douro apresenta uma evolução positiva do saldo migratório, como se pode constatar através da análise da figura seguinte.

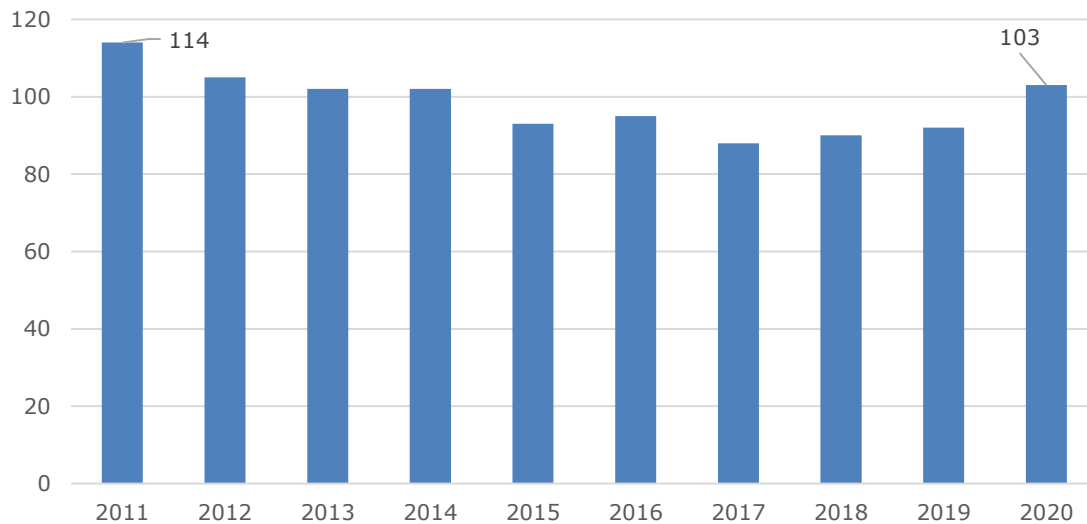
Figura 26: Saldo migratório em Miranda do Douro



Fonte: INE

Importa salientar que o aumento do saldo migratório é justificado, em parte, pela população migrante que tem vindo a aumentar nos últimos anos – e isso confirma-se pela informação dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.

Figura 27: Evolução da população estrangeira residente em Miranda do Douro



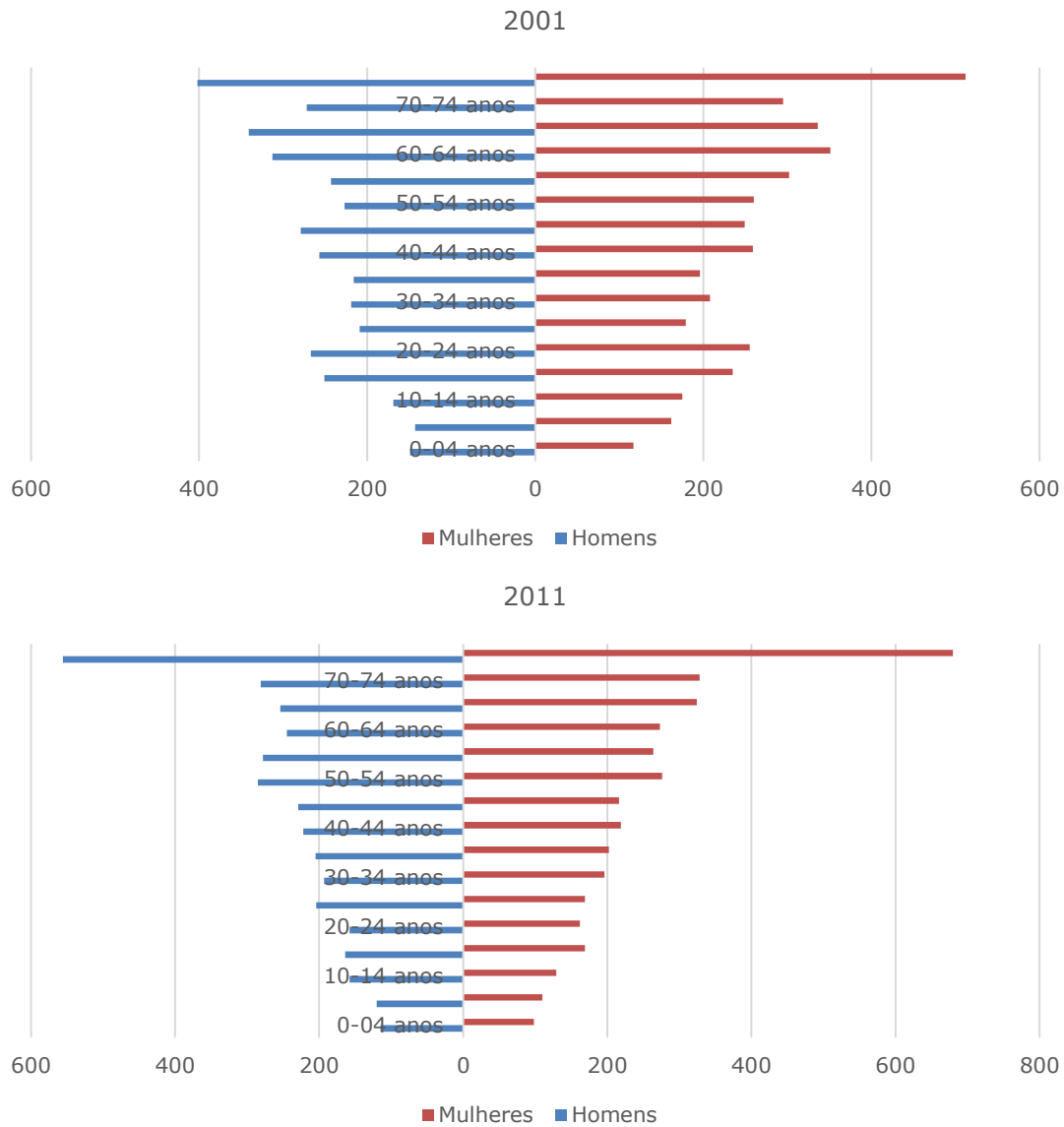
Fonte: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Com base na figura anterior, importa salientar que a população estrangeira residente no concelho é, na sua maioria, proveniente do Brasil e de Espanha.

3.5. Estrutura etária

Neste subcapítulo será realizada a análise da estrutura etária de Miranda do Douro, entre 2001/2011 e 2011/2020.

Figura 28: Pirâmides etárias de 2001 e 2011



Fonte: INE

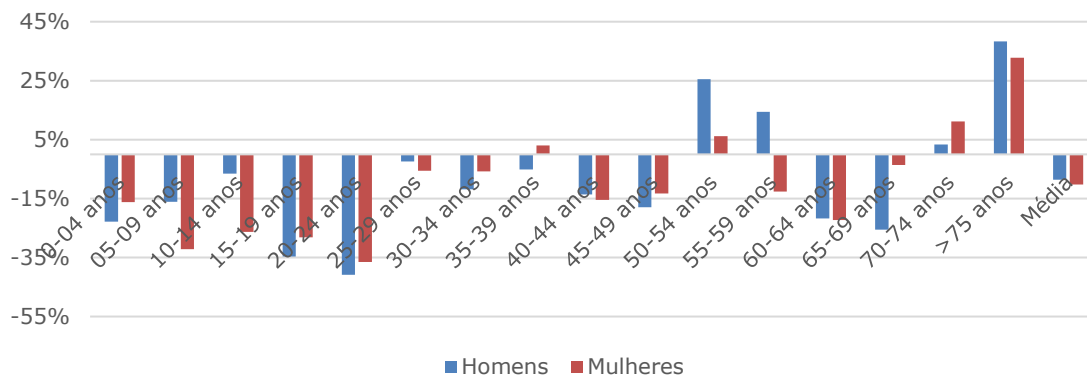
Com base na figura anterior, verifica-se que a estrutura populacional, entre 2001/2011, reflete a tendência de envelhecimento populacional. Em 2011, o estreitamento da base da pirâmide é mais evidente, sendo expressivo nos grupos etários até aos 25 anos de idade. Contrariamente ao verificado no

grupo mais jovem, observa-se o alargamento da camada superior, correspondente à faixa etária mais envelhecida (>75 anos).

Entre 2001/2011, a maioria dos grupos etários apresenta um decréscimo da população, à exceção do grupo etário entre os:

- 35-39 anos, onde se verifica um aumento de 6 indivíduos do sexo feminino;
- 50-54 anos, com um aumento de 16 indivíduos do sexo feminino;
- 50-59 anos, com um aumento de 93 indivíduos do sexo masculino;
- >70 anos, com um aumento de 364 indivíduos.

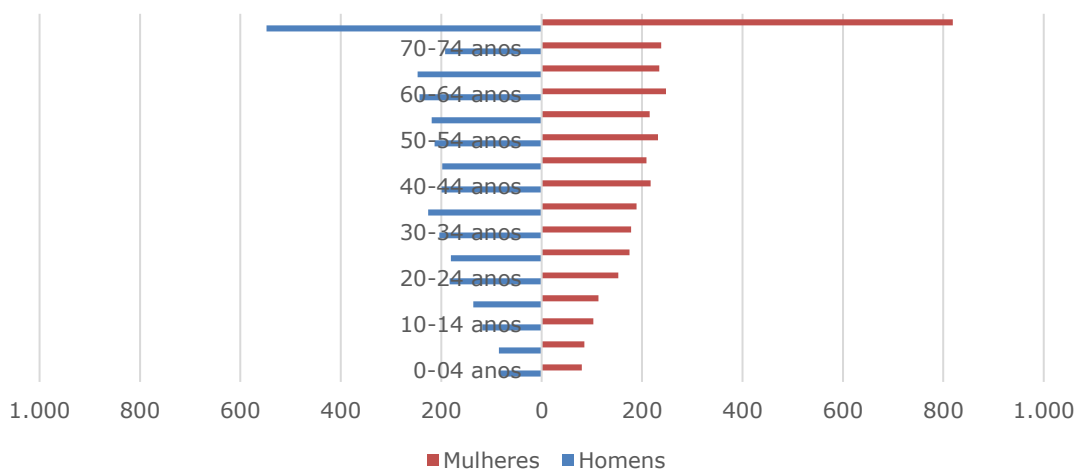
Figura 29: Variação dos grupos etários entre 2001 e 2011



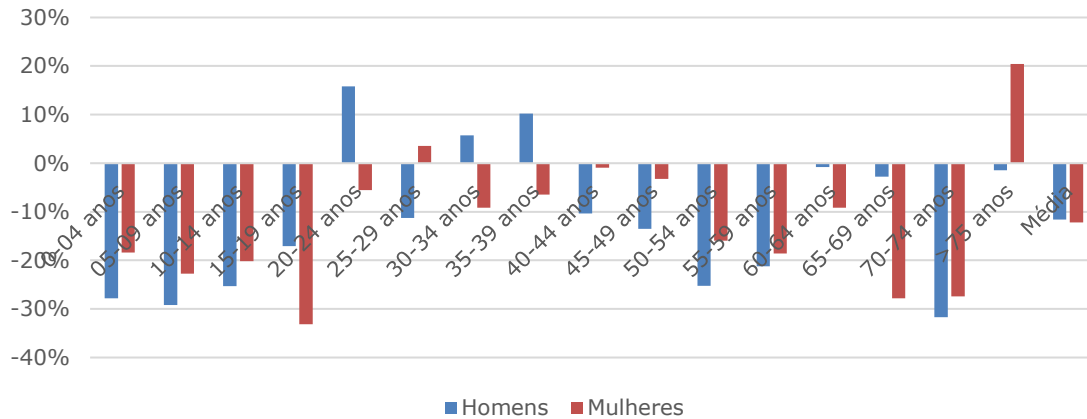
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na informação mais recente, mostra-se pertinente considerar as figuras seguintes e a respetiva análise.

Figura 30: Pirâmide etária em 2020 e variação dos grupos etários entre 2011 e 2020



Continua na página seguinte.



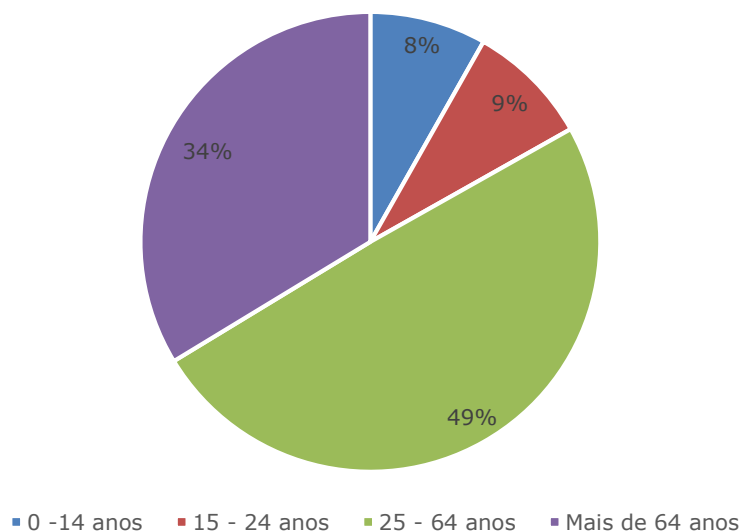
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Verifica-se que comparativamente com 2011, 2020 demonstra uma diminuição da população (-719) na maioria dos grupos etários, com exceção dos seguintes grupos:

- 20-24 anos, com um aumento de 16% nos indivíduos do sexo masculino;
- 25-29 anos, com um aumento de 4% nos indivíduos do sexo feminino;
- 30-34 anos, com um aumento de 6% nos indivíduos do sexo masculino;
- 35-39 anos, com um aumento de 10% nos indivíduos do sexo masculino;
- >75 anos, com um aumento de 20% nos indivíduos do sexo feminino.

Em termos de composição etária, em 2020, apresenta a seguinte.

Figura 31: População residente por grupo etário em 2020

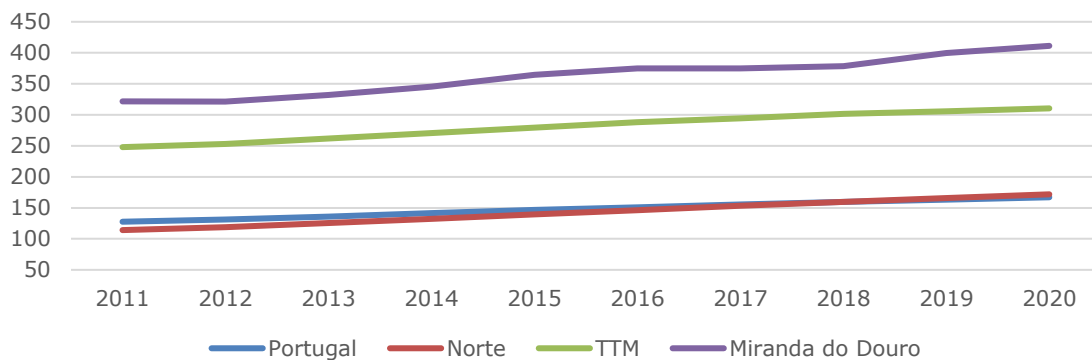


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

3.6. Índices demográficos

Com base na dinâmica demográfica observada do concelho, mostra-se pertinente realizar uma análise dos índices de demográficos, de forma mais pormenorizada a fim de compreender o comportamento dos mesmos, em diferentes dimensões geográficas e quais as perspetivas existem para o futuro em termos demográficos.

Figura 32: Índice de envelhecimento



Fonte: INE

No seguimento da análise da figura anterior, verifica-se que o índice de envelhecimento demográfico apresenta uma tendência crescente em todos os espaços geográficos entre 2011/2020 – refletindo a tendência de envelhecimento populacional. Simultaneamente, Miranda do Douro lidera comparativamente com os espaços geográficos em análise.

No que respeita às UT, mostra-se pertinente considerar os valores relativos ao período intercensitário.

Tabela 12: Índice de envelhecimento

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	102,2	127,8	25%
Norte	79,8	113,3	42%
TTM	203,5	317,4	56%
Miranda do Douro	235,8	331,9	41%
UT Miranda	578,6	777,3	34%
UT Sendim	339,3	551,2	62%

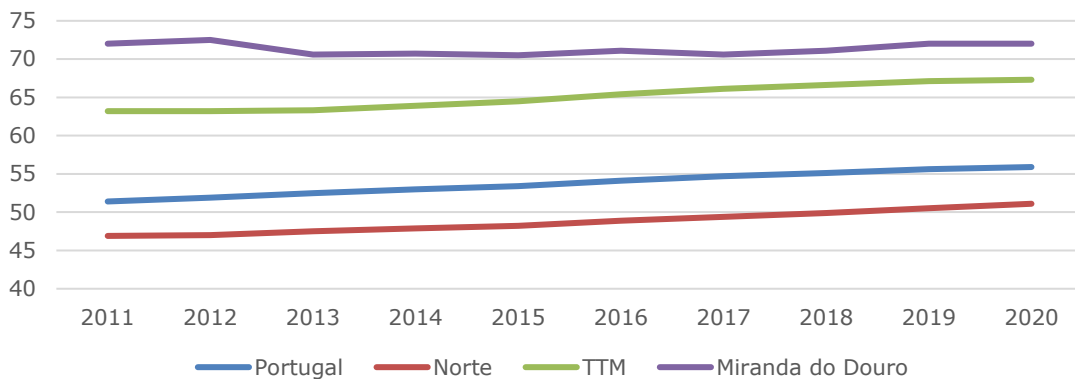
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Miranda do Douro apresenta uma variação positiva de 41%. Assim sendo, verifica-se que as UT acompanham a tendência assumida pelo concelho, refletindo o aumento do índice de envelhecimento, à exceção da freguesia de

Genísio (localizada na UT Miranda), que apresenta uma variação negativa de -1%, no período em análise.

De seguida, apresentam-se os valores referentes ao índice de dependência total, no concelho e nos espaços geográficos em que este se insere.

Figura 33: Índice de dependência total



Fonte: INE

Após a análise da figura anterior, verifica-se que Miranda do Douro assume uma tendência de estabilização, registando-se um índice de dependência total de 72 no ano de 2020.

De seguida, observa-se os valores referentes ao índice de dependência total desagregado às UT.

Tabela 13: Índice de dependência total

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	47,8	51,3	7%
Norte	45,9	47,5	3%
TTM	61,4	70,8	15%
Miranda do Douro	61,8	72,8	18%
UT Miranda	75,8	101,3	34%
UT Sendim	69,9	83,5	19%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No que respeita o índice de dependência total, verifica-se que o concelho apresenta uma variação positiva de 18%, seguindo o cenário observado nos espaços geográficos superiores.

Ao nível das UT, observa-se que estas acompanham o verificado a nível concelhio, salientando-se a freguesia da Póvoa (localizada na UT Miranda) que apresenta uma variação positiva de 64%, entre 2001/2011.

3.7. Agregado familiar

Neste subcapítulo serão analisados os indicadores do n.º de famílias e a proporção de famílias monoparentais, de modo a avaliar o agregado familiar. Esta análise foi realizada entre 2001/2011 e 2011/2021 para o indicador do n.º de famílias e entre 2001/2011 para a proporção de famílias monoparentais.

Tabela 14: Variação do n.º de famílias

Espaço geográfico	2001	2011	2021	Var. 2001/2011	Var. 2011/2021
Portugal	3 654 633	4 048 559	4 156 017	11%	3%
Norte	1 211 590	1 332 127	1 382 777	10%	4%
TTM	47 008	46 973	45 595	0%	-3%
Miranda do Douro	3 128	3 062	2 809	-2%	-8%
<i>UT Miranda</i>	<i>2 002</i>	<i>1 968</i>	<i>1 820</i>	<i>-2%</i>	<i>-8%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>1 126</i>	<i>1 094</i>	<i>989</i>	<i>-3%</i>	<i>-10%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Relativamente ao n.º de famílias, verifica-se que o concelho apresenta uma variação negativa nos períodos em análise. Simultaneamente, as UT acompanham essa tendência, à exceção da freguesia de Miranda do Douro, que apresenta uma variação positiva de 1% e da freguesia de Palaçoulo (localizada na UT Sendim) com uma variação de 7%.

Em termos da proporção de famílias monoparentais, importa ter em consideração a tabela seguinte.

Tabela 15: Proporção de famílias monoparentais

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	11,5%	14,89%	29%
Norte	10,8%	13,75%	27%
TTM	9,5%	10,95%	15%
Miranda do Douro	8,1%	9,70%	20%
<i>UT Miranda</i>	<i>8,4%</i>	<i>10,60%</i>	<i>26%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>6,8%</i>	<i>7,49%</i>	<i>11%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em relação aos valores representados na tabela anterior, verifica-se que Miranda do Douro tem uma variação positiva de 20%. No que respeita às UT, pode-se concluir que estas acompanham essa tendência, com a exceção das freguesias de Duas Igrejas (-13%), Genísio (-33%) e Malhadas (-8%), localizadas na UT de Miranda; e das freguesias de Palaçoulo (-20%) e Picote (-30%), localizadas na UT de Sendim.

3.8. Projeções demográficas

A análise que se desenvolve neste ponto, relativamente à perspetiva de evolução da população do concelho de Miranda do Douro, assume um papel de grande significado para o processo de planeamento em geral e para o trabalho de revisão do PDMMD, em particular.

O conhecimento das dinâmicas demográficas atuais e a sua evolução nas próximas décadas revela-se um fator estratégico fundamental, quer para a elaboração de propostas de ocupação do solo, quer para a programação de equipamentos públicos ou, ainda, para o desenvolvimento de infraestruturas básicas e de rede de transportes.

Por outro lado, não se podem ignorar as dificuldades inerentes a um qualquer processo de previsão populacional resultante, sobretudo, do carácter aleatório que envolve uma análise deste género.

Para este exercício foi utilizada uma fonte de informação que não deve ser comparada com os CENSOS, dado que este se reporta a resultados oficiais e as estimativas a resultados provisórios.

Assim sendo, **no caso das estimativas**, tomou-se como referência, as do INE desde 2012 até 2020. Para tal, as projeções demográficas apresentam três cenários:

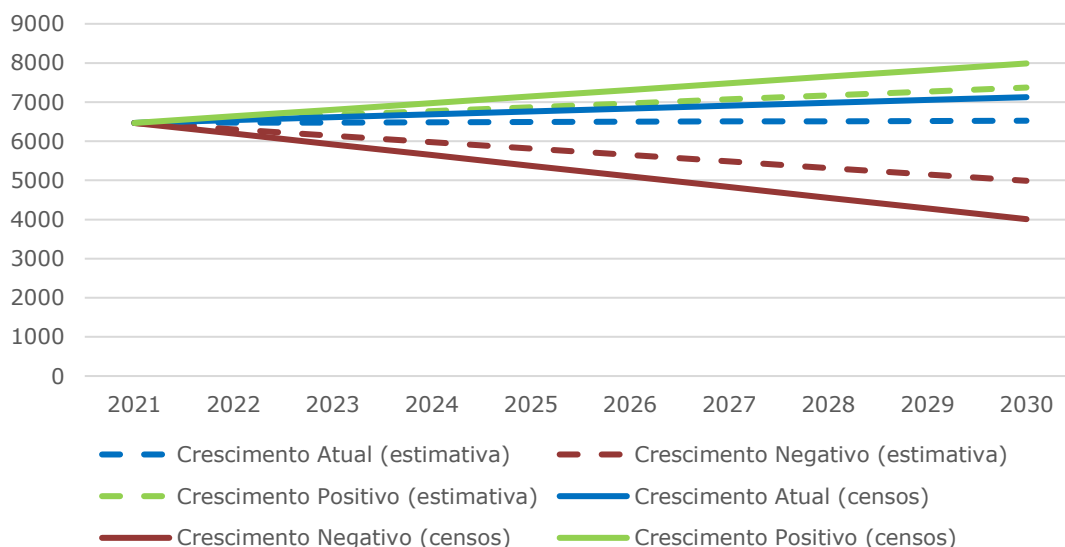
- Um crescimento atual, associado ao crescimento dos principais aglomerados urbanos do País – para esta projeção foram considerados os últimos crescimentos das capitais de distrito extintas desde 2011;
- Um crescimento negativo associado ao maior decréscimo populacional entre 2012 e 2019 das capitais de distrito;
- Um crescimento positivo associado ao maior crescimento populacional durante o mesmo período e no mesmo espaço geográfico que o anterior.

Replicando a mesma metodologia, agora com **a informação referente ao CENSOS de 2021**, desenvolveram-se na mesma três cenários:

- Um crescimento atual, associado ao crescimento dos principais aglomerados urbanos do País – para esta projeção foram considerados os últimos crescimentos das capitais de distrito extintas desde 2011;
- Um crescimento negativo associado à evolução média negativa da população residente em cada capital de distrito no período de 2011/2021, retirando-se os extremos;
- Um crescimento positivo associado à evolução média positiva da população residente nas mesmas condições do ponto anterior.

Comparando os cenários mencionados e tendo em conta que estes são prospetivos, existe um hiato entre eles, onde cremos que a dinâmica demográfica irá evoluir.

Figura 34: Projeções demográficas de Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Segundo projeções demográficas para 2025, o crescimento atual aponta para um intervalo entre 6 492 e 6 759 habitantes.

Contudo, as **perspetivas futuras são de regressão demográfica**, muito por conta do intenso envelhecimento e a diminuição drástica dos nados-vivos.

Esta tendência é confirmada pelo INE para o ano de 2080, nas Projeções de População Residente em Portugal (passa-se a citar).

Entre 2018 e 2080, de acordo com o cenário central de projeção:

Portugal perderá população, dos atuais 10,3 para 8,2 milhões de pessoas.

O número de jovens diminuirá de 1,4 para cerca de 1,0 milhões. Mesmo admitindo aumentos no índice sintético de fecundidade, resulta, ainda assim, uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade registados em anos anteriores.

O número de idosos (65 e mais anos) passará de 2,2 para 3,0 milhões.

O índice de envelhecimento em Portugal quase duplicará, passando de 159 para 300 idosos por cada 100 jovens, em 2080, em resultado do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa. A região mais envelhecida em 2080 será a Região Autónoma da Madeira, com este índice a atingir os 429 idosos por cada 100 jovens, e a região menos envelhecida será o Algarve, com um índice de 204.

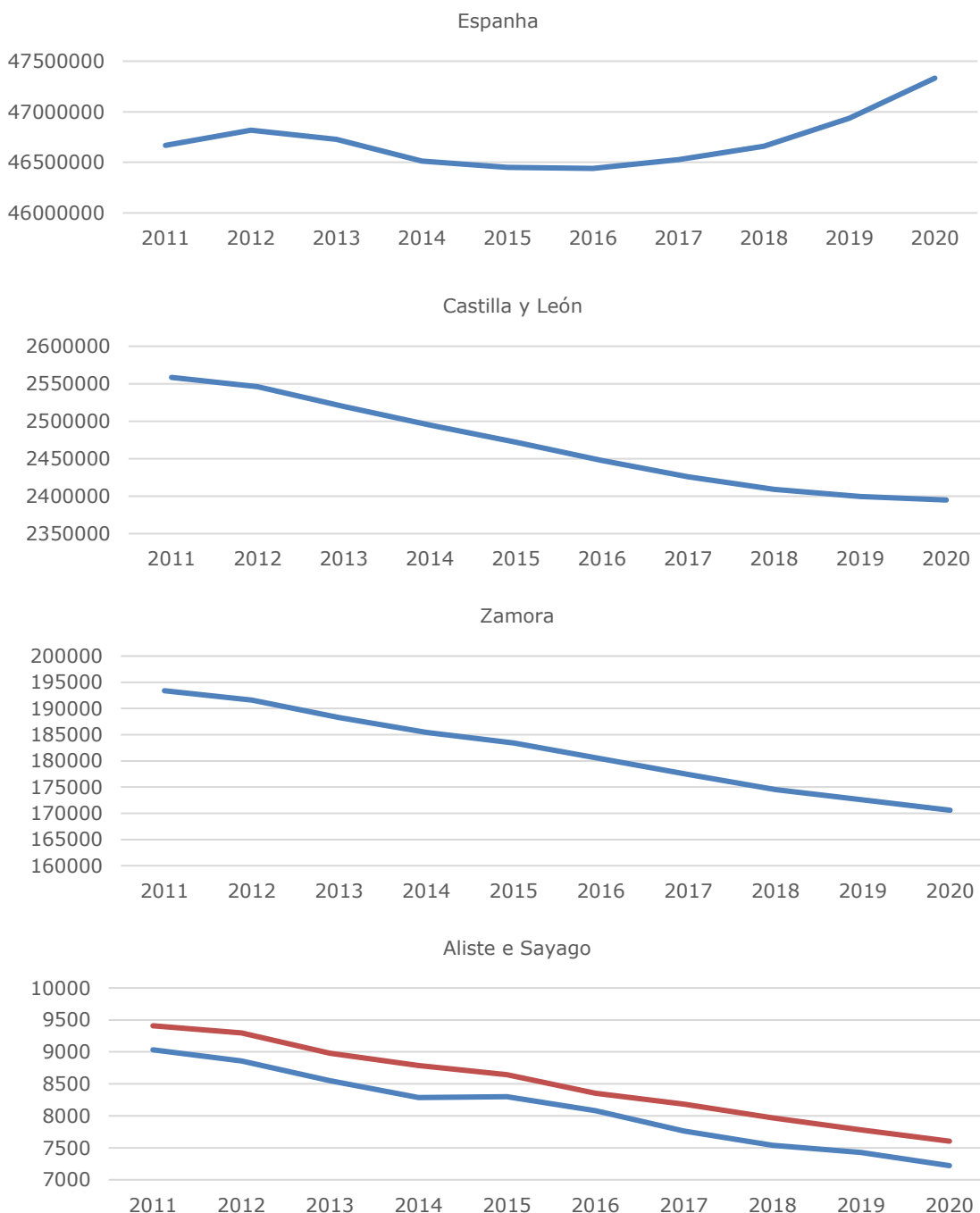
Em Portugal, o índice de envelhecimento só tenderá a estabilizar na proximidade de 2050, quando as gerações nascidas num contexto de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição das gerações já se encontrarem no grupo etário 65 e mais.

A população em idade ativa (15 a 64 anos) diminuirá de 6,6 para 4,2 milhões de pessoas. (...)

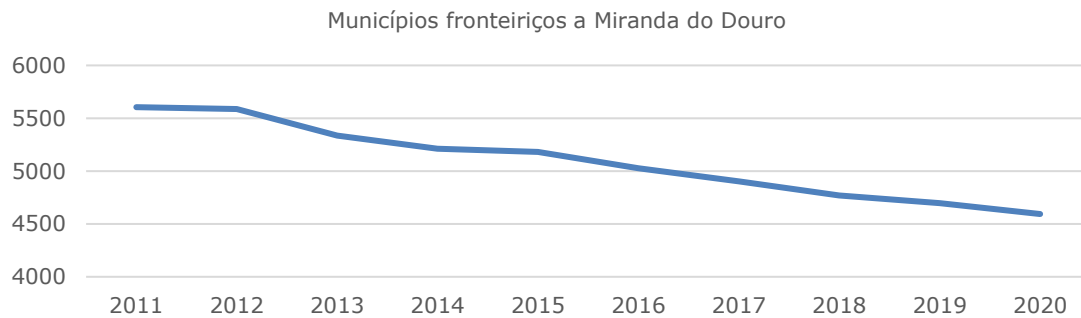
3.9. Questão transfronteiriça

No presente subcapítulo abordam-se as preocupações demográficas do contexto espanhol a diferentes escalas, neste caso: a nível nacional, regional, sub-regional, intermunicipal e municipal.

Figura 35: Evolução populacional do território espanhol



Continua na página seguinte.



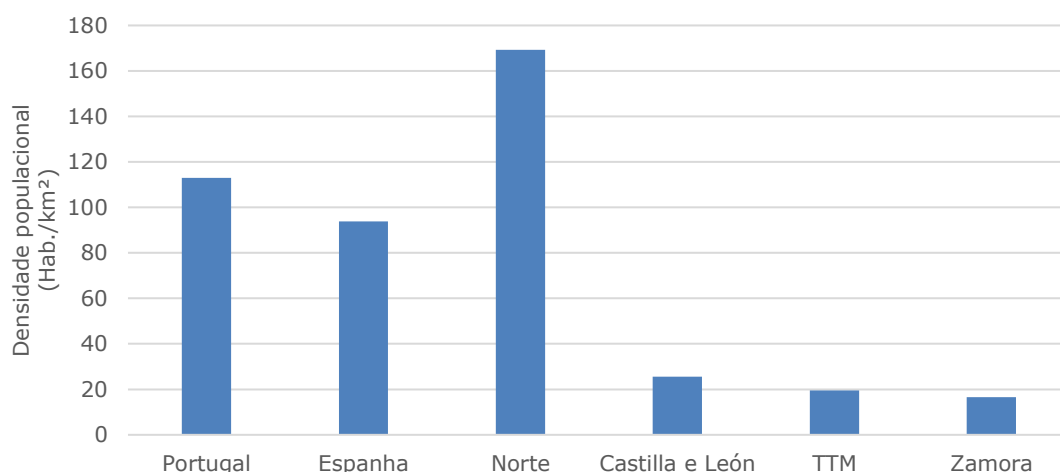
Fonte: INE.ES

Espanha assume uma tendência crescente em termos populacionais, verificando-se um aumento de 576 007 residentes, entre 2011/2020, alavancado essencialmente pelo saldo migratório e um fenómeno localizado, predominantemente, em Madrid, Barcelona, Araba, Melilla e Ilhas Baleares.

Contudo, essa tendência não é refletida nos restantes espaços geográficos, na medida em que se verifica uma diminuição significativa do efetivo populacional – este fenómeno é considerado em Espanha como um *desastre demográfico*, associado a uma crise do saldo natural e intenso êxodo rural.

Em termos de densidade populacional, em 2019 importa ter em consideração a figura seguinte.

Figura 36: Densidade populacional em 2019



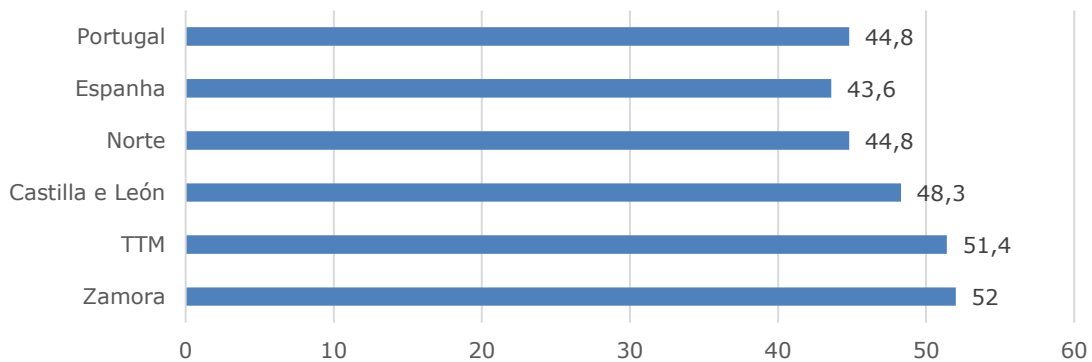
Fonte: Eurostat

Verifica-se que o Norte de Portugal destaca-se perante os restantes territórios em análise, dado que tem os valores mais elevados de densidade

populacional. De referir ainda que, Portugal apresenta uma densidade populacional de 113 hab./km² – valor superior comparativamente com Espanha.

Ao nível da idade média da população, importa ter em consideração a figura seguinte.

Figura 37: Idade média da população em 2018



Fonte: Eurostat

Com base nos dados representados, Zamora é o território que apresenta a idade média mais elevada, registando o valor médio de 52 anos, em 2018.

Em contraste com este valor, salienta-se o Norte de Portugal que apresenta o valor médio mais baixo (43,6), quando comparado com os restantes espaços geográficos.

Em síntese, importa realçar que o território transfronteiriço português e espanhol é caracterizado pela baixa densidade populacional e o intenso envelhecimento e despovoamento demográfico.

4. ECONOMIA

O presente capítulo destina-se à análise das dinâmicas económicas presentes no concelho. Este estudo foi realizado segundo as bases estatísticas do INE e da PORDATA.

Neste seguimento, e de forma a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados, apresenta-se o confronto dos dados relativos a Miranda do Douro, com as TTM, o Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional do concelho.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, organizando-se a análise segundo as UT, sempre que possível e pertinente.

É importante referir que a base de dados estatística do INE não apresenta os valores relativos à freguesia de Águas Vivas, para o ano de 2001, nos seguintes indicadores:

- Taxa de abandono escolar;
- Taxa de analfabetismo;
- População ativa;
- Taxa de desemprego.

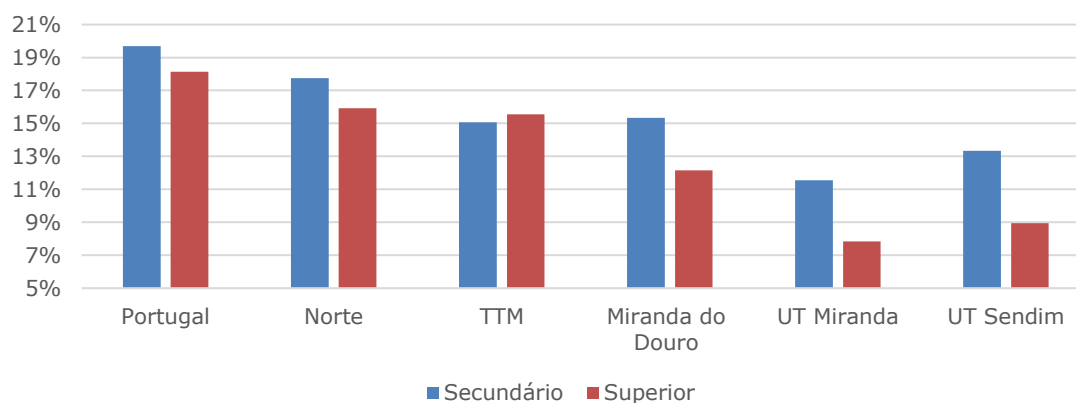
Posto isto, a UF de Silva e Águas Vivas assume o valor correspondente a Silva.

Importa salientar que, relativamente aos indicadores relacionados com as dinâmicas turísticas, a base de dados estatística do INE não apresenta valores para uma parte significativa dos concelhos pertencentes às TTM, estando desta forma os valores condicionados neste espaço geográfico.

4.1. Situação educativa/formativa

Neste subcapítulo serão analisados indicadores que nos dão a conhecer o contexto educativo e formativo da população de Miranda do Douro.

Figura 38: Proporção com ensino secundário e superior em 2011



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

A proporção da população com ensino secundário e superior em 2011 é maior, muito por conta da competitividade proporcionada pelo mercado laboral, a necessidade de maior especialização e a obrigatoriedade de estudar até aos 18 anos.

Tal aplica-se também às UT do concelho, havendo a destacar a freguesia de Miranda do Douro que apresenta as proporções de ensino secundário (22%) e ensino superior (20%), bem como as freguesias de maior densidade populacional que apresentam, ainda assim, valores inferiores ao que se verifica na Região e no País.

Outro indicador de melhoria da situação educativa/formativa de Miranda do Douro é a redução da taxa de abandono escolar e de analfabetismo em igual período e na maioria dos espaços geográficos em análise.

Tabela 16: Indicadores escolares

<i>Taxa de abandono escolar</i>			
Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	2,8%	1,7%	-1,1%
Norte	3,5%	1,5%	-2,0%
TTM	3,7%	2,0%	-1,8%
Miranda do Douro	3,5%	1,7%	-1,9%
UT Miranda	1,4%	1,7%	0,3%
UT Sendim	8,7%	0,5%	-8,2%

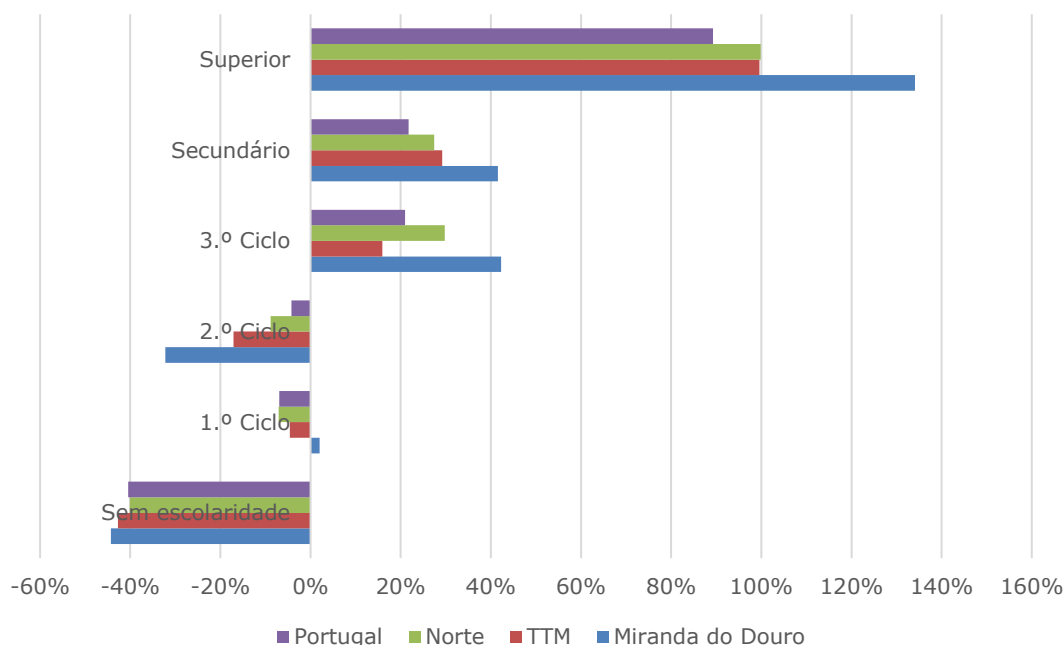
Continua na página seguinte.

<i>Taxa de analfabetismo</i>			
Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	9%	5%	-4%
Norte	8%	5%	-3%
TTM	17%	11%	-6%
Miranda do Douro	18%	11%	-7%
<i>UT Miranda</i>	<i>21%</i>	<i>14%</i>	<i>-7%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>22%</i>	<i>13%</i>	<i>-9%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em relação ao nível de escolaridade do concelho, denota-se que em 2001, 33% da população residente com mais de 15 anos, não apresenta nenhum tipo de escolaridade, tendo este valor diminuído para os 20%.

Figura 39: Variação por nível de ensino da população residente com + 15 anos (2001/2011)



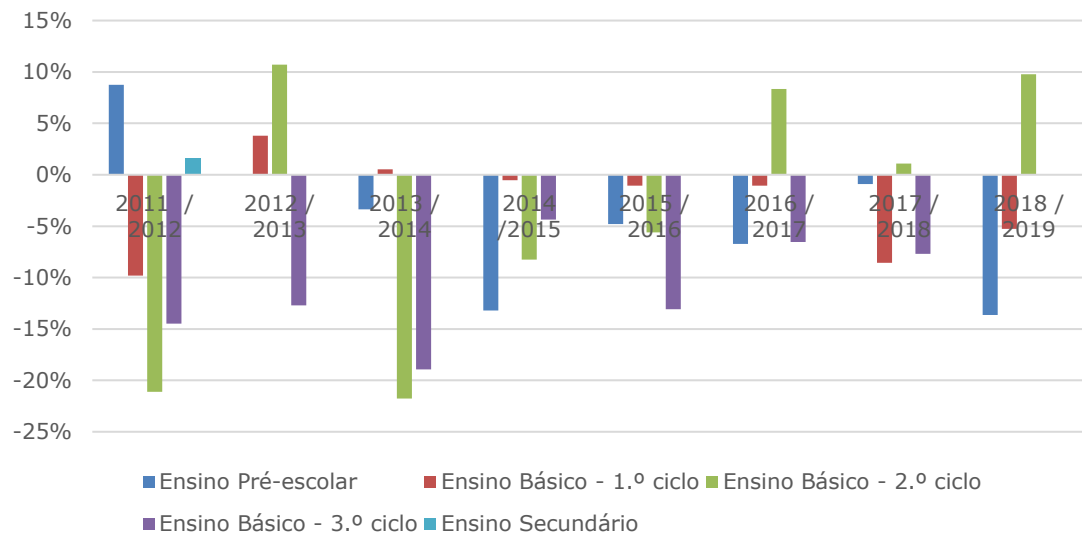
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Relativamente aos demais níveis de escolaridade, salienta-se o 3.º ciclo, o ensino secundário e ensino superior que apresentam uma variação positiva em todos os espaços em análise, sendo de salientar que nestes níveis de ensino, Miranda do Douro destaca-se com os valores mais elevados, comparativamente com os restantes espaços geográficos.

As melhorias verificadas neste indicador reportam-se aos argumentos já identificados no início do presente subcapítulo.

Por fim, ao nível da dinâmica atual do n.º de alunos matriculados, recomenda-se a consulta da figura seguinte.

Figura 40: Variação do n.º de alunos matriculados por nível de ensino em Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

De modo geral, assiste-se a uma diminuição do n.º de alunos, uma vez que em 2011 estavam matriculados um total de 1 040 alunos e em 2019, 490 alunos.

Contudo, apesar do decréscimo verificado na maioria do n.º de alunos matriculados, verificam-se alguns casos de aumento, como é caso dos seguintes níveis de ensino, em que se verifica uma variação positiva:

- Pré-escolar:
 - Ano letivo 2011/2012: 9%.
- 1.º ciclo:
 - Ano letivo 2012/2013: 4%;
 - Ano letivo 2013/2014: 1%.
- 2.º ciclo:
 - Ano letivo 2012/2013: 11%;
 - Ano letivo 2016/2017: 8%;
 - Ano letivo 2017/2018: 1%;
 - Ano letivo 2018/2019: 10%.
- Secundário:
 - Ano letivo 2011/2012: 2%.

4.2. População ativa

Em termos de população ativa, importa ter em consideração que são todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade.

Tabela 17: População ativa na TTM

Espaço geográfico	2011	2020	Var.	PT 2011	PT 2020	Dif.
Portugal	6 979 785	6 605 976	-5%	66%	64%	-2%
Norte	2 501 010	2 359 564	-6%	68%	66%	-2%
TTM	71 491	63 684	-11%	61%	60%	-1%
Miranda do Douro	4 329	3 931	-9%	58%	58%	0%
Alfândega da Fé	2 948	2 635	-11%	58%	59%	1%
Bragança	22 759	21 150	-7%	64%	63%	-1%
Macedo de Cavaleiros	9 493	8 520	-10%	60%	59%	-1%
Mirandela	14 938	13 102	-12%	63%	61%	-2%
Mogadouro	5 572	4 631	-17%	58%	56%	-3%
Vila Flor	4 047	3 607	-11%	60%	60%	0%
Vimioso	2 453	2 207	-10%	53%	56%	3%
Vinhais	4 952	3 901	-21%	55%	51%	-3%

Legenda:

PT – Peso na população residente total

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na tabela anterior pode-se aferir que Miranda do Douro apresenta uma variação negativa de -9%, entre 2011/2020. Em 2020, o concelho apresenta uma população ativa de 3 931, que corresponde a um peso de 58% na população total do concelho, nesse mesmo ano.

Em termos gerais, nas TTM é registada uma variação negativa, que é o reflexo do aumento do envelhecimento populacional e da diminuição da população.

Ao nível das UT, este indicador só pode ser verificado no período intercensitário (2001/2011), como se verifica na tabela seguinte.

Tabela 18: Evolução da população ativa em Miranda do Douro

Espaço geográfico	2001	2011	Var.	PT 2001	PT 2011	Dif.
Portugal	7 006 022	6 979 785	0%	68%	66%	-2%
Norte	2 527 587	2 501 010	-1%	69%	68%	-1%
TTM	80 746	71 491	-11%	64%	61%	-3%
Miranda do Douro	4 975	4 329	-13%	62%	58%	-4%
<i>UT Miranda</i>	<i>3 127</i>	<i>2 723</i>	<i>-13%</i>	<i>61%</i>	<i>57%</i>	<i>-4%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>1 848</i>	<i>1 606</i>	<i>-13%</i>	<i>62%</i>	<i>59%</i>	<i>-4%</i>

Legenda:

PT – Peso na população residente total

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise da tabela anterior, verifica-se que Miranda do Douro, no período intercensitário, regista uma variação negativa de -13% – diferença

mais elevada quando comparada com os espaços geográficos em que o concelho se insere.

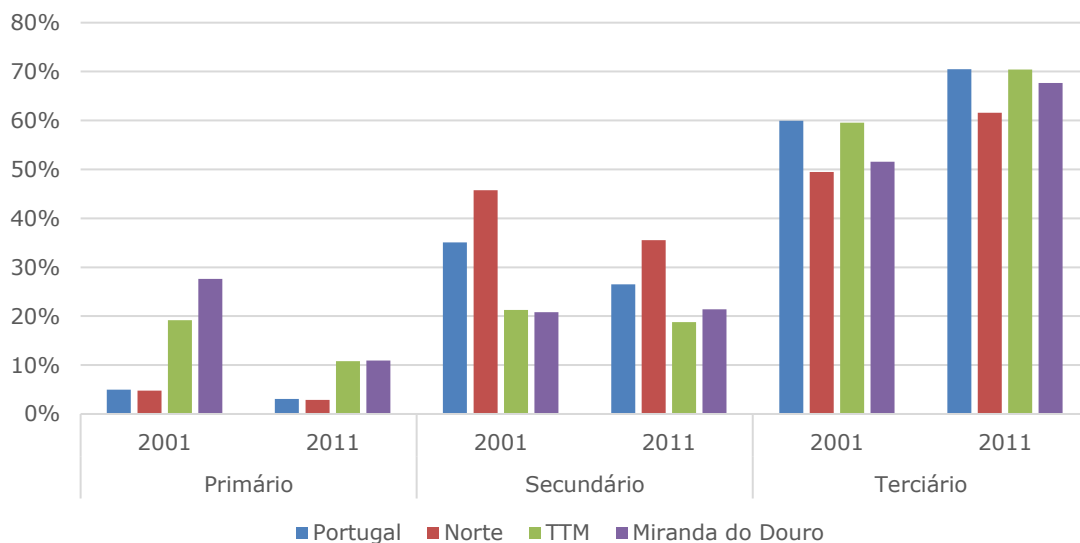
No que respeita às UT, verifica-se que estas assumem a mesma tendência de diminuição da população ativa, com a exceção da freguesia de Miranda do Douro, que apresenta uma variação positiva de 3%.

Importa ainda referir que a UF de Silva e Águas Vivas (localizada na UT Sendim) também apresenta uma variação positiva (25%) em termos de população ativa, contudo, este valor encontra-se inflacionado, uma vez que em 2001 a base de dados estatística do INE não apresenta valores para a freguesia de Águas Vivas.

4.3. Mercado laboral e rendimento

Neste subcapítulo será realizada uma análise do mercado laboral concelhio, tendo por base vários indicadores, como: a % de população empregue por setor de atividade económica, a população desempregada inscrita nos centros de emprego, o ganho médio mensal, o poder de compra *per capita* e a população que usufrui de pensões.

Figura 41: % da população empregue por setor de atividade

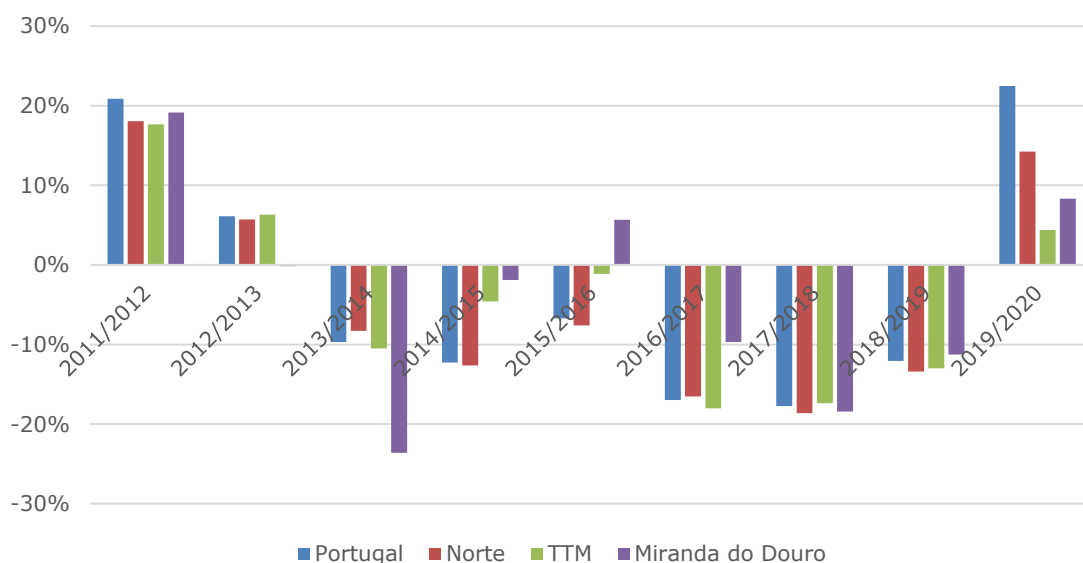


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da figura anterior, verifica-se que o setor terciário é aquele que emprega o maior n.º de pessoas no período em análise, sendo este tendencialmente superior nos anos mais recentes e futuramente, isto se Miranda do Douro seguir a terciarização da economia.

Comparativamente com os restantes espaços em que se insere, o concelho apresenta no setor primário valores mais elevados, observando-se um total de 28% da população empregue neste setor de atividade em 2001.

Neste seguimento, importa referir que a influência da crise económico-financeira de 2008 teve consequências diretas na população empregada, como se pode comprovar através da análise da evolução do n.º de desempregados inscritos (média anual).

Figura 42: Variação da população inscrita nos centros de emprego


Fonte: Elaboração própria baseada na PORDATA

Entre 2011/2012, a influência da crise económico-financeira de 2008 ainda influencia o n.º de desempregados e entre 2019/2020 começam a surgir os primeiros efeitos da COVID'19 no tecido económico com o aumento da população inscrita nos centros de emprego.

Ao nível das freguesias, só é possível abordar o período intercensitário e à semelhança do sucedido anteriormente os indicadores estão inflacionados pela crise económico-financeira de 2008.

Tabela 19: Taxa de desemprego

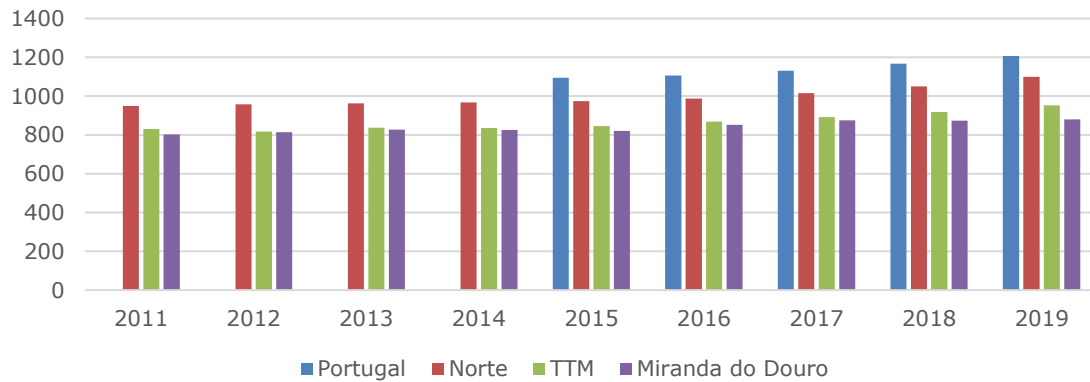
Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	7%	13%	6%
Norte	7%	14%	8%
TTM	8%	11%	3%
Miranda do Douro	4%	9%	5%
<i>UT Miranda</i>	6%	10%	4%
<i>UT Sendim</i>	6%	11%	5%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Uma vez que não existe informação para períodos mais recentes face a este indicador, não é permitido realizar uma avaliação da situação atual do concelho, mas consultando o indicador anterior referente ao número de desempregados inscritos nos centros de emprego verificar-se-á que este indicador – a não ser no período do pós-COVID'19 – tendencialmente diminuiu.

No que se refere ao ganho médio mensal, recomenda-se a consulta da figura seguinte.

Figura 43: Ganho médio mensal

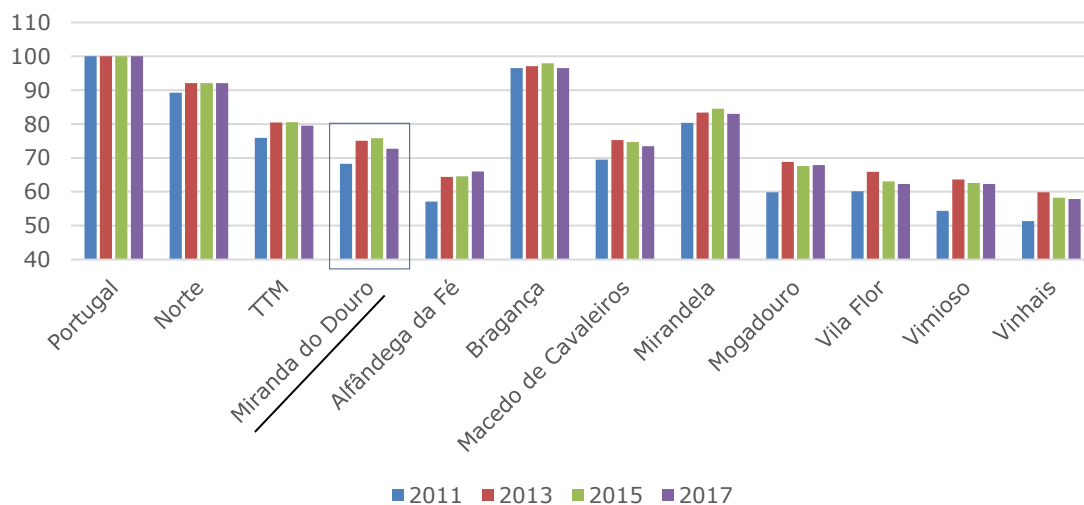


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Verifica-se uma tendência crescente no ganho médio mensal em Miranda do Douro, entre 2011/2019. Em 2011, apresentava um ganho médio mensal de 802,9€ e em 2019, o valor correspondente a 880,4€. Este aumento pode ser justificado tendo por base uma progressiva recuperação económica. Contudo, apesar deste cenário, o concelho apresenta os valores inferiores quando comparado com os restantes territórios em que se insere.

Ao nível do poder de compra *per capita*, importa ter em consideração o seguinte.

Figura 44: Poder de compra *per capita*



Fonte: INE

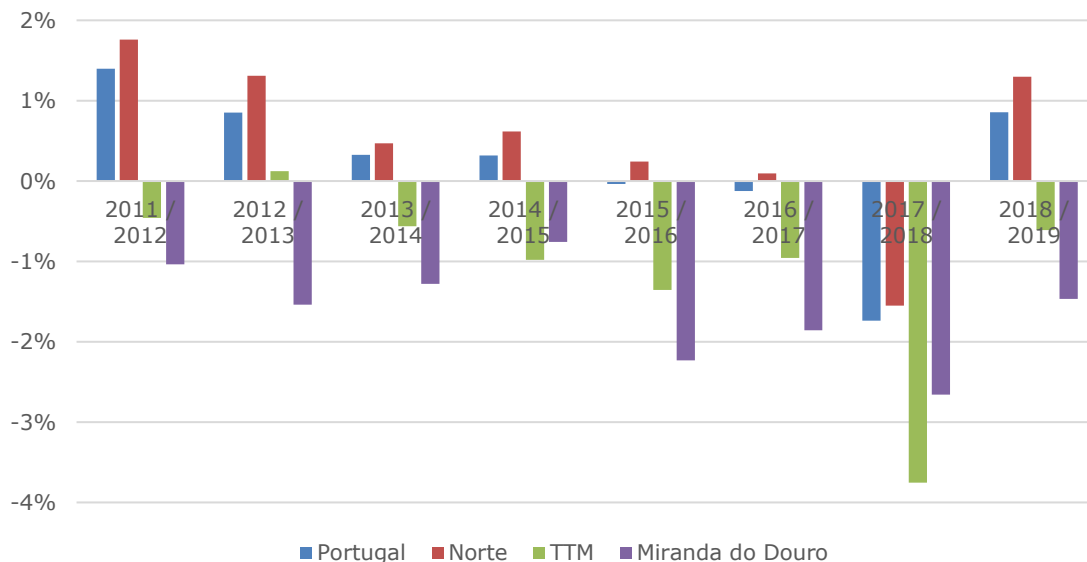
O indicador do poder de compra *per capita* compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes espaços geográficos. Ao poder de compra do País é atribuído o valor de 100, que serve de referência comparativa e de “desejado” alcance da parte dos diferentes agentes.

Em relação a Miranda do Douro, observa-se uma tendência crescente do poder de compra *per capita*, em todos os anos em análise, à exceção de 2017, que reflete uma ligeira descida comparativamente com 2015. No que respeita os espaços geográficos em que se insere, o concelho apresenta valores sempre inferiores, no período em análise.

No que respeita os concelhos pertencentes às TTM, importa destacar Bragança que regista os valores mais elevados, relativamente ao poder de compra *per capita*, seguindo-se de Mirandela e depois de Miranda do Douro.

Por fim, no que se refere ao indicador da população que usufrui de pensões, importa ter em consideração a figura seguinte.

Figura 45: Variação da população que usufrui de pensões



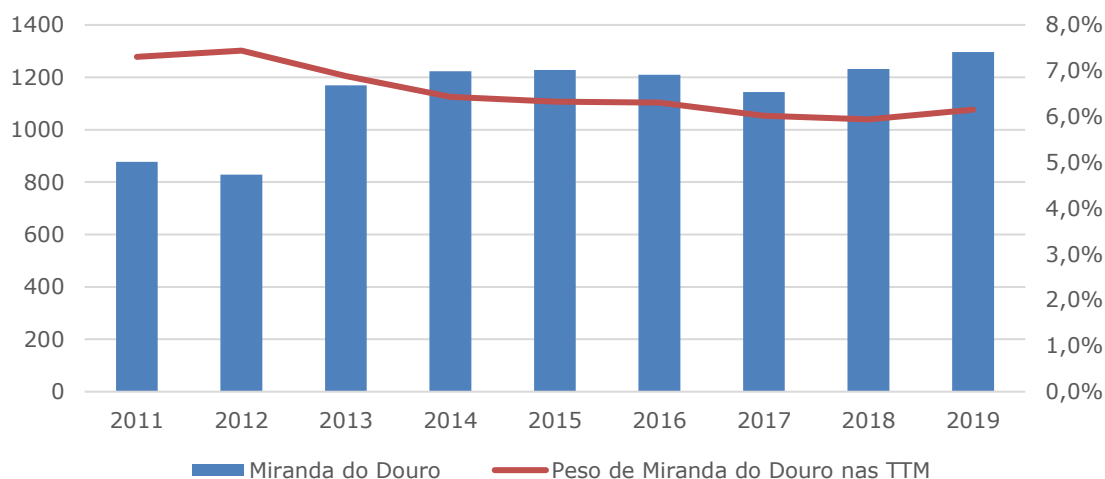
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

A população que usufrui de pensões tem vindo a diminuir ao longo dos anos em análise, registando-se em 2011 um total de 3 286 e em 2019 o total de 2 887 indivíduos.

4.4. Dinâmicas empresariais recentes

Neste subcapítulo serão analisados indicadores, como: o n.º de empresas, o volume de negócios, o pessoal ao serviço e a balança comercial do concelho, de modo a conhecer as dinâmicas empresariais no concelho.

Figura 46: N.º de empresas em Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Relativamente ao n.º de empresas, existe uma tendência de estabilização no concelho. Ainda assim, o n.º tem vindo a crescer nos últimos anos, verificando-se, contudo, que relativamente ao peso de Miranda do Douro na dinâmica empresarial das TTM tem vindo a diminuir.

No contexto das dinâmicas empresariais recentes, mostra-se pertinente salientar os aspetos destacados nas tabelas seguintes.

Tabela 20: Dinâmica empresarial em Miranda do Douro

Espaço geográfico	N.º empresas (Var. 2011/2019)	Volume de negócios (Var. 2011/2019)	Pessoal ao serviço (Var. 2011/2019)
Portugal	18%	21%	16%
Norte	24%	24%	19%
TTM	43%	-3%	43%
Miranda do Douro	31%	-4%	31%

Peso de Miranda do Douro nas TTM	N.º de empresas	Volume de negócios	Pessoal ao serviço
2019	6%	4%	6%

Continua na página seguinte.

Volume de negócios - 2019				
CAE Ver. 3	Miranda do Douro	R	TTM	R
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6.475.115,00 €	10%	-	-
Indústrias extrativas	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	13.488.709,00 €	20%	423.991.866,00 €	27%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	10.713,00 €	0%	19.985.531,00 €	1%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,00 €	-	64.577.333,00 €	4%
Construção	5.605.109,00 €	8%	99.370.420,00 €	6%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	31.384.024,00 €	46%	717.674.324,00 €	46%
Transportes e armazenagem	1.576.240,00 €	2%	42.515.514,00 €	3%
Alojamento, restauração e similares	5.394.393,00 €	8%	68.154.697,00 €	4%
Atividades de informação e de comunicação	226.574,00 €	0%	4.078.965,00 €	0%
Atividades imobiliárias	-	-	12.176.408,00 €	1%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.020.745,00 €	2%	27.763.832,00 €	2%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	420.591,00 €	1%	16.251.729,00 €	1%
Educação	139.138,00 €	0%	8.937.695,00 €	1%
Atividades de saúde humana e apoio social	1.184.163,00 €	2%	45.874.037,00 €	3%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	128.604,00 €	0%	10.508.166,00 €	1%
Sem informação e outras atividades de serviço	544.705,00 €	1%	12.140.298,00 €	1%
<i>Total</i>	67.598.823,00 €	100%	1.574.000.815,00 €	100%

R – Representatividade de cada CAE no total de cada espaço geográfico

* Os valores totais resultam da soma da CAE Ver. 3

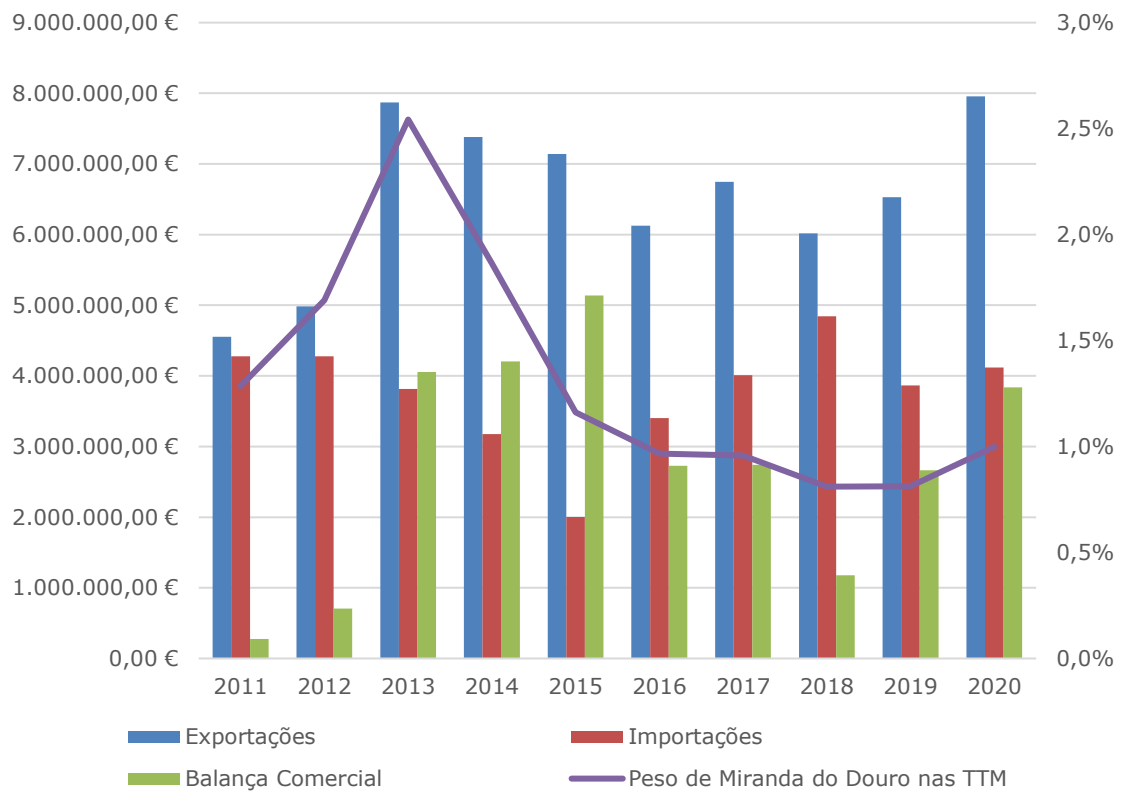
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Verifica-se então que Miranda do Douro:

- Detém 6% das empresas das TTM, em 2019 (1 297 empresas);
- Conta com 6% do pessoal ao serviço das TTM, em 2019, resultando numa variação do pessoal ao serviço face a 2011 de 31%;
- Em 2019, contém 4% do volume de negócios das TTM, destacando-se o comércio (46%), as indústrias transformadoras (20%) e a agricultura (10%), gerando assim 76% do volume de negócios deste ano.

No que respeita a balança comercial de Miranda do Douro, importa ter em consideração o seguinte.

Figura 47: Balança comercial de Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

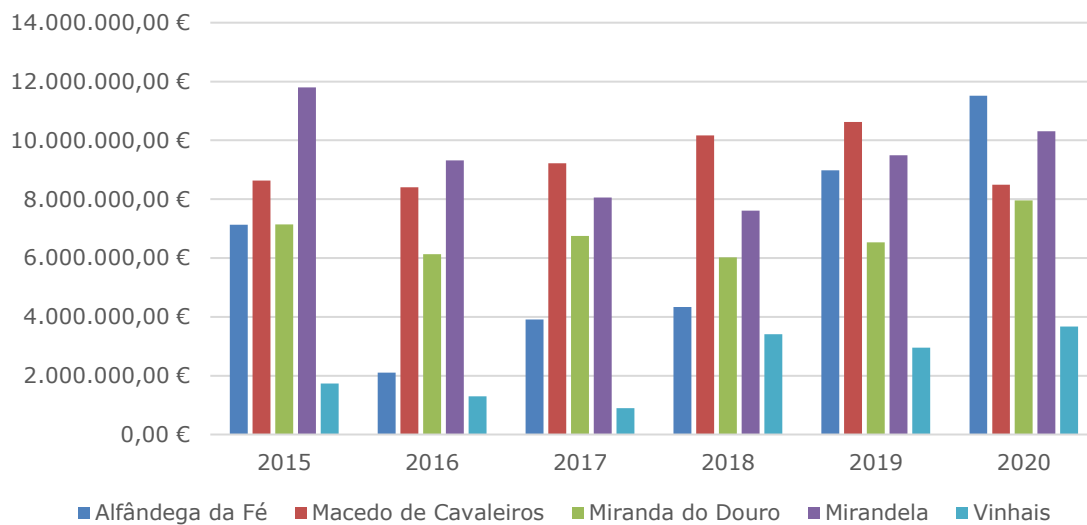
Entre 2011/2020, verifica-se que a balança comercial do concelho é positiva, refletindo a dinâmica económica de Miranda do Douro.

Em 2020, regista-se o valor mais elevado do n.º de exportações (7 954 330€), que em simultâneo influencia a balança comercial do concelho que apresenta um total de 3 837 719€.

Relativamente ao peso das exportações de Miranda do Douro nas TTM, observa-se que estas apresentam um comportamento decrescente, como se pode verificar através da análise da figura anterior.

Importa ter em atenção que o ano de 2020 está influenciado pelas consequências económicas da COVID'19, onde seria expectável que afetasse negativamente a dinâmica comercial – consulta da figura seguinte.

Figura 48: Evolução das exportações em Miranda do Douro desde 2015



Fonte: INE

A figura anterior representa o top 5 dos concelhos com as exportações mais elevadas ao nível da sub-região, contudo, não constam os dados relativos a Bragança, uma vez que para além de dominar o indicador, o concelho apresenta em 2020 um valor de exportações 65 vezes maior face ao segundo (Alfândega da Fé), representando um peso de 94% das exportações das TTM.

Assim sendo, verifica-se que Miranda do Douro apresenta uma tendência que revela crescimento, no que respeita as exportações, contrariando o cenário expectável de diminuição. Importa salientar que apesar da influência da COVID'19, o concelho regista em 2020 o maior valor de exportações, no período em análise: 7 954 330€.

4.5. Setores *trending*

Os setores económicos que estão em crescimento e que têm um importante interesse no panorama do mercado laboral e representatividade na economia local são designados por setores *trending*.

Dito isto, Miranda do Douro são considerados setores *trending*: a agricultura, o comércio e o turismo.

4.5.1. Agricultura

Este setor económico será analisado a partir dos indicadores da CAE Ver. 3: *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e dos Recenseamentos Agrícolas, elaborados pelo INE.

- Enquadramento

Miranda do Douro localiza-se nos territórios de baixas densidades de Portugal e num contexto agrícola/rural associado a Trás-os-Montes, o que faz dele um concelho com uma dinâmica agrícola diferenciadora.

Neste seguimento e de modo a analisar este domínio de forma mais pormenorizada, serão tidos em consideração indicadores relacionados com as propriedades agrícolas e a produção agrícola, com base nos Recenseamentos Agrícolas de 2009 e 2019.

- Propriedade agrícolas

Tabela 21: Indicadores relacionados com as propriedades agrícolas

Espaço geográfico	SAU			EA			EAM			IM
	2009	2019	Var.	2009	2019	Var.	2009	2019	Var.	2019
Portugal	3 668 145	3 963 945	8%	305 266	290 229	-5%	173 880	172 505	-1%	0,59
Norte	644 027	663 341	3%	110 841	109 771	-1%	56 154	59 711	6%	0,54
TTM	190 324	215 167	13%	22 198	25 264	14%	11 929	14 270	20%	0,56
Miranda do Douro	21 813	24 909	14%	1 781	1 939	9%	1 288	1 391	8%	0,72
UT Miranda	14 296	16 816	18%	1 026	1 136	11%	756	833	10%	0,73
UT Sendim	7518	8093	8%	755	803	6%	532	558	5%	0,69

Legenda:

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

EA – Explorações Agrícolas

EAM – Explorações agrícolas com máquinas

IM – Índice de mecanização

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na tabela anterior, importa destacar o seguinte:

- A área da SAU apresenta uma variação positiva de 14% no concelho;
- Em 2019, o concelho regista um aumento de 158 explorações agrícolas face ao ano de 2009;
- Variação positiva (8%) das explorações agrícolas com máquinas, entre 2009/2019, no concelho;
- Os avanços tecnológicos e os fundos comunitários permitiram uma maior mecanização das explorações agrícolas.

- Produção agrícola

Tabela 22: Indicadores relacionados com a produção agrícola

Espaço geográfico	Culturas permanentes dominantes	Culturas temporárias dominantes	1.º e 2.º espécie animal dominante
	2019	2019	2019
Portugal	Olival	Culturas forrageiras	Aves e suínos
Norte	Olival	Culturas forrageiras	Aves e coelhos
TTM	Olival	Culturas forrageiras	Ovinos e aves
Miranda do Douro	Olival	Culturas forrageiras	Aves e ovinos
<i>UT Miranda</i>	<i>Frutos de casca rija</i>	<i>Culturas forrageiras</i>	<i>Ovinos e aves</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>Olival</i>	<i>Cereais para grão</i>	<i>Coelhos e aves</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na tabela anterior, importa salientar:

- O olival é a cultura permanente dominante no concelho;
- As culturas temporárias dominantes no concelho são as culturas forrageiras;
- A primeira e segunda espécie de animais dominante do concelho são os Aves e ovinos, respetivamente.

Neste seguimento, mostra-se pertinente fazer referência aos Produtos de Denominação de Origem Protegida (produtos agrícolas e géneros alimentícios), do concelho, designadamente:

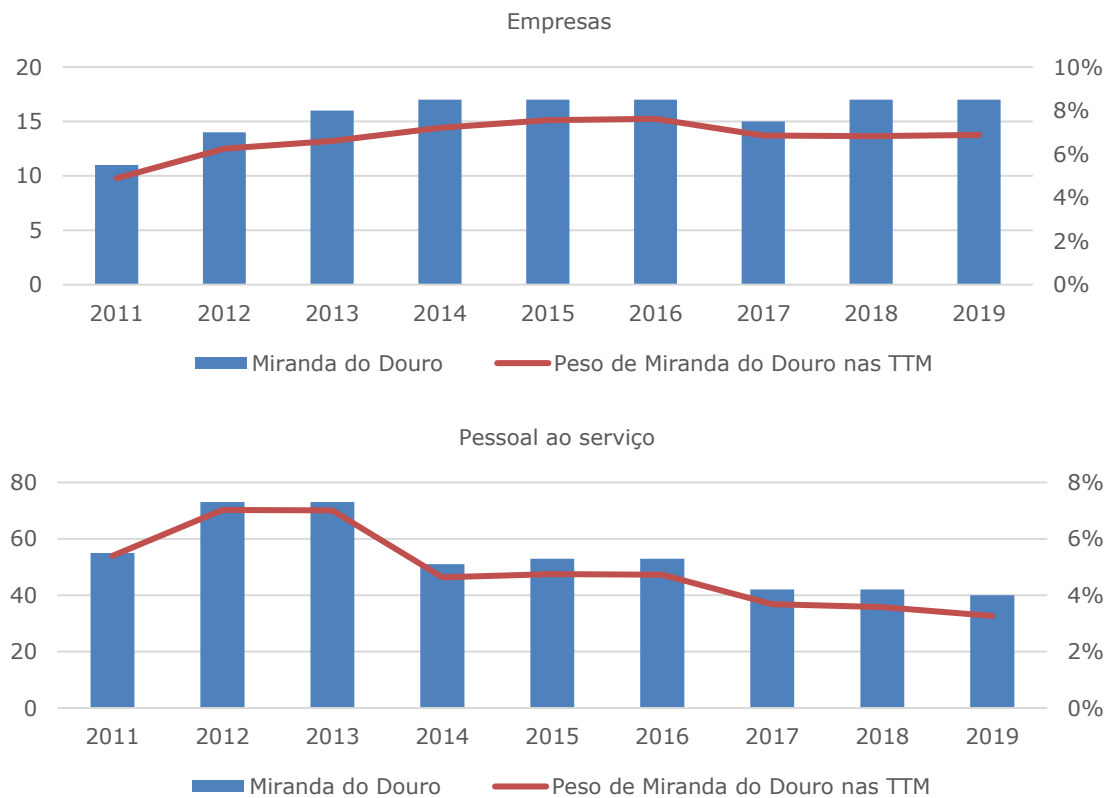
- Carne de Bísaro Transmontano/ Carne de Porco Transmontano;
- Carne Mirandesa;
- Cordeiro Mirandês/ Canhão Mirandês.



- **Azeite e Vinho**

O azeite e o vinho são as produções agrícolas com maior peso em Miranda do Douro, ambos podem ser transformados pela indústria alimentar e de bebidas, sendo estas indústrias analisadas no presente tópico de análise.

Figura 49: Indústria alimentar



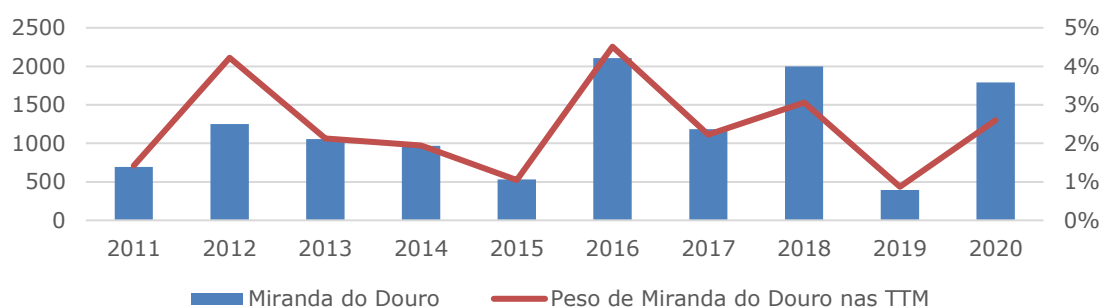
Fonte: INE

No que se refere à indústria alimentar, importa ter em consideração os seguintes tópicos:

- O n.º de empresas assume uma tendência crescente, no período em análise;
- Verifica-se em 2019 um peso de 7% das empresas das TTM;
- O pessoal ao serviço diminuiu entre 2011/2019, registando-se em 2019, um total de 40 pessoas;
- Verifica-se em 2019 um peso de 7% do pessoal ao serviço das TTM.

Neste tipo de indústria, destaca-se o azeite, como a principal cultura permanente produzida – recomenda-se a consulta da figura seguinte com a produção de azeitonas (t) em Miranda do Douro.

Figura 50: Produção de azeitonas (t)



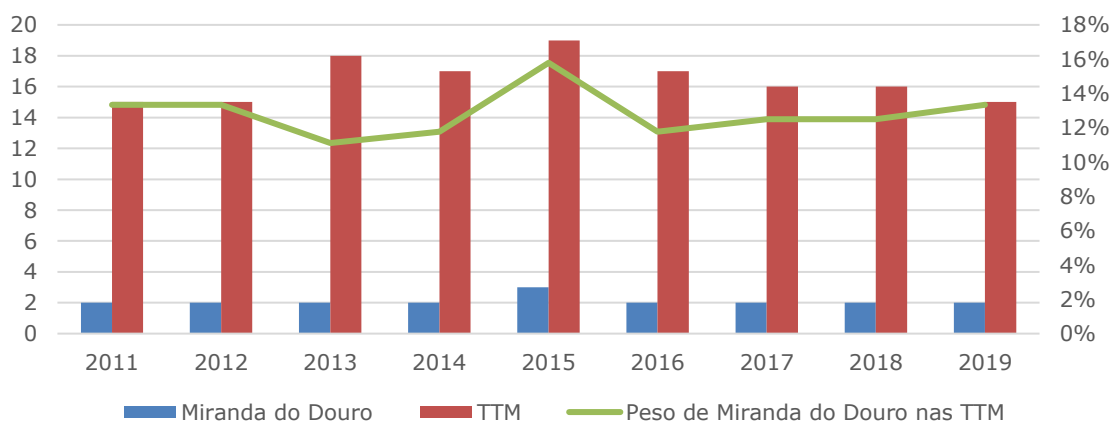
Fonte: INE

A produção de azeitonas está em crescimento apesar do peso que exerce nas TTM.

Em termos de análise, só existe um indicador que ajuda a compreender a dinâmica económica gerada por este setor que são o número de lagares, e aí verifica-se que, desde 2000, o concelho tem um.

No que se refere à indústria de bebidas, nos últimos anos, verifica-se uma tendência decrescente do n.º de empresas na indústria de bebidas nas TTM. Em Miranda do Douro, verifica-se uma estabilização nas 2 empresas. Quanto ao peso das empresas do concelho nas TTM, este mantém-se estável entre 2011/2019, registando em 2019 um peso de 13%.

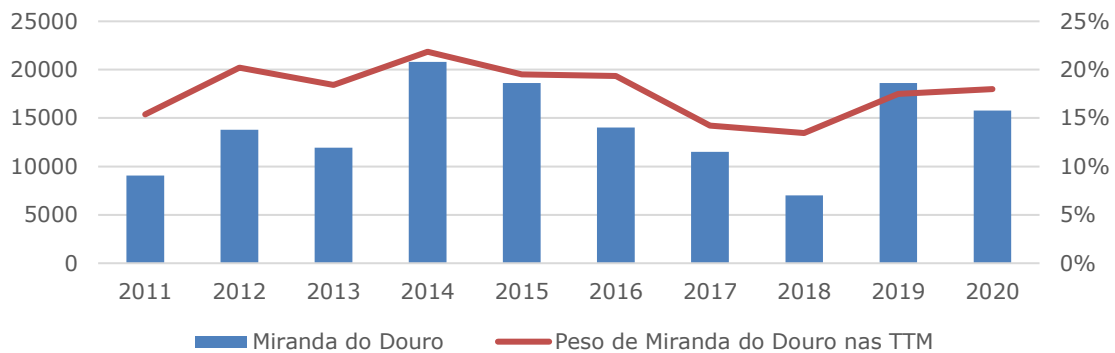
Figura 51: N.º de empresas na indústria de bebidas



Fonte: INE

Posto isto, importa ter em consideração a produção de vinho, uma vez que se assume como um produto de destaque no concelho – consultar figura seguinte que representa a produção declarada de vinho (hectolitros).

Figura 52: Produção declarada de vinho (hectolitros)



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Relativamente à produção declarada de vinho, Miranda do Douro diminuiu a produção vinícola nos primeiros anos do período em análise, muito por conta da retração do consumo provocado pela crise económico-financeira.

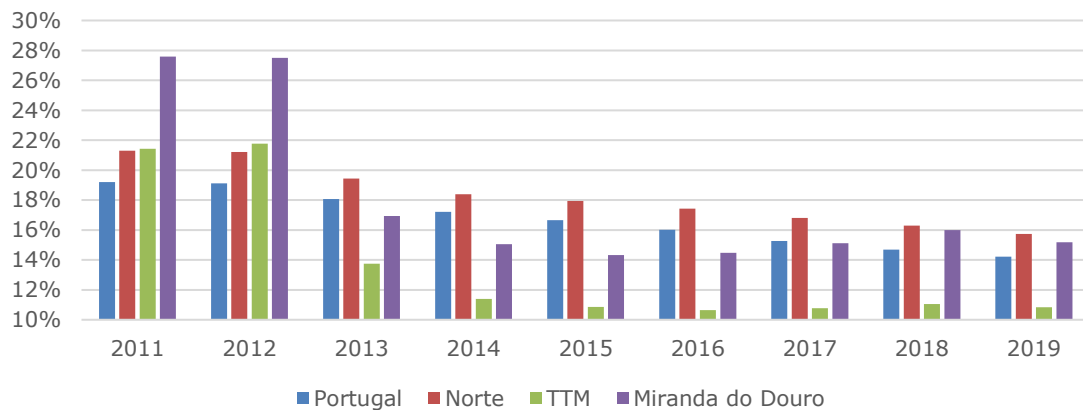
A partir de 2014 existe uma tendência decrescente da produção, com a exceção de 2019, que apresenta um aumento na produção em 104% face a 2018. Em 2020, denota-se uma ligeira diminuição dos níveis de produtividade declarada de vinho, comparativamente com o ano anterior, registando-se um total de 15 767 hectolitros.

4.5.2. Comércio

Este setor económico será analisado a partir dos indicadores da CAE Ver. 3: *comércio por grosso e a retalho, exceto veículos automóveis e motociclos* disponibilizado pela base de dados estatística do INE.

Neste seguimento serão analisados indicadores temáticos relacionados com a atividade comercial, como o n.º de empresas, o pessoal ao serviço e o volume de negócios.

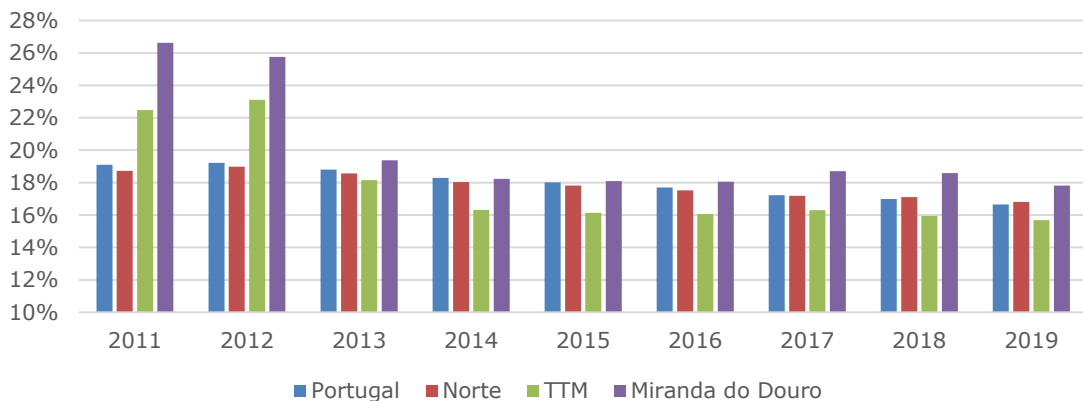
Ao nível das empresas, mostra-se pertinente analisar a figura seguinte que representa o peso do n.º de empresas relacionadas com o comércio, no concelho e nos espaços geográficos em que estes se inserem.

Figura 53: Evolução do peso do n.º de empresas relacionadas com o comércio


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

O peso do n.º de empresas do setor no total da dinâmica económica tem vindo a diminuir, motivando consequências diretas nos demais indicadores deste setor.

Assim sendo, importa ter em consideração a evolução do peso do pessoal ao serviço do comércio.

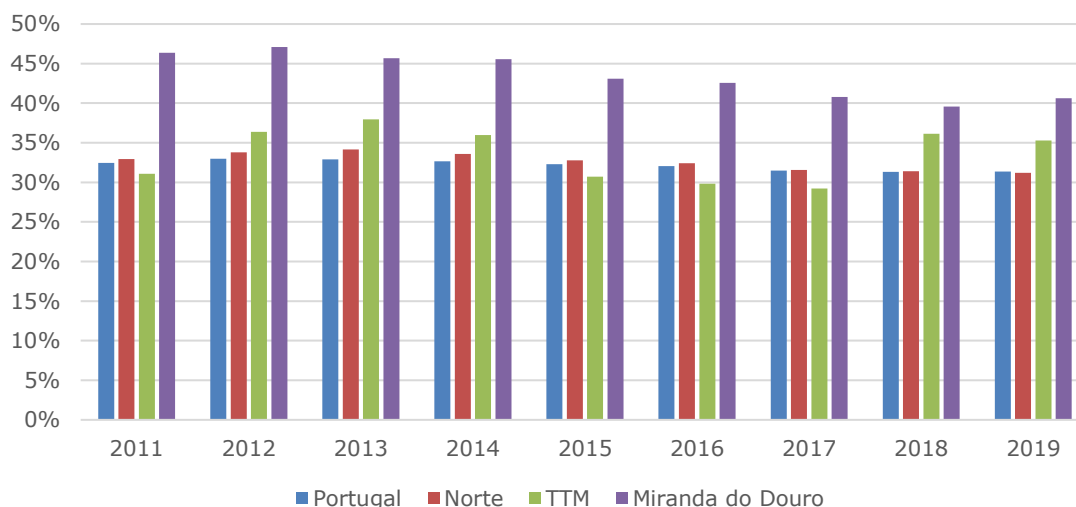
Figura 54: Evolução do peso do pessoal ao serviço do comércio


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Verifica-se que a partir de 2012 se regista uma ligeira descida do n.º de indivíduos, apresentando-se em 2011, um total de 27% e em 2019 esse valor reduz-se para um peso total de 18%.

Por fim, importa analisar o peso do volume de negócios do setor do comércio.

Figura 55: Peso do volume de negócios do comércio



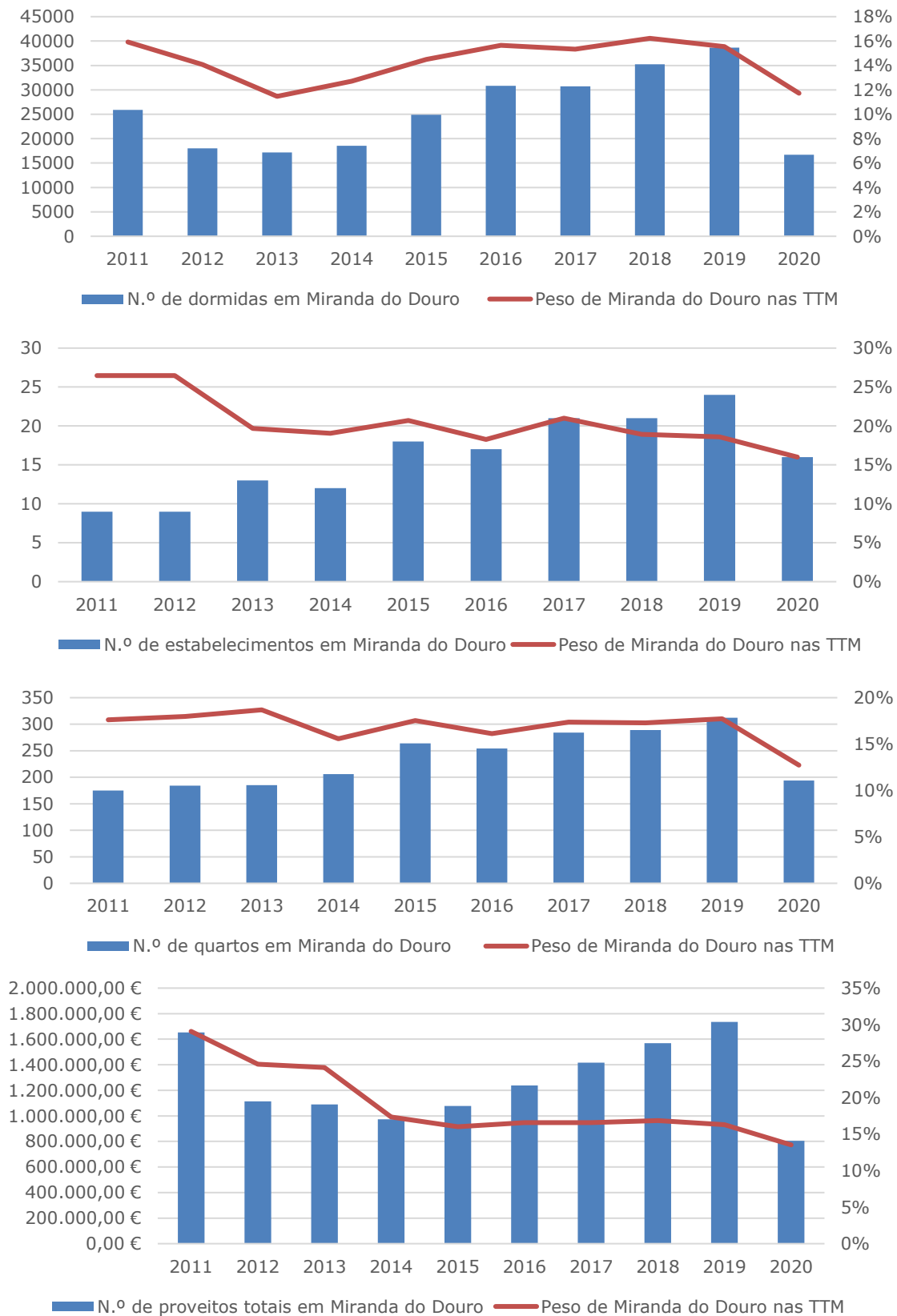
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Por consequência do comportamento de diminuição do impacto económico do comércio no concelho, o mesmo reflete-se no volume de negócios gerado, verificando-se uma tendência decrescente. Em 2011, o concelho regista um volume de 32 733 595 € que representa um peso de 46% no volume total de negócios. No ano de 2019, assiste-se a uma diminuição desse valor para 27 645 309 €, que corresponde a um peso de 41% do volume total.

4.5.3. Turismo

A dinâmica turística de Miranda do Douro beneficia do contexto geográfico, dada a sua proximidade a Espanha e o facto de se inserir no PNDI, oferecendo a este setor potencial para a economia de futuro.

Figura 56: Indicadores relacionados com dinâmicas turísticas



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

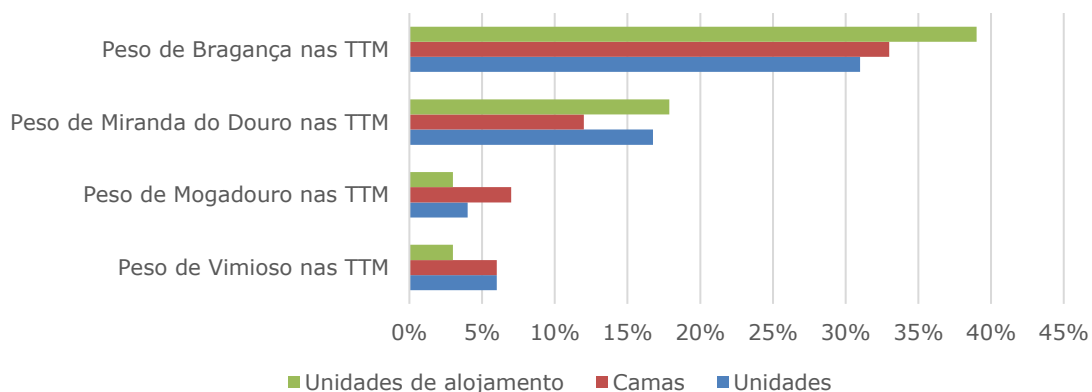
Tal como se depreende a partir da análise das figuras anteriores, o turismo é um setor que emergiu nos últimos anos, sendo marcado por uma evolução positiva nos anos seguintes à crise económico-financeira de 2008 e pela quebra promovida pela COVID-19 em 2020.

Assim, Miranda do Douro, tem em termos de:

- N.º de quartos um aumento, registando em 2011 um total de 175 quartos e em 2019 de 312. Em 2020, verifica-se uma ligeira descida deste valor para 194 quartos;
- N.º de estabelecimentos turísticos também um aumento. A partir de 2011, regista um conjunto de 9 estabelecimentos e em 2019 um total de 24 – valor mais elevado do período em análise. Neste indicador também se verifica a diminuição de 8 estabelecimentos turísticos no ano de 2020;
- N.º de dormidas um total de 38 640 dormidas em 2019 – o n.º mais elevado no período em análise. Contudo, em 2020, verifica-se uma quebra associada à COVID'19;
- Rendimento obtido via proveitos totais, o melhor registo deste indicador (1 736 000,00 €) em 2019. À semelhança dos outros indicadores em 2020 regista-se uma quebra deste valor, obtendo-se um total de 850 000, 00€.

De modo a complementar a informação retirada do INE, importa ter em consideração os indicadores turísticos referentes ao Turismo de Portugal.

Figura 57: Estabelecimentos turísticos



Fonte: SIGTUR

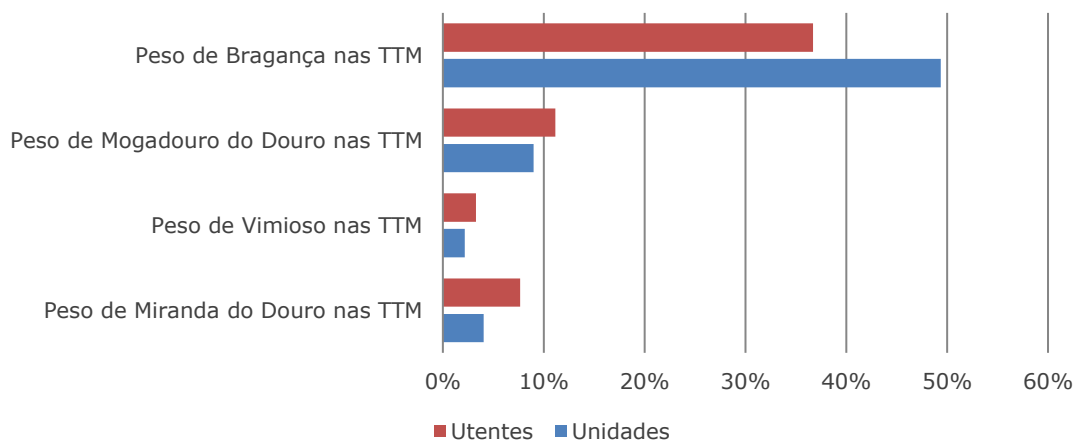
Verifica-se que Miranda do Douro apresenta um peso de 17% no total de unidades de equipamentos turísticos das TTM – este valor corresponde a um total de 33 unidades.

Relativamente ao peso do n.º de camas, o concelho regista um total de 12% na sub-região, que traduz o valor total de 691 camas, indicador que se destaca face aos espaços geográficos em análise – salvo perante Bragança que polariza a maioria dos indicadores económicos das TTM.

As unidades de alojamento do concelho registam um peso de 18% nas TTM, o que corresponde a um total de 352 unidades de alojamento em Miranda do Douro.

Relativamente ao peso da oferta de alojamento local, em Miranda do Douro e nos espaços geográficos da sua envolvente, importa ter em consideração a seguinte figura.

Figura 58: Alojamento Local



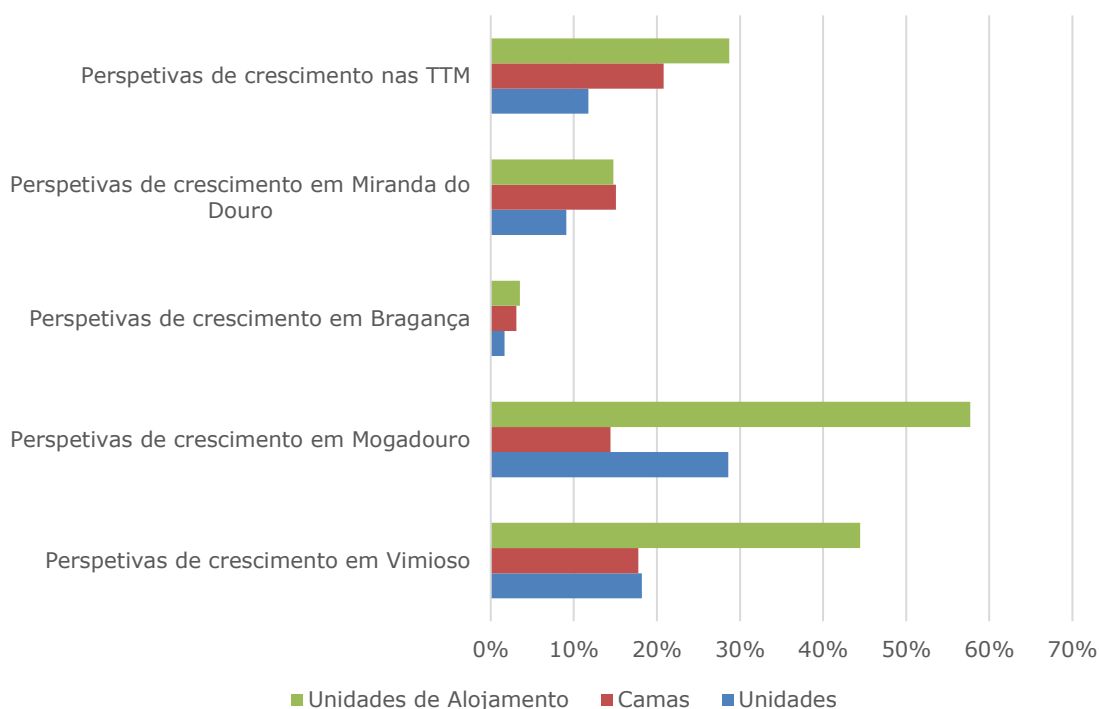
Fonte: SIGTUR

Em termos de alojamento local, Miranda do Douro tem um peso de 4% nas TTM, no que respeita o n.º de unidades de alojamento e um peso de 8%, relativamente ao n.º de utentes. Importa referir que é uma oferta turística relativamente recente, que tem vindo a assumir um papel relevante no regime dos estabelecimentos turísticos.

Importa destacar ainda Bragança perante os restantes concelhos em análise, apresentando quase 50% do n.º de unidades de alojamento local nas TTM – 49% e um peso de 37% do n.º de utentes.

Por fim, mostra-se pertinente analisar as perspetivas de crescimento turístico no concelho, através da análise da figura seguinte.

Figura 59: Perspetivas de crescimento turístico



Fonte: SIGTUR

Relativamente às perspetivas de crescimento turístico, Bragança é o concelho que apresenta perspetivas de crescimento mais baixas, devido ao facto de ser um destino turístico mais consolidado e com maior procura na sub-região.

Miranda do Douro reflete uma perspetiva de crescimento de 9%, em termos de unidades de alojamento, e de 15% em relação ao n.º de camas e de unidades de alojamento.

Apesar dos valores apresentados serem positivos para Miranda do Douro, verifica-se que, à exceção de Bragança, os restantes espaços geográficos perspetivam um crescimento substancialmente superior, muito por conta de apresentarem dinâmicas turísticas que estão em crescendo.

5. PARQUE EDIFICADO E HABITACIONAL

No presente capítulo foram analisados um conjunto de indicadores de forma a avaliar o edificado e a habitação do concelho, a partir da base de dados estatísticos do INE e do Pordata.

Assim sendo, e de forma a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados, apresenta-se o confronto dos valores relativos ao concelho de Miranda do Douro, com as TTM, a região Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional do concelho.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, fazendo-se a desagregação às UT, sempre que pertinente e possível.

É importante referir que a base de dados estatística do INE não apresenta os valores relativos à freguesia de Águas Vivas, para o ano de 2001, nos seguintes indicadores:

- Evolução do n.º de edifícios;
- Idade média do edificado;
- Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos;
- Proporção de edifícios muito degradados;
- Evolução do n.º de alojamentos;
- Proporção de alojamentos vagos;
- Proporção de alojamentos de uso sazonal.

Posto isto, a UF de Silva e Águas Vivas assume o valor correspondente a Silva.

5.1. Edifícios

5.1.1. Dimensão e conservação

De forma a realizar uma análise da dinâmica concelhia ao nível do edificado, importa ter em consideração a evolução do n.º de edifícios representada na tabela seguinte.

Tabela 23: Evolução do n.º de edifícios

Espaço geográfico	2001	2011	2021	Var. 2001/2011	Var. 2011/2021
Portugal	3 160 043	3 353 610	3 394 199	12%	1%
Norte	1 100 329	1 209 911	1 231 114	10%	2%
TMM	67 364	69 435	70 904	3%	2%
Miranda do Douro	4 919	5 158	5 336	5%	3%
<i>UT Miranda</i>	3 061	3 211	3 321	5%	3%
<i>UT Sendim</i>	1 858	1 947	2 015	5%	3%

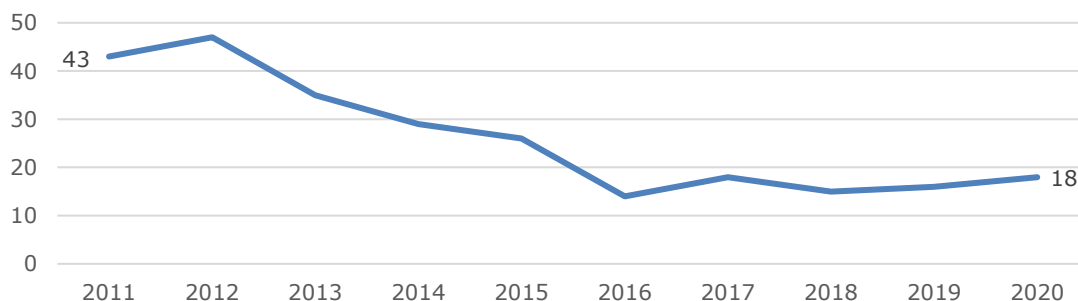
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Verifica-se uma variação positiva em ambos os períodos intercensitários, tendo os espaços geográficos em que o concelho se insere acompanhado esse comportamento.

No que respeita as UT, conclui-se que estas acompanham o cenário de crescimento registado a nível concelhio, contudo, destacam-se as freguesias de Malhadas (localizada na UT de Miranda) e Picote (localizada na UT de Sendim) que registam uma variação negativa de -2%, entre 2011/2021.

Posto isto, recomenda-se a consulta da figura seguinte, que apresenta a evolução do n.º de edifícios concluídos em Miranda do Douro.

Figura 60: Evolução do n.º de edifícios concluídos



Fonte: INE

O n.º de edifícios concluídos tem uma tendência decrescente entre 2011/2020, sendo registados em 2011, um total de 43 edifícios e em 2020 uma diminuição (-25) para 18 edifícios.

O facto do n.º de edifícios concluídos ter vindo a diminuir, provoca o aumento da idade média do edificado – recomenda-se a consulta da tabela seguinte para verificar o sucedido no período intercensitário de 2001/2011.

Tabela 24: Idade média do edificado

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	33,92	37,92	12%
Norte	32,59	36,54	12%
TTM	33,18	37,02	12%
Miranda do Douro	29,31	33,46	14%
<i>UT Miranda</i>	<i>30,71</i>	<i>37,02</i>	<i>21%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>28,89</i>	<i>31,93</i>	<i>11%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Miranda do Douro apresenta uma variação positiva, perspetivando-se que este indicador aumente, tendo em conta o que se verificou na figura anterior, em que a dinâmica de edifícios concluídos é reduzida nos últimos anos.

No que respeita as UT, verifica-se que estas acompanham a tendência registada a nível concelhio, salientando-se a freguesia de Vila Chã da Braciosa (localizada na UT de Miranda) que apresenta uma variação negativa de -18% e a UF de Sendim e Atenor (localizada na UT de Sendim) com uma variação de -4%.

Relativamente, à proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos, importa ter em consideração a tabela seguinte.

Tabela 25: Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	19%	14%	-5%
Norte	20%	15%	-6%
TTM	17%	13%	-4%
Miranda do Douro	14%	13%	-1%
<i>UT Miranda</i>	<i>16%</i>	<i>12%</i>	<i>-4%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>11%</i>	<i>16%</i>	<i>6%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Miranda do Douro apresenta uma diferença negativa entre 2001/2011, sendo este comportamento comum a todos os espaços geográficos em que o concelho se insere. Tal é explicado pelo decréscimo populacional e pela influência da crise económico-financeira de 2008.

Neste indicador, verifica-se que a UT de Miranda segue a tendência decrescente observada no concelho, o que contrasta com o registado na UT

de Sendim, que apresenta uma diferença positiva entre 2001/2011, representando um aumento da proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos – sinal de alguma vitalidade construtiva nesta UT do concelho.

Tendo por base os últimos indicadores analisados, importa analisar a necessidade de intervenção/reparação dos edifícios no concelho, uma vez que quanto mais elevada for a idade do edificado, à partida, maior será a necessidade de intervenção nos mesmos.

Assim sendo, a tabela seguinte representa a proporção de edifícios muito degradados, no período intercensitário.

Tabela 26: Proporção de edifícios muito degradados

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	3%	2%	-1%
Norte	4%	2%	-2%
TTM	3%	2%	-2%
Miranda do Douro	1%	0%	-1%
<i>UT Miranda</i>	1%	0%	-1%
<i>UT Sendim</i>	1%	0%	-1%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Miranda do Douro diminui ligeiramente a proporção de edifícios degradados, apresentando uma diferença de -1% em 2011 face a 2001.

Ao nível das UT, observa-se que estas acompanham o cenário apresentado pelo concelho, assim como os restantes espaços geográficos em que o mesmo se insere.

5.1.2. Tipologia

Neste seguimento, importa ter em consideração a tipologia dos edifícios concluídos, em Miranda do Douro, entre 2011/2020.

Tabela 27: Tipologia dos edifícios concluídos

Período de referência	NC	AAR
2011	27	16
2012	31	16
2013	26	9
2014	15	14
2015	9	17
2016	10	4
2017	12	6
2018	11	4
2019	11	5
2020	14	4

Legenda:

NC – Novas construções

AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: INE

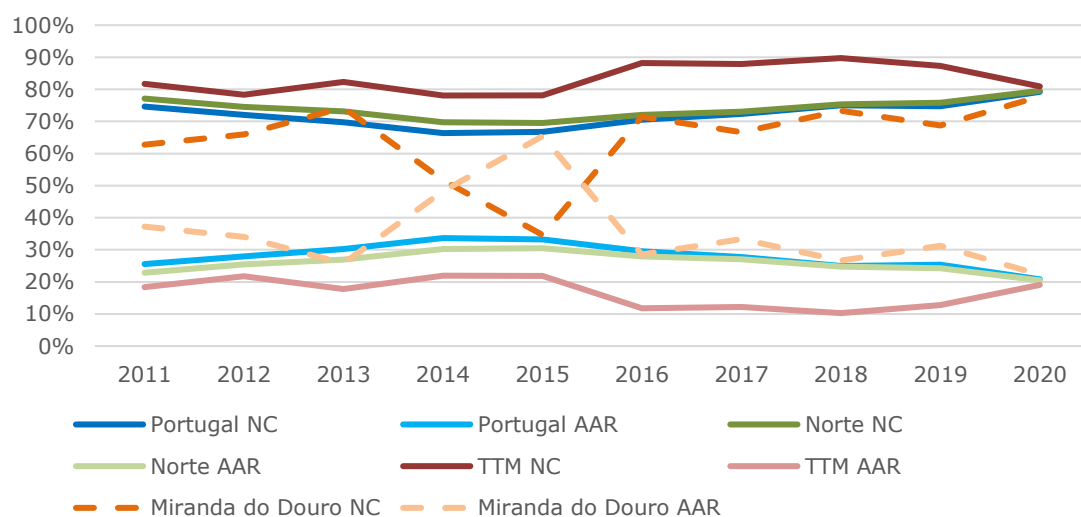
Com base na tabela anterior, observa-se que a tipologia predominante dos edifícios concluídos em Miranda do Douro são as novas construções.

Em 2011, regista-se um total de 43 edifícios e em 2020, esse valor diminuiu para 18 edifícios concluídos. No que respeita as ampliações/alterações/reconstruções, observa-se de igual modo uma diminuição do n.º de edifícios, uma vez que em 2011 se regista um total de 16 edifícios e em 2019 apenas 4.

Importa salientar que a dinâmica construtiva do concelho tem vindo a diminuir ao longo do período em análise, em ambas as tipologias apresentadas.

A figura seguinte representa a evolução da proporção da tipologia de edifícios concluídos no concelho e nos espaços geográficos em que este se insere, entre 2011/2020.

Figura 61: Evolução da proporção da tipologia de edifícios concluídos



Legenda:

NC – Novas construções

AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Como se pode constatar através da análise da figura, a proporção das novas construções predomina em todos os espaços geográficos em análise, no período de referência.

A nível concelhio, denotam-se oscilações entre 2014 e 2016, verificando-se em 2020, uma proporção de 78% que corresponde às novas construções e uma proporção de 22% que corresponde às ampliações/alterações/reconstruções.

5.1.3. Função

Deste modo, mostra-se pertinente analisar a função dos edifícios concluídos, em Miranda do Douro, entre 2011/2020, representados na tabela seguinte.

Tabela 28: Função dos edifícios concluídos

Período de referência	HF	O
2011	25	18
2012	32	15
2013	11	24
2014	8	21
2015	3	23
2016	6	8
2017	4	14
2018	6	9
2019	7	9
2020	9	9

Legenda:
HF – Habitação Familiar
O – Outros

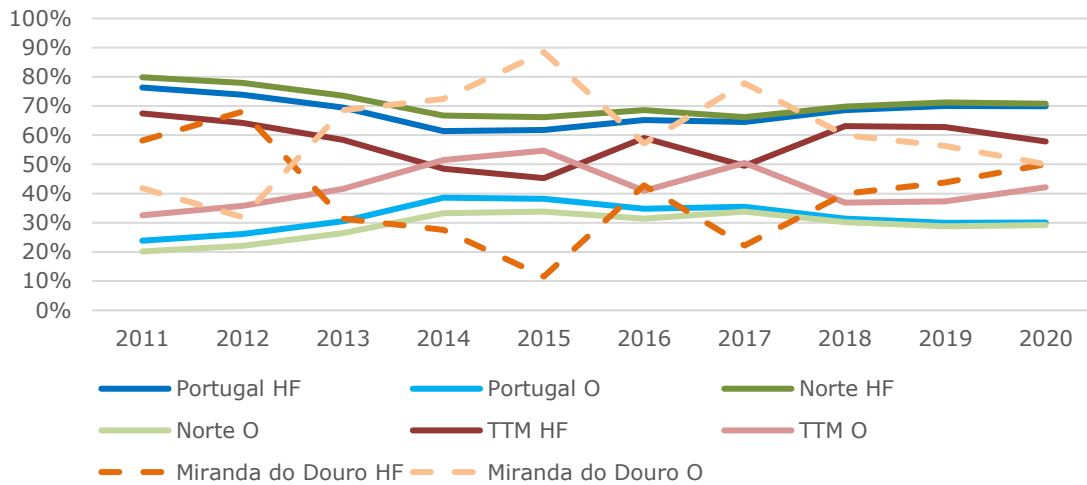
Fonte: INE

A função predominante nos edifícios concluídos está associada às dinâmicas de habitação familiar. Apesar da dinâmica construtiva destinada a habitações familiares se destacar, observa-se que esta apresenta uma tendência decrescente, registando-se em 2011 um total de 25 edifícios e em 2020 apenas 9 edifícios.

Os edifícios concluídos destinados a outros fins, acompanham a tendência de redução, verificando-se em 2011, 18 edifícios e em 2019, estes diminuem para 9, igualando n.º de edifícios destinados a habitação familiar.

A figura seguinte representa a evolução da proporção da função de edifícios concluídos no concelho e nos espaços geográficos em que este se insere, entre 2011/2019.

Figura 62: Evolução da proporção da função dos edifícios concluídos



Legenda:

HF – Habitação familiar

O – Outros

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise da figura anterior, verifica-se que de modo geral a função que apresenta uma proporção de edifícios mais elevada corresponde à proporção dos edifícios destinados à habitação familiar.

Contudo, e comparativamente com o ano de 2011 observa-se que a proporção de edifícios destinados a outras funções foi-se aproximando, ao decorrer dos anos dos valores de habitação familiar.

Relativamente aos valores de Miranda do Douro, observa-se que a proporção de edifícios destinada a habitação familiar perde força a partir de 2012, sendo ultrapassada pelos edifícios destinados a outras funções. Em 2020, assiste-se a uma recuperação da habitação familiar igualando, deste modo, os valores destinados a outras funções (50%).

5.2. Alojamentos

5.2.1. Dimensão e conservação

De modo a interpretar o comportamento de Miranda do Douro, no que respeita a evolução do n.º de alojamentos, foi elaborada a tabela seguinte de forma a entender a dinâmica concelhia no período intercensitário.

Tabela 29: Evolução do n.º de alojamentos

Espaço geográfico	2001	2011	2021	Var. 2001/2011	Var. 2011/2021
Portugal	5.054.922	5.878.756	5.717.541	16%	-3%
Norte	1.613.781	1.850.890	1.891.077	15%	2%
TTM	78.842	84951	86885	8%	2%
Miranda do Douro	5.135	5.545	5.705	8%	3%
<i>UT Miranda</i>	<i>3248</i>	<i>3574</i>	<i>3699</i>	<i>10%</i>	<i>3%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>1.887</i>	<i>1.971</i>	<i>2006</i>	<i>4%</i>	<i>2%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Verifica-se que o n.º de alojamentos em Miranda do Douro apresenta uma variação positiva de 8%, entre 2001/2011, e de 3%, entre 2011/2021.

No que respeita às UT, pode-se aferir que estas acompanham a tendência, à exceção da freguesia de Malhadas (localizada na UT de Miranda) que regista uma variação de -6% e da freguesia de Picote (localizada na UT de Sendim) que regista uma variação de -3%, entre 2011/2021.

Na tabela seguinte representam-se os valores correspondentes ao n.º de alojamentos por edifício, no período censitário.

Tabela 30: N.º de alojamentos por edifício

Espaço geográfico	2001	2011	2021
Portugal	1,6	1,8	1,7
Norte	1,5	1,5	1,5
TMM	1,2	1,2	1,2
Miranda do Douro	1,0	1,1	1,1
<i>UT Miranda</i>	<i>0,8</i>	<i>1,0</i>	<i>1,0</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>0,9</i>	<i>1,0</i>	<i>1,0</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Miranda do Douro apresenta uma tendência de estabilização do n.º de alojamentos por edifício e relativamente às UT estas acompanham a tendência verificada no concelho.

5.2.2. Ocupação

De forma a analisar o grau de ocupação dos alojamentos, importa ter em consideração a % de alojamentos vagos e a % de alojamentos de uso sazonal analisados de seguida.

Tabela 31: % de alojamentos vagos

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	11%	13%	2%
Norte	10%	11%	1%
TMM	10%	9%	-1%
Miranda do Douro	8%	9%	1%
<i>UT Miranda</i>	7%	6%	-1%
<i>UT Sendim</i>	7%	6%	0%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Observa-se que a % de alojamentos vagos no concelho é de 1%, que corresponde a um total de 505 alojamento vagos. Tal indicador permite assumir, através da multiplicação com a dimensão média do agregado familiar de 2020, de 2,5, a possibilidade de acrescentar à população residente 1 200 residentes, aproximadamente.

Os restantes espaços geográficos em que o concelho se insere apresentam um aumento da % de alojamentos vagos, à exceção das TTM que demonstram uma ligeira descida desse valor (-1% entre 2001/2011).

Ao nível das UT, importa destacar a UT de Miranda que apresenta um comportamento de diminuição, assumindo uma diferença de -1%. No que respeita a UT de Sendim, conclui-se que esta não sofre alterações relevantes entre 2001/2011, no que respeita a % de alojamentos vagos.

Relativamente aos alojamentos de uso sazonal, importa consultar a tabela seguinte.

Tabela 32: % de alojamentos de uso sazonal

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	18%	19%	1%
Norte	16%	18%	2%
TMM	32%	37%	5%
Miranda do Douro	31%	36%	4%
<i>UT Miranda</i>	34%	41%	7%
<i>UT Sendim</i>	35%	38%	3%

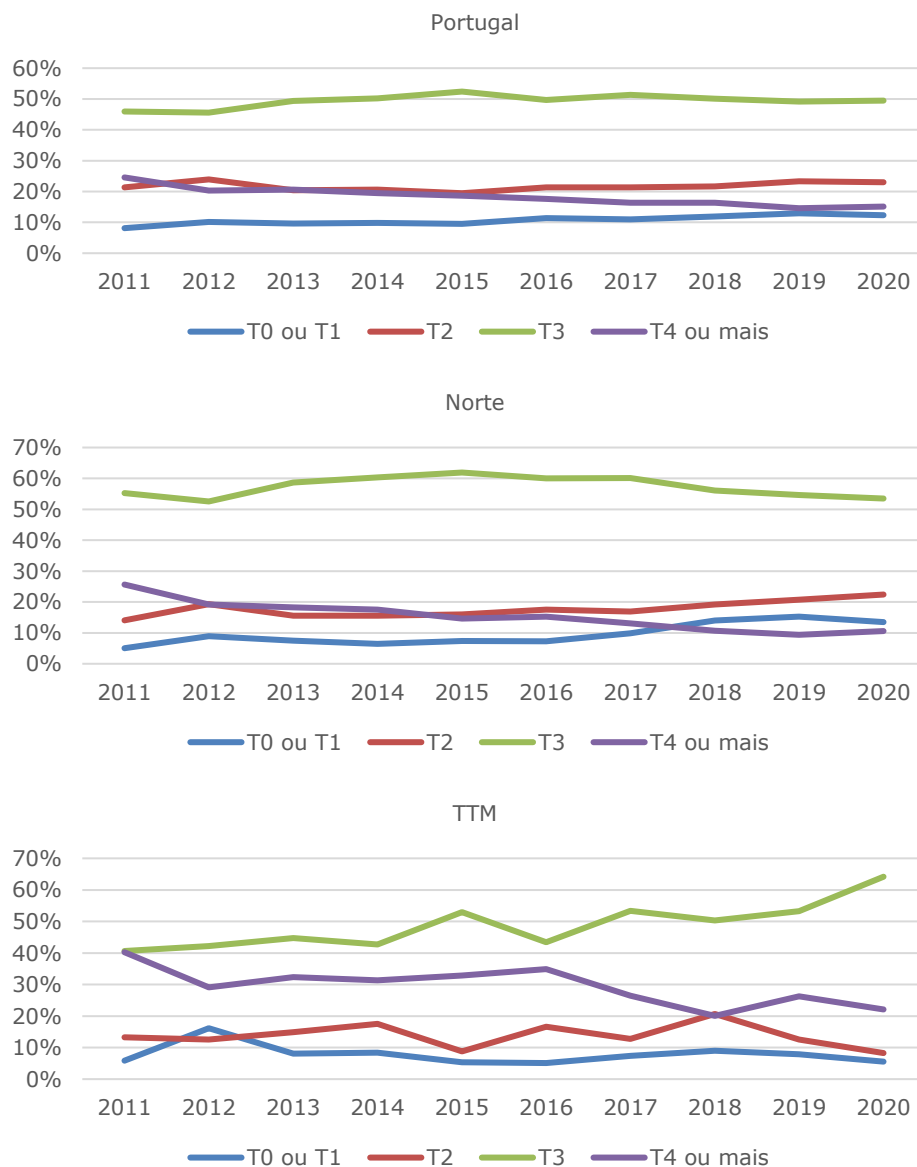
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise dos valores, verifica-se que Miranda do Douro apresenta um crescimento da % de alojamentos de uso sazonal de 4%, uma vez que em 2001 registava um total de 31% alojamentos e em 2011 verifica-se um aumento para 36%.

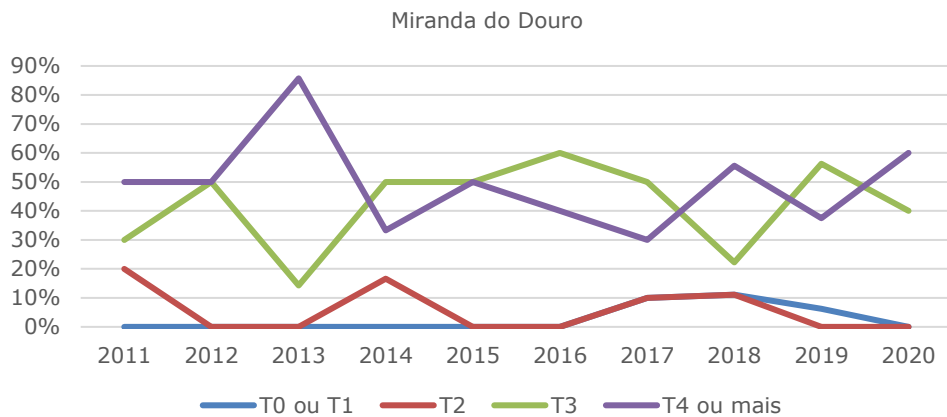
No que respeita às UT, estas acompanham a tendência observada a nível concelhio, apresentando uma diferença positiva entre 2001/2011.

5.2.3. Tipologias

Figura 63: Tipologias licenciadas



Continua na página seguinte.



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em termos de tipologias licenciadas, Portugal e a Região Norte apresentam valores mais lineares e assentes na tipologia T3, predominantemente.

No que respeita às TTM, observa-se que esta acompanha a tendência de domínio da tipologia T3, contudo, verifica-se que os valores dos fogos apresentam mais oscilações entre si.

Do ponto de vista concelhio, observa-se que as tipologias predominantes correspondem à T3 e T4, que apresentam em 2020 uma proporção de 40% e 60%, correspondentemente.

5.3. Habitação social

Neste subcapítulo serão analisados alguns indicadores que nos permitem conhecer de forma mais pormenorizada da habitação social.

Tabela 33: Indicador de habitação social

Indicador	2012		2015	
	TTM	Miranda do Douro	TTM	Miranda do Douro
Despesa com o parque habitacional social	43.678,00 €	---	136.931,00 €	---
Fogos de Habitação Social	Fogos	790	785	23
	Fogos Vagos	22	34	1
	Fogos Arrendados	752	735	22
	Fogos com rendas em dívida	174	163	1
Edifícios de Habitação Social	343	15	341	20
Valor médio das rendas de habitação Social	24,00 €	22,00 €	28,00 €	34,00 €

Fonte: INE

Com base na tabela anterior, importa salientar que:

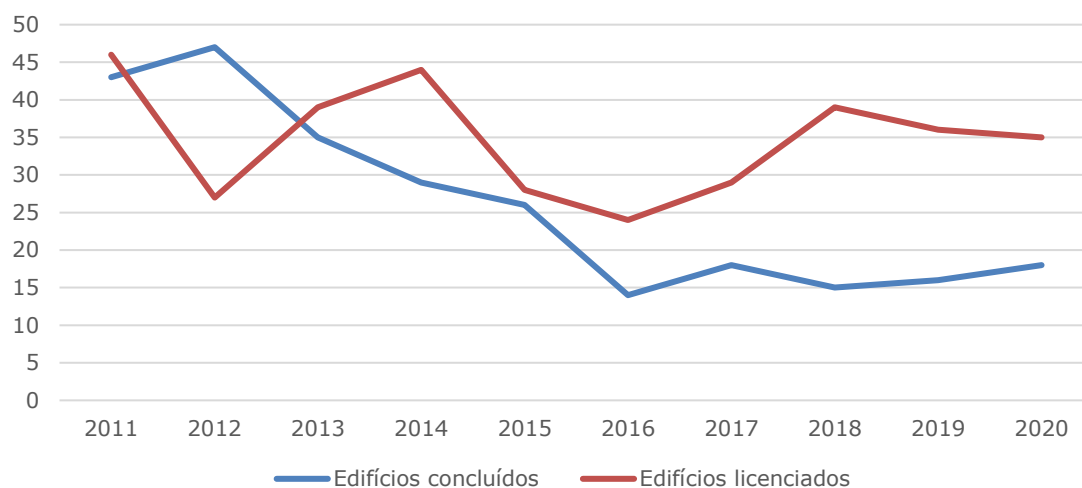
- TTM
 - O valor da despesa com o parque habitacional social aumentou (93 253, €), registando-se em 2015 um total de 136 931 €;
 - Aumento do n.º de fogos, do n.º de fogo vagos e do n.º de fogos com rendas em dívida em 2015 face a 2012;
 - Diminuição do n.º de fogos arrendados (-17), no período 2012/2015;
 - Em 2015, registam-se 341 edifícios de habitação social;
 - O valor médio das rendas aumenta (4€) em 2015.
- Miranda do Douro
 - Aumento do n.º de fogos (6), dos fogos vagos (1) e do n.º de fogos arrendados (5);
 - Diminuição do n.º de fogos com rendas em dívida (-4)
 - Em 2015, registam-se 20 edifícios de habitação social;
 - O valor médio das rendas em 2015 é de 34€.

5.4. Dinâmicas recentes

5.4.1. Edifícios licenciados

De modo a avaliar as dinâmicas recentes em Miranda do Douro, importa ter em consideração a evolução do n.º de edifícios entre 2011/2020.

Figura 64: Evolução do n.º de edifícios concluídos e licenciados

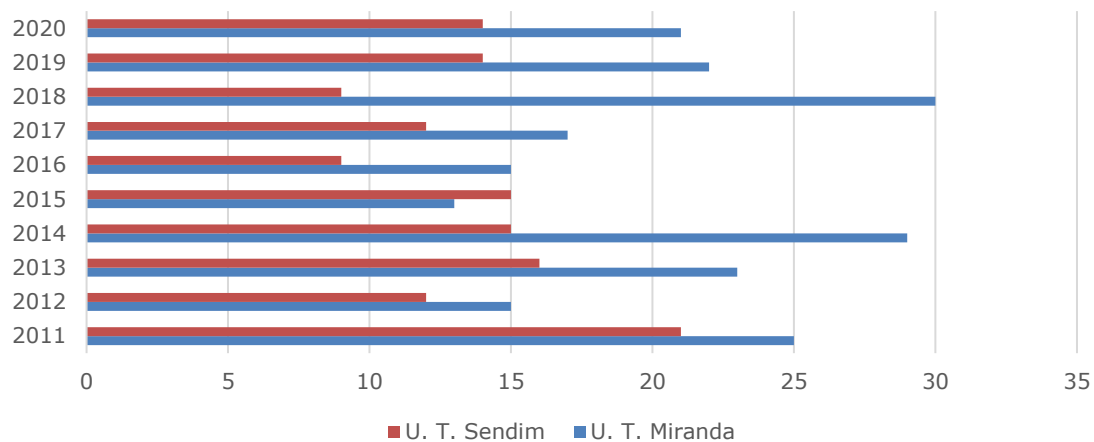


Fonte: INE

Verifica-se uma tendência de diminuição no que respeita à dinâmica construtiva de Miranda do Douro, dado que se observa uma diminuição conjunta do n.º de edifícios concluídos e licenciados, entre 2011/2020.

No que respeita os edifícios concluídos, verifica-se em 2011 um total de 43 edifícios e no ano de 2020 este valor desce para os 18 edifícios. Em relação aos edifícios licenciados, em 2011 contavam-se um total de 46 edifícios e em 2020 apenas 35 edifícios.

Neste seguimento, mostra-se importante ter em consideração a evolução do n.º de edifícios licenciados ao nível das UT, como se pode observar através da consulta da figura seguinte.

Figura 65: N.º de edifícios licenciados


Fonte: INE

Após a análise da figura anterior, verifica-se que a UT de Miranda apresenta um n.º de edifícios licenciados superior em todos os anos em análise.

Posto isto, importa salientar na UT de Miranda, a freguesia de Miranda do Douro, e na UT de Sendim, a UF de Sendim e Atenor, como as freguesias que apresentam um n.º mais elevado de edifícios concluídos ao longo do período de referência.

De um modo geral, pode-se aferir que o n.º de edifícios licenciados apresenta uma tendência decrescente, refletindo o efeito da crise económico-financeira de 2008 no setor imobiliário.

A tabela seguinte representa a tipologia dos edifícios licenciados, em Miranda do Douro, entre 2011/2020.

Tabela 34: Tipologia dos edifícios licenciados

Período de referência	NC	AAR
2011	26	20
2012	20	7
2013	24	15
2014	17	27
2015	23	5
2016	17	7
2017	18	11
2018	20	19
2019	24	12
2020	13	22

Legenda:

NC – Novas construções

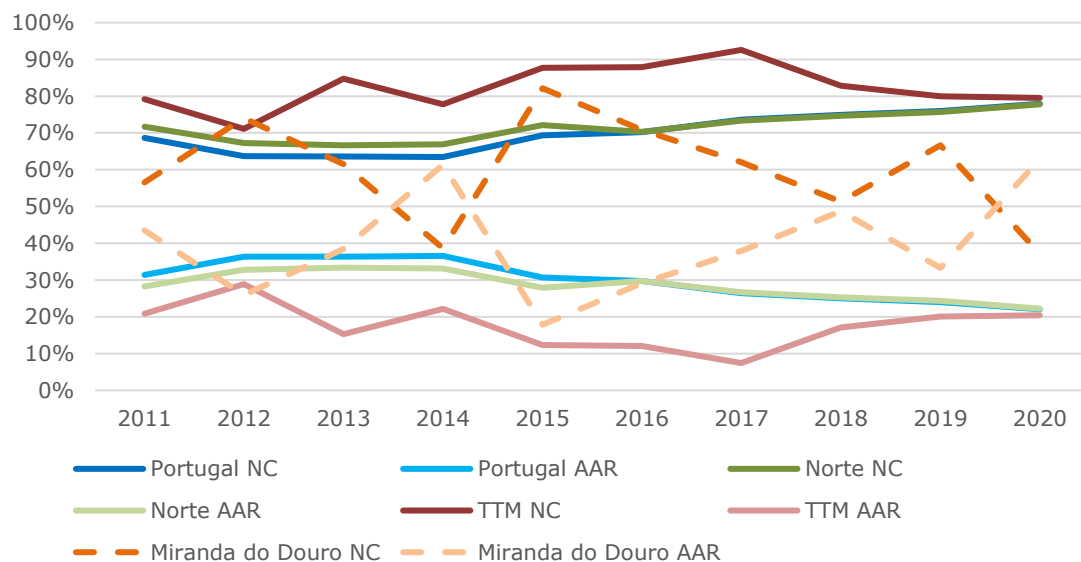
AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: INE

Com base na informação da tabela, verifica-se que apesar de existir um predomínio de novas construções, existem algumas oscilações que refletem a aplicação de ações de reabilitação urbana. Em Miranda do Douro, registando-se em 2020 um total de 13 novas construções e 22 edifícios destinados a obras de reabilitação urbana.

A figura seguinte representa a evolução da proporção da tipologia de edifícios licenciados em Miranda do Douro e noutros espaços geográficos.

Figura 66: Evolução da proporção da tipologia de edifícios licenciados



Legenda:

NC – Novas construções

AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

A tipologia das novas construções predomina em todos os espaços geográfico em que o concelho se insere, como se pode observar através da análise da figura anterior.

Do ponto de vista concelhio, verifica-se que este reflete oscilações, no período temporal em análise, existindo uma maior aproximação dos valores das distintas tipologias. Assim sendo, importa referir que em 2020 o concelho apresenta uma proporção de novas construções de 37% e de ampliações/alterações/reconstruções de 63%.

Desta forma, importa analisar os valores relativos à função dos edifícios licenciados, entre 2011/2020, em Miranda do Douro.

Tabela 35: Função dos edifícios licenciados

Período de referência	HF	O
2011	20	26
2012	6	21
2013	13	26
2014	12	32
2015	11	17
2016	9	15
2017	17	12
2018	20	19
2019	25	11
2020	22	13

Legenda:
HF – Habitação Familiar
O – Outros

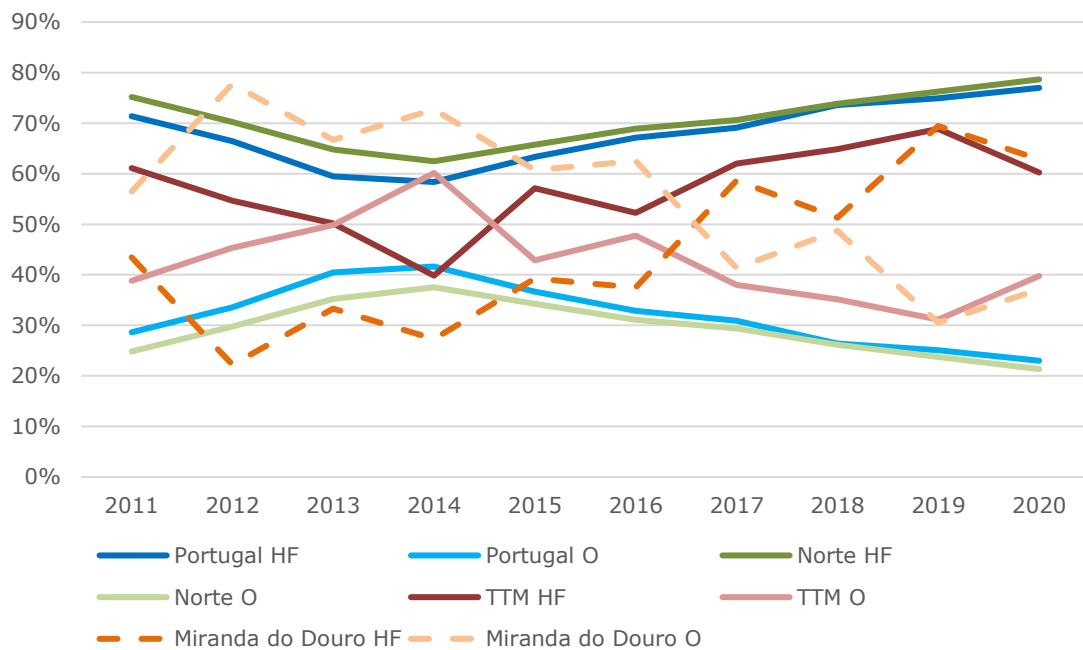
Fonte: INE

Após a análise dos valores apresentados na tabela verifica-se que até 2016 predominam os edifícios licenciados destinados a outras funções, contudo, a partir de 2016, observa-se uma inversão desta tendência, verificando-se uma maior expressividade nos edifícios licenciados destinados à habitação familiar.

Assim sendo, regista-se no ano de 2020, um total de 22 edifícios licenciados destinados à habitação familiar e um total de 13 edifícios destinados a outro tipo de funções.

Neste seguimento, importa ter em consideração a evolução da proporção da função de edifícios licenciados, entre 2011/2020, em Miranda do Douro e nos espaços geográficos em que o concelho se insere – remete-se para a consulta da figura seguinte.

Figura 67: Evolução da proporção da função dos edifícios licenciados



Legenda:

HF – Habitação Familiar
O – Outros

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da figura anterior, observa-se que a função que representa uma proporção de edifícios mais elevada nos espaços geográficos é a habitação familiar.

Contudo, importa referir que o desfasamento ente estas as duas tipologias são mais evidentes em Portugal e na região Norte, verificando-se uma maior aproximação nas TTM e no concelho.

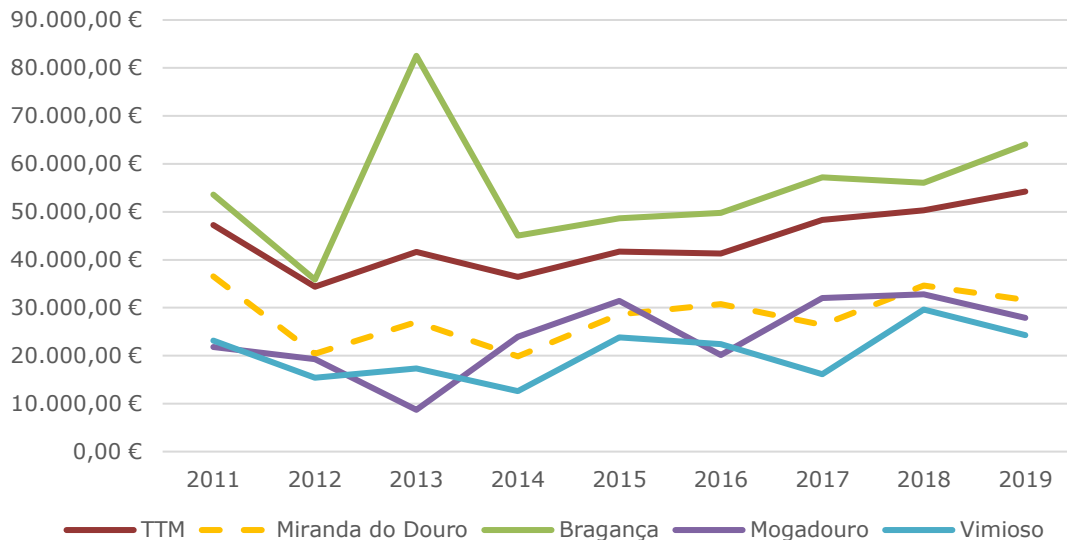
Neste seguimento, importa salientar que no concelho regista-se o predomínio da proporção de edifícios licenciados destinados a outras funções, contudo, a partir de 2018 verifica-se a inversão desta realidade, refletindo-se um aumento dos edifícios destinados à habitação familiar.

Em 2020, Miranda do Douro regista uma proporção de 63%, correspondente às habitações familiares e os restantes 37%, dizem respeito aos edifícios destinados a outras funções.

5.4.2. Valor de mercado

Para analisar de forma mais pormenorizada o mercado imobiliário de Miranda do Douro, mostra-se pertinente monitorizar a evolução do valor médio transacionado por prédio urbano – consulta da figura seguinte.

Figura 68: Evolução do valor médio transacionado por prédio urbano



Fonte: INE

No ano de 2011, o valor médio transacionado por prédio urbano, corresponde 36 535€ e em 2019, esse valor diminui para um total de 31 630€, em Miranda do Douro.

Miranda do Douro apresenta uma variação negativa de -13%, entre 2011/2019, sendo de referir que os restantes territórios em análise apresentam uma variação positiva no mesmo período.

6. INFRAESTRUTURAS

No presente capítulo foram analisados um conjunto de indicadores de forma a avaliar o sistema de infraestruturas do concelho de Miranda do Douro, a partir da base de dados disponibilizadas por distintas entidades, relativas à/ao: água, eletricidade, resíduos, telecomunicações e transportes.

Neste seguimento, e de forma a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados, apresenta-se o confronto dos valores relativos ao concelho de Miranda do Douro, com as TTM, a região Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional do concelho.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, fazendo-se a desagregação às UT, sempre que pertinente e possível.

É importante referir que a base de dados estatística do INE não apresenta os valores relativos à freguesia de Águas Vivas, para o ano de 2001, nos seguintes indicadores:

- Peso de cada modo de transporte nos movimentos pendulares;
- Taxa de motorização dos movimentos pendulares;
- Duração média dos movimentos pendulares (em minutos);
- Proporção da população que trabalha ou estuda noutra municípioio.

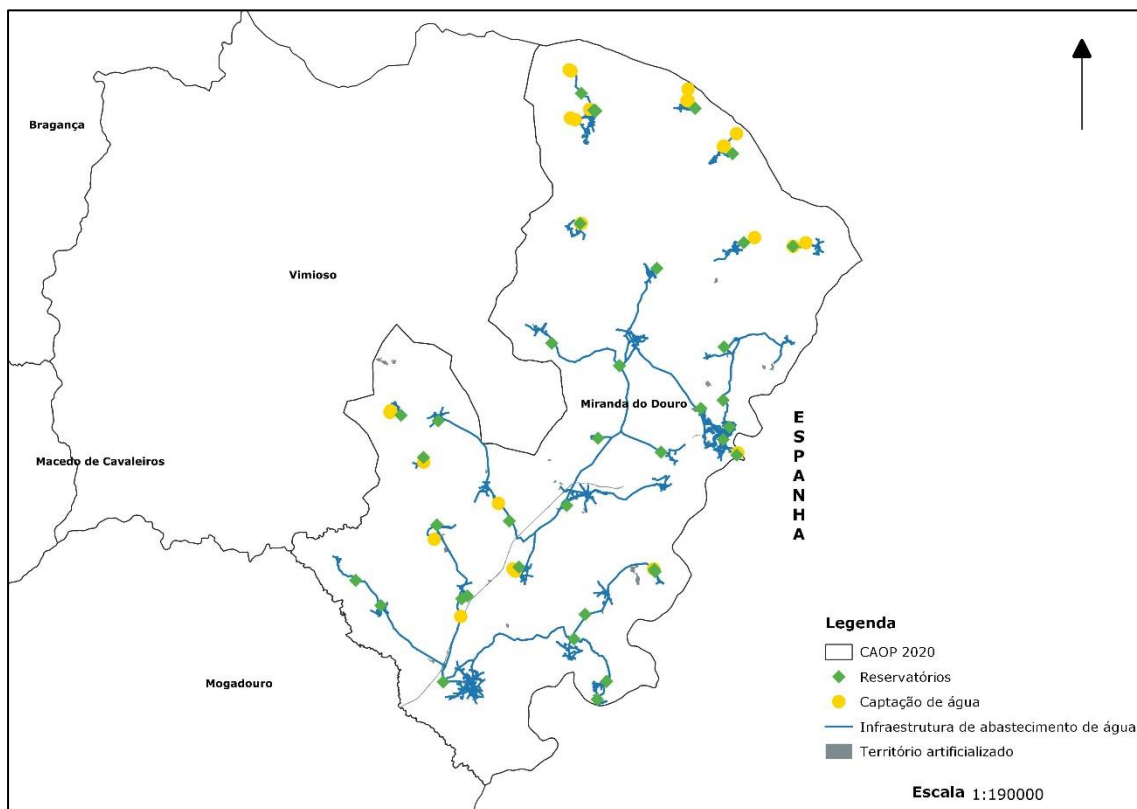
Posto isto, a UF de Silva e Águas Vivas assume o valor correspondente a Silva.

6.1. Água

Miranda do Douro integra uma rede de abastecimento de água que tem como entidade gestora a CMMD. Segundo a ERSAR, a rede tem uma extensão de 296,6 km e conta com um total de 34 reservatórios, um total de 2 estações de tratamento de águas, 8 estações elevatórias, 24 captações de água subterrânea e 2 captações de água superficial.

Na figura seguinte apresenta-se a rede global vetorizada.

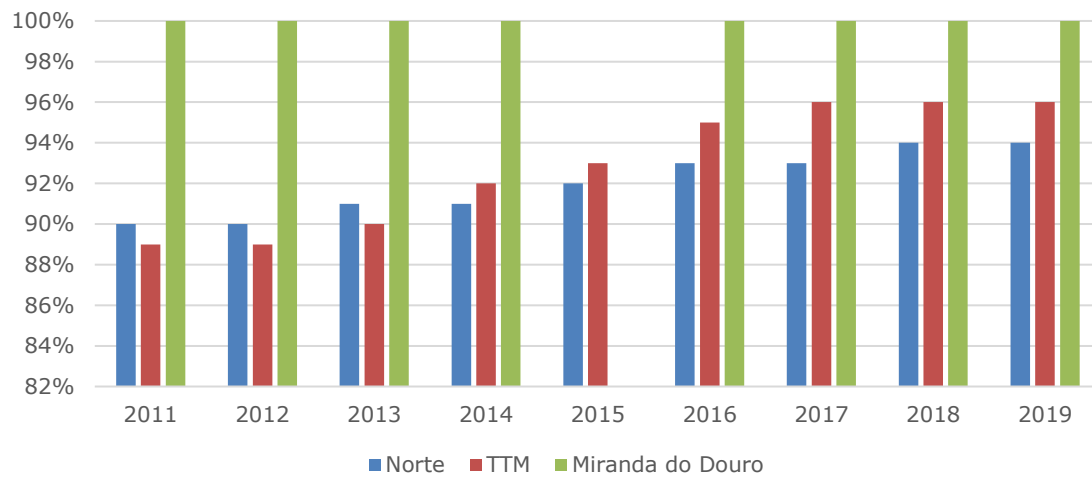
Figura 69: Rede de abastecimento de água



Fonte: CMMD

A figura seguinte representa a proporção de alojamento com abastecimento de água nos espaços geográficos em que Miranda do Douro se insere entre 2011/2019.

Figura 70: Proporção de alojamentos com abastecimento de água



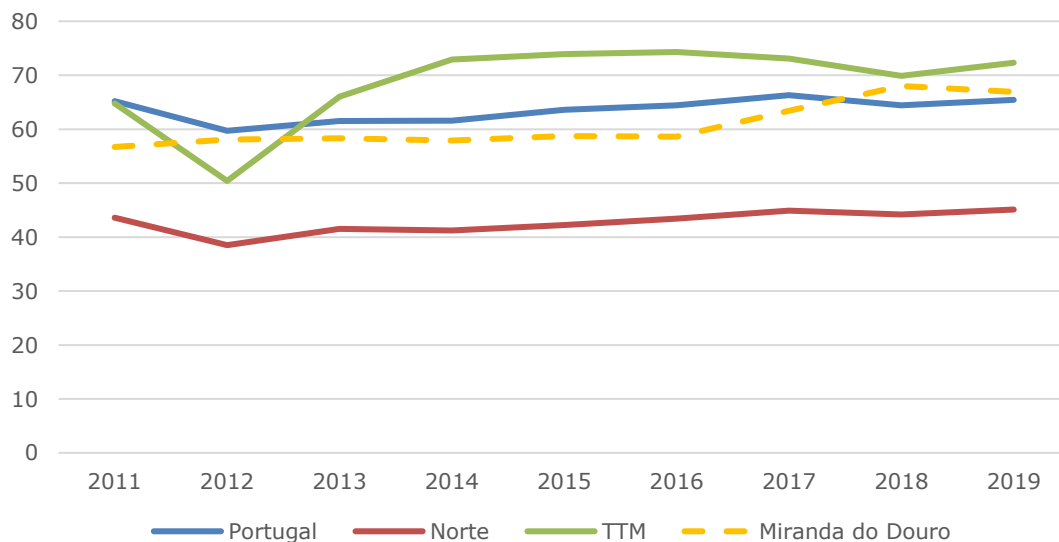
Fonte: INE

A totalidade do concelho é servida pelos sistemas de abastecimento de água.

Para o ano de 2015, no concelho, não existem valores disponibilizados na base de dados estatísticos do INE.

A capacidade de distribuição desta infraestrutura permite ter um consumo de água que está reportado na figura seguinte.

Figura 71: Água distribuída/consumida por habitante (m³/hab.)



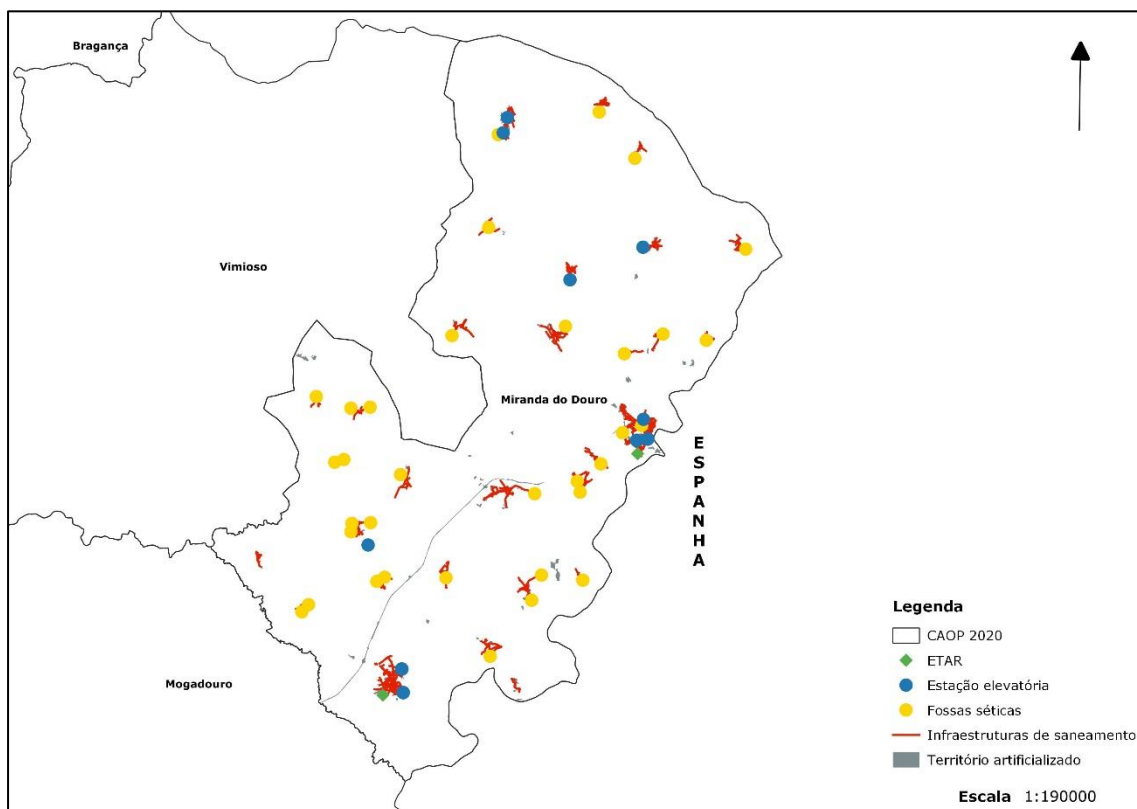
Fonte: Pordata

O consumo por habitante em Miranda do Douro regista uma tendência crescente entre 2011/2019, equiparando-se aos restantes territórios em que se insere.

No que respeita a rede de saneamento, verifica-se que a CMMD assegura a gestão da mesma. Segundo a ERSAR, a rede apresenta uma extensão de 145,1 km, 4 estações elevatórias- 36 estações de tratamento de águas residuais e 2 fossas sépticas coletivas.

Na figura seguinte apresenta-se a rede global vetorizada.

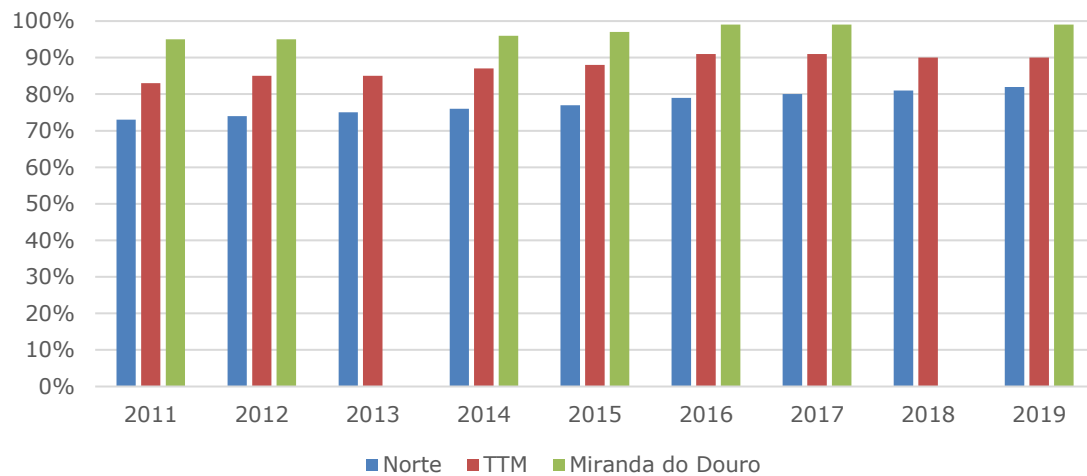
Figura 72: Rede de saneamento



Fonte: CMMD

A figura seguinte apresenta os valores correspondentes à proporção de alojamentos com drenagem de água, entre 2011/2019.

Figura 73: Proporção de alojamentos com drenagem de água



Fonte: INE

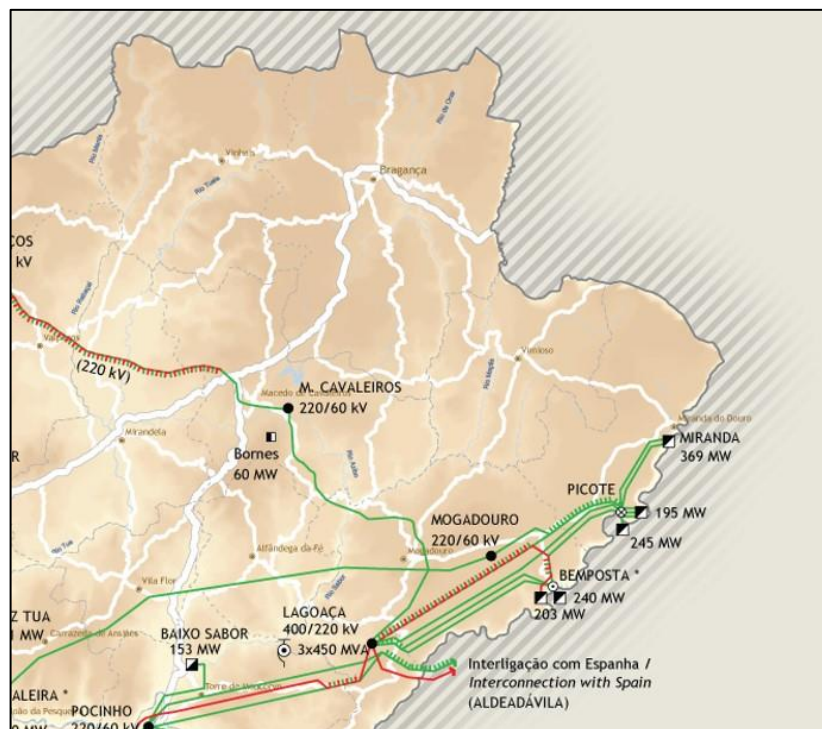
À semelhança do indicador anteriormente analisado, verifica-se que Miranda do Douro apresenta para todos os anos de análise, com exceção de 2013 e 2018 em que não são apresentados dados pelo INE, um valor próximo dos 100%. Tal permite que o concelho apresente um valor mais elevado, quando comparado com os espaços geográficos em que se insere.

6.2. Eletricidade

Em Miranda do Douro, localiza-se:

- Um posto de corte, de seccionamento e de transição (Picote);
- Três centros produtores ligados diretamente à RNT, sem bombagem, em exploração (1 em Miranda do Douro e 2 em Picote).

Figura 74: Rede Nacional de Transporte de Eletricidade



Fonte: Extrato da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade

O aproveitamento de Miranda é o mais setentrional dos três aproveitamentos hidroelétricos nacionais localizados no troço internacional do rio Douro, sendo os outros Picote e Bemposta.

Importa referir que o aproveitamento hidroelétrico de Miranda produz em termos de energia líquida um total de 3% da produção nacional, sendo esse valor de 14% da produção gerada pela empresa EDP⁵.

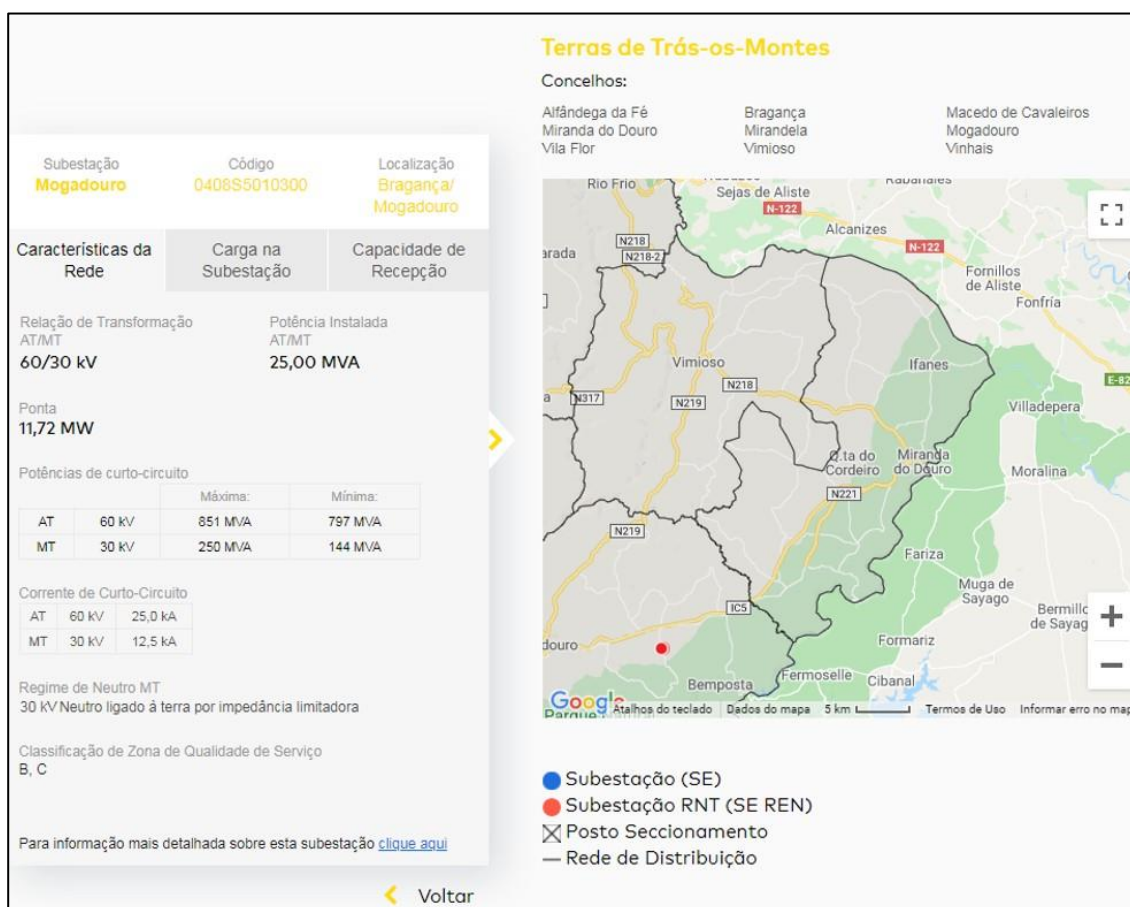
Em 2020, é de salientar que os aproveitamentos hidroelétricos de Miranda, Picote e Bemposta deixam de constar nos relatórios do Sistema Comunitário

⁵ Salienta-se que estes valores resultam da junção dos resultados obtidos da barragem de Miranda e de Picote, também inserida no concelho e têm como base a Declaração ambiental – Aproveitamentos hidroelétricos da EDP Produção – Centro de Produção Douro (2019).

de Ecogestão e Auditoria, devido à alienação das centrais na bacia do Douro internacional (transmissão dos títulos de domínio hídrico – ofício n.º S025900-201904-DGA.DGQA, com data de 18-04-2019, foi atribuído pela APA).

Em termos de subestação, o concelho não tem, sendo a mais próxima a Subestação de Mogadouro, com uma potência instalada de 25,00 MVA.

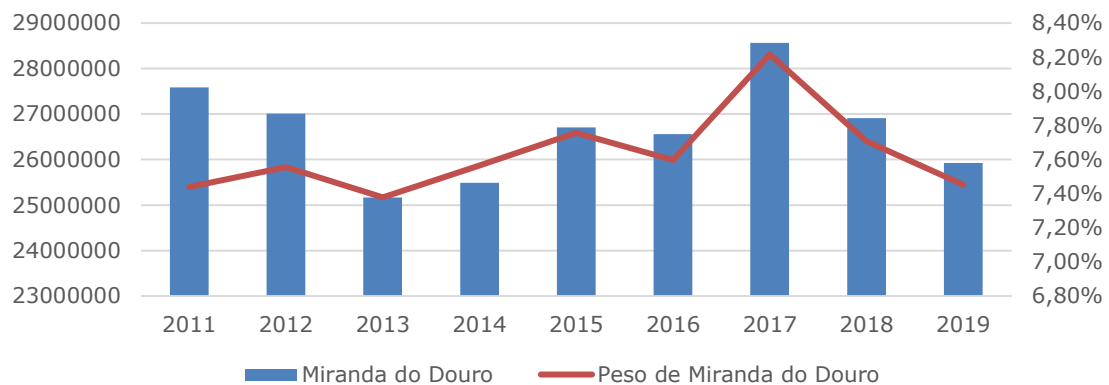
Figura 75: Rede da EDP Distribuição nas TTM



Fonte: Extrato da Rede Nacional de Distribuição: Alta tensão e subestações, da EDP Distribuição – Energia S.A.

Neste sentido, mostra-se relevante a análise do consumo de eletricidade no concelho entre 2011/2019.

Figura 76: Consumo de eletricidade (kWh)



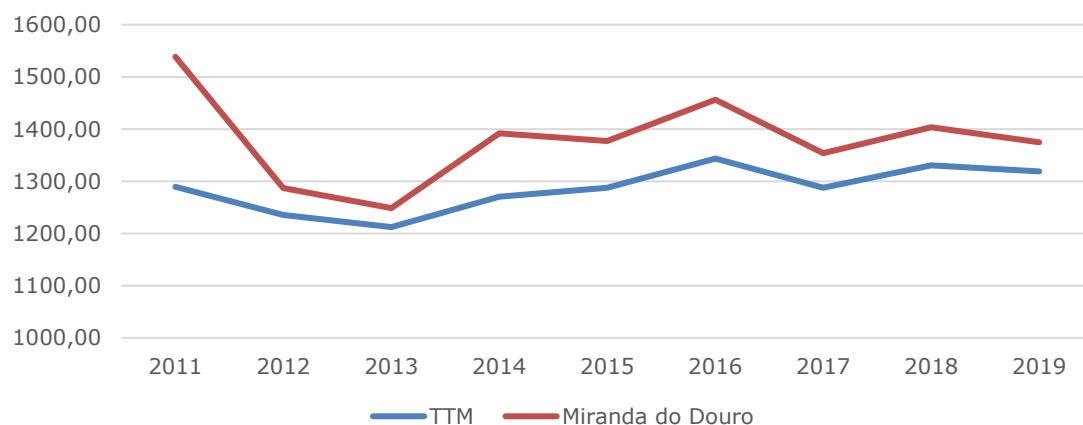
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Miranda do Douro apresenta uma tendência de estabilização no que respeita o consumo de eletricidade, sendo registado em 2017 o valor mais elevado de consumo (8,22%).

No que respeita o peso do concelho nas TTM, verifica-se que este tem vindo a assumir expressividade ao longo dos anos.

Em termos de consumo de eletricidade *per capita*, conclui-se que ambos os valores assumem uma tendência de estabilização, como se pode observar através da consulta da figura seguinte, mesmo com a regressão demográfica dos últimos anos.

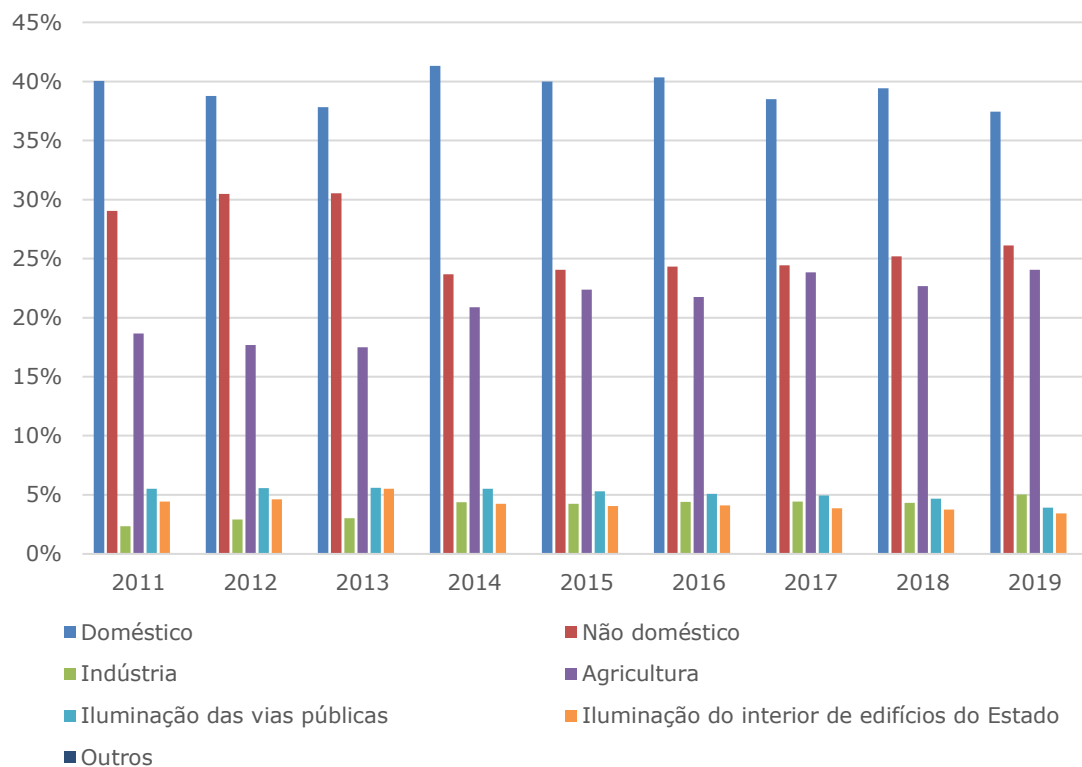
Figura 77: Consumo *per capita* de eletricidade (kWh)



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Neste seguimento, importa ter em atenção a distribuição do tipo de consumo de eletricidade.

Figura 78: Peso de cada tipo de consumo elétrico em Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise da figura, pode-se concluir que o tipo de consumo mais elevado no concelho é o doméstico, registando um peso de 37% em 2019 – este tipo de consumo tem vindo a diminuir a sua importância desde 2014.

Simultaneamente, verifica-se que o consumo não doméstico tem sofrido uma alteração de padrão de consumo, em que o setor agrícola assume uma tendência de crescimento, encaminhando-se para ser a segunda maior tipologia de consumo, apresentando, entre 2011/2019, uma variação positiva de 40% – reforçando a importância deste setor na dinâmica económica do concelho.

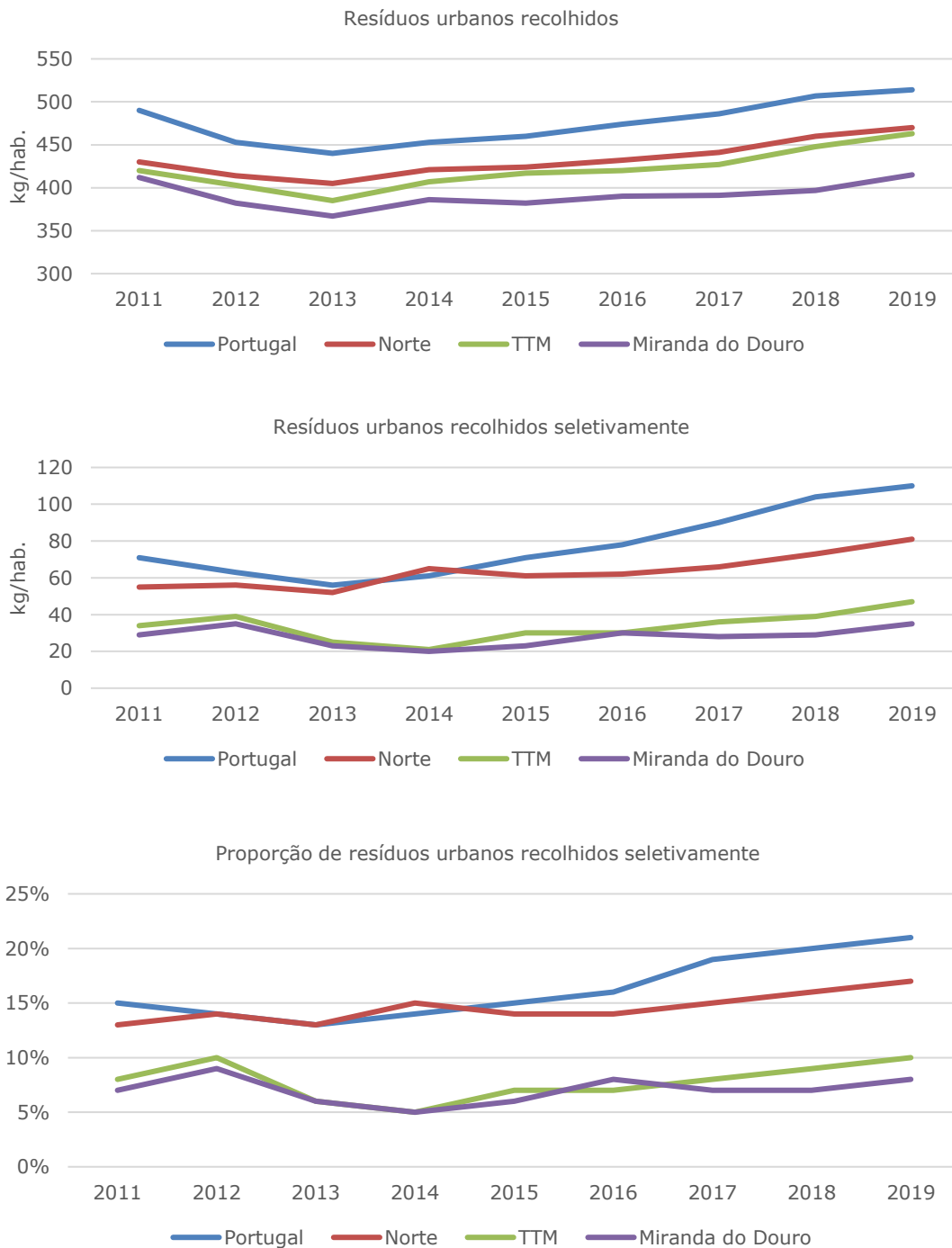
Ainda que com pouca intensidade, importa fazer referência ao crescimento do setor industrial, que apresenta uma variação de 133%, entre 2011/2019, que corresponde a um peso de 5% na totalidade do consumo elétrico, em 2019.

As demais tipologias de consumo mantêm a sua reduzida importância, tendo, inclusive, os consumos protagonizados pelo Estado diminuído.

6.3. Resíduos

As figuras seguintes representam indicadores temáticos que dizem respeito ao domínio da recolha de resíduos no concelho entre 2011/2019.

Figura 79: Indicadores de recolha de resíduos



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Nos dias de hoje, assiste-se a uma crescente preocupação por parte da população pelas questões ambientais, assente na consciencialização das pessoas através da promoção de práticas sustentáveis e de uma melhor gestão do ambiente, nomeadamente, no que respeita a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Com base nos dados apresentados, verifica-se que a **recolha de resíduos por habitante tem aumentado em todos os espaços geográficos** em análise. Em relação a Miranda do Douro, verifica-se em 2019 um total de 415 kg/hab. – valor mais elevado do período em análise.

Relativamente à recolha seletiva de resíduos por habitante, observa-se que o concelho apresentava uma tendência de estabilização. Contudo, a partir de 2017, verifica-se com base na análise da figura, **uma evolução crescente do n.º de resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante**, observando-se no ano de 2019 um total de 35kg/hab.

Em termos de proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente por cada habitante, verifica-se que Miranda do Douro apresenta um total de 8%, em 2019.

Assim sendo, mostra-se pertinente referir que apesar de se confirmarem melhorias ao longo dos anos nos indicadores ambientais analisados, denota-se que o concelho, comparativamente com os restantes espaços geográficos, ainda tem margem para progredir.

6.4. Transportes

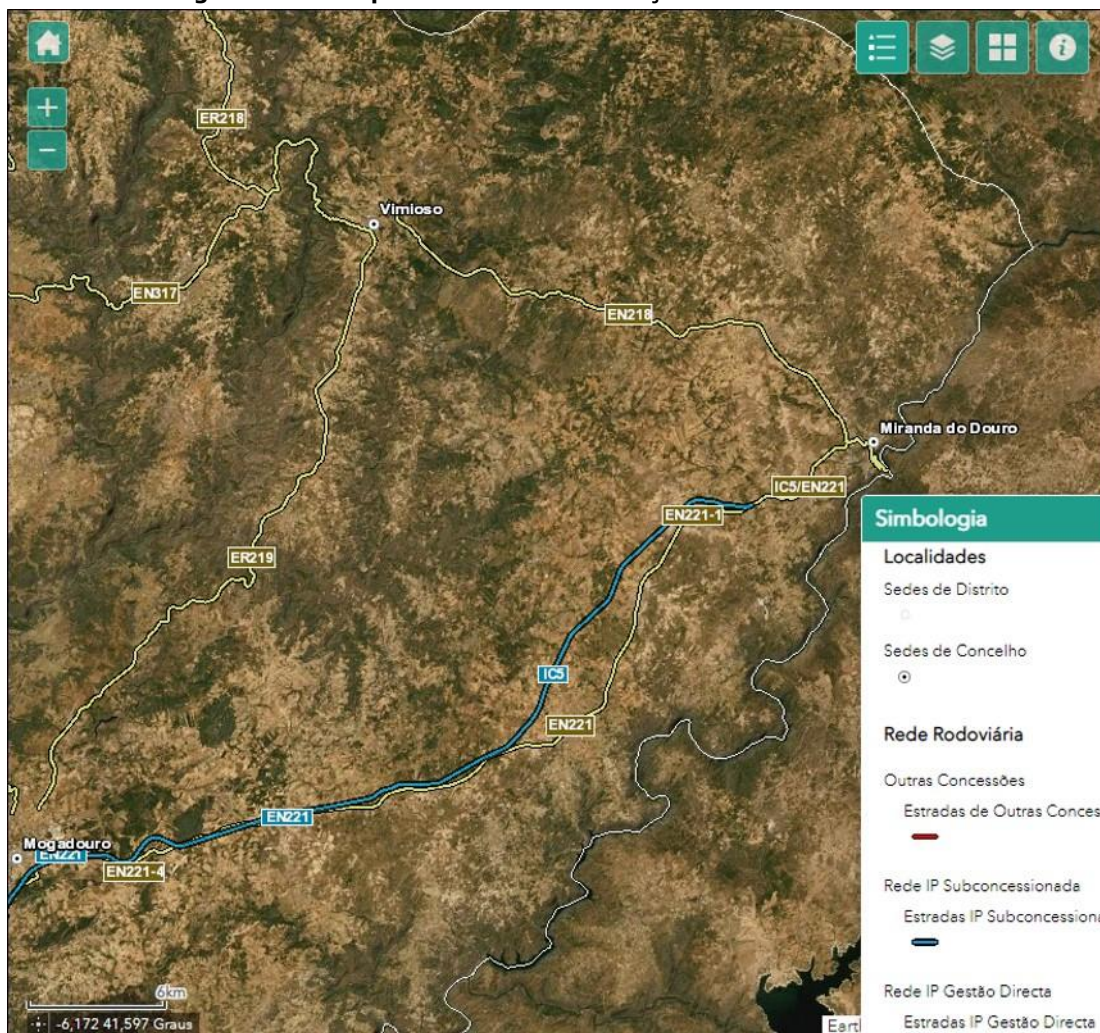
6.4.1. Rede

Neste subcapítulo será realizada uma contextualização da rede de transportes de Miranda do Douro face à sua envolvente, de modo a conhecer quais as principais ligações que servem o concelho.

- Rodoviária

Deste modo, remete-se para a consulta da figura seguinte, que representa os principais eixos de comunicação do concelho.

Figura 80: Principais eixos de comunicação de Miranda do Douro



Fonte: Infraestruturas de Portugal

Após a análise da figura apresentada verifica-se que o IC5 integra parte do concelho, permitindo a ligação da Póvoa de Varzim – Miranda do Douro e utilizando o espaço canal das EN221 e EN218 (dentro da cidade).

As estradas nacionais que servem o concelho são a EN218, que permite a ligação de Miranda do Douro a Carção (EN317) - Vimioso; e a EN221-1, que permite a ligação a Mogadouro.

- Ferroviária

Até 1988 Miranda do Douro era servido pela Linha do Sabor, tendo o seu término em Duas Igrejas.

Atualmente, esta linha é uma ecopista com uma extensão de 14 km entre Sendim e Duas Igrejas. Destaca-se que esta infraestrutura atravessa o PNDI, sendo considerada uma oportunidade de desenvolvimento económico para o concelho e a ligação em modos suaves entre o Douro Internacional e o Douro Vinhateiro.

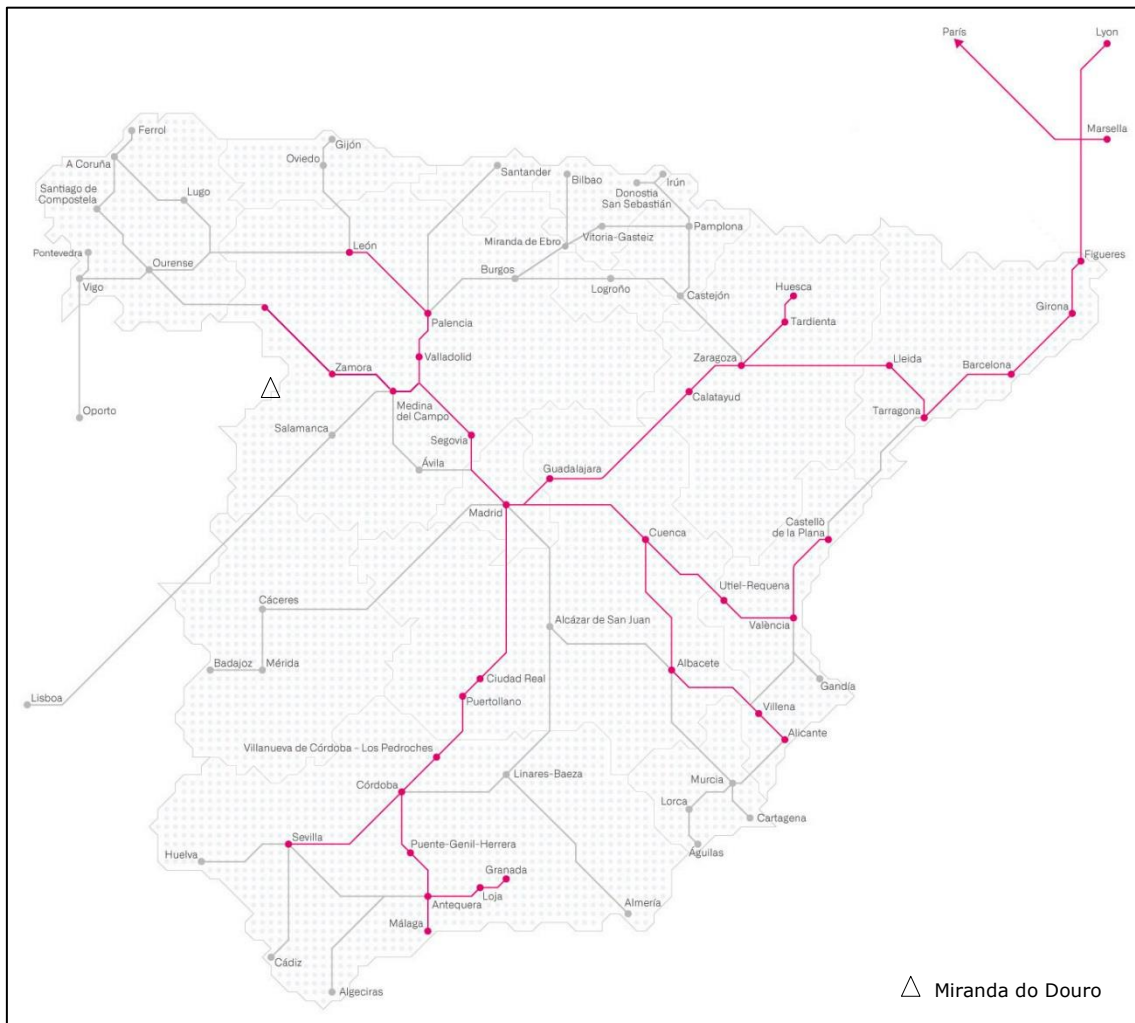
Figura 81: Ecopista do Sabor



Fonte: Infraestruturas de Portugal

Dado que Miranda do Douro faz fronteira com Espanha, importa ter em consideração as ligações internacionais. Assim sendo, remete-se para a consulta da figura seguinte que representa o mapa da AVE.

Figura 82: Mapa das linhas do AVE



Fonte: Renfe

A AVE começou a circular em 1992, ligando as principais cidades da Espanha e atingindo uma velocidade de até 300km por hora.

A criação deste tipo de infraestrutura ferroviária, para além de beneficiar centros urbanos estruturantes, produz efeitos nos centros urbanos complementares, que beneficiam da sua proximidade e promove o desenvolvimento territorial.

Contudo, verificam-se resistências a este serviço de transporte, como o:

- Preço das viagens e a comodidade motiva a que o automóvel tenha uma utilização preferencial em territórios de baixas densidades, onde a facilidade de adesão não é imediata a este tipo de serviço de transporte;

- Dificuldade de relacionamento com outros modos de transporte, sendo eles escassos em territórios de baixa densidade;
- Reabilitação/expansão contínua das infraestruturas rodoviárias, motivam a necessidade de otimização/rentabilização da infraestrutura;
- Atraso na construção das linhas programadas e o efeito que este acontecimento provoca em termos sociais, gera uma perceção negativa do investimento neste serviço de transporte.

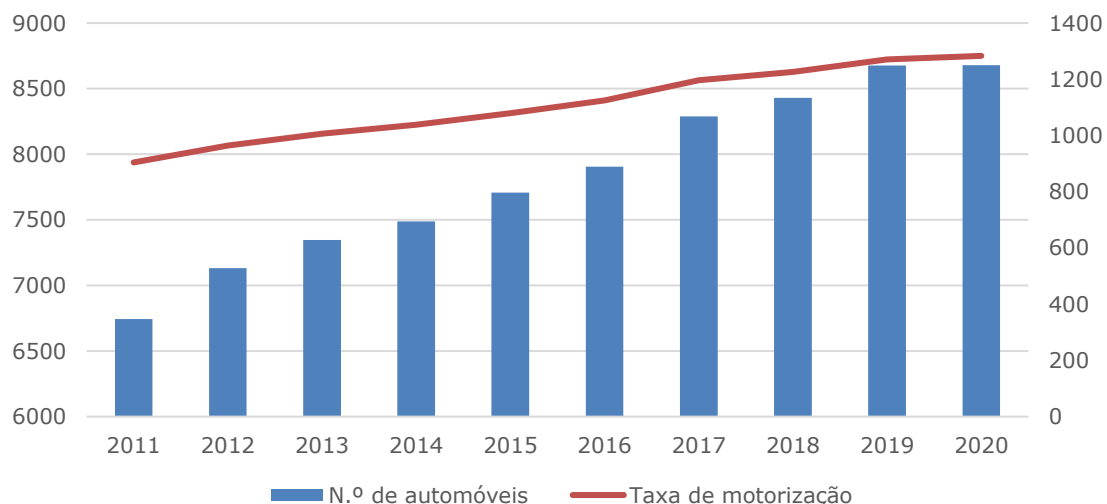
No caso de Miranda do Douro, a principal estação é Zamora e esta dista a 50 minutos de carro, não havendo, de momento, outra alternativa. Esta estação permite ligar Miranda do Douro em:

- 1 hora e 3 minutos a Madrid;
- 1 hora e 9 minutos a Ourense;
- 4 horas e 14 minutos a Valencia;
- 5 horas e 10 minutos a Sevilha;
- 5 horas e 36 minutos a Barcelona.

6.4.2. Motorização

O facto da infraestrutura rodoviária ser a única ativa no concelho, faz com que os movimentos pendulares sejam efetuados em veículos motorizados.

Figura 83: Parque automóvel



Fonte: Elaboração própria baseada na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Tal fenómeno está em crescendo, o que faz aumentar por consequência a taxa de motorização e o n.º de veículos, registando-se em 2011 um total de 6 743 automóveis e em 2020 um total de 8 678 automóveis.

Este meio de transporte permite ter as seguintes distâncias entre diferentes pontos do concelho.

Tabela 36: Distância de automóvel entre lugares do concelho

Valores em distância-tempo (em minutos)	Ponto de chegada				
	Silva	Sendim	Miranda do Douro	Paradela	São Martinho de Angueira
Ponto de partida					
Silva		22	20	32	27
Sendim	22		23	38	40
Miranda do Douro	19	24		16	23
Paradela	33	40	17		21
São Martinho de Angueira	26	41	23	20	

Valores em distância (em km)	Ponto de chegada				
	Silva	Sendim	Miranda do Douro	Paradela	São Martinho de Angueira
Ponto de partida					
Silva		24,2	20,3	30,4	27,9
Sendim	24,2		25,6	39,2	44,1
Miranda do Douro	20	25,7		13,9	22,5
Paradela	30,4	40,1	12,5		19,3
São Martinho de Angueira	27,9	44,2	22,7	19,3	

Legenda:

Verde – inferior à média
 Vermelho – superior à média

Fonte: Elaboração própria baseada no *Google Maps*

Com base na análise da tabela anterior, destaca-se que:

- A distância-tempo média em minutos entre os lugares representados é de 26 minutos e a distância média percorrida é de 27km;
- Miranda do Douro (cidade) corresponde ao lugar mais próximo dos restantes lugares em análise;
- Miranda do Douro (cidade) apresentam o valor médio mais baixo, em termos de distância-tempo (21 minutos);
- Sendim encontra-se a uma distância, quer em minutos, quer em quilómetros, maior face às restantes.

6.4.3. Mobilidade

Mostra-se pertinente a análise dos modos de transporte da população, de modo a compreender quais os mais utilizados para a realização dos movimentos pendulares, entre o período intercensitário.

Tabela 37: Peso de cada modo de transporte nos movimentos pendulares

Espaço geográfico	2001							
	P	Au	M	C	TC	A	MB	O
Portugal	25%	16%	1%	3%	5%	45%	3%	2%
Norte	28%	16%	0%	1%	6%	44%	3%	1%
TTM	40%	8%	0%	0%	4%	43%	1%	4%
Miranda do Douro	45%	11%	0%	0%	4%	34%	1%	5%
<i>UT Miranda</i>	43%	13%	0%	0%	4%	36%	1%	4%
<i>UT Sendim</i>	49%	8%	0%	0%	4%	31%	1%	7%

Legenda:

P: A pé

AU: Autocarro

M: Metro

C: Comboio

TC: Transporte coletivo da empresa ou da escola

A: Automóvel

MB: Motociclo ou bicicleta

O: Outro meio/ não se aplica

Espaço geográfico	2011							
	P	Au	M	C	TC	A	MB	O
Portugal	16%	12%	2%	3%	3%	62%	2%	1%
Norte	17%	12%	2%	1%	4%	62%	2%	0%
TTM	25%	7%	0%	0%	3%	64%	1%	1%
Miranda do Douro	27%	9%	0%	0%	5%	58%	1%	0%
<i>UT Miranda</i>	24%	9%	0%	0%	6%	60%	1%	0%
<i>UT Sendim</i>	30%	8%	0%	0%	4%	55%	2%	1%

Legenda:

P: A pé

AU: Autocarro

M: Metro

C: Comboio

TC: Transporte coletivo da empresa ou da escola

A: Automóvel

MB: Motociclo ou bicicleta

O: Outro meio/ não se aplica

Espaço geográfico	Dif. entre 2001/2011							
	P	AU	M	C	TC	A	MB	O
Portugal	-9%	-4%	1%	0%	-2%	16%	-1%	-1%
Norte	-11%	-5%	2%	0%	-2%	18%	-2%	-1%
TTM	-15%	-1%	0%	0%	-1%	20%	-1%	-3%
Miranda do Douro	-19%	-2%	0%	0%	1%	24%	0%	-5%
<i>UT Miranda</i>	-19%	-4%	0%	0%	2%	24%	0%	-4%
<i>UT Sendim</i>	-19%	0%	0%	0%	0%	24%	1%	-6%

Legenda:

P: A pé

AU: Autocarro

M: Metro

C: Comboio

TC: Transporte coletivo da empresa ou da escola

A: Automóvel

MB: Motociclo ou bicicleta

O: Outro meio/ não se aplica

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise das tabelas anteriores, observa-se que no concelho, **o automóvel ligeiro lidera as preferências da população como modo de deslocação nos seus movimentos pendulares**, em 2011. Importa salientar que este facto ganha mais expressividade em 2011, uma vez que em 2001, regista um peso de 45% nas deslocações realizadas a pé.

A escolha do automóvel, ao invés de outro modo de deslocação, pode ser justificada com base na comodidade e no conforto que o transporte próprio garante aos seus utilizadores e na aceleração do ritmo de vida da população que favorece tipos de deslocações mais rápidas.

Importa referir que, apesar da utilização do automóvel predominar no tipo de deslocações pendulares no concelho (peso de 58% em 2011), verifica-se que, comparativamente com outros espaços geográficos, Miranda do Douro apresenta valores mais baixos.

No que respeita as UT, verifica-se que em 2001, apresentam percentagens mais elevadas as deslocações realizadas a pé e em 2011, observa-se um aumento das deslocações realizadas em automóvel próprio, seguindo as tendências verificadas no concelho, apresentando um peso de 60% na UT de Miranda e de 55% na UT de Sendim, neste modo de transporte.

Neste seguimento, mostra-se pertinente avaliar a taxa de motorização dos movimentos pendulares, representados na seguinte tabela, entre 2001/2011.

Tabela 38: Taxa de motorização dos movimentos pendulares

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	70%	78%	9%
Norte	70%	80%	10%
TTM	56%	74%	18%
Miranda do Douro	50%	73%	23%
<i>UT Miranda</i>	<i>53%</i>	<i>75%</i>	<i>23%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>44%</i>	<i>69%</i>	<i>25%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nos dados representados na tabela, conclui-se que o concelho apresenta um crescimento de 23%, no que respeita a taxa de motorização dos movimentos pendulares, entre 2001/2011, registando-se o total de 73%, em 2011.

Relativamente às UT, verifica-se que estas acompanham as tendências verificadas nos espaços geográficos em que se inserem, representando um aumento dos valores em 2011.

Em relação à duração média dos movimentos pendulares, importa ter em atenção os valores apresentados na tabela seguinte, referentes ao período entre 2001/2011.

Tabela 39: Duração média dos movimentos pendulares (em minutos)

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	22,40	20,02	-2,38
Norte	20,54	18,28	-2,26
TMM	14,25	15	0,75
Miranda do Douro	11,98	12,74	0,76
<i>UT Miranda</i>	<i>13,70</i>	<i>12,35</i>	<i>-1,35</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>11,44</i>	<i>13,90</i>	<i>2,46</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da tabela anterior, verifica-se que o concelho apresenta uma redução (-0,76 minutos) na duração média dos movimentos pendulares, registando em 2011 o valor total de 12,74 minutos.

No que respeita as UT, verifica-se que a UT de Sendim acompanha as tendências verificadas em Miranda do Douro apresentando aumento de 2,46 minutos na duração média dos movimentos pendulares. Contrariamente, a UT de Miranda apresenta uma diminuição da duração média dos movimentos pendulares apresentando um decréscimo de -1,35 minutos.

A tabela seguinte representa a proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município, entre 2001/2011.

Tabela 40: Proporção da população que trabalha ou estuda noutro município

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	28,48%	29,43%	1%
Norte	26,09%	28,00%	2%
TMM	9,01%	17,06%	8%
Miranda do Douro	4,44%	13,02%	9%
<i>UT Miranda</i>	<i>4,20%</i>	<i>12,45%</i>	<i>8%</i>
<i>UT Sendim</i>	<i>3,23%</i>	<i>10,56%</i>	<i>7%</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise dos dados apresentados na tabela, pode-se concluir que a proporção da população que trabalha ou estuda noutro município aumentou 9%, entre 2001/2011, em Miranda do Douro.

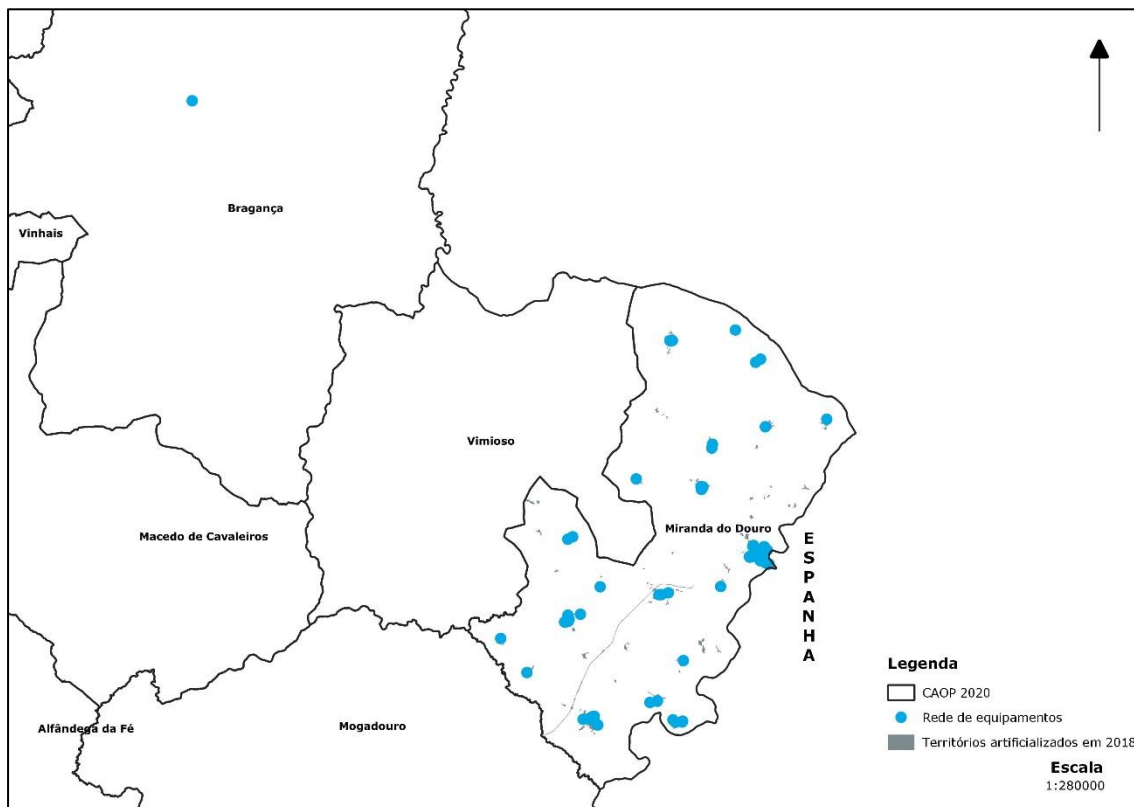
Comparativamente com os espaços geográficos em que o concelho se insere, importa destacar que este acompanha a tendência de crescimento verificada, contudo, os valores de 2011 centram-se em 13%, refletindo uma proporção mais baixa quando comparada com os demais territórios.

No que concerne as UT, salienta-se que estas seguem o padrão de crescimento verificado no concelho, traduzindo um aumento da proporção da população que trabalha ou estuda noutro município, entre 2001/2011.

7. EQUIPAMENTOS

O presente capítulo apresenta o levantamento da rede de equipamentos de Miranda do Douro, realizada com base nos boletins informativos municipais, como também através da recolha de informação junto das instituições que tutelam os diferentes domínios: administração e proteção civil; cultura; desporto; saúde e social.

Figura 84: Rede de equipamentos de Miranda do Douro



Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Na figura anterior estão georreferenciados os equipamentos localizados em Miranda do Douro, de forma a permitir analisar a oferta existente no concelho.

De seguida estes indicadores serão analisados de forma pormenorizada, de acordo com as suas especificidades e desagregados à escala das freguesias, sempre que pertinente.

O presente capítulo complementa-se com as políticas e planos desenvolvidos pelo concelho, pois estes definem a política municipal neste domínio de

análise, constando neste capítulo a informação mais recente nas diferentes tipologias de equipamentos da rede municipal.

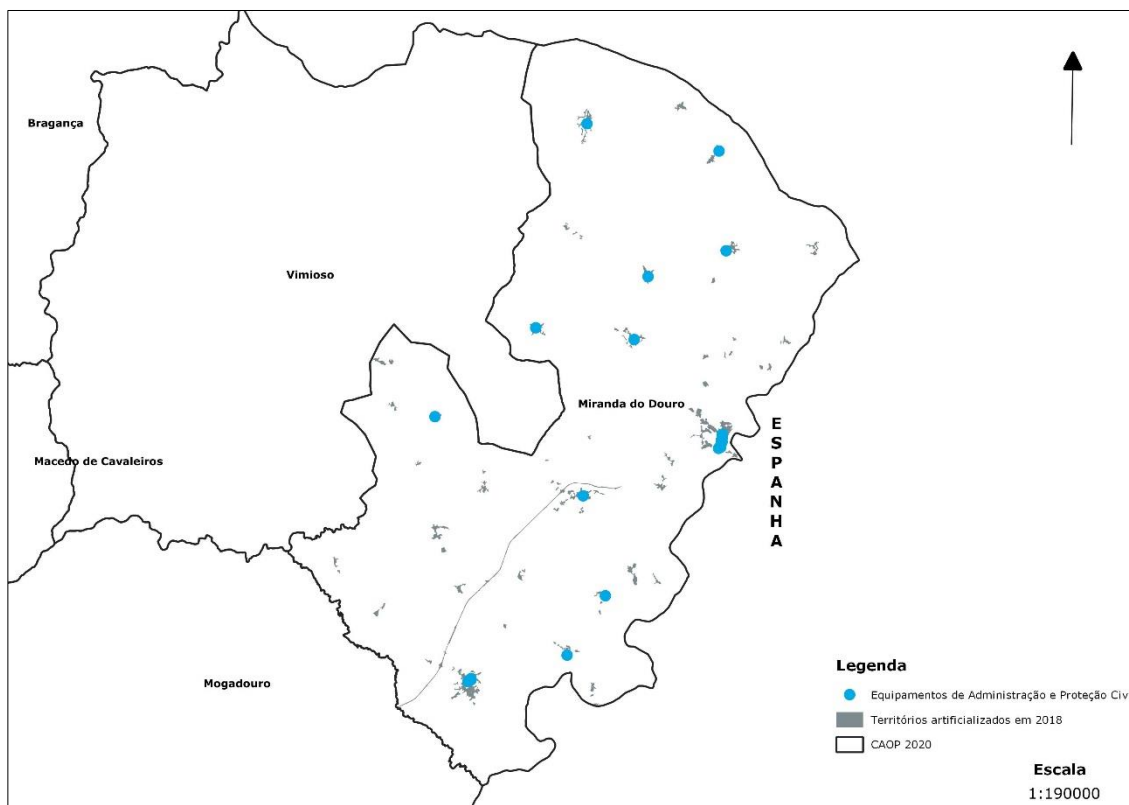
Recomenda-se para a análise complementar deste capítulo os seguintes documentos:

- Carta Educativa 2019-2020;
- Carta Desportiva;
- Programa Rede Social;
- Plano de Desenvolvimento Social 2018-2021;
- Plano de Ação e Avaliação;
- Projeto Educativo do Agrupamento;
- Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

7.1. Administração e proteção civil

Os equipamentos de administração pública e proteção civil do concelho são os que constam no cartograma seguinte e atuam em diversas vertentes, como se pode aferir com a consulta da tabela seguinte.

Figura 85: Equipamentos de administração e proteção civil



Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Tabela 41: N.º de equipamentos administrativos e de proteção civil

Designação	N.º	Freguesia
Espaço Cidadão	1	UF de Sendim e Atenor
Serviço de Finanças	1	Miranda do Douro
Instituto do Emprego e Formação Profissional	1	Miranda do Douro
Segurança Social	1	Miranda do Douro
Conservatório dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóvel	1	Miranda do Douro
Câmara Municipal	1	Miranda do Douro
Juntas de freguesia	13	Todas as freguesias definidas ao abrigo da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.
Bombeiros	2	Miranda do Douro e UF de Sendim e Atenor
Guarda Nacional Republicana	2	Miranda do Douro e UF de Sendim e Atenor
Tribunal	1	Miranda do Douro
CTT	2	Miranda do Douro e UF de Sendim e Atenor

Fonte: Portal do Cidadão

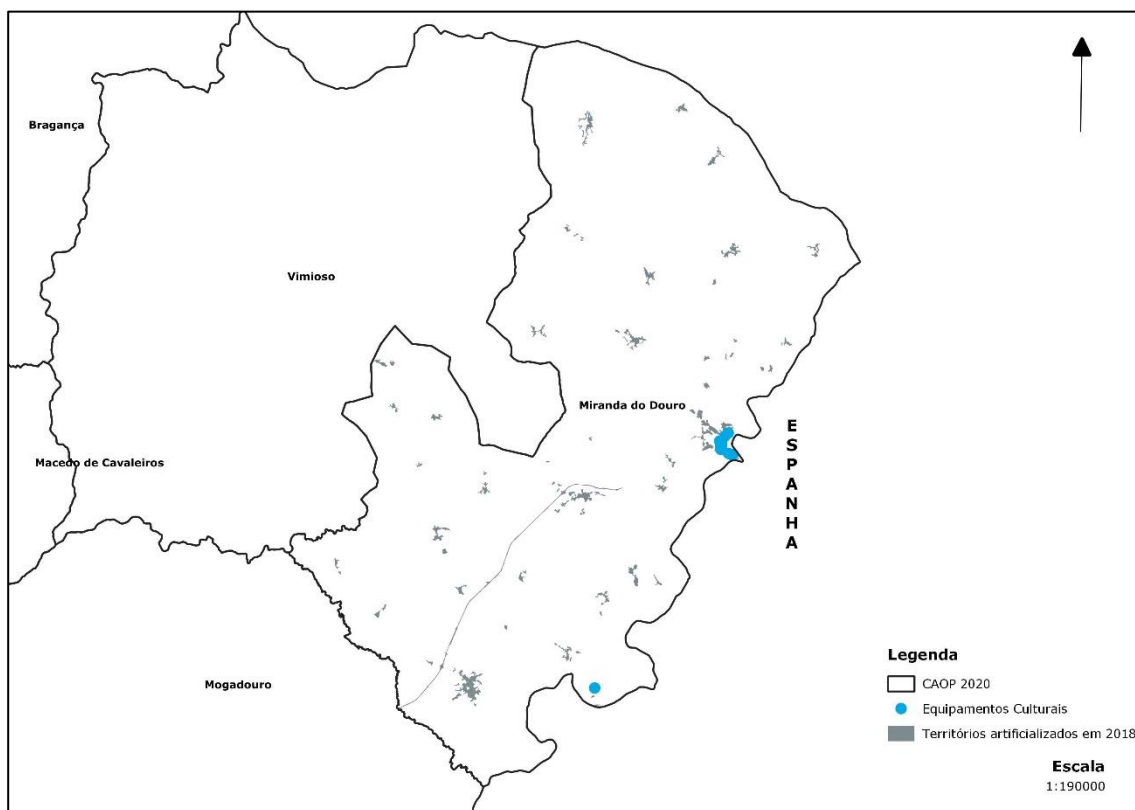
A maioria dos equipamentos administrativos e de proteção civil estão localizados na freguesia de Miranda do Douro, com a exceção das juntas de freguesia que se distribuem por todo o território concelhio, como se pode verificar através da análise da tabela anterior.

Destaca-se ainda o edifício da CMMD, que incorpora o Serviço de Finanças e o Conservatório dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóvel e o edifício da junta de freguesia de Miranda do Douro que incorpora os serviços do Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Segurança Social.

7.2. Cultura

Os equipamentos culturais procuram proporcionar à população o acesso à informação, aos espetáculos ou às artes, através de momentos de lazer e de convívio, estando esses equipamentos representados no cartograma e na tabela seguintes.

Figura 86: Rede de equipamentos culturais



Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Tabela 42: N.º de equipamentos culturais

Designação	Descrição
Biblioteca Municipal	Localiza-se no antigo Convento dos Frades Trinos, a sua construção teve como objetivo melhorar os serviços prestados, disponibilizando um espaço mais amplo com equipamento especializado; Integra os seguintes serviços e eventos: Leitura em presença; empréstimo; serviço de audiovisuais; difusão ativa de informação; referencia e apoio à pesquisa; acesso inerente; animação e apoio à leitura e atividades culturais diversificadas.
Auditório Municipal	Localiza-se no centro da cidade e permite realizar várias iniciativas culturais, de forma a chegar a públicos diversos; Espaço polivalente, que integra um anfiteatro com capacidade de 216 lugares sentados e uma galeria de exposições; Dotado de equipamento de som, de imagem e de multimédia. Destacam-se atividades ligadas ao cinema, à música e ao teatro. Este local também serve de apoio aos estabelecimentos de ensino para a realização de eventos.
Arquivo Municipal	Este local é composto por uma área técnica, pelo depósito, pela área administrativa e por uma área destinada ao público;

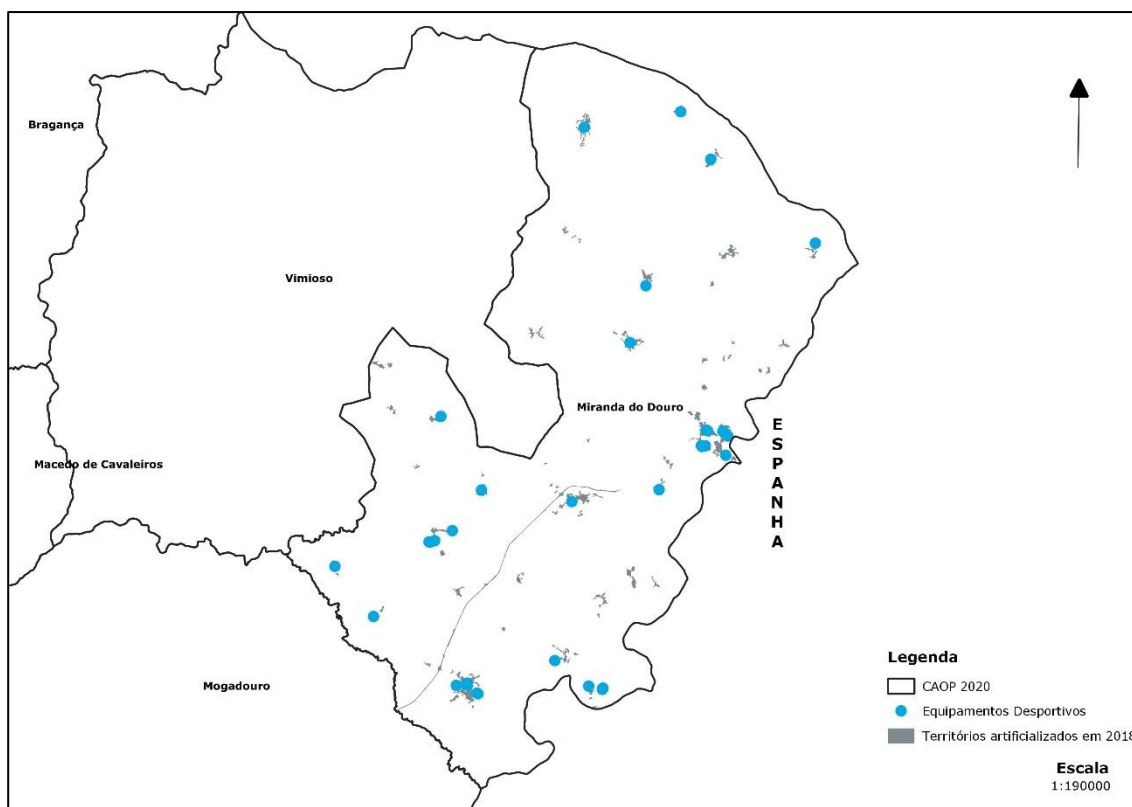
Designação	Descrição
	Tem como objetivos: gerir e preservar a documentação; promover uma política de aquisição de arquivos privados, pessoais, de famílias u empresas com relevância histórica do concelho e fomentar a divulgação do seu acervo e de temas de história local através de atividades culturais e educativas.
Casa da Cultura	Local pautado pela preservação das marcas históricas da cultura Mirandesa, integra uma agenda bastante preenchida com variadas exposições de etnografia, música, língua e outras temáticas relacionadas com a cultura local.
Casa da Música Mirandesa	Localiza-se no centro histórico de Miranda do Douro, num edifício do século XVII; Funciona como um centro cultural, que tem como finalidade a promoção da cultura e da música tradicional da Terra de Miranda.
Casa das Quatro Esquinas	Edifício datado do século XVI localiza-se na rua medieval da Costanilha, no centro histórico da cidade; Esta casa apresenta características peculiares e aspetos arquitetónicos da época medieval originando dois ícones de importância para a época e para a cidade.
Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro	Situa-se no Barrocal do Douro em pleno PNDI, com elevado interesse turístico e ambiental; Este local procura promover o encontro entre pessoas de diversas regiões e culturas através da oferta de atividades de lazer como caminhadas, escaladas, montanhismo e prática de desportos náuticos.
Centro de Interpretação Turístico - Ambiental	Este local está preparado para divulgação e sensibilização pública de temas como: geologia, fauna, flora e cultura local; Esta estrutura encontra-se equipada com material informativo e promocional do concelho de Miranda do Douro
Museu da Terra de Miranda	Localiza-se no centro histórico de Miranda do Douro, instalado num edifício do século XVII. Este museu foi fundado em 1982; Este museu dá a conhecer, através de exposições permanentes, traços característicos da vida social e cultural, a língua mirandesa, a agricultura, pecuária e comércio de fronteira da região.
Pavilhão Multiusos	Pavilhão com uma área polivalente, utilizado para diversos eventos: exposições, congressos, feiras gastronómicas, concertos, atividades desportivas, entre outros.
Porta da Rota da Terra Fria Transmontana	Localiza-se num edifício anexo às instalações da antiga Alfândega, na EN218, com uma excelente localização; Este local conta com um ecrã tátil com informação diversa sobre a Rota e produtos e artesanato da Terra Fria Transmontana; Para além de exposições, interpretação e interação com conteúdos temáticos e convívio, este espaço estimula experiências gastronómicas, etnográficas, culturais e pedagógicas.
Posto de Turismo	Localiza-se no Largo do Menino Jesus da Cartolinha, e serve de apoio aos turistas nacionais e estrangeiros; Oferece materiais de promoção da cidade e do concelho e apoia grupos nas visitas aos locais turísticos do concelho.

Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

7.3. Desporto

Os equipamentos desportivos de Miranda do Douro apresentam uma oferta diferenciada e distribuída equitativamente por todo o território, como se pode observar através do cartograma e da tabela seguintes.

Figura 87: Equipamentos desportivos



Fonte: Elaboração própria baseada no CMMD

Tabela 43: N.º de equipamentos desportivos

Designação	N.º	Freguesia
Grandes campos de futebol	2	Miranda do Douro (1) e Sendim (1)
Pequenos campos de futebol	22	UF de Silva e Águas Vivas (1); UF de Sendim e Atenor (4); UF de Constantim e Cicouro (2); UF de Ifanes e Paradela (1); Duas Igrejas (2); Malhadas (1); Miranda do Douro (4); Palaçoulo (2); Picote (3); São Martinho de Angueira (1) e Póvoa (1).
Pavilhões/ Salas de desporto	6	Miranda do Douro (3); UF de Silva e Águas Vivas (1); Palaçoulo (1) e UF de Sendim e Atenor (1).
Piscinas	5	Miranda do Douro (2); Palaçoulo (1); UF de Sendim e Atenor (1) e Picote (1)

Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Neste seguimento, pode-se aferir que o concelho integra 35 equipamentos desportivos, designados por: grandes campos de futebol (2); pequenos campos de futebol (22); pavilhões/ salas de desporto (6) e piscinas (5).

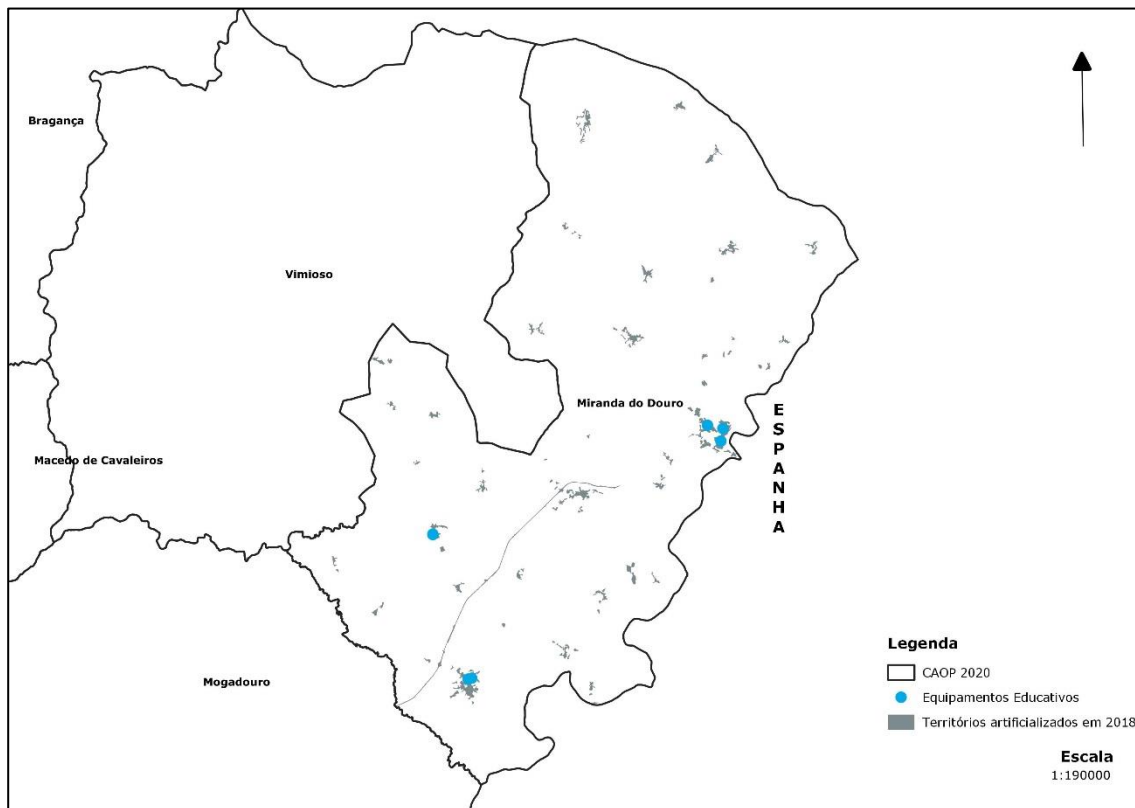
Salienta-se ainda a existência de infraestruturas de apoio a atividades realizadas ao ar livre (15).

Importa referir que a freguesia de Miranda do Douro é a melhor equipada, contando com um total de 10 equipamento desportivos, seguida da UF de Sendim e Atenor que conta com um total de 7 equipamentos desportivos.

7.4. Educação

Ao nível dos equipamentos educativos, mostra-se pertinente analisar os dados representados no cartograma e na tabela seguintes.

Figura 88: Equipamentos educativos



Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Tabela 44: N.º de equipamentos educativos

Equipamentos Escolares	Nível de ensino	Freguesia
Jardim de Infância de Miranda do Douro	Pré-escolar	Miranda do Douro
Jardim de Infância de Sendim	Pré-escolar	UF de Sendim e Atenor
Jardim de Infância de Palaçoulo	Pré-escolar	Palaçoulo
Escola Básica de Miranda do Douro	1.º ciclo	Miranda do Douro
Escola Básica de Palaçoulo	1.º ciclo	Palaçoulo
Escola Básica de Sendim	1.º, 2.º e 3.º ciclo	UF de Sendim e Atenor
Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro	2.º, 3.º e secundário	Miranda do Douro

Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Com base na análise da tabela anterior, verifica-se que o concelho é constituído por uma totalidade de sete escolas, que integram o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro.

De salientar que, para além do território concelhio, o agrupamento estende a sua área de influência a algumas freguesias dos concelhos de proximidade, como é o caso de Vimioso e Mogadouro.

Segundo informações constantes na Carta Educativa, importa referir que o novo Projeto Educativo do Agrupamento integra as prioridades estratégicas, as linhas orientadoras de ação, assim como a defesa e lecionação da Língua e cultura Mirandesa.

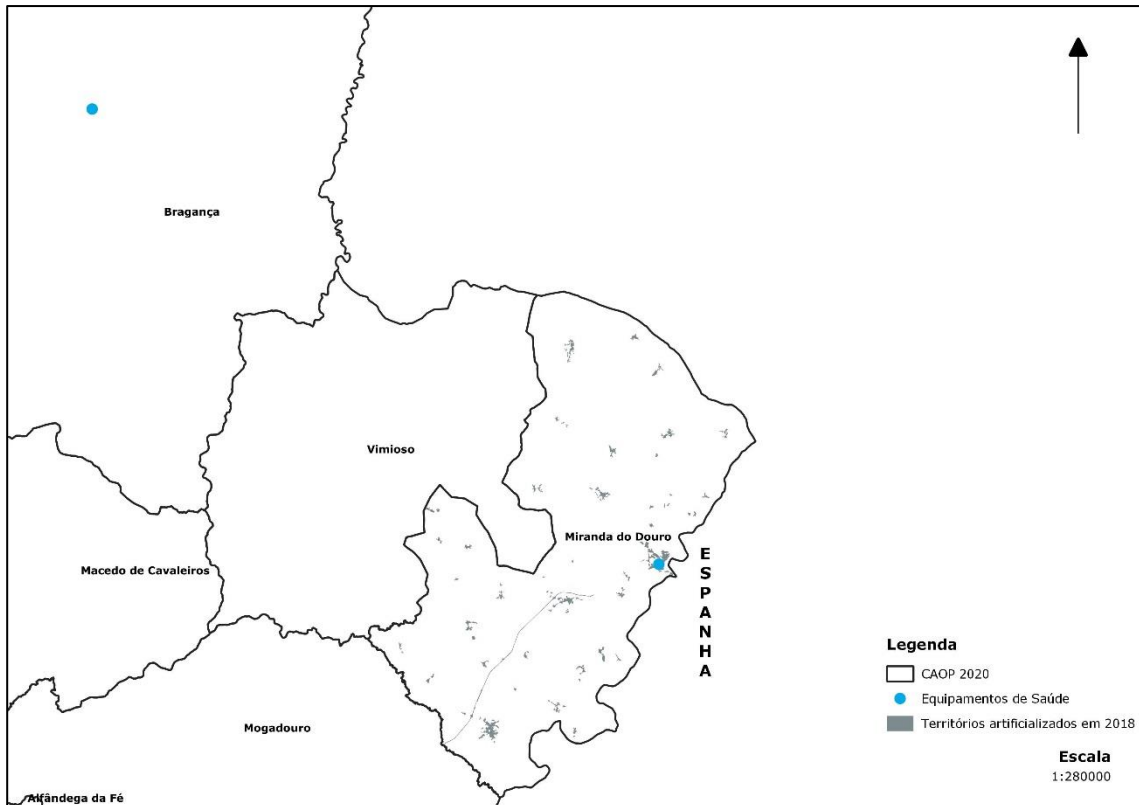
Neste sentido, importa salientar o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, que integra os seguintes objetivos principais:

- *Reforçar o apoio aos alunos e comunidade escolar;*
- *Reforçar a cooperação escola/família;*
- *Diagnosticar perturbações de aprendizagem (dislexia, dificuldades na fala, défice de atenção...);*
- *Promover estratégias individualizadas para promover o sucesso escolar;*
- *Promover autonomia dos alunos;*
- *Melhorar comportamento dentro e fora da sala de aulas;*
- *Promover a orientação dos alunos para áreas com maior oferta de emprego;*
- *Apoiar a intervenção na sala de aula através do suporte aos programas com uso das TIC's;*
- *Desenvolver o espírito criativo dos alunos;*
- *Aumentar a autoestima dos alunos.*

7.5. Saúde

Miranda do Douro integra o Centro Hospitalar do Nordeste, que é composto por três unidades hospitalares: Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, sendo o de Bragança, o hospital de referência para o concelho.

Figura 89: Rede de equipamentos de saúde



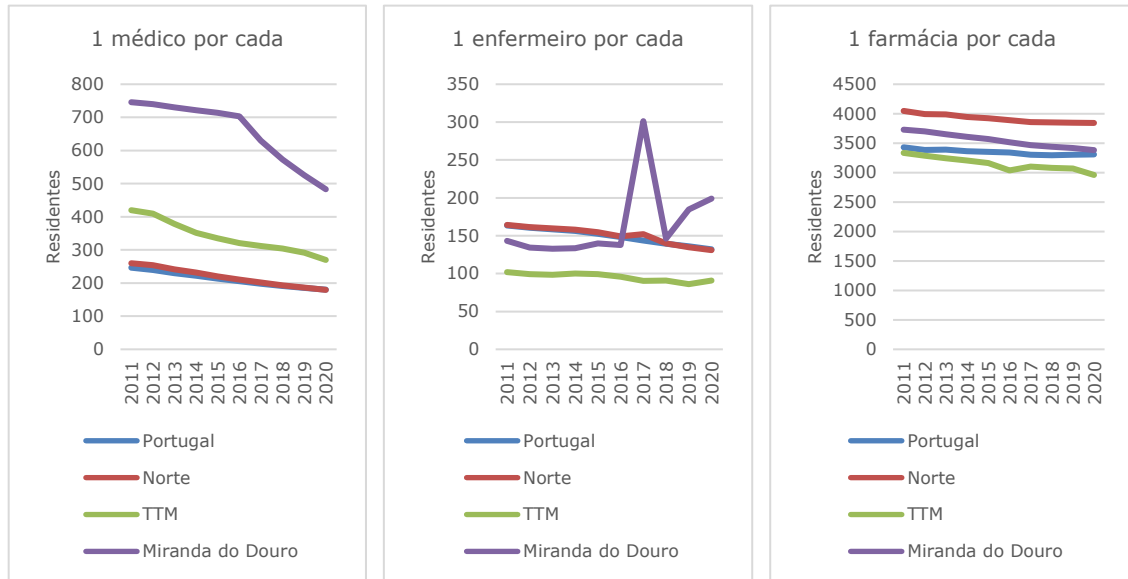
Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Tabela 45: N.º de equipamentos de saúde

Equipamentos de Saúde	Tipologia
Hospital de Bragança	Cuidados de saúde hospitalares de referência
UCSP de Miranda do Douro	Centro de Saúde

Fonte: Elaboração própria baseada na ULS

Figura 90: Indicadores de saúde



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nas figuras anteriores, verifica-se que os:

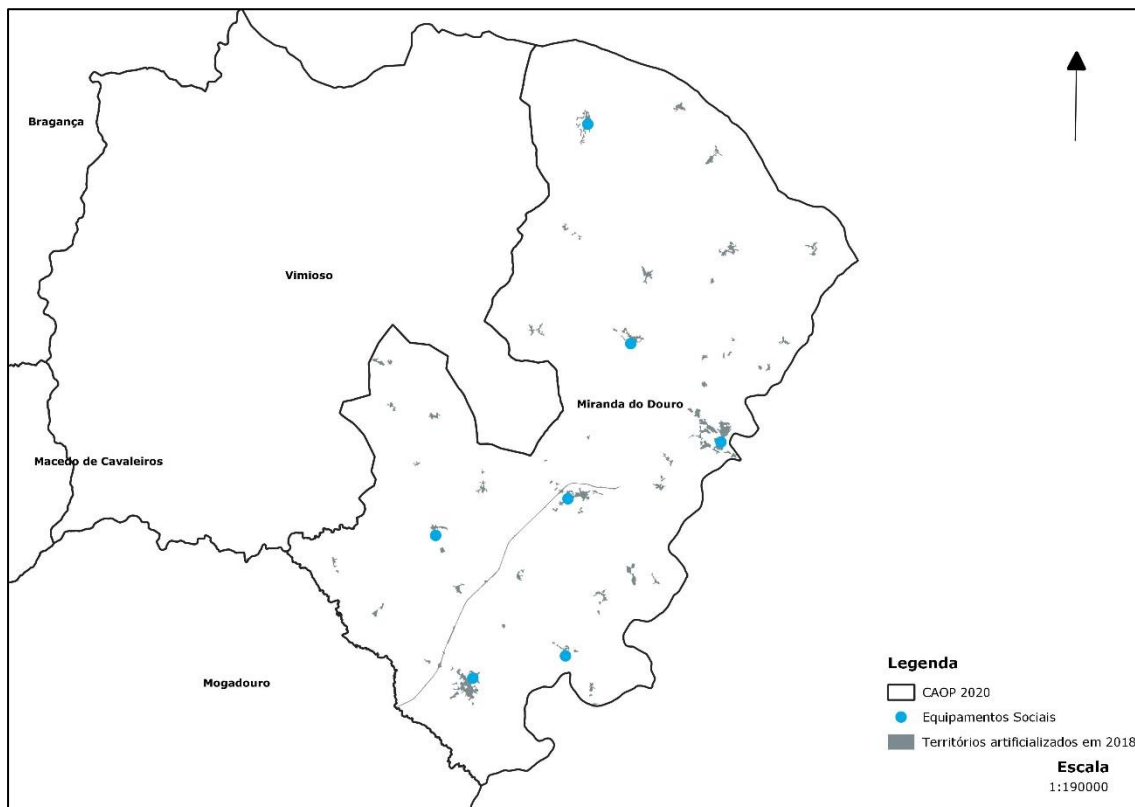
- **Médicos:**
 - São 14 em 2020;
 - Têm um rácio de 1 médico por cada 483 residentes em 2020;
 - Correspondem a 4% do efetivo das TTM em 2020.
- **Enfermeiros⁶:**
 - São 34 em 2020;
 - Têm um rácio de 1 enfermeiro por cada 199 residentes em 2020;
 - Correspondem a 3% das TTM em 2020.
- **Farmácias:**
 - São 2 em 2020;
 - Têm um rácio de 1 farmácia por cada 3 382 residentes;
 - Correspondem a 6% das existentes nas TTM em 2020.

⁶ Entre 2016/2017, o indicador foi atualizado pela Ordem dos Enfermeiros, de modo a evitar situações de informação em falta, substituída pelo local de residência para fins estatísticos. Deste procedimento de atualização resultaram diferenças relevantes no n.º de enfermeiros de alguns municípios. No caso de Miranda do Douro, a diferença entre 2016/2017, é de menos 28 enfermeiros – que em termos percentuais equivale a uma variação de menos 55%.

7.6. Social

Com o objetivo de conhecer a distribuição dos equipamentos sociais em Miranda do Douro, foram elaborados o cartograma e tabela seguintes.

Figura 91: Equipamentos sociais



Fonte: Elaboração própria baseada na CMMD

Tabela 46: N.º de equipamentos sociais

Equipamentos de Ação Social	Tipologia	Freguesia
Lar Nosso Senhor da Misericórdia	Múltiplas funções	Miranda do Douro
Casa da Criança Mirandesa	Múltiplas funções	UF de Sendim e Atenor
Centro Social e Paroquial São João Baptista de Picote	Múltiplas funções	Picote
Centro Social e Paroquial São Martinho	Múltiplas funções	São Martinho de Angueira
Estrutura Residencial para idosos Nossa Senhora do Monte	Múltiplas funções	Duas Igrejas
Casa de Repouso Livro de Memórias	Estrutura residencial para pessoas idosas	Miranda do Douro
Lar de S. Miguel	Múltiplas funções	Palaçoulo

Fonte: elaboração própria baseada na Carta Social

Com base na tabela apresentada, verifica-se que os equipamentos de Ação Social se direcionam a toda a comunidade, designadamente, crianças, jovens e população adulta.

Assim sendo, conclui-se que a maioria dos equipamentos é de natureza diversificada, com a finalidade de prestar o maior n.º de serviços e, desta forma, servir o maior n.º de pessoas. Destaca-se ainda, que os equipamentos sociais estão na sua maioria direccionados para o apoio à população mais envelhecida.

Neste sentido, importa ter em consideração algumas das políticas e planos levados a cabo pelo concelho, que têm como objetivo a promoção da inclusão social e da qualidade de vida da população.

O Programa Rede Social, criado através da RCM n.º 197/97, de 18 de novembro e regulamentado pelo DL n.º 115/2006, de 14 de junho que *consagra os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos*, integra os seguintes propósitos:

- *Organização, composição e funcionamento das estruturas orgânicas da Rede Social;*
- *Consagração de uma estrutura supra concelhia;*
- *Operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social;*
- *Consagração de um conjunto de Direitos e Deveres;*
- *Institucionalização do carácter não vinculativo mas obrigatório dos pareceres da Rede Social;*
- *Articulação com o Plano Nacional de Ação para a Inclusão.*

O Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação surgem como *instrumentos de metodologia de implementação do Programa da Rede Social, no qual se definem os objetivos e as estratégias, adequadas às necessidades e aos problemas individuais e coletivos prioritários.*

Neste seguimento apresenta-se as áreas de intervenção e objetivos gerais do Plano de Desenvolvimento Social do concelho:

- *Fixação Territorial, Empregabilidade, Formação e Turismo*
 - *Promover a qualificação profissional e combater o desemprego;*
 - *Combater a baixa densidade populacional e aumentar a Fixação Territorial;*
 - *Promover parcerias entre organizações e entidades diversas;*

- *Promover a qualidade de vida à população do concelho.*
- **Saúde**
 - *Promover a saúde da Comunidade enquanto englobados nos planos de saúde anuais;*
 - *Prevenir o isolamento populacional e a segurança das pessoas que vivem isoladas;*
 - *Promover Apoio na Área da Toxicodependência.*
- **Ação Social**
 - *Dinamizar a Rede Social;*
 - *Diminuir os índices de pobreza no concelho;*
 - *Promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida dos idosos;*
 - *Potenciar um conjunto de respostas que permitam colmatar as necessidades nas famílias e grupos vulneráveis promovendo a qualidade de vida;*
 - *Reestruturar as infraestruturas das ERPÍ's de forma a potenciar as respostas necessárias;*
 - *Promover a igualdade de género no concelho.*

8. OCUPAÇÃO DO SOLO

O presente capítulo tem por base a análise da COS de 1995 e 2015, publicadas pela Direção Geral do Território. Para tal, procurou-se avaliar a evolução dos diferentes indicadores comparando, sempre que possível, com a situação nacional, regional e sub-regional.

NOTA: A publicação da COS de 2018, no ano de 2020, proporciona uma nova fonte de informação na análise da ocupação do solo no território português. Contudo, não permite aferir e realizar uma análise comparativa com os anos de 1995 e 2015, face à adoção de metodologias de delimitação diferentes – estando a decorrer, aquando da elaboração do presente relatório, o processo de homogeneização de critérios de elaboração.

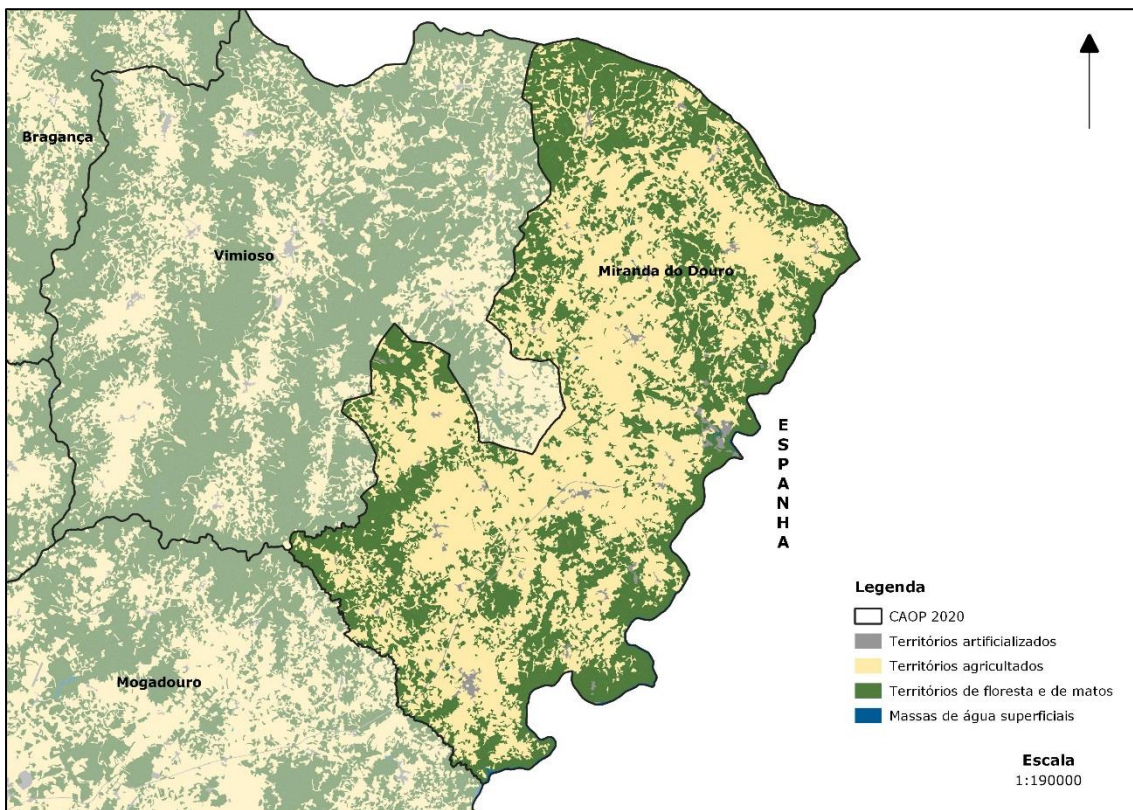
Assim sendo, por uma questão de critério e devido a uma dinâmica de ocupação de solo, entre 2015/2018, com alterações pouco expressivas, designadamente ao nível da artificialização do território – não havendo grandes intervenções – contribuiu para que no presente capítulo a análise seja efetuada a análise comparativa entre a COS de 1995 e a COS de 2015 e o ponto de situação da ocupação do solo atual com a COS de 2018.

8.1. COS

8.1.1. Enquadramento

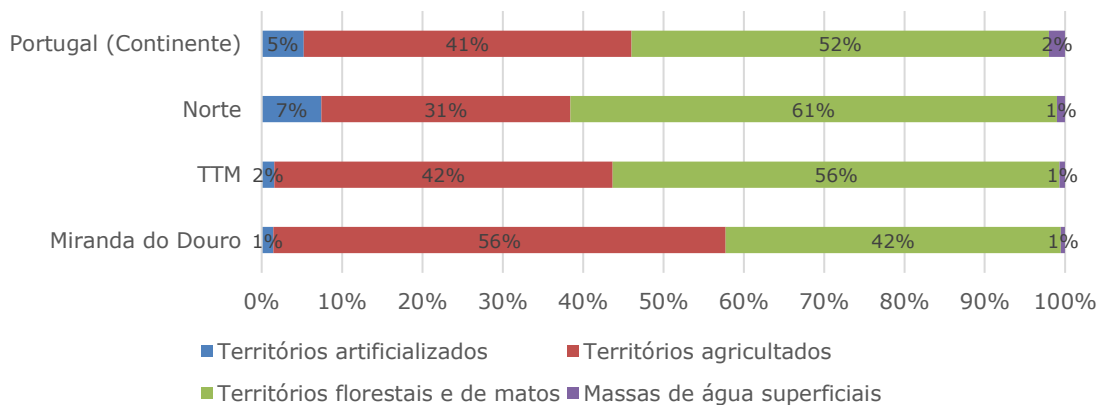
Miranda do Douro apresenta uma ocupação do solo que se divide, predominantemente, entre territórios agricultados e territórios de florestas e matos, como se pode constatar através da análise da figura seguinte.

Figura 92: Ocupação do solo em 2018



Fonte: COS

Figura 93: Grandes classes de uso do solo em 2018

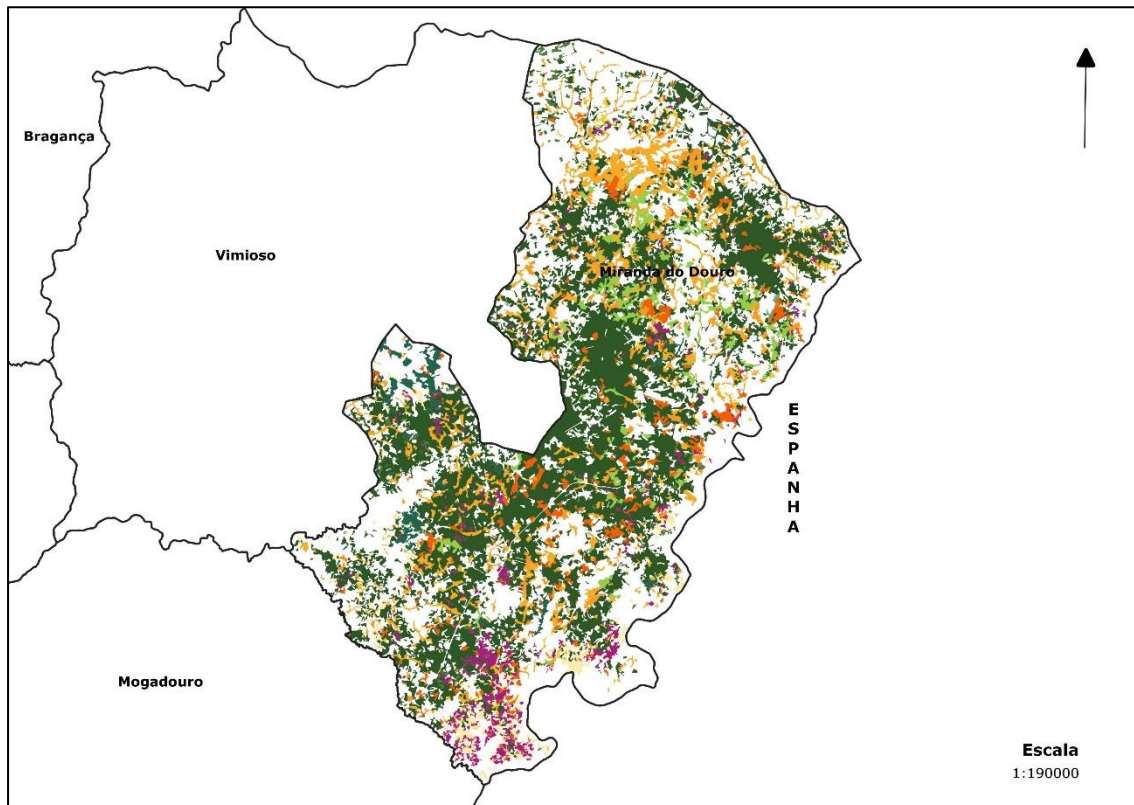


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

8.1.2. Território agricultado

O território agricultado em Miranda do Douro corresponde a 56% da área total do concelho, sendo este território ocupado predominantemente por culturas temporárias de sequeiro e regadio.

Figura 94: Ocupação do território agricultado em 2018



Legenda

□ CAOP 2020

COS 2018

■ Culturas temporárias de sequeiro e regadio

■ Vinhas

■ Pomares

■ Olivais

■ Mosaicos culturais e parcelares complexos

■ Agricultura com espaços naturais e seminaturais

■ Pastagens melhoradas

■ Pastagens espontâneas

■ SAF de sobreiro

■ SAF de carvalho

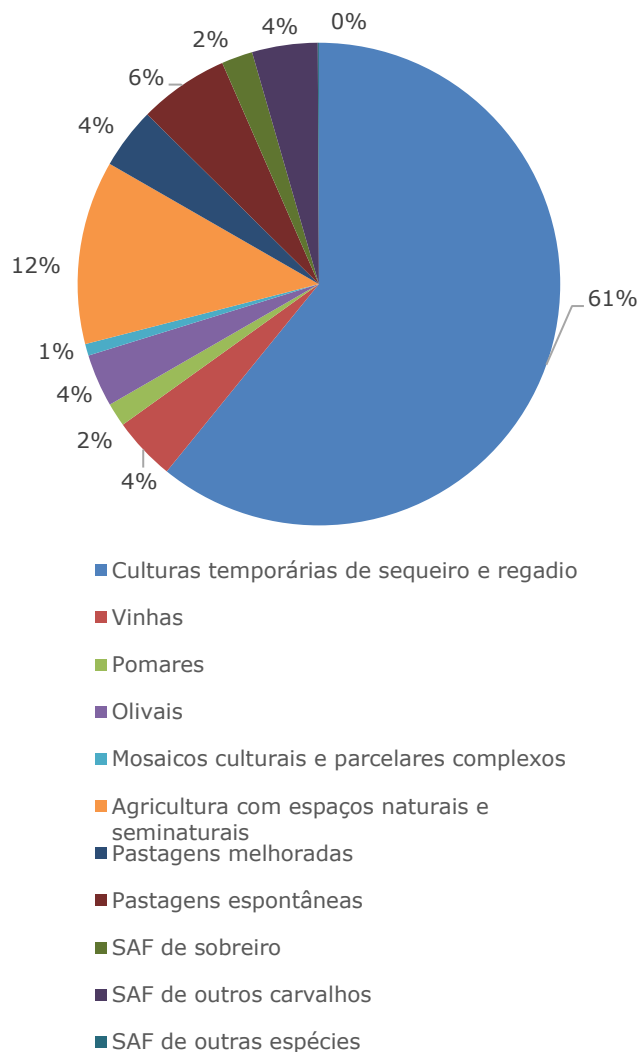
■ SAF de outras espécies

Fonte: COS

Em relação ao tipo de culturas, importa salientar que:

- As culturas temporárias de sequeiro e regadio ocupam um total de 16 582 hectares, que corresponde a um total de 61% do território agricultado;
- A agricultura com espaços naturais e seminaturais ocupa um total de 3 352 hectares, o correspondente a 12% do território agricultado.

Figura 95: Desagregação dos territórios agricultados em 2018

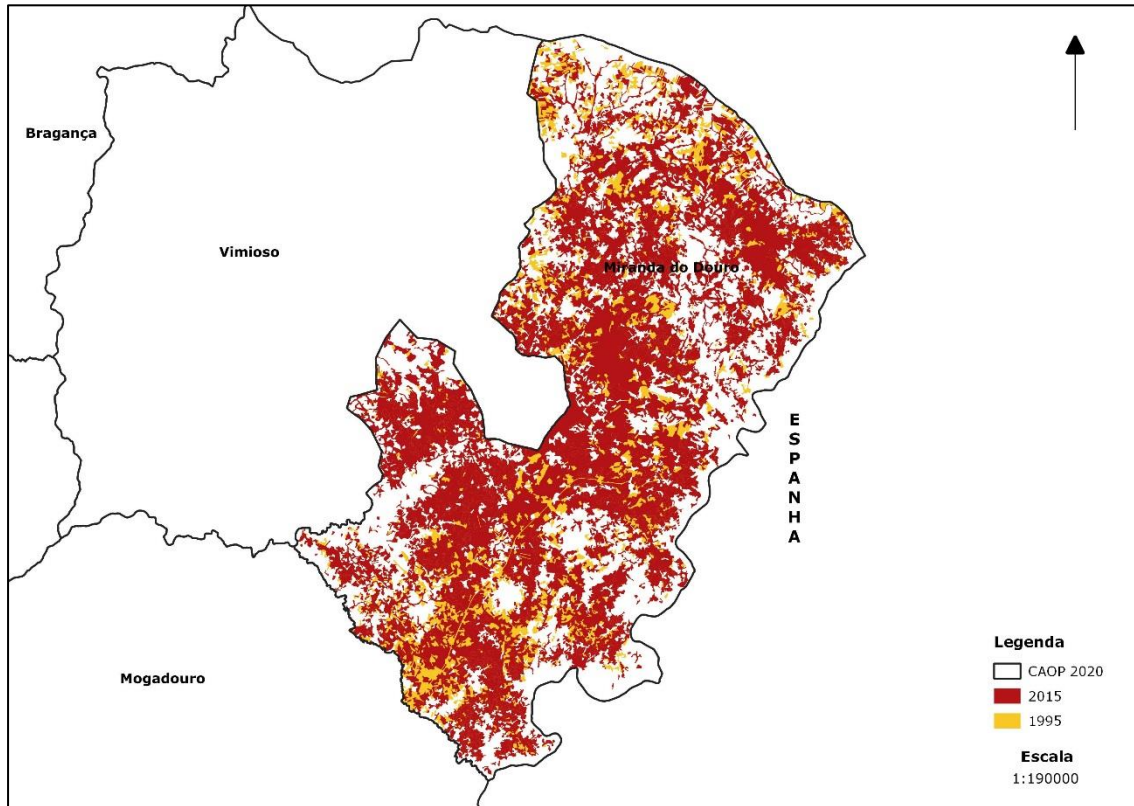


Fonte: COS

Tendo por base o cenário verificado em 2018, importa ter em consideração a evolução da ocupação do território agricultado entre 1995 e 2015, de modo a avaliar as diferenças existentes entre o tipo de ocupação do território concelhio.

Neste seguimento, remete-se para a consulta da figura seguinte.

Figura 96: Evolução do território agricultado entre 1995 e 2015



Fonte: COS

Com base na figura anterior, pode-se concluir que o território agricultado do concelho apresenta uma variação negativa de -14%, entre 1995/2015.

Este decréscimo deve-se, essencialmente, à diminuição das superfícies de pastagens permanentes (-8%) e ao aumento dos territórios de florestas e de matos, sendo situações de conversão, predominantemente, de territórios ocupados por matos (56%) e pinheiro bravo (38%).

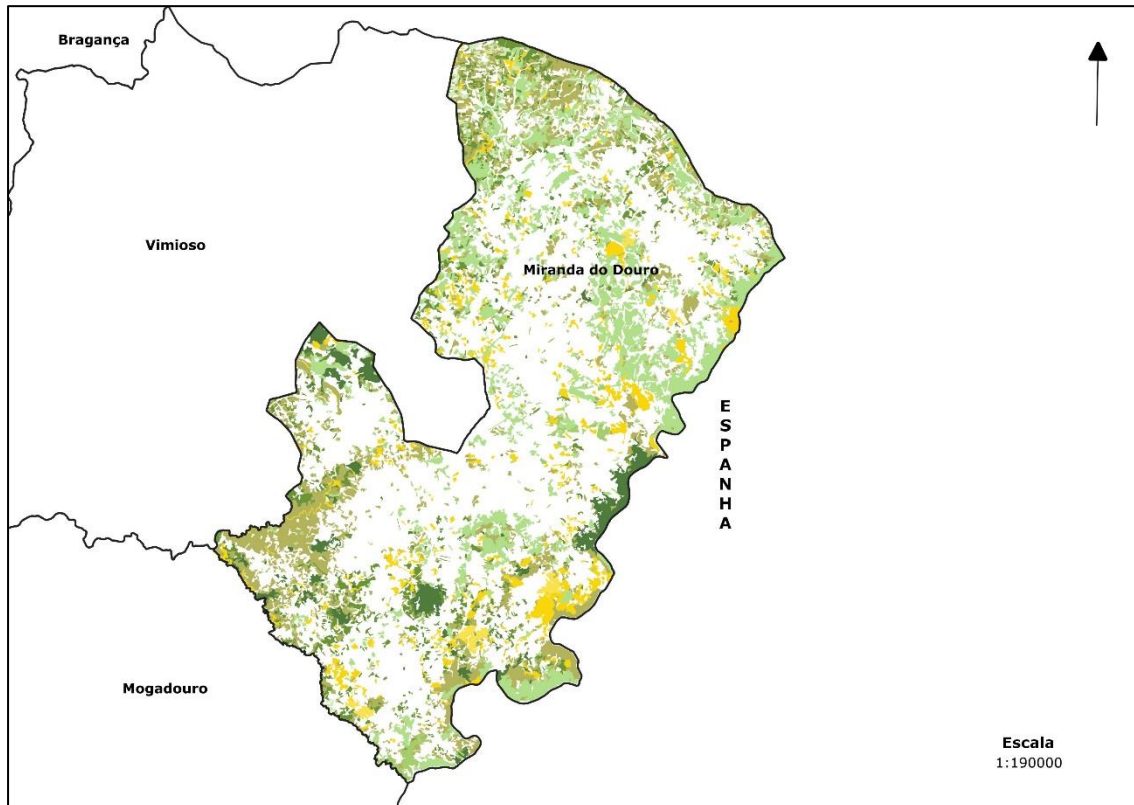
8.1.3. Território de floresta e de matos

A área florestal é considerada um ativo natural e económico, que tem sido alvo de uma progressiva regulação, devido às alterações climáticas e aos fenómenos que caracterizaram a sociedade portuguesa. No que respeita a Miranda do Douro, verifica-se que o território de florestas e matos ocupa 42% da área total do concelho.

O PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro enaltece essa importância, quer pelas tipologias de produção e proteção que este estabelece para o espaço florestal

existente neste território, quer pelos regimes estabelecidos, enquadrados num contexto recentemente alterado pela RCM n.º 155-A/2008, de 21 de julho e a Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro.

Figura 97: Ocupação do território de florestas e de matos em 2018

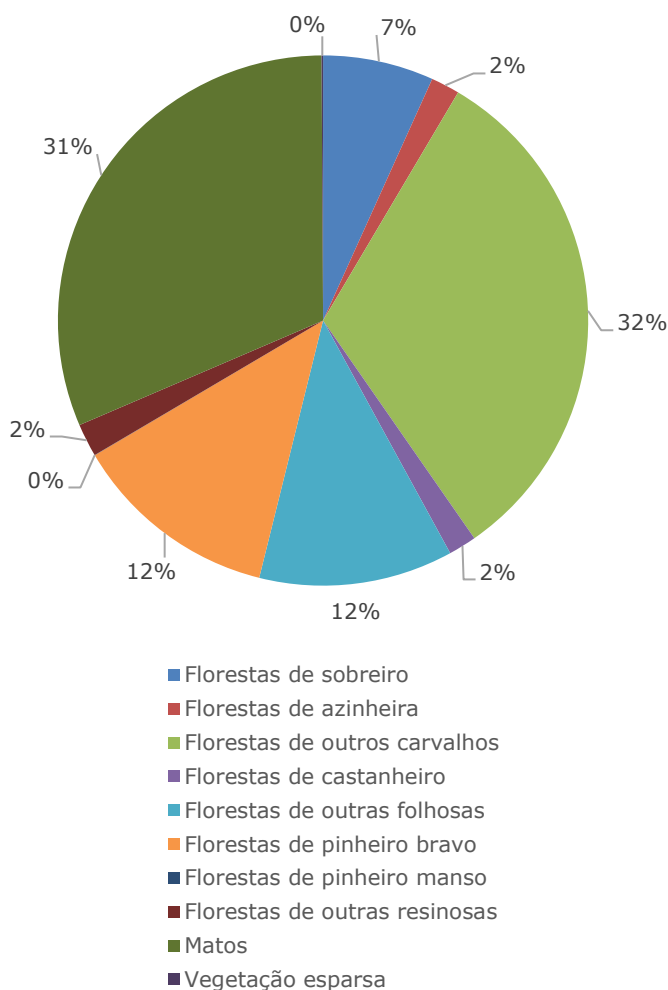


Fonte: COS

No que respeita o tipo de culturas, importa destacar:

- A ocupação florestal predominante corresponde às florestas de outros carvalhos, que ocupam 32% e aos matos, que ocupam 31% da totalidade do território de florestas e de matos do concelho.

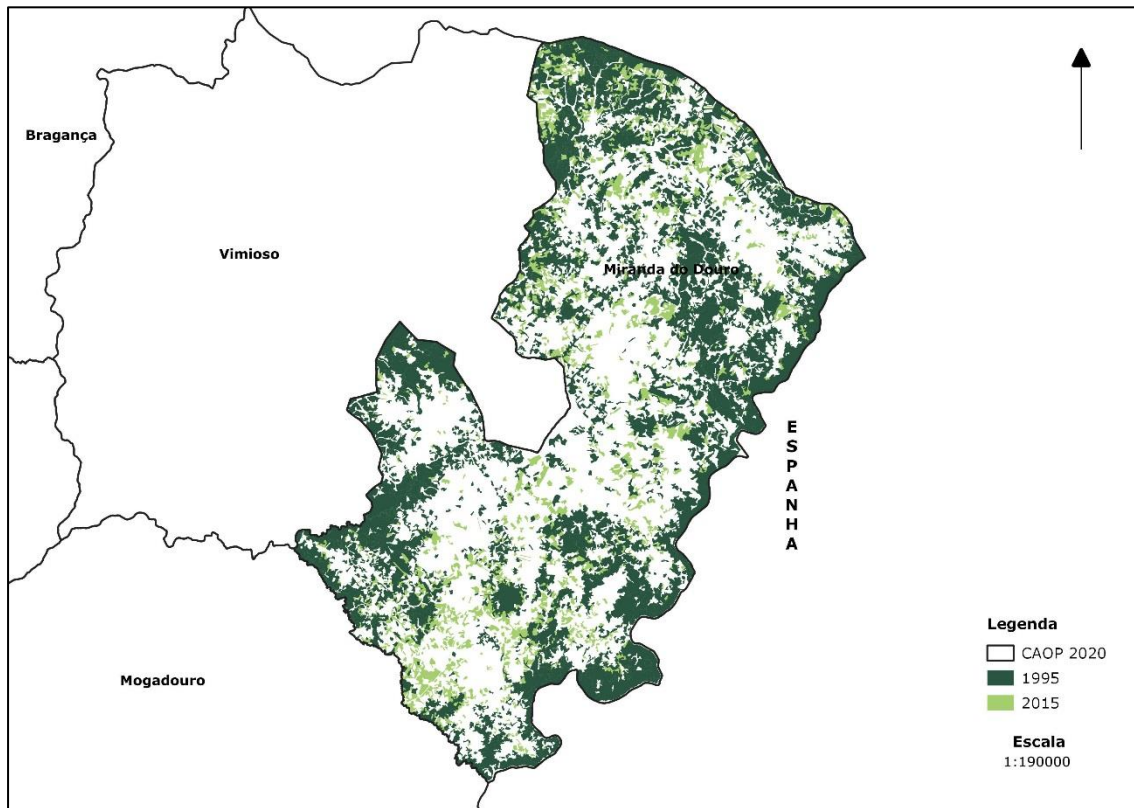
Figura 98: Desagregação dos territórios de florestas e de matos em 2018



Fonte: COS

Tendo por base o cenário verificado em 2018, importa considerar a evolução da ocupação do solo de florestas de matos entre 1995 e 2015, de modo a avaliar as diferenças existentes entre o tipo de ocupação do território. Neste sentido remete-se para a consulta da figura seguinte.

Figura 99: Evolução do território de florestas e de matos entre 1995 e 2015



Fonte: COS

Com base na figura anterior, pode-se concluir que o território de florestas e de matos do concelho aumentou, registando uma variação positiva de 21%, entre 1995/2015.

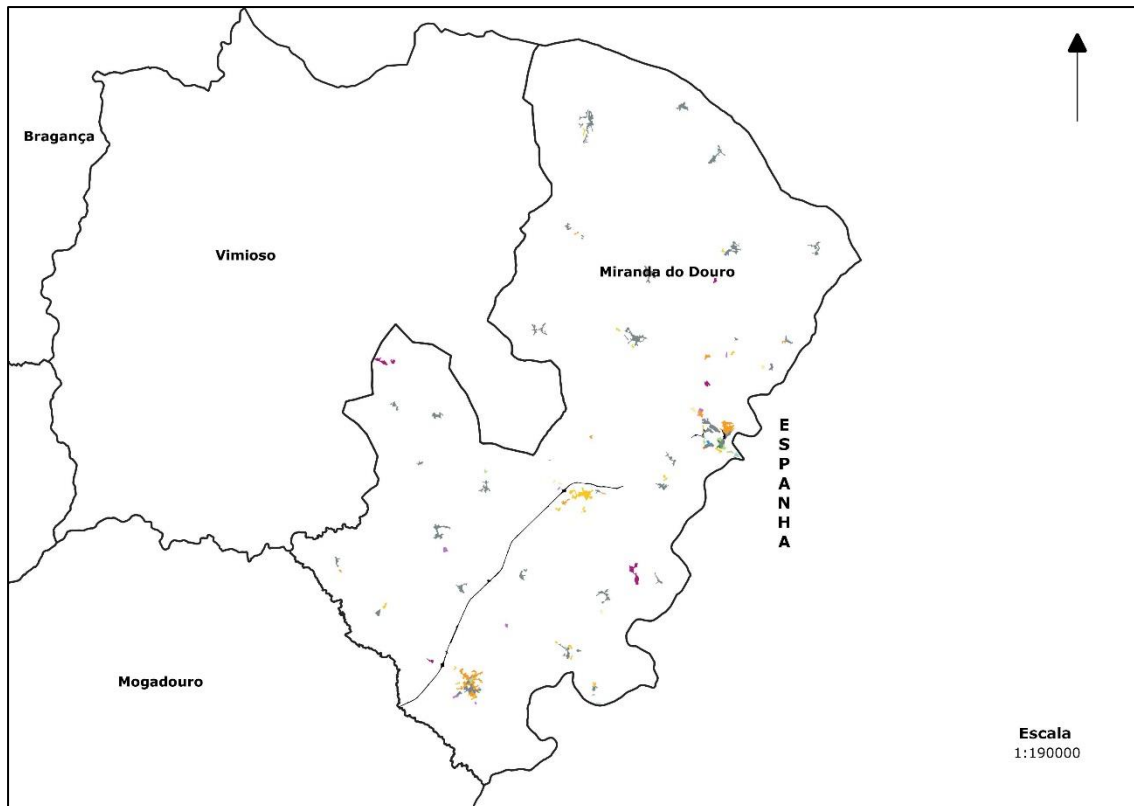
Este cenário de crescimento pode ser comprovado, pelo aumento do peso das florestas de pinheiro bravo, que passou de um peso de 6% para 17%, motivado pela diminuição dos territórios agricultados com sequeiro (38%) e pastagens permanentes (52%).

8.1.4. Território artificializado


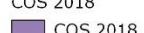



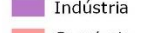
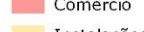
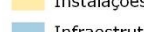
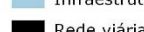
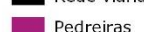
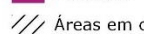


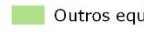


No que respeita o território artificializado de Miranda do Douro, importa referir que este ocupa o corresponde a 1% da área total do concelho.

A figura seguinte representa a ocupação do território artificializado desagregado por tipo de ocupação.

Figura 100: Ocupação do território artificializado em 2018



Legenda

-  CAOP 2020
- COS 2018
-  COS 2018
-  Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal
-  Tecido edificado descontínuo
-  Tecido edificado descontínuo esparso
-  Indústria
-  Comércio
-  Instalações agrícolas
-  Infraestruturas de produção de energia renovável
-  Rede viária e espaços associados
-  Pedreiras
-  Áreas em construção
-  Instalações desportivas
-  Parque de campismo
-  Outros equipamentos e instalações turísticas
-  Parques e jardins

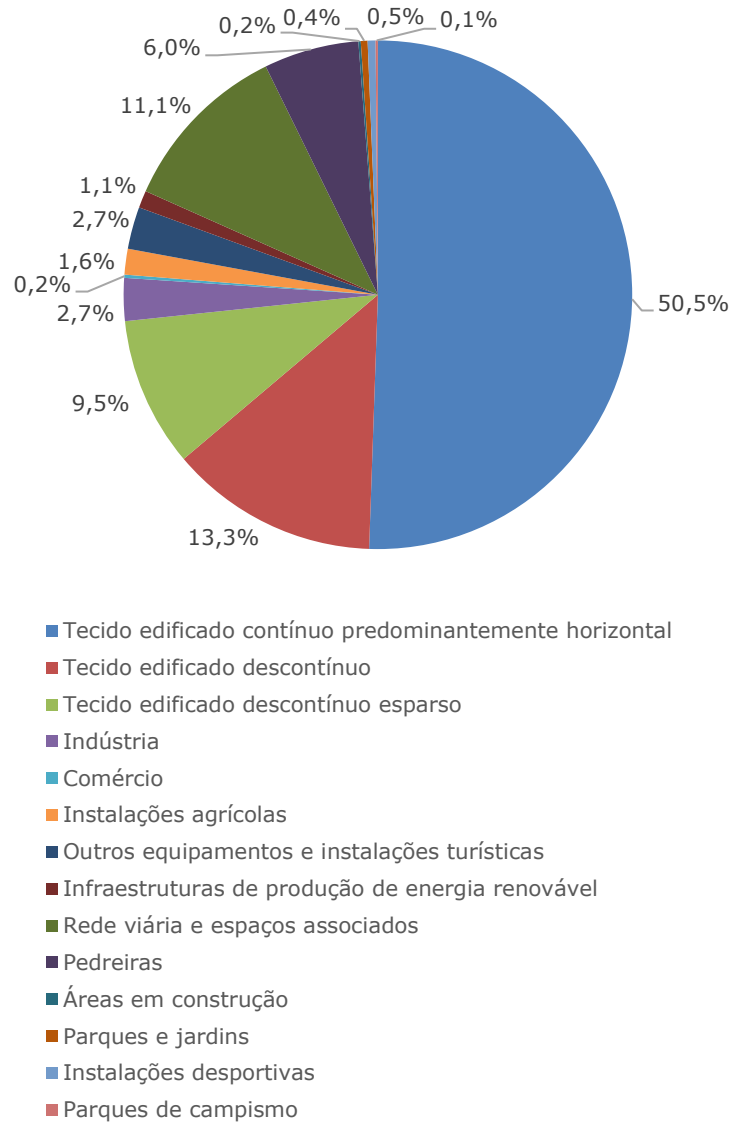
Fonte: COS

Relativamente ao tipo de ocupação, importa referir:

- O tecido edificado contínuo predominantemente horizontal ocupa 51%;
- O tecido edificado descontínuo apresenta uma ocupação total de 13%;

- Observa-se uma maior expressão do território artificializado na freguesia de Miranda do Douro, onde se insere a cidade e concentra a maioria dos equipamentos e serviços do concelho.

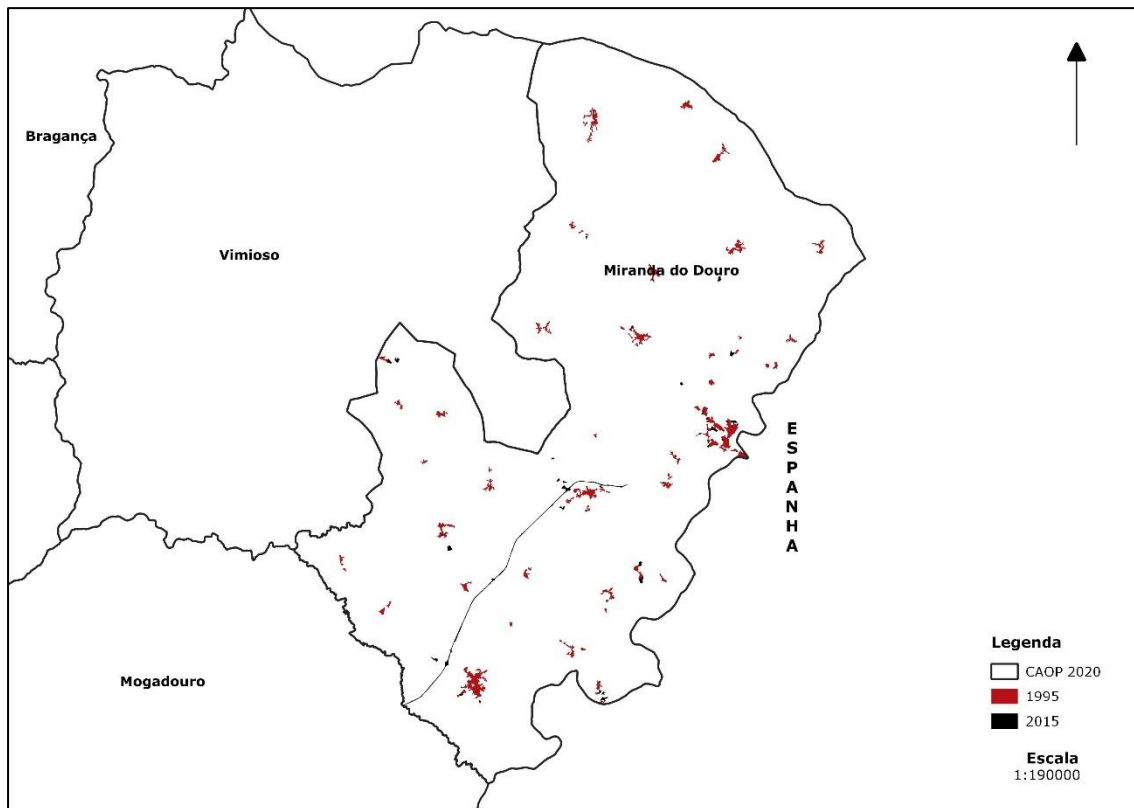
Figura 101: Desagregação dos territórios artificializados em 2018



Fonte: COS

Tendo por base o cenário verificado em 2018, importa considerar a evolução da ocupação do solo artificializado entre 1995 e 2015, de modo a avaliar as diferenças existentes entre o tipo de ocupação do território.

Figura 102: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015



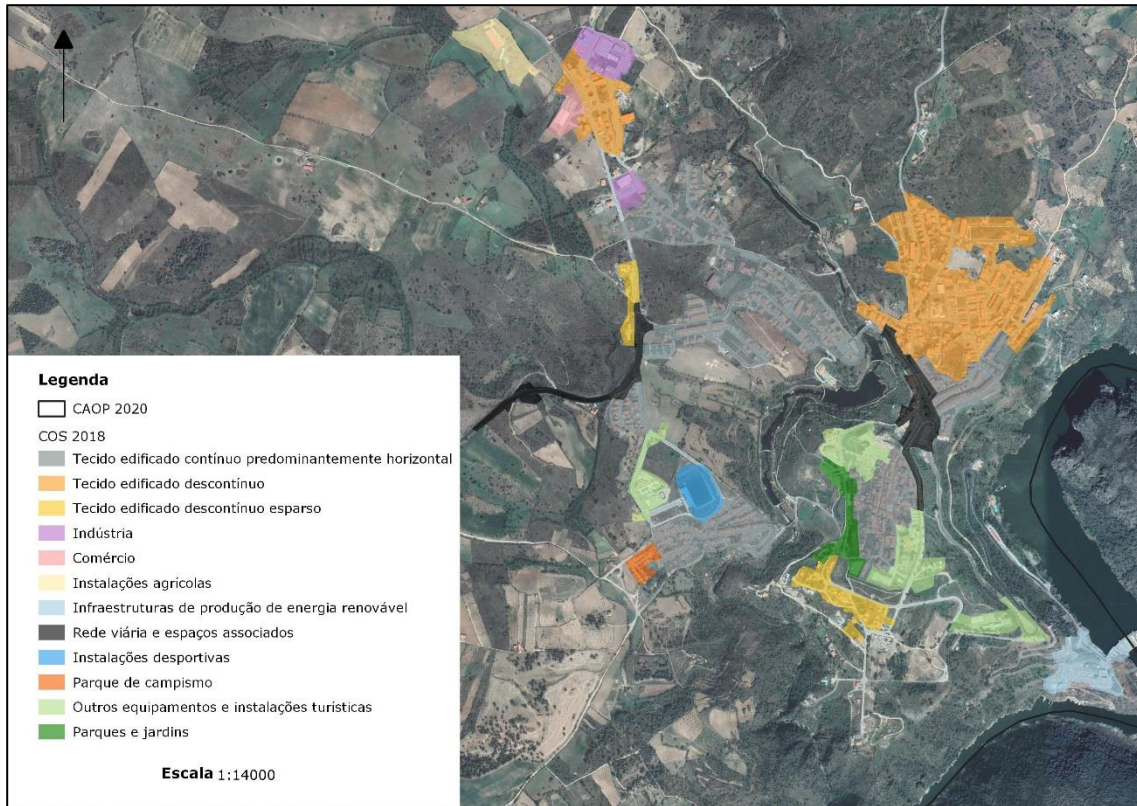
Fonte: COS

Após a análise da figura anterior, conclui-se que o território artificializado aumentou de 561,15 ha em 1995 para 703,88 ha em 2015, tendo ocorrido em vários pontos do concelho, como por exemplo em Vila Chã da Braciosa e Palaçoulo (a nível industrial) e Miranda do Douro e Águas Vivas (a nível habitacional).

Neste indicador em análise, destaca-se ainda a construção do IC5 – situação que polariza, substancialmente, o indicador durante o período em análise. Verificou-se que entre 1995 E 2015 a percentagem correspondente ao IC5 no processo de artificialização do concelho corresponde a aproximadamente 50% (dos 142 hectares de aumento, 69 hectares corresponde à área ocupada pelo atual IC5).

Por fim, atendendo à diversidade ocupações do solo existentes no território artificializado, verifica-se que é na área da cidade de Miranda do Douro onde existe um maior leque de situações, estando inventariadas na figura seguinte.

Figura 103: Ocupação do território artificializado em 2018, na cidade de Miranda do Douro



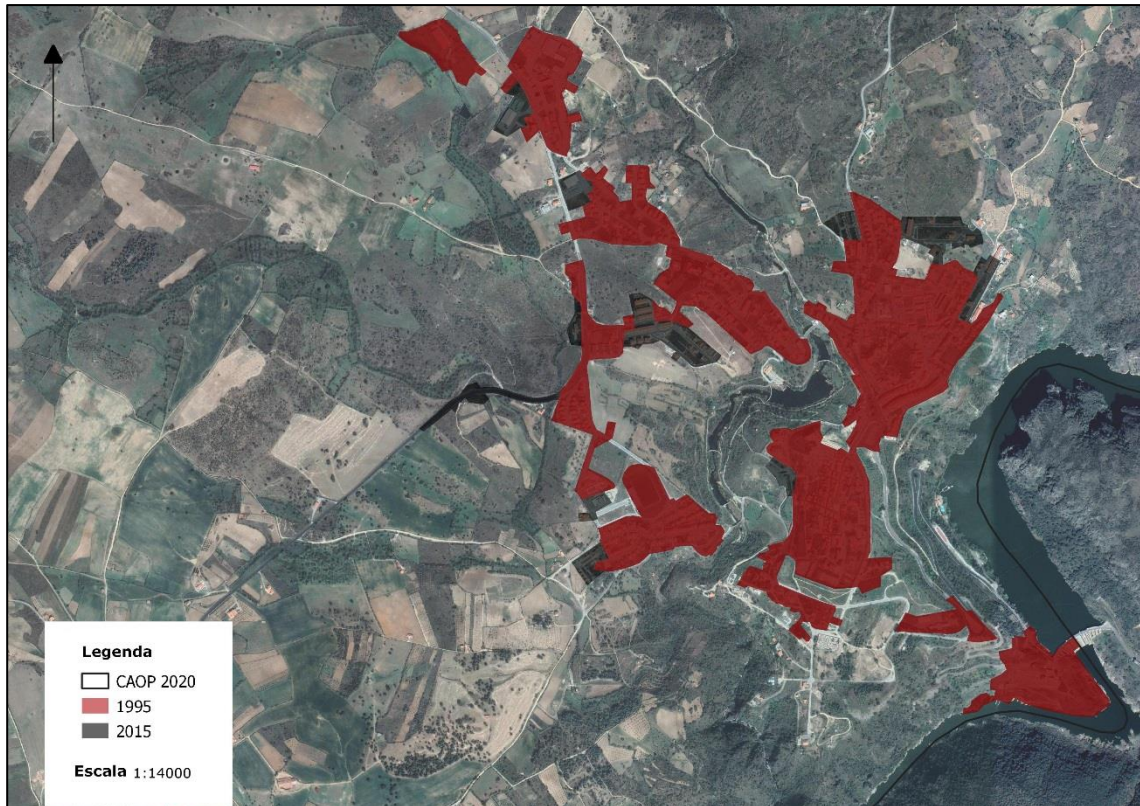
Fonte: COS

Tais formas de ocupação do solo ocorrem, porque a cidade de Miranda do Douro ao assumir funções de centralidade, é um centro que induz a necessidade de equipamentos e infraestruturas que promovam a competitividade económica e a qualidade de vida da população que nela reside, estuda e trabalha.

Neste sentido, a cidade de Miranda do Douro, entre 1995/2015, cresce como se pode observar através da consulta da figura seguinte, tendo o território artificializado crescido sob três princípios:

- A colmatção de espaços vazios;
- Construções de cariz económico;
- Expansão de áreas predominantemente habitacionais, essencialmente, de cariz unifamiliar.

Figura 104: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015, na cidade de Miranda do Douro



Fonte: COS

8.2. IGT

Após a análise realizada no subcapítulo anterior, relativamente à ocupação do solo, mostra-se pertinente a análise dos IGT que incidem no território concelhio que influenciam o ordenamento, designadamente:

- PNR;
- PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Rede Natura 2000;
- POAP do PNDI;
- PGRH do Douro;
- PDMMMD;
- PP.

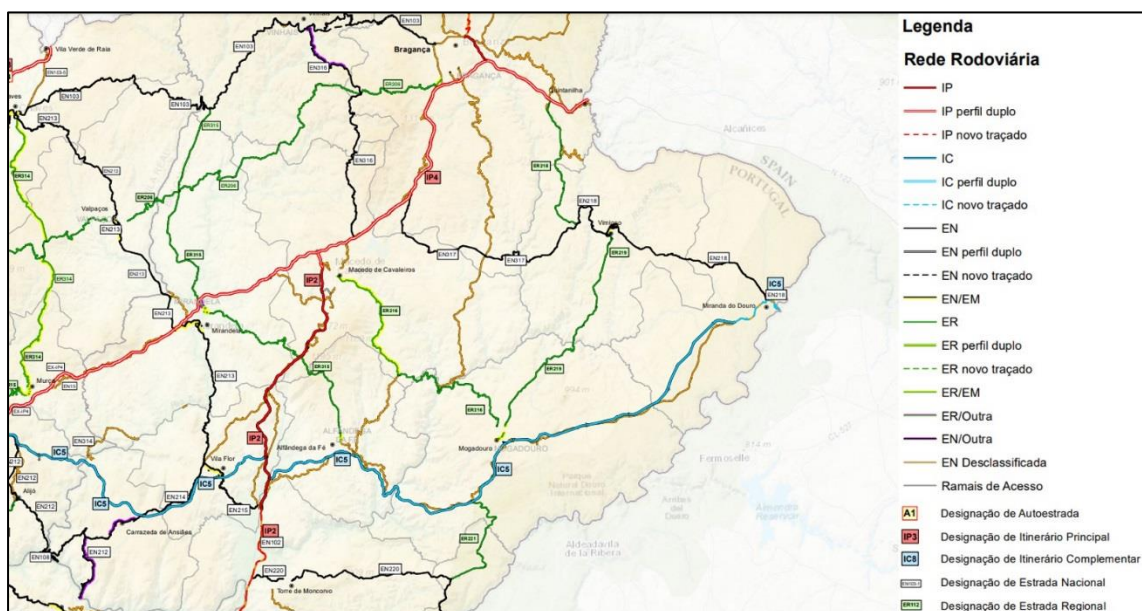
8.2.1. IGT supramunicipais

8.2.1.1. PNR

O PNR em vigor (DL n.º 22/98, 17 de julho) teve a última alteração com o DL n.º 182/2003, 16 de agosto, e estabelece a organização da rede nacional de estradas, constituindo o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular.

Em Miranda do Douro, o PNR integra as seguintes vias de comunicação: IC5, EN218 e EN221.

Figura 105: Principais eixos de comunicação do concelho



Fonte: PNR

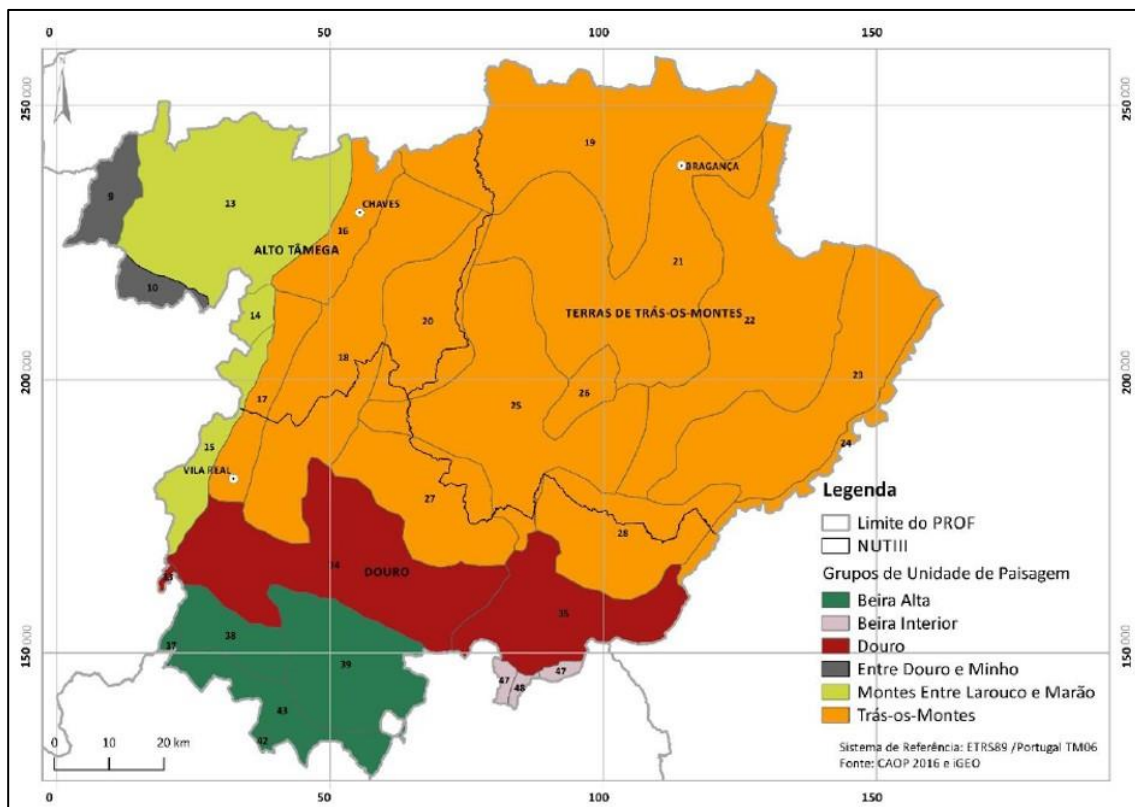
8.2.1.2. PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro

O PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro, em vigor pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, é considerado um programa setorial que determina os **diferentes usos e atividades específicas no domínio do ordenamento florestal**, devendo as suas normas ser acauteladas no âmbito do PDMMD.

Após uma análise detalhada de todas as componentes do PROF em análise, como a Portaria que o publica, o Documento Estratégico e as Peças Gráficas do Programa, importa ter em consideração os seguintes pontos-chave:

- Miranda do Douro é abrangido pelo Grupo de Unidade de Paisagem das Terras de Trás-os-Montes e pela Unidade do Planalto Mirandês (23) e do Douro Internacional (24) – consultar figura seguinte.

Figura 106: Grupos e Unidade de Paisagem do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro



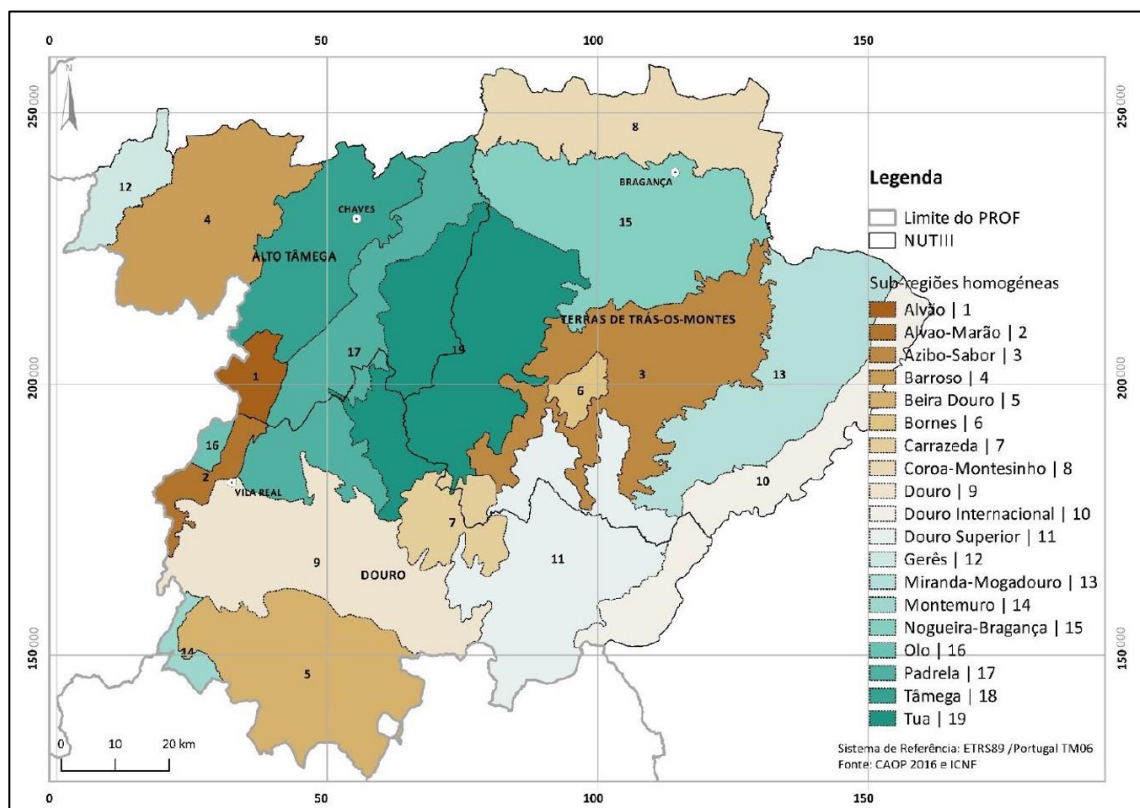
Fonte: Extrato do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (Capítulo B, página 57)

- **No Planalto Mirandês:**
 - O relevo é plano ou ligeiramente ondulado e a altitude varia entre os 600/800m;
 - O aproveitamento agrícola é baseado nos cereais e pastagens.
- **No Douro Internacional:**
 - O troço do rio Douro é em vale encaixado;
 - A paisagem é marcada por vertentes agrestes, pedregosas e escarpadas, de xisto, formando um vale em garganta, com paredes abruptas de várias dezenas de vegetação: matos e algumas manchas arbóreas com zimbro (*Juniperus oxycedrus*),

azinheira (*Quercus rotundifolia*), sobreiro (*Quercus suber*), carvalhos e lodão-bastardo (*Celtis australis*);

- Existem cinco barragens: Miranda, Picote, Bemposta, Aldeadávila e Saucelle.
- Miranda do Douro insere-se nas seguintes SRH caracterizadas pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro:
 - Douro Internacional (art. 26.º);
 - Miranda do Douro (art. 29.º).

Figura 107: SRH



Fonte: Extrato do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (Capítulo C, página 221)

Para além dos tópicos enunciados, mostra-se pertinente caracterizar as tipologias de funções de espaço florestal existentes no concelho, segundo o PROF em vigor.

Tabela 47: Funções do espaço florestal

Sub-região homogénea	Funções dos espaços florestais	Definição
Douro Internacional e Miranda - Mogadouro	Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos	Entendida como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica, genética e de geomonumentos, que engloba como subfunções gerais a conservação de habitats classificados e das espécies da

Sub-região homogénea	Funções dos espaços florestais	Definição
		flora e da fauna protegidas, de geomonumentos e de recursos genéticos.
	Função geral de produção	Entendida como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material da sociedade, que engloba as subfunções gerais de produção de madeira e de biomassa para energia, de cortiça, de frutos e sementes, de resinas naturais e outros materiais vegetais e orgânicos.
	Função geral da silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores	Entendida como a contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores, que engloba como subfunções gerais o suporte à caça e à conservação de espécies cinegéticas, à pastorícia, à apicultura, à pesca nas águas interiores.

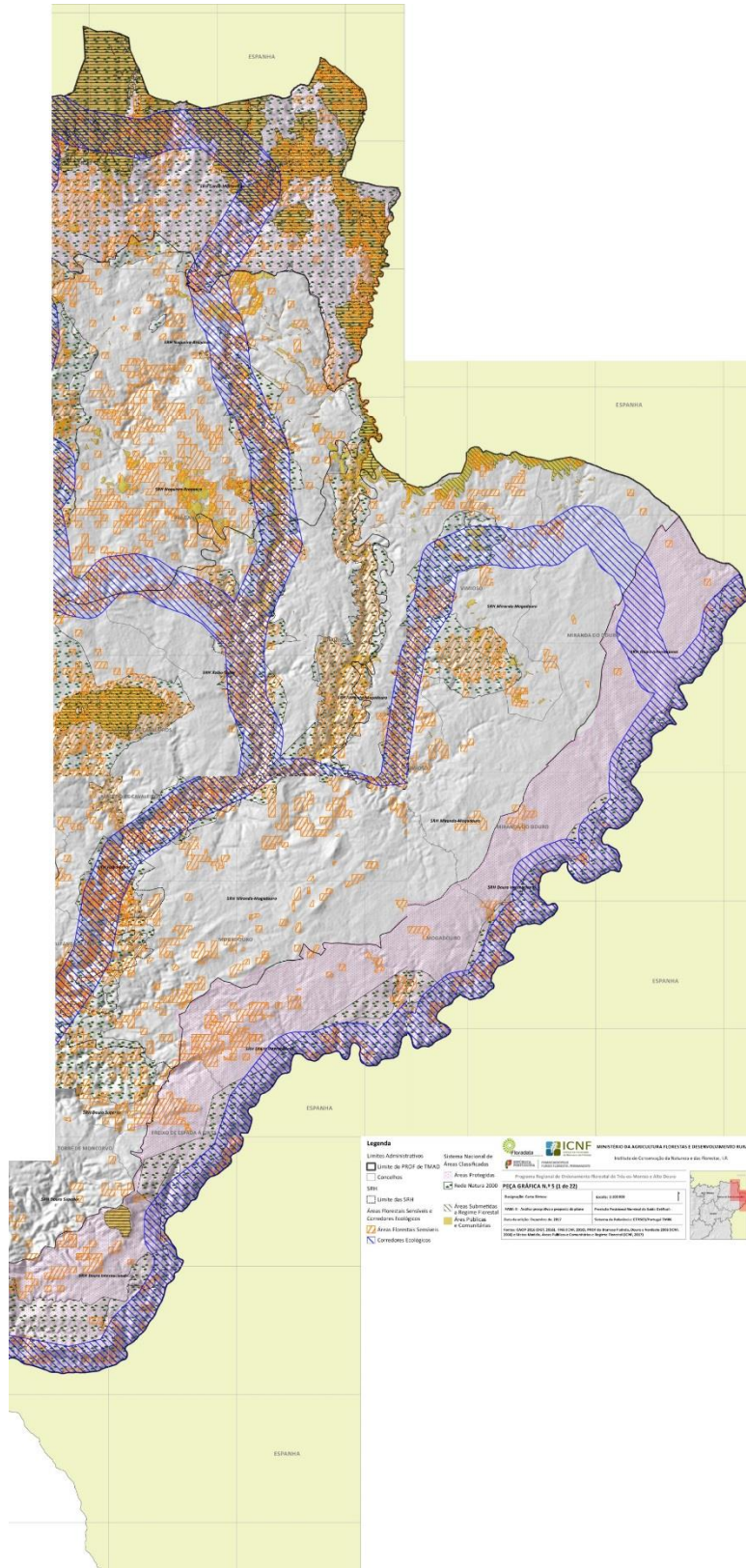
Fonte: Elaboração própria baseada no PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro

Em simultâneo, importa referir a valorização das espécies autóctones sintetizadas na caracterização das SRH, que consta na Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro.

Em Miranda do Douro, a questão da **“eucaliptização”** não tem representatividade, não sendo considerada uma preocupação. Tal situação é evidente quando o PROF no art.º 45.º do Anexo A da Portaria referida anteriormente, definia como limite máximo a área de **136 ha** a ocupar por eucalipto, sendo esse valor atualizado pela Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro, para os **75ha**.

Em síntese, a aplicação do PROF resume-se ao que consta na figura seguinte.

Figura 108: Carta Síntese do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (n.º 1; 2; 3; 4; 5 e 6)



Fonte: Extrato do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro

8.2.1.3. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é um sistema estruturante na resiliência ambiental do território, que integra ZPE e ZEC (Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março), sendo Miranda do Douro abrangido pelas ZEC de Rios Sabor e Maçãs, Douro Internacional e Minas de Santo André e pelas ZPE do Rio Sabor e Maçãs e Douro Internacional e Vale do Águeda.

Este sistema tem como objetivo **contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia**, resultando da aplicação de duas diretivas comunitárias, as Diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (Diretiva Aves), e n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (Diretiva *Habitats*).

Nestes territórios prevalece o afirmado na RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

Com a revisão da Lei de Bases de 2014 e do RJIGT foi definido que os Programas Setoriais (art.º 39.º do RJIGT) – tipologia de IGT onde a Rede Natura se insere – acautelassem o desenvolvimento de setores administração central, nomeadamente um **interesse público específico** nos domínios da **prevenção e minimização de riscos, ambiente, recursos hídricos, conservação da natureza e da biodiversidade, agricultura ou florestas**, através de medidas que estabeleçam ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos de cada programa, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

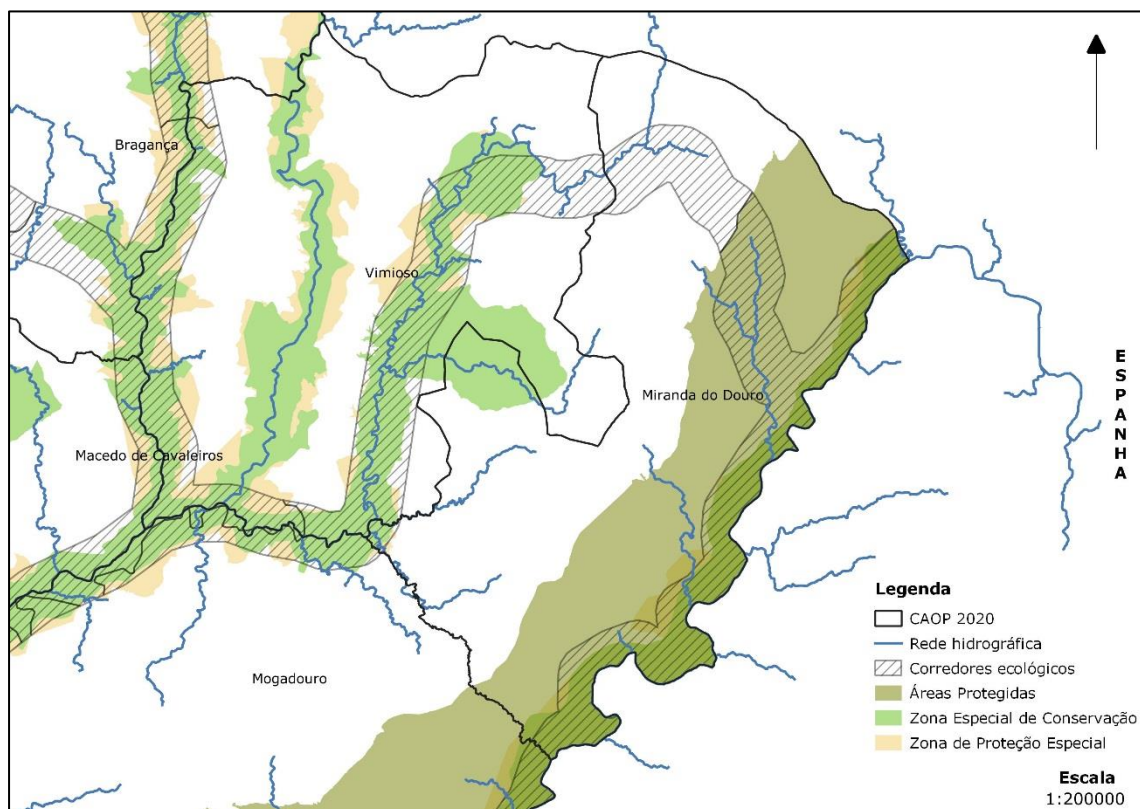
Este Plano tem o seu **Quadro de Ação Prioritária para aprovação**, tendo ocorrido o período de discussão pública (2020-10-29 a 2020-11-30), estando o mesmo em análise. Este Quadro de Ação Prioritária em aprovação foi elaborado para **alavancar a ação-programação deste IGT com o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027** e assim efetivar o compromisso da União Europeia na conservação e salvaguarda dos serviços

de ecossistemas dos grandes espaços naturais da Europa e, neste caso, em Portugal.

No presente estudo de Caracterização e Diagnóstico da 2.ª Revisão do PDMMD, importa ter em consideração, os seguintes pontos-chave que poderão influenciar diretamente o futuro do ordenamento do território concelhio:

- É um instrumento que **terá de ser alterado**, dando cumprimento à transição entre planos e programas setoriais, definida ao abrigo do RJIGT na Subsecção II - Programas Setoriais e Programas Especiais (art.º 39.º-51.º);
- RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho, define para o território concelhio de Miranda do Douro:

Figura 109: Rede Natura 2000



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF

- ZEC
 - **Rios Sabor e Maçãs** (PTCON0021), com 0,3% do concelho classificado;
 - **Douro Internacional** (PTCON0022), com 10% do concelho classificado;

- **Minas de Santo Adrião** (PTCON0042), com 3% do concelho classificado.
- ZPE
 - **Rios Sabor e Maçãs** (PTZPE0037), com 0,5% do concelho classificado;
 - **Douro Internacional e Vale do Águeda** (PTZPE0038), com 10% do concelho classificado.
- **ZEC Rios Sabor e Maçãs**
 - Classificada pela RCM n.º 142/97, de 28 de agosto, caracteriza a sua paisagem estruturada pelos **vales encaixados e escarpados dos rios Sabor e Maçãs e Angueira**;
 - **Diversidade de formações vegetais**, sendo considerado uma área singular e reliquial para a vegetação mediterrânica do Norte de Portugal;
 - A flora e vegetação mais importante correspondem a **comunidades rupícolas** onde se pode observar o ameaçado endemismo *Antirrhinum lopesianum* e nos leitos de cheia dos rios, com realce para as **comunidades endémicas** denominadas por *Petrorrhagia saxífraga*, com ocorrência de *Festuca duriotagana*, e os **matagais de buxo** (*Buxus sempervirens*);

Figura 110: Dragão-das-arribas (*Antirrhinum lopesianum*)



Fonte: www.flora-on.pt

- Integra **espécies serpentinícolas de grande interesse florístico**;

- Papel vital como corredor ecológico na região de Trás-os-Montes constituindo o **maior e mais bem preservado contínuo de ecossistemas ribeirinhos do País;**
- Envolvente ocupada maioritariamente por **agricultura extensiva** intercalada com **zonas de vegetação autóctone;**
- Condições excelentes para a **reprodução de várias espécies de fauna ameaçadas;**
- Local importante para a **conservação do lobo-ibérico (*Canis lupus*);**
- A **boa qualidade da água, o bom estado de conservação das margens das linhas de água** e a presença de um **continuum ecológico preservado**, tornam esta ZEC **muito importante para a conservação da fauna associada ao meio aquático**, salientando-se a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*);

Figura 111: Lontra (*Lutra lutra*)



Fonte: ICNF

- **Grande diversidade de bivalves de água doce**, onde ocorrem algumas das **mais relevantes populações nacionais de diversas espécies**, entre as quais o mexilhão-de-rio (*Unio crassus*);
- Local a ter em conta para uma **eventual reintrodução/recuperação das populações de lagostim-de-patas-brancas (*Austropotamobius pallipes*)**.
- Considera fatores de ameaça:
 - **Aproveitamentos hidroelétricos;**
 - **Destrução da vegetação ripícola;**
 - **Florestação de áreas naturais** em detrimento da regeneração natural e da sucessão ecológica e **florestação com resinosas;**

- Realização frequente de **queimadas** associadas à pastorícia, atingindo por vezes grandes proporções no período estival;
- **Incêndios florestais;**
- **Ordenamento cinegético** não adequado à conservação dos valores naturais e insuficiente ordenamento piscícola;
- Extração de inertes do leito e margens do rio;
- Abertura crescente de acessos e aumento das atividades recreativas e turísticas e situações localizadas de **poluição urbana e industrial;**
- **Abandono e alteração/intensificação das práticas agro-pastoris** e corte ilegal dos bosques;
- Introdução e **expansão de espécies aquícolas exóticas invasoras.**
- Orientações de gestão:
 - Manutenção do extenso contínuo de ecossistemas ribeirinhos, permitindo uma **elevada variedade de valores naturais;**
 - Manutenção do regime hidrológico e sedimentológico natural e **conservação das galerias ripícolas e da vegetação natural** adjacente;
 - Manutenção da qualidade da água e **controlo da expansão das espécies da fauna aquícola exóticas invasoras;**
 - Desenvolver **esforços ao nível do ordenamento**, em especial dentro das áreas de maior sensibilidade ecológica;
- Havendo recomendações de gestão detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais, também presentes na RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho.
- **ZEC do Douro Internacional**
 - Classificada pela RCM n.º 142/97, de 28 de agosto, corresponde a uma **extensão** de 120 quilómetros, **ao longo dos troços internacionais do rio Douro e do afluente do rio Águeda;**
 - Integra o canhão fluvial, com um **vale de escarpas rochosas e uma faixa planáltica**, englobando encostas suaves entre os 600 e os 800 metros de altitude, estreita na parte norte e mais larga na parte sul correspondente à localização do Águeda;

- **Importância florística** e manchas de vegetação muito bem preservadas;
- **Planaltos** e vales de relevo suave marcadamente **cultivados ou pastoreados**;
- Existência de uma **dicotomia paisagística** pautada pela alternância de zonas de mosaico agrícola e de formações naturais, que favorece a presença de espécies de fauna como por exemplo, ao nível do mico-mosaico, o rato de Cabrera (*Microtus cabrerae*);
- Os **habitats dominantes são bosques**, com diferentes classes de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), sobreiro (*Quercus suber*), bosques de lodão (*Celtis australis*), e ainda bosques de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea subsp. faginea*);
- De referir os **matagais arborescentes** de *Juniperus oxycedrus s.l.*, e o habitat prioritário de florestas endémicas de *Juniperus s.*, cuja composição florística é original;

Figura 112: Cupressales (*Juniperus oxycedrus*)



Fonte: www.flora-on.pt

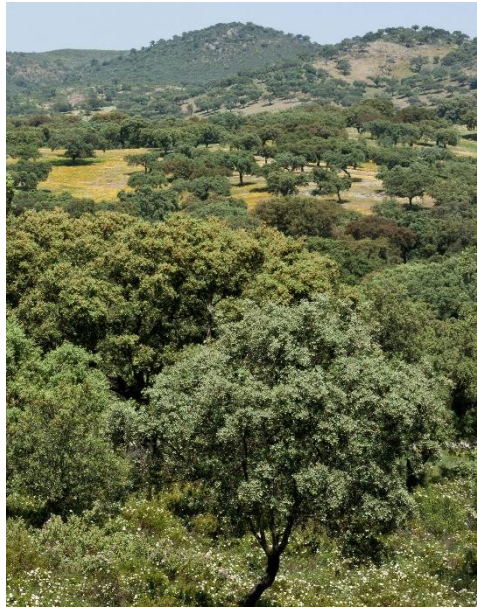
- A flora é composta por uma **grande quantidade de endemismos peninsulares e regionais**, de que são exemplo as gramíneas *Festuca duriotagana* e *Holcus setiglumis* subsp. *durensis*, e a raríssima *Linaria coutinhoi*;

- Inclui vários **abrigos de importantes de morcegos**, que albergam colónias de criação de morcego-de-pelucho (*Miniopterus schreibersi*) e morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) e de hibernação de morcego-de-pelucho, morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*);
- É possível encontrar espécies aquáticas como o mexilhão-de-rio (*Unio crassus*), a panjorca (*Rutilus arcasii*), o cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) e a lontra (*Lutra lutra*).
- Fatores de ameaça
 - **Abandono das atividades agropecuárias tradicionais** ou substituição por regimes intensivos;
 - Realização de queimadas e correspondente **risco de incêndio**;
 - **Construção de grandes infraestruturas**;
 - **Abertura de caminhos nas arribas**;
 - Corte da **vegetação ripícola** nos afluentes do Douro;
 - Incremento de **atividades de recreio e lazer**, como passeios náuticos e todo-o-terreno.
- Orientações de gestão
 - **Promover e viabilizar economicamente as atividades agropecuárias** em sistema extensivo;
 - Estabelecer **medidas de proteção dos carvalhais e das florestas de sobreiro e azinho**;
 - Assegurar a **conservação das comunidades rupícolas e sub-rupícolas**;
 - Medidas de **proteção aos abrigos dos morcegos**;
 - Ordenar as atividades de montanhismo nas falésias, assim como as atividades turísticas e de lazer em alguns troços do rio. Estas **atividades devem ser reguladas e acompanhadas de informação**;
- Havendo recomendações de gestão detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais, também presentes na RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

- **ZEC de Minas de Santo Adrião**

- Classificada pelo DL n.º 76/00, de 5 de julho, integra a **maior área de calcários do Norte do País**, onde ocorre um azinhal (*Quercus rotundifolia*) em bom estado de conservação;

Figura 113: Azinheira (*Quercus rotundifolia*)



Fonte: www.flora-on.pt

- Grande **importância para várias espécies de morcegos**, tanto como local de criação como de hibernação;
- Destaca-se a **colónia de criação de morcego-de-rato-pequeno** que, para além deste abrigo, só cria no Algarve;
- Integra ainda a **área de distribuição do lobo** (*Canis lupus*).
- Fatores de ameaça
 - O **fogo** é uma séria ameaça à conservação dos bosques esclerofilos;
 - **Exploração ilegal de inertes e vandalismo de grutas e minas.**
- Orientações de gestão
 - **Promoção e conservação dos azinhais climáticos;**
 - Adoção de uma gestão florestal no sentido de **reduzir o risco de propagação de fogos;**
 - **Manutenção dos habitats em mosaico** com áreas abertas assegura a **conservação da fauna associada,**

- nomeadamente ao lobo-ibérico, promovendo, em paralelo, áreas de alimentação das diferentes espécies de morcegos;
- Preservar locais de criação e hibernação dos morcegos cavernícolas.
 - Havendo recomendações de gestão detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais, também presentes na RCM n.º 115-A/2008, de 21 julho.
- **ZPE de Rio Sabor e Maçãs**
 - Classificada pelo DL n.º 384-B/99, de 23 de setembro corresponde a uma **paisagem fortemente marcada pelos vales encaixados do Rio Sabor e dos seus principais afluentes** (Maçãs e Angueira);
 - Área de **relevo montanhoso** onde se alternam troços de vales de diferentes declives, que se reflete numa **grande diversidade de vegetação** e de tipo de ocupação humana;
 - **Encostas cobertas por maciços de vegetação autóctone**, como sobreirais, azinhais e zimbrais – principais atividades humanas são a olivicultura e a pastorícia;
 - A apicultura, exploração madeirenses e a caça são outras atividades presentes na área;

Figura 114: Águia-de-Bonelli (*Aquila fasciatus*)



Fonte: www.museubiodiversidade.uevora.pt

- As características naturais dos vales e a dificuldade de acesso proporcionam as **condições necessárias à nidificação de aves**

rupícolas, como o Britango *Neophron percnopterus*, a Águia-real (*Aquila chrysaetos*), o Bufo-real (*Bubo bubo*), destacando-se a população nidificante de **Águia de Bonelli** (*Hieraetus fasciatus*), que corresponde a **um dos mais significativos núcleos do País**;

- As condições naturais permitem albergar **populações importantes a nível nacional de Cegonha-preta** (*Ciconia nigra*), **Melro-de-água** (*Cinclus cinclus*), **Chasco-preto** (*Oenanthe leucura*), **Melro-azul** (*Monticola solitarius*), **Toutinegra-real** (*Sylvia hortensis*) e **Felosa de Bonelli** (*Phylloscopus bonelli*);
- **Abundância de aves de rapina e diversos passeriformes** como a Toutinegra-tomilheira (*Sylvia conspicillata*), a Toutinegra-de-bigodes (*Sylvia cantillans*) ou a Toutinegra-dos-valados (*Sylvia melanocephala*);
- Considera como fatores de ameaça:
 - A construção da **barragem do Baixo Sabor**, que submerge um importante troço do Rio Sabor, levando a:
 - Submersão de áreas de alimentação de importantes para a Águia de Bonelli, Águia-real e Cegonha-negra;
 - Diminuição significativa da área de nidificação disponível para todas as aves rupícolas;
 - Aumento da perturbação desta área associada à utilização da albufeira para a atividade náuticas de lazer e a abertura de acessos.
 - **Crescente plantação de povoamentos florestais com eucaliptos**;
 - Realização frequente de **queimadas** tem sido um fator determinante no **empobrecimento ecológico**, que se reflete negativamente ao nível das populações de presas das grandes aves de rapinas;
 - **Abertura de acessos** e o conseqüente crescimento das atividades recreativas (pesca desportiva) e turísticas pode vir a determinar a curto prazo a **redução da área de distribuição de algumas espécies**;
 - **Atividade cinegética** constitui uma ameaça grave para algumas espécies de aves de rapina.
- Tem como orientações de gestão a/o(s):

- **Conservação das aves** que utilizam os habitats rupícolas para a nidificação e para um conjunto de passeriformes que utilizam a área para a sua conservação;
- Assegurar medidas que **salvaguardem os habitats de nidificação e de alimentação destas espécies;**
- **Não deverão ser implementadas infraestruturas que afetem os habitats rupícolas,** como empreendimentos hidroelétricos de grandes dimensões;
- Manutenção do conjunto de atividades agropecuárias tradicionais, como a criação de gado em extensivo;
- Assegurar a **recuperação natural dos maciços florestais autóctones;**
- **Promover práticas silvo-pastoris,** garantindo os adequados sistemas de vigilância e as campanhas de silvicultura preventiva;
- **Desenvolver esforços ao nível do ordenamento,** em especial, em áreas de maior sensibilidade ecológica;
- **Sensibilizar** e trabalhar em parceria com as **coletividades ligadas à cinegética;**
 - Havendo recomendações de gestão detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais, também presentes na RCM n.º 115-A/2008, de 21 julho.
- **ZPE do Douro Internacional e Vale do Águeda**
 - Classificada pelo DL n.º 384-B/99, de 23 de setembro corresponde a uma **faixa de terrenos que acompanha os Rios Douro e Águeda;**
 - Constituída por **vales escarpados** assentes em substratos graníticos;
 - Grande **variedade de formações vegetais associadas ao microclima** mediterrânico, nomeadamente matos de esteva e giesta;
 - Vegetação natural surge nas sebes e limites de propriedade;
 - **Condições favoráveis ao refúgio e à nidificação;**
 - **Presença de biótipos associados à atividade agro-silvo-pastoril,** importante para **diversas aves estepárias,** entre os quais o Alcaravão e o Sisão; para diversas **aves de rapina florestais,** e para os **passeriformes florestais** ou dependentes dos matos;

Figura 115: Sisão (*Tetrax tetrax*)



Fonte: www.biodiversity4all.org

- Considera como fatores de ameaça:
 - Alterações das **práticas agropecuárias** tradicionais;
 - Realização frequente de **queimadas**;
 - **Atividades náuticas** que decorrem nas albufeiras do Rio Douro durante o período de nidificação;
 - **Ausência de medidas de ordenamento** direcionadas para o controlo de atividades recreativas e turísticas;
 - **Atividade cinegética**;
 - **Abertura de acessos e extração de pedra**, que a médio prazo podem vir a influenciar negativamente os núcleos de avifauna rupícola mais importantes da área.
- Tem como orientações de gestão a/o (s):
 - **Conservação das aves rupícolas e das aves estepárias**;
 - **Manutenção do conjunto de atividades agropecuárias tradicionais**, nomeadamente a cerealicultura, e a criação de gado em regime extensivo;
 - Assegurar a recuperação natural dos maciços florestais autóctones;

- Desenvolver esforços ao nível do **ordenamento das atividades turísticas e recreativas**, nas áreas de maior sensibilidade ecológica;
 - Assegurar que a caça caminha para uma maior sustentabilidade ecológica, contribuindo para a **redução ao nível da perseguição aos predadores**;
 - Este conjunto de orientações deverá ser detalhado no POAP do PNDI – deve ser entendido como o IGT de excelência para atingir os objetivos de gestão da ZPE e que deverá ser enquadrado de forma competitiva no universo dos demais instrumentos e incentivos disponíveis.
- Havendo recomendações de gestão detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais, também presentes na RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

8.2.1.4. PGRH do Douro

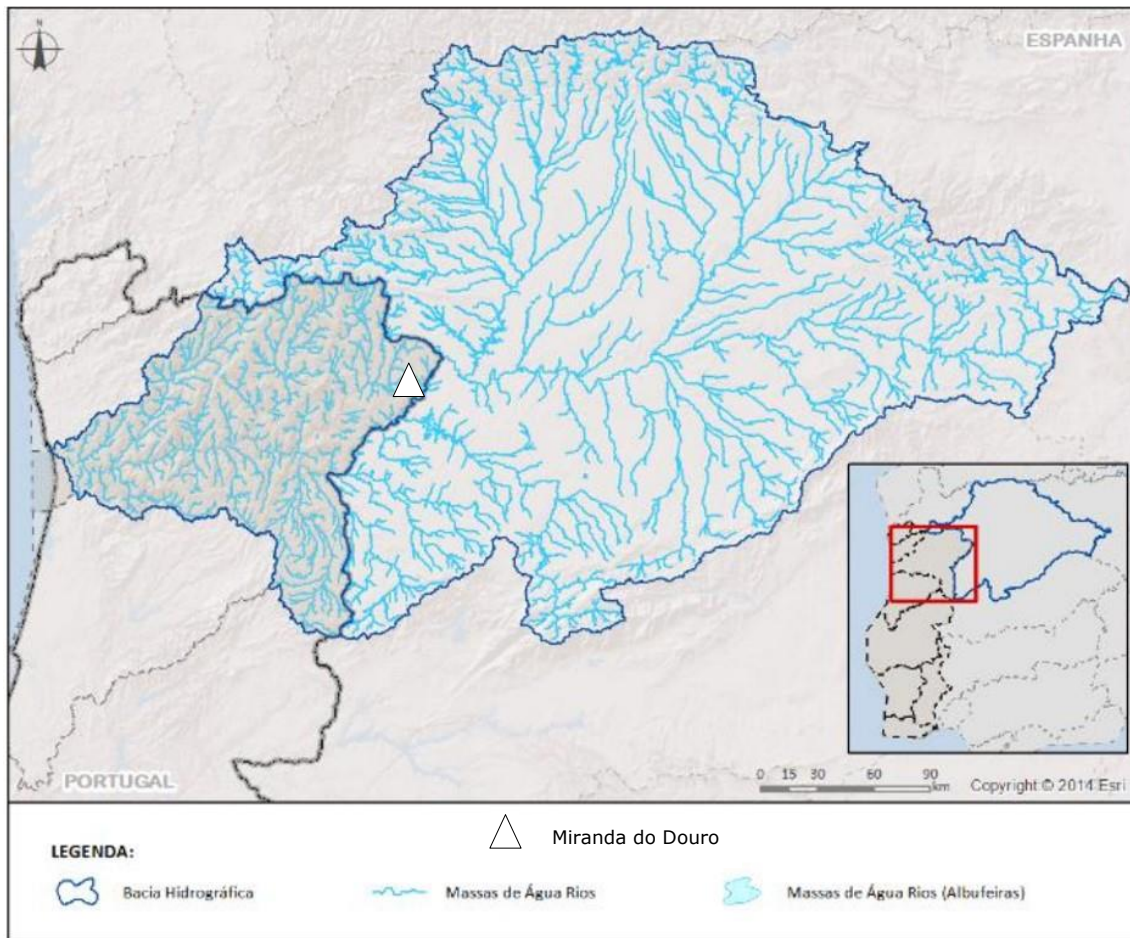
A Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, orienta-se pela Diretiva Quadro da Água correspondente à Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que foi alterada pelo DL n.º 130/2012 de 22 de junho, onde define objetivos ambientais que têm por base o bom estado das massas de água através da implementação de medidas especificadas nos PGRH.

Entre 2014 e 2015, com a revisão da Lei de Bases de 2014 e do RJIGT, verificou-se uma ampla reforma do quadro legal e institucional em matéria de ordenamento do território, sendo estabelecido que os Programas Setoriais (art. 39.º do RJIGT) são respeitantes aos diversos setores da administração central, nomeadamente no domínio dos recursos hídricos.

Este Plano já teve o período de discussão pública para a vigência do 3.º ciclo (2019-12-22 e 2020-09-15), estando para análise os contributos recebidos.

O PGRH do Douro em vigor através da RCM n.º 52/2016, de 20 de setembro sofreu a 1.ª Retificação pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

Figura 116: Delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Douro



Fonte: Extrato do Relatório de Caracterização e Diagnóstico do PGRH do Douro – RH6 (2.º ciclo, pág.22)

No presente estudo de Caracterização e Diagnóstico da 2.ª Revisão do PDMMD, importa ter em consideração os seguinte pontos-chave que interferem com o futuro do ordenamento do território concelhio:

- Resumo não técnico:
 - A barragem de Miranda tem múltiplos fins e conta com um volume útil de 6,4 hm³;
 - O rio Sabor (onde se incluem os rios Maçãs e Angueira e a ribeira de Meirinhos) apresenta-se como área de interesse em termos de diversidade aquática.
- Caracterização e diagnóstico:
 - Rio Sabor corresponde a uma massa de água afetada por descargas de poluentes acidentais (minas, unidades fitofarmacêuticas e bombas de gasolina).

8.2.1.5. POAP do PNDI

Os POAP são planos especiais que salvaguardam os interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial, estabelecendo medidas que promovam a proteção e valorização dos recursos hídricos, de modo a incentivar as boas práticas e a sustentabilidade ambiental.

O POAP do PNDI em vigor através da RCM n.º 120/2005, de 28 de julho, foi criado *com o objetivo de valorizar e conservar o património natural através da sua utilização sustentável, promover a qualidade de vida das populações e valorizar o património arquitetónico, histórico e cultural.*

Entre 2014 e 2015, com a revisão da Lei de Bases de 2014 e do RJIGT, verificou-se uma ampla reforma do quadro legal e institucional em matéria de ordenamento do território, sendo estabelecido que os Programas Especiais (art. 42.º do RJIGT) são respeitantes aos diversos setores de administração central, nomeadamente no **domínio das áreas protegidas**.

Neste sentido, mostra-se pertinente enunciar os objetivos definidos pelo Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11 de maio:

- *Valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies habitat e ecossistemas;*
- *Promover a qualidade de vida das populações, em harmonia com a conservação da natureza;*
- *Valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas atividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro;*
- *Ordenar e disciplinar as atividades recreativas na região, de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.*

Importa referir que o PNDI está sobreposto às Áreas Protegidas da Rede Natura – consultar subcapítulo 8.2.1.3. Rede Natura.

8.2.2. IGT municipais

8.2.2.1. PDMMD

O PDMMD, publicado em 1995 pela RCM n.º 104/95, de 13 de outubro, foi alvo de algumas alterações ao longo dos anos, designadamente:

- 1.º Revisão: Aviso n.º 11145/2015, de 1 de outubro;
- 1.º Alteração: Aviso n.º 15192/2018, de 22 de outubro;
- 2.ª Alteração por Adaptação: Declaração n.º 119/2021, de 18 de agosto.

O programa de execução e o regulamento do PDMMD são elementos fundamentais de apoio à gestão territorial e de implementação dos pressupostos definidos.

A avaliação do PDMMD, que se segue, organiza-se em quatro momentos: as **alterações legislativas**; o **programa de execução**; a **gestão territorial**; e os **objetivos dos PDMMD**.

- **Alterações legislativas**

O quadro legal a que a elaboração do PDMMD estava submissa é o constante na tabela seguinte.

Elementos	Atos legislativos
Jurídicos	DL n.º 380/99, de 22 de setembro
Legislativos	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto
	DL n.º 794/76, de 5 de novembro
	DL n.º 181/70, de 28 de abril
	DL n.º 152/82, de 3 de maio
Regulamentares	Decreto Regulamentar n.º 9,10 e 11/2009, de 29 de maio

Como referido no capítulo 1.3. verificou-se uma alteração profunda no contexto legislativo relacionado com os IGT, salientando-se os seguintes:

Elementos	Atos legislativos
Jurídicos	DL n.º 80/2015, de 14 de maio
Legislativos	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio
Regulamentares	Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto

O atual quadro legal tem como principais determinações e conteúdos:

- **Uma nova classificação do solo**, dividida em solo urbano e solo rústico (anteriormente solo urbano, com categorias operacionais de urbanizado e urbanizável, e solo rural);
- **Possibilidade de reclassificação do solo rústico em solo urbano** (sustentada na elaboração de planos de pormenor com efeitos registais);
- **Fundamentação da sustentabilidade económica e financeira** do programa de execução/integração no Plano de Atividades e Orçamento da CMMD (com a intenção de criar mecanismos de financiamento para a execução dos IGT tendo, como sugestão, a criação do fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística);
- **Reserva de solo** (com a definição de um período de concretização das propostas do Plano);
- **Regime económico e financeiro** (com a adoção do princípio da economia e eficiência, assegurando a utilização racional e eficiente dos recursos naturais e culturais, bem como a sustentabilidade ambiental e financeira das opções adotadas pelos programas e planos territoriais);
- **Avaliação permanente e dinâmica** (com a monitorização e a realização do REOT para a supervisão da execução dos IGT).

Complementarmente, o novo quadro regulamentar, entre outros aspetos, define:

- **Solo urbano**, como o solo que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado;
- **Solo rústico**, como o solo que, pela sua aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e valorização de recursos naturais, à exploração de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, e aquele que não seja classificado como urbano.

Assim sendo, o PDMMD de 2015 face a estas alterações legislativas não cumpre com estas novas orientações, em particular no que respeita às regras de classificação e qualificação do solo.

Exemplos disso são os extratos que se passam a reproduzir, quer do Regulamento, quer da legenda da Planta de Ordenamento.

Alterar no Regulamento

CAPÍTULO IV
Uso do solo

SECÇÃO I
Classificação e qualificação

Artigo 15.º
Classificação

O território do concelho de Miranda do Douro reparte-se, de acordo com a delimitação constante na Planta de Ordenamento, nas classes de solo urbano e solo rural.

Artigo 16.º
Qualificação do solo rural

Em função do uso dominante o solo rural integra as seguintes categorias, identificadas na Planta de Ordenamento:

- a) Espaços agrícolas;
- b) Espaços florestais:
 - i) Espaços florestais de conservação;
 - ii) Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal;
- c) Espaços naturais;
- d) Espaços de utilização recreativa e de lazer;
- e) Espaços afetos à exploração de recursos geológicos;
- f) Espaços afetos a atividades industriais.

Artigo 17.º
Qualificação do solo urbano

1 — Em função do uso dominante e das características morfo-tipológicas, o solo urbano integra as seguintes categorias funcionais identificadas na Planta de Ordenamento:

- a) Espaços residenciais;
- b) Espaços de equipamentos estruturantes;
- c) Espaços de atividades económicas;
- d) Espaços verdes.

2 — Em função do grau de urbanização do solo, do grau de consolidação morfo-tipológica e da programação de execução, o solo urbano integra as seguintes categorias operativas identificadas na Planta de Ordenamento:

- a) Solo urbanizado;
- b) Solo urbanizável.

Alínea b), do n.º 2, do art. 17º, é uma qualificação de solo que será alterada em sede de revisão do PDMMD.

Alterar na Planta de Ordenamento

SOLO URBANO:

SOLO URBANIZADO:

- ESPAÇOS RESIDENCIAIS
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

SOLO URBANIZÁVEL:

- ESPAÇOS RESIDENCIAIS
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

Qualificação de solo deverá ser revista para os novos critérios.

Além destes elementos fundamentais do PDMMD, também ao nível da Planta de Condicionantes existe um novo contexto para as duas restrições de utilidade pública com maior expressão territorial, designadamente, a RAN e a REN.

Relativamente à **RAN**:

- Existe um novo cenário legislativo assente no DL n.º 199/2015, de 16 de setembro;
- Este DL altera o RJ desta restrição de utilidade pública, onde se estabelece, nomeadamente, que as áreas RAN não integram (...) as terras ou solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal (art. 10.º, n.º 1);
- Tal enquadramento obriga a que, em sede de elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal (art. 11.º, n.º 1) a RAN seja redelimitada.

Relativamente à **REN**:

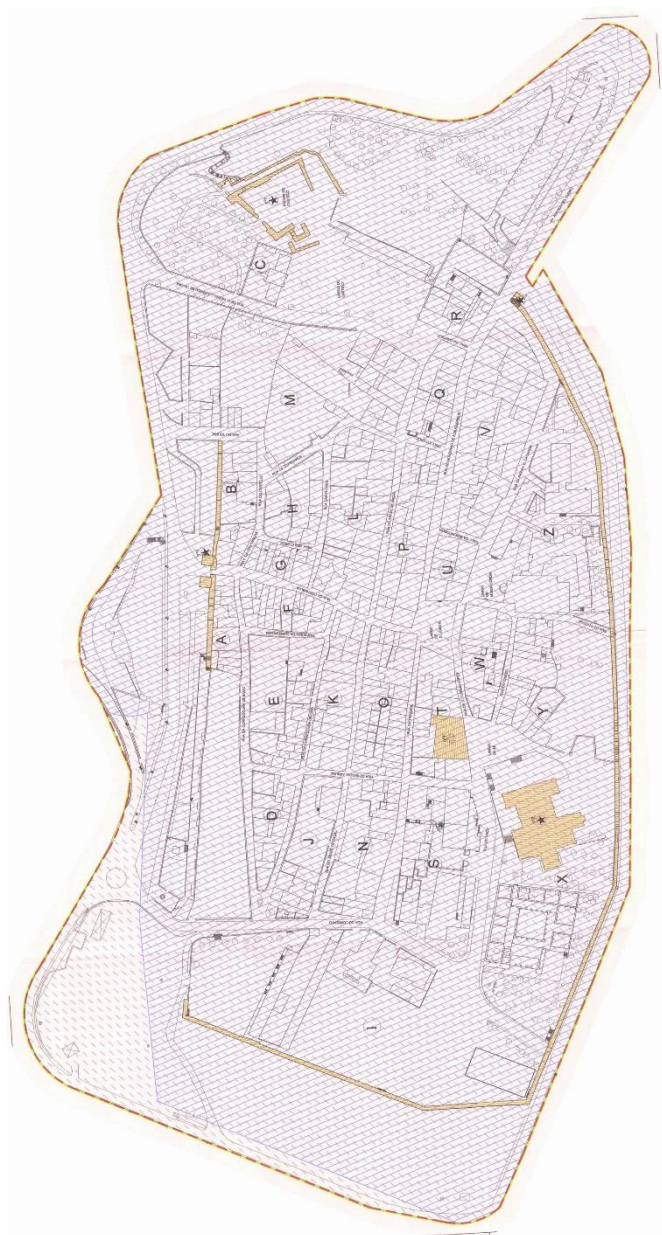
- Existe um novo cenário legislativo assente no DL n.º 124/2019, de 28 de agosto;
- Este DL altera o RJ da REN, onde se decreta que serão desenvolvidas novas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (art. 8.º, n.º 5) para a sua delimitação e que alterou/adaptou também a designação e metodologia de delimitação das áreas a integrar na REN;
- A sua delimitação deve conforma-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco após a entrada em vigor da portaria referida no art. 8.º, n.º 5 do DL n.º 124/2019, de 28 de agosto.

Assim sendo, mostra-se pertinente uma revisão ao nível das servidões supramencionadas em sede de revisão do PDMMD, tal como é afirmado na última redação dos decretos-lei supramencionados correspondentes à RAN e REN.

8.2.2.2. PP de Salvaguarda do Centro Histórico de Miranda do Douro












O PP de Salvaguarda do Centro Histórico de Miranda do Douro foi publicado pelo Aviso n.º 21589-E/2007, de 5 de novembro, sofrendo uma retificação pela Declaração n.º 191/2010, de 29 de setembro. Este plano visa estabelecer um conjunto de regras e orientações para o uso, ocupação e transformação do solo e para todas as intervenções na estrutura edificada na área de intervenção, delimitada na planta de condicionantes – consultar figura seguinte.

Figura 117: Planta de Implantação do PP de Salvaguarda do Centro Histórico de Miranda do Douro



Continua na página seguinte.

LEGENDA:

-  Zona Especial de Protecção (ZEP, 2ª Serie, n.º 185 de 09.08.1957)
-  Zona Non Aedificandi
-  Limite da Zona Non Aedificandi
-  Limite da zona mista nos termos do Decreto-Lei n.º 292/2000 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 259/2002
-  Imóveis Classificados
 -  n.º1 Castelo
 -  n.º2 Igreja de Miranda do Douro (Antiga Sé)
-  Imóvel em Vias de Classificação
 -  n.º1 Por despacho de 22 de Fevereiro de 2002
-  Quarteirão
-  - Área de Intervenção do Plano

DGOTDU

DEPÓSITO Nº 21.04.06/100/2008/81/01

EM 17/04/2008

(D L Nº 380/99), 22 Set.; D L 316/2007, 19 Set.

Fonte: Aviso n.º 4519/2014, de 2 de abril

Julga-se pertinente coordenar a viabilidade do futuro do IGT durante a elaboração da presente revisão do PDMMD.

9. FENÓMENOS E ÁREAS DE PERIGO/RISCO

No presente capítulo serão inventariados os fenómenos que conferem risco natural e tecnológico, caracterizando-se em conformidade com o disposto pela Proteção Civil, sendo o caso da/o (s) seguintes:

- Acidentes industriais graves e transporte de matérias perigosas;
- Incêndios;
- Secas e ondas de calor;
- Sismos;
- Tempestades;
- Zonas inundáveis.

A análise destes fenómenos terá como objetivo, nas fases subsequentes da revisão do PDMMD, de modo a acautelar determinadas ocupações do solo na influência das áreas de risco de formas a minimizar os riscos para pessoas e bens, sendo que alguns dos fenómenos supramencionados têm tradução territorial enquanto servidões administrativas ou restrições de utilidade pública.

9.1. Acidentes industriais graves e transporte de matérias perigosas

De acordo com a APA, Miranda do Douro não tem nenhum estabelecimento abrangido pela Diretiva Seveso III – DL n.º 150/2015, de 5 de agosto (acidentes graves envolvendo substâncias perigosas).

Segundo a alínea c) do art. 2.º, do DL n.º 41-A/2010, de 29 de abril, entende-se matérias perigosas como quaisquer matérias, objetos, soluções ou misturas de matérias cujo transporte é proibido ou objeto de imposição de certas condições. Simultaneamente, no Manual de Intervenção em Emergências com Matérias Perigosas Químicas, Biológicas e Radiológicas da Autoridade Nacional da Proteção Civil, esta atividade económica ou tipologia de transporte é caracterizada pormenorizadamente.

No que respeita Miranda do Douro, e segundo a base de dados estatística do INE, verifica-se que a informação recolhida relativamente a atividades empresariais suscetíveis de gerar risco/acidentes perigosos é residual – recomenda-se a consulta da tabela seguinte.

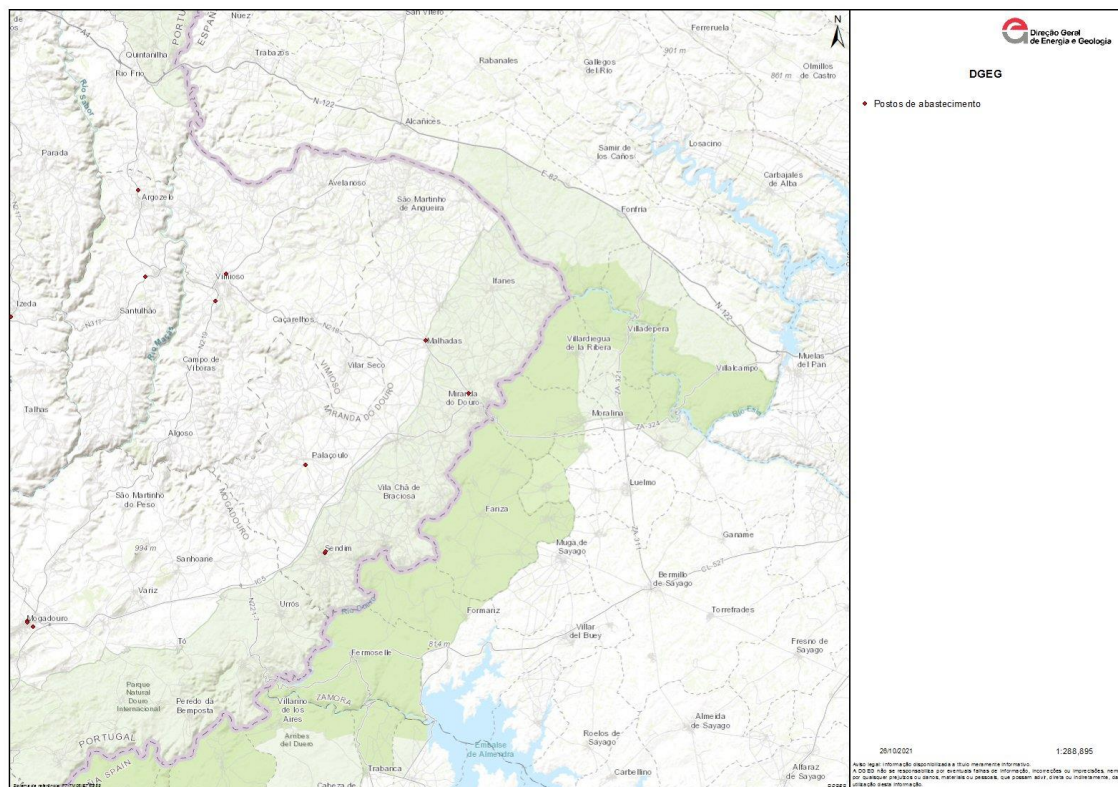
Tabela 48: N.º de empresas relacionadas com o setor das matérias perigosas em 2019

CAE das empresas relacionadas com o setor das matérias perigosas de transporte	TTM	Miranda do Douro	Peso de Miranda do Douro nas TTM
Indústrias extrativas	17	1	6%
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0	0	0%
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	6	0	0%
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	1	0	0%
Fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas	34	0	0%
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	274	10	4%
Total	332	11	3%
Total (s/ transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos)	58	1	2%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Segundo a DGEG, os pontos recetores desse tipo de matérias consistem nos postos de abastecimento de combustíveis fósseis, como se pode observar na figura seguinte.

Figura 118: Postos de abastecimento



Fonte: DGEG

Miranda do Douro tem quatro postos de abastecimento, localizados de forma dispersa, como se pode observar através da análise da figura anterior, retirada da base de dados da DGEG.

Enquadramento Legal

- Segundo o DL n.º 150/2015, de 5 de agosto, transpondo para ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2012/18/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 – estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente.

Fenómenos ocorridos

Não existem registos de ocorrências no concelho.

9.2. Incêndios

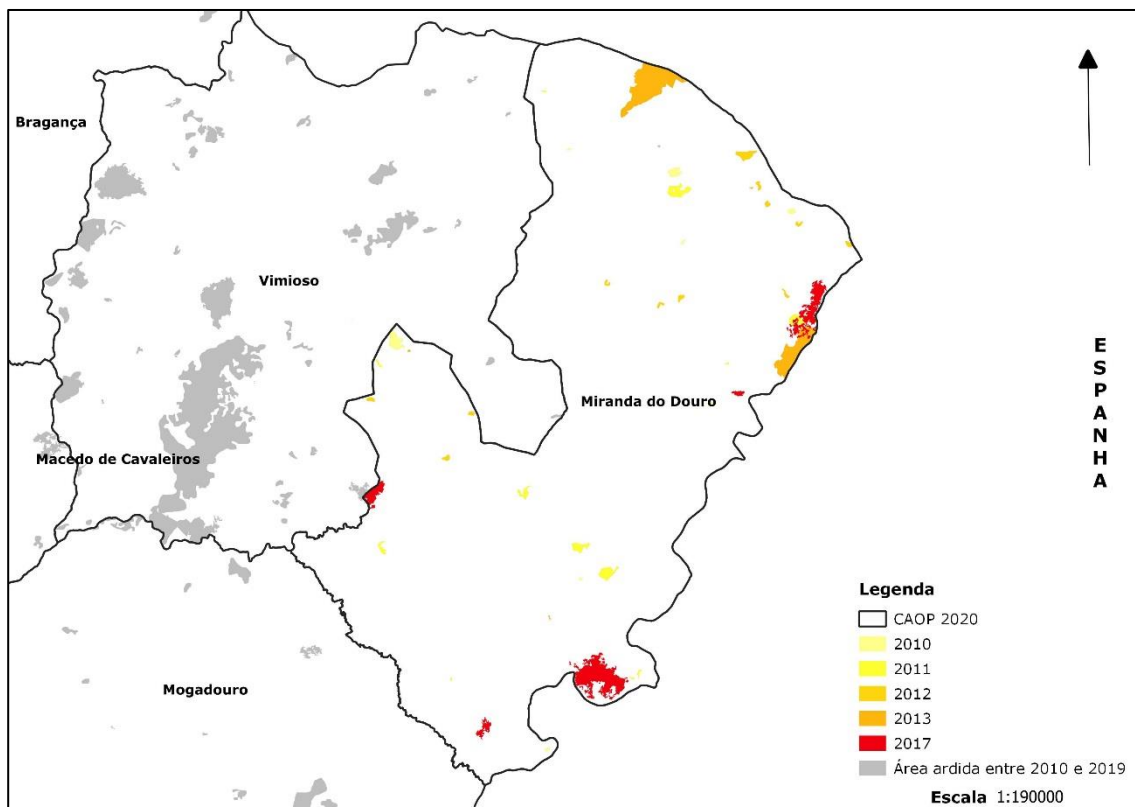
9.2.1. Rurais

Miranda do Douro existe um potencial risco acrescido, atendendo:

- Às especificidades da mancha florestal e de matos existente, associado a um período de alterações climáticas em todo o Sul da Europa;
- Acrescido de comportamentos sociais que não favorecem a minimização do efeito deste fenómeno;
- As alterações climáticas que favorecem a frequência e intensidade desses fenómenos.

Com base nos dados disponibilizados pelo ICNF, observa-se que nos últimos dez anos foram registadas 47 ocorrências no concelho, que correspondem a um total de 1 491 há de área ardida.

Figura 119: Área ardida entre 2010 e 2019



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF

No que respeita o n.º de ocorrências registadas, importa referir que existem algumas reincidências verificadas na freguesia de Miranda do Douro e na UF de Ifanes e Paradela no ano de 2017.

Como complemento à informação disponível pelo ICNF, importa fazer o retrato com a informação disponível no INE.

Tabela 49: Indicadores relacionados com incêndios rurais

<i>N.º de incêndios rurais</i>			
Ano	TTM	Miranda do Douro	Peso de Miranda do Douro nas TTM
2011	808	56	7%
2012	852	58	7%
2013	390	22	6%
2014	285	10	4%
2015	479	23	5%
2016	304	20	7%
2017	657	33	5%
2018	403	42	10%
2019	266	5	2%
2020	225	9	4%

<i>Superfície ardida em ha</i>			
Ano	TTM	Miranda do Douro	Peso de Miranda do Douro nas TTM
2011	6453	211	3%
2012	11 513	123	1%
2013	22 778	523	2%
2014	1 353	3	0%
2015	3 582	13	0%
2016	920	11	1%
2017	8 489	823	10%
2018	1 830	31	2%
2019	1 616	2	0%
2020	3 596	49	1%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nas tabelas anteriores, pode-se concluir que o n.º de incêndios rurais, em Miranda do Douro, apresenta-se variável, ao longo dos anos em análise, sendo verificado que em 2011 um total de 56 incêndios e em 2020 um total de 9 ocorrências.

No que respeita a superfície ardida, observam-se grandes oscilações no horizonte temporal em análise, como se pode verificar através da leitura da tabela anterior. Contudo, pode-se aferir que o concelho regista uma tendência de diminuição em termos de superfície ardida, sendo que no ano de 2020, observa-se um total de 49 ha de superfície ardida, que representa um peso total de 1% na sub-região.

Assim sendo, mostra-se pertinente alertar para os riscos humanos e naturais, e para o contexto das alterações climáticas verificado no panorama nacional. Importa reforçar que o período de análise é curto e os resultados

sistematizados poderão sofrer alterações e seguir outras ordens de grandeza de dimensão do fenómeno.

Enquadramento legal

- DL n.º 327/90, 22 de outubro, alterado pela Lei n.º 54/91, de 8 de agosto, pelo DL n.º 34/99, de 5 de fevereiro e republicado pelo DL n.º 55/2007, de 12 de março – regula a ocupação do solo nos povoamentos florestais percorridos por incêndios;
- DL n.º 96/2013, de 19 de julho, alterado pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto, e pelo DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro – Aprova o RJ a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.

Fenómenos ocorridos

As ocorrências registadas estão analisadas ao longo deste subcapítulo.

9.2.2. Urbanos

No que respeita os incêndios de índole urbana, é importante considerar o facto de existirem importantes aglomerados populacionais e um processo de urbanização disperso, ao longo do município.

O DL n.º 220/2008, de 12 de novembro, entretanto alterado pelo DL n.º 224/2015, de 9 de novembro, e pela Lei n.º 123/2020, de 18 de outubro, consagra o RJ da segurança contra incêndio em edifícios. Quanto à sua vulnerabilidade ao risco, importa citar o art. 3.º:

1 – Estão sujeitos ao regime de segurança contra incêndio:

a) Os edifícios, ou suas frações autónomas, qualquer que seja a utilização e respetiva envolvente;

b) Os edifícios de apoio a instalações de armazenamento de produtos de petróleo e a instalações de postos de abastecimento de combustíveis, tais como estabelecimentos de restauração, comerciais e oficinas, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 302/2001, de 23 de novembro;

c) Os recintos permanentes;

d) Os recintos provisórios ou itinerantes, de acordo com as condições de SCIE previstas no anexo II ao regulamento técnico referido no artigo 15.º;

e) Os edifícios de apoio a instalações de armazenagem e tratamento industrial de petróleo brutos, seus derivados e resíduos, reguladas pelo Decreto n.º 36270, de 9 de maio, de 1947;

f) Os edifícios de apoio a instalações de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) reguladas pelos Decretos-Leis n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, e 140/2006, de 26 de julho;

g) Os edifícios de apoio a instalações afetas à indústria de pirotecnia e à indústria extrativa;

h) Os edifícios de apoio a instalações dos estabelecimentos que transformem ou armazenem substâncias e produtos explosivos ou radioativos.

2 — Excetuam -se do disposto no número anterior:

a) Os estabelecimentos prisionais e os espaços classificados de acesso restrito das instalações de forças armadas ou de segurança;

b) Os paíóis de munições ou de explosivos e as carreiras de tiro.

3 — Estão apenas sujeitas ao regime de segurança em matéria de acessibilidade dos meios de socorro e de disponibilidade de água para combate a incêndio, aplicando-se nos demais aspetos os respetivos regimes específicos, as instalações que não disponham de legislação específica ou que dispondo de legislação específica a mesma não contemple as referidas matérias.

4 — Nos edifícios de habitação, excetuam -se do disposto no n.º 1, os espaços interiores de cada habitação, onde se aplicam as condições de segurança das instalações técnicas e demais exceções previstas no regulamento técnico.

5 — Quando o cumprimento das normas de segurança contra incêndio nos imóveis classificados ou em vias de classificação se revele lesivo dos mesmos ou sejam de concretização manifestamente desproporcionada, são adotadas as medidas de autoproteção adequadas, após parecer da ANPC.

6 — Às entidades responsáveis pelos edifícios e recintos referidos no n.º 2 incumbe promover a adoção das medidas de segurança mais adequadas a cada caso, ouvida a ANPC, sempre que entendido conveniente.

Desta forma, e atendendo ao contexto florestal que o município apresenta, existe uma série de edifícios cuja salvaguarda deve ser tida em conta, tais como os integrados na Área de Reabilitação Urbana (ARU), as escolas, os

equipamentos de índole social, de saúde e desportivos, as superfícies comerciais, áreas urbanizadas que fazem fronteira com a mancha florestal e, por fim, hidrantes exteriores (marcos de incêndio ou bocas de incêndio) nos diferentes aglomerados urbanos.

Dar conta que o DL n.º 220/2008, de 12 de novembro, remete para o DL n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, e o DL n.º 140/2006, de 26 de julho, e ambos os atos legislativos foram revogados pelo DL n.º 62/2020, de 28 de agosto, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo RJ e procede à transposição da Diretiva 2019/692.

Enquadramento legal

- DL n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo DL n.º 224/2015, de 9 de novembro, e pela Lei n.º 123/2020, de 18 de outubro – RJ da segurança contra incêndio em edifícios.

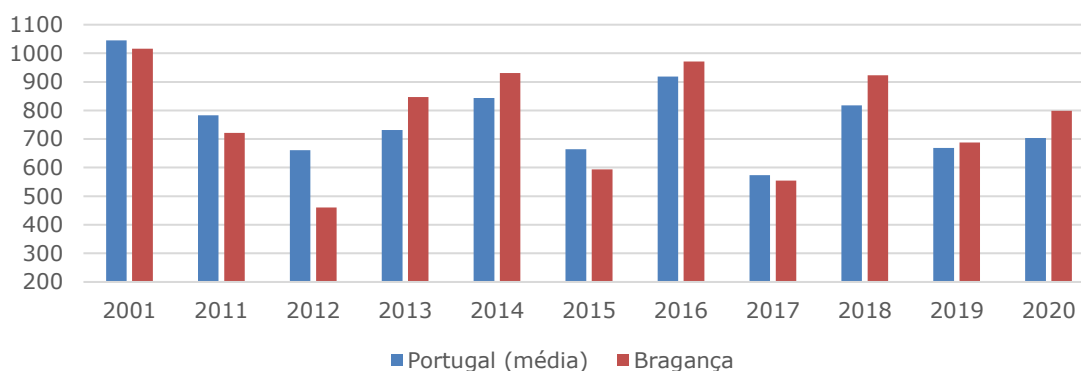
Fenómenos ocorridos

Sem informação disponível.

9.3. Secas e ondas de calor

Em termos climáticos, Miranda do Douro localiza-se na continentalidade do interior da Península Ibérica. Desta forma, a estação de referência do concelho é Bragança, sendo feita a contextualização a nível nacional (através da média das estações) para a análise do presente subcapítulo.

Figura 120: Precipitação total na estação meteorológica de referência (em mm)

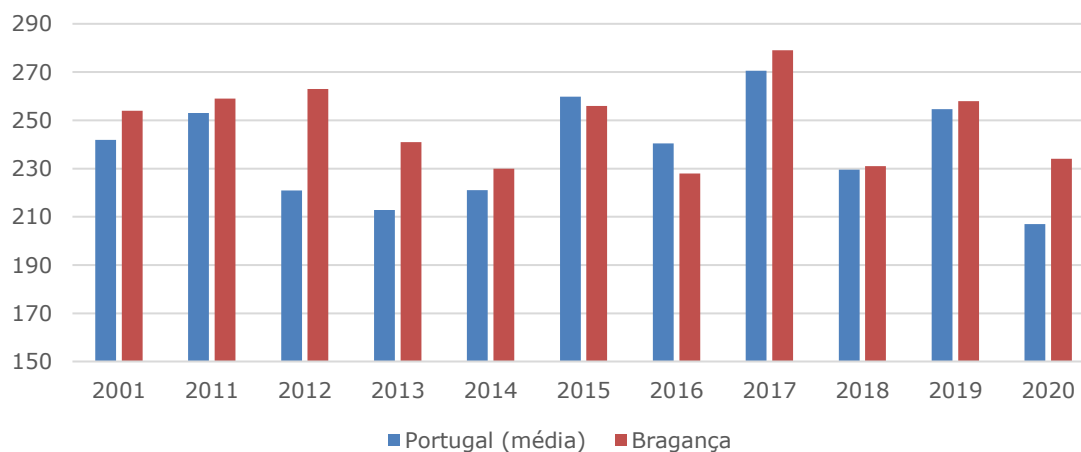


Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

Após a análise da figura, observa-se uma tendência irregular dos valores correspondentes à precipitação total, destacando-se o ano de 2012 onde a média total corresponde a 460 mm – valor mais baixo no período em análise.

Neste sentido, mostra-se pertinente a análise do n.º de dias sem chuva na estação de Bragança, como se pode observar através da consulta da figura seguinte.

Figura 121: N.º de dias sem chuva na estação meteorológica de referência



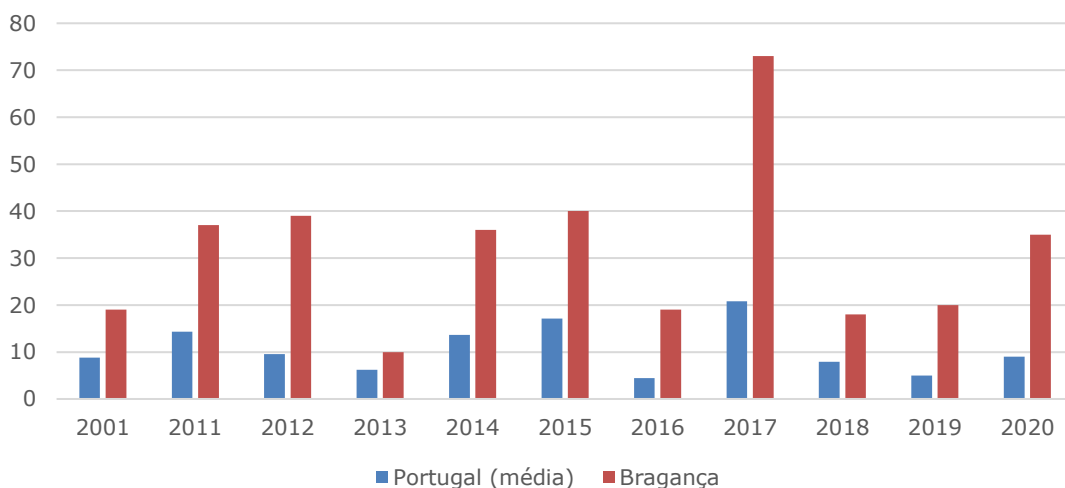
Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

No horizonte temporal de referência regista-se, em média, um total de 237 dias sem chuva – o que faz 66% dos dias do ano, em Portugal.

No que respeita a estação meteorológica de referência, verifica-se que no horizonte temporal em estudo, o n.º de dias sem chuva corresponde, em média, a 248 dias – o que faz 68% dos dias do ano e, por isso, mais seco que o resto do País.

Assim sendo, importa destacar o n.º de dias com ondas de calor, representado na figura seguinte.

Figura 122: N.º de dias com ondas de calor na estação meteorológica de referência

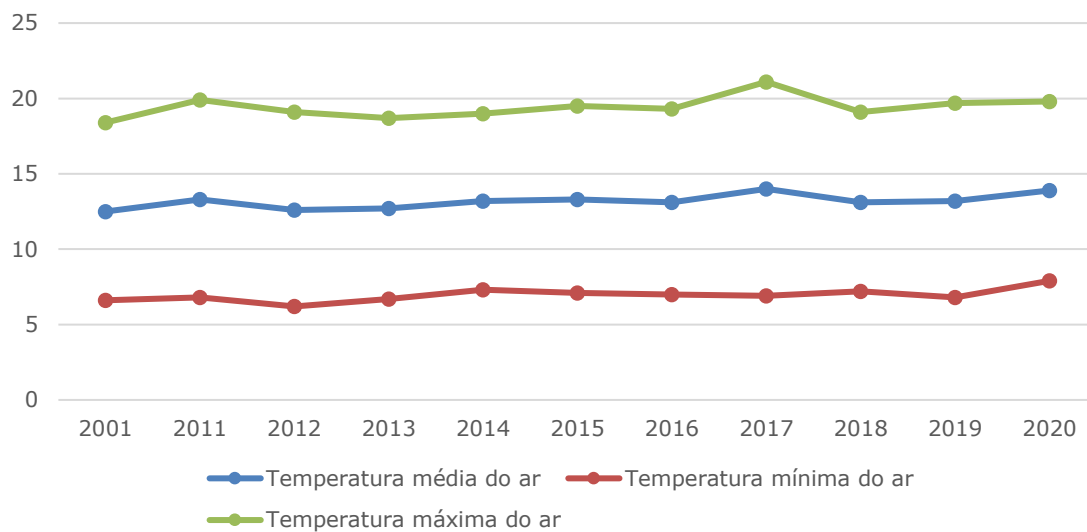


Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

Salienta-se que o n.º médio de dias com ondas de calor na estação de Bragança corresponde a um total médio de 32 dias. Este valor é superior comparativamente com a média de dias com ondas de calor registadas no total da média das estações meteorológicas de Portugal (11 dias).

Importa fazer referência ao ano de 2017 que apresenta o valor mais elevado, no período em análise, apresentando um total de 73 dias com ondas de calor na estação de referência do concelho.

Assim sendo, importa ter em consideração os valores da temperatura média do ar, da temperatura mínima do ar e da temperatura máxima do ar, na estação de Bragança, para perceber o efeito destes fenómenos extremos na dinâmica da temperatura.

Figura 123: Temperatura média do ar na estação meteorológica de referência


Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

No ano de 2001, a temperatura máxima do ar corresponde a 18,4°C e em 2020 observa-se um aumento da temperatura para os 19,8°C. É de salientar que entre 2011/2015 a temperatura máxima era mais baixa em média (19,2°C) do que a de 2016/2020 (19,8°C).

No que respeita a temperatura mínima, verifica-se em 2001 o valor total de 6,6°C, e em 2020, um total de 7,9°C. Numa análise ao longo do período em análise verifica-se uma tendência crescente do aumento da temperatura mínima.

Quanto à temperatura média do ar assume a mesma tendência de aumento, verificando-se que, entre 2011/2015, a temperatura era mais baixa em média (12,4°C) do que a de 2016/2020 (13,5°C).

Na generalidade confirma-se o aumento da temperatura ao longo do período em análise, tendo este fenómeno especial no conforto bioclimático do território e na aridez do solo, conduzindo, inevitavelmente, ao processo de desertificação.

Enquadramento legal

Não se aplica.

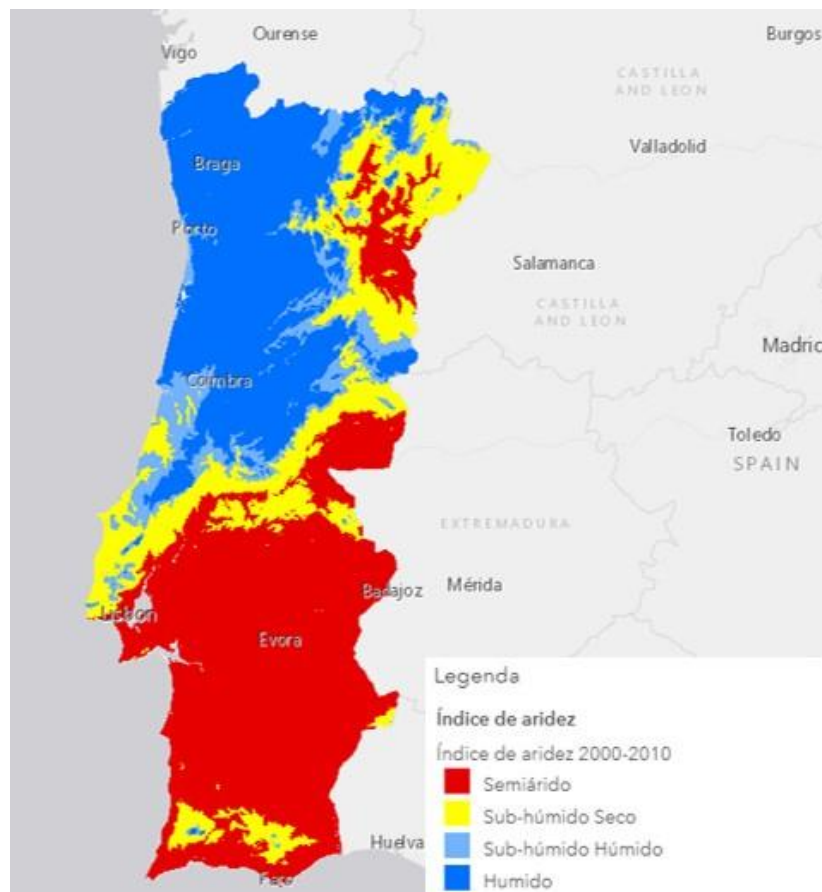
Fenómenos ocorridos

As ocorrências descritas neste subcapítulo são as constantes na análise efetuada do fenómeno e podem ter como consequências:

- Aumento do risco de incêndio e ocorrência de incêndios;
- Danos para a saúde humana;
- Alterações do estilo de vida;
- Danos para a vegetação e alterações na biodiversidade;
- Danos para as cadeias de produção e alterações nos usos de equipamentos;
- Danos para a vegetação e alterações na biodiversidade;
- Danos para as cadeias de produção e alterações nos usos de equipamentos;
- Alterações nos estilos de vida.

Neste seguimento, importa referir que o território concelhio se encontra suscetível à desertificação, como se pode constatar através da análise da figura seguinte, que representa o índice de aridez (relação entre a precipitação e a evapotranspiração potencial), entre 2000 e 2010.

Figura 124: Índice de aridez



Fonte: ICNF

Face a este contexto, importa salientar com base no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, em vigor pela RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro, que a *visão* estratégica do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação assenta na *criação de uma parceria nacional para prevenir e reverter a desertificação/degradação das terras e para mitigar os efeitos da seca nas áreas afetadas no território nacional, parceria que deverá também ser estendida às regiões e países com quem temos relações privilegiadas e condições comuns, a fim de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental.*

Assim sendo, os objetivos estratégicos deste programa passam por:

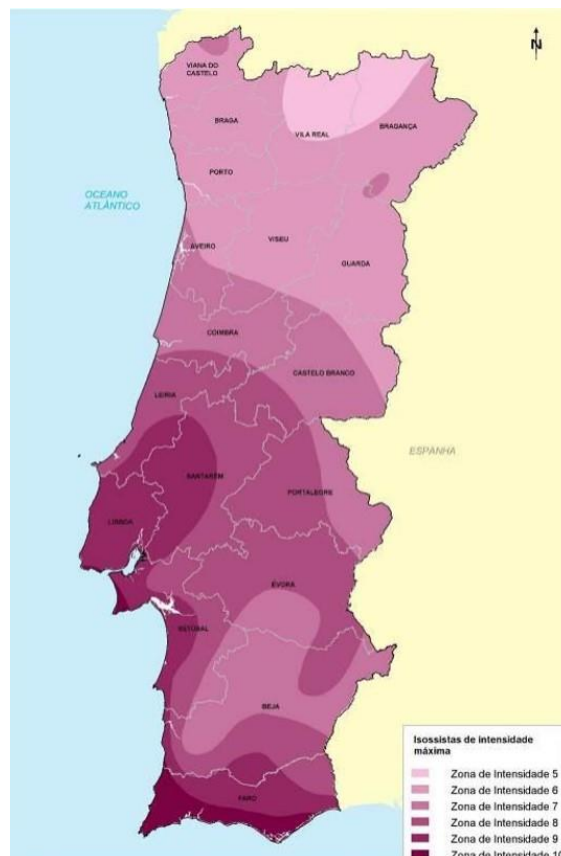
- *Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;*
- *Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas;*
- *Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis;*
- *Promover e mobilizar recursos para aplicar a Convenção das Nações Unidas de combate à desertificação nos países afetados por seca grave e o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação.*

9.4. Sismos

De acordo com a informação disponibilizada no IPMA, verifica-se que os fenómenos se localizam no decorrer da fronteira entre as placas euro-asiática e africana (sismicidade inter-placa) e no interior da placa euro-asiática (sismicidade intra-placa).

Os sismos em Portugal são pouco frequentes, contudo, aqueles que se registam afetam especialmente as regiões central e meridional, como se pode observar através da consulta da figura seguinte, que representa a carta de isossistas de intensidades máximas do País.

Figura 125: Carta de isossistas de intensidades máximas

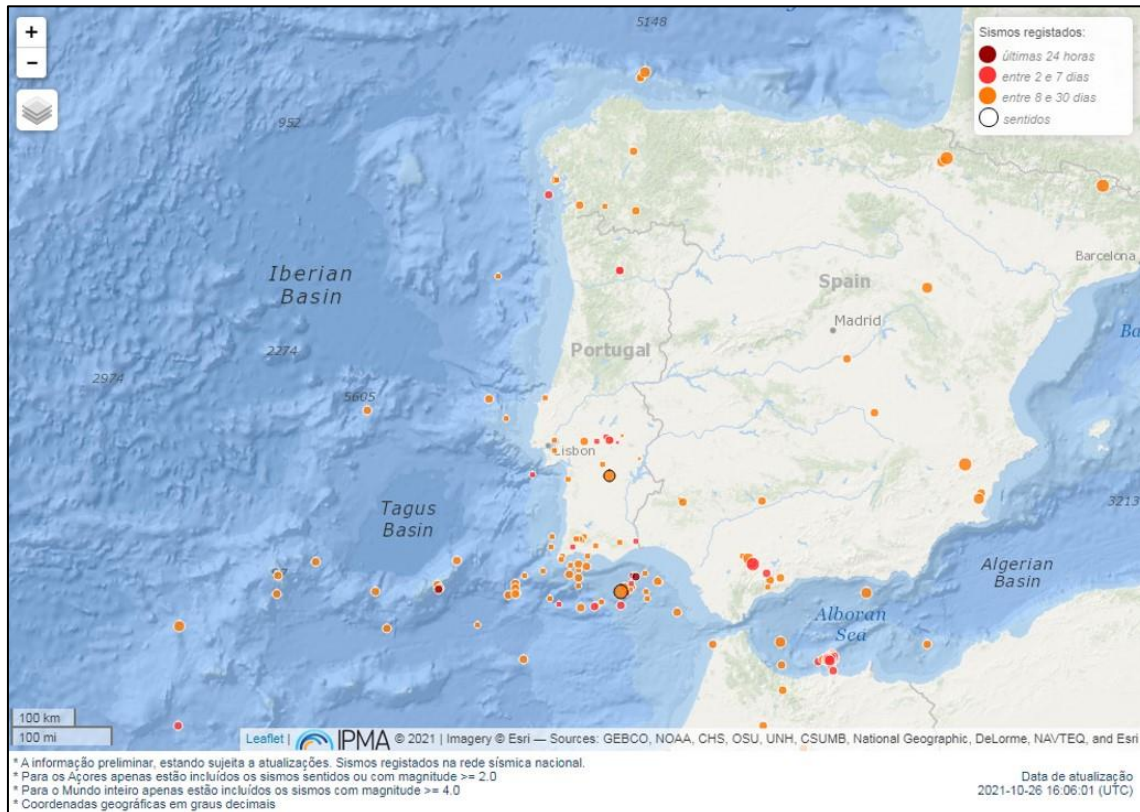


Fonte: Documento de Avaliação Nacional de Risco (pág. 19)

Com base na figura apresentada anteriormente, pode-se aferir que Miranda do Douro está inserida na Zona de Intensidade 6, não se verificando uma grande exposição à atividade sísmica.

Neste sentido, mostra-se pertinente a consulta da figura seguinte que representa a atividade sísmica no mês de outubro de 2021, onde através da sua leitura se pode verificar o impacto nulo da atividade sísmica no concelho.

Figura 126: Atividade sísmica em outubro de 2021



Fonte: IPMA

Os dados registados na figura foram retirados do site do IPMA no dia 26 de outubro de 2021, uma vez que a atualização destes valores é realizada diariamente.

Enquadramento legal

Não se aplica.

Fenómenos ocorridos

Não se registam ocorrências relevantes da atividade sísmica no concelho.

9.5. Tempestades

As tempestades estão incluídas no grupo de acontecimentos com potencial elevado de estragos e de condicionamentos dos estilos de vida da população, na natureza e nos bens.

Neste seguimento, importa referir que este evento climático tem algumas implicações a nível concelhio, associado a danos físicos no edificado; cadeias de produção e infraestruturas. Assim sendo, mostra-se pertinente elencar alguns impactos negativos resultantes de precipitação intensa – consultar a tabela seguinte.

Tabela 50: Principais impactos resultantes de precipitação intensa

Impacto	Miranda do Douro
- Prejuízos para as cadeias de produção	- Destruição de hortas e plantações agrícolas; - Estragos em culturas hortícolas e frutícolas;
- Prejuízos materiais	- Estragos em automóveis, mobiliário urbano e edifícios agrícolas;
- Cortes de estradas	- EN218 (Vimioso, Miranda do Douro)

Fonte: Fase II do Relatório da TTM

Enquadramento legal

Não se aplica.

Fenómenos ocorridos

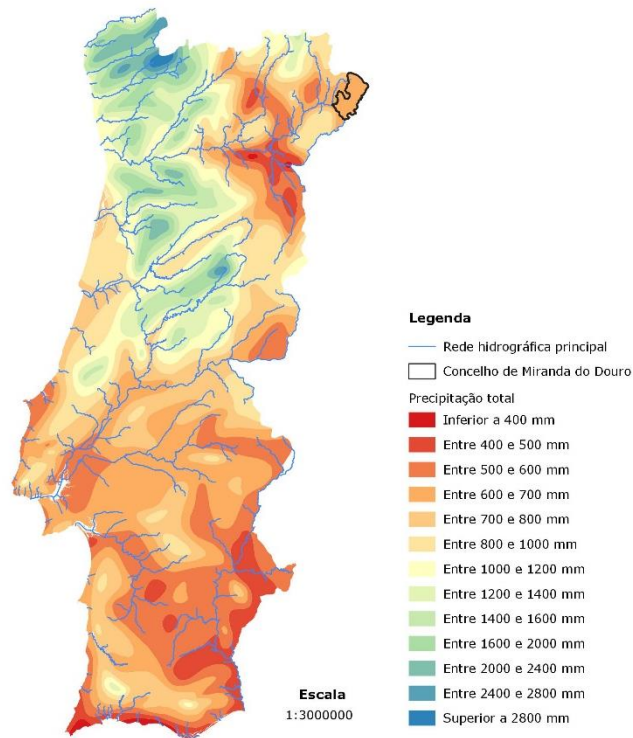
Este fenómeno pode apresentar as seguintes consequências:

- Danos em edifícios e infraestruturas;
- Danos para as cadeias de produção e alterações nos usos de equipamentos;
- Alterações nos estilos de vida.

9.6. Zonas inundáveis

Miranda do Douro apresenta um regime de pluviosidade seco no contexto da Região Norte, assemelhando-se a um regime climático mediterrânico.

Figura 127: Precipitação total

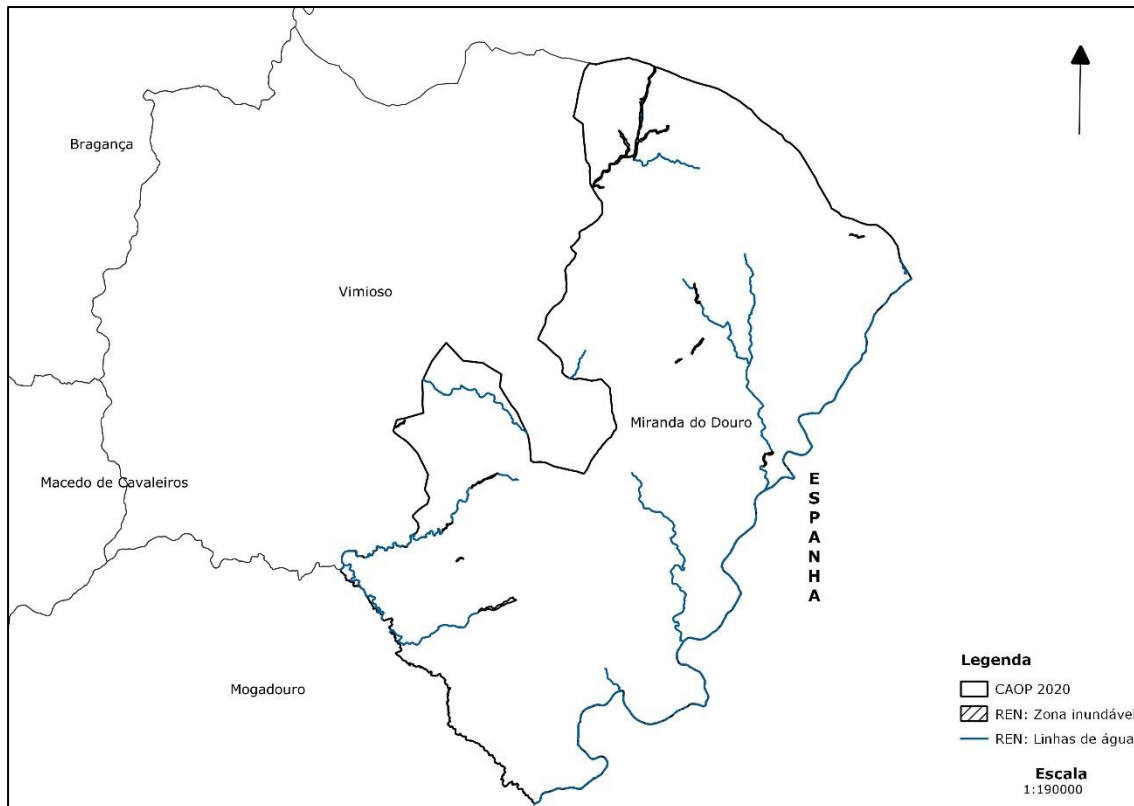


Fonte: APA

Com base na leitura da figura anterior, importa referir que os níveis de precipitação total variam entre os 600 e os 700 mm, estando condicionados pelo posicionamento bioclimático continental.

Neste contexto e tendo por base uma orografia assente em vales encaixados, que proporcionam um maior escoamento, e por consequência a perceção de perigo causado pelas inundações, não se verifica a existência de manchas alargadas de zonas ameaçadas por cheias.

Figura 128: Sistema hídrico principal concelhio, segundo a REN



Na sua totalidade e atualmente na REN, estas situações ocupam uma área total de 138 hectares, não afetando territórios com densidade populacional.

Enquadramento legal

- DL n.º 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias, bem como restrições ao uso do solo em tais zonas, a incorporar nos planos municipais de ordenamento do território;
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Aprova a lei da água. Estabelece que as cotas os pisos inferiores das edificações sejam superiores à cota local da máxima cheia conhecida.
- DL n.º 115/2010, de 22 de outubro – Aprova o quadro para avaliação e gestão dos riscos de inundação com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais.

Diagnóstico

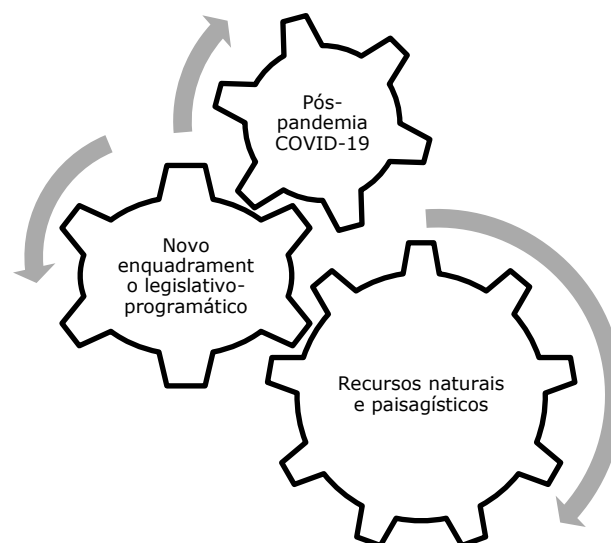
O diagnóstico é apresentado pelos domínios desenvolvidos no atual relatório, distinguindo a visão situacional da visão prospetiva.

▪ **Enquadramento**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Novo cenário legislativo-programático preocupa-se com as questões ambientais, sociais, infraestruturais e económico-financeiras;		Pontos fracos
	- Políticas setoriais em desenvolvimento nos diversos domínios do território;		
	- Enquadramento natural e paisagístico;		
	- Aumento do número de dias com qualidade de ar classificados com "Muito Bom".		
		- Envelhecimento da população;	
		- Profunda alteração do enquadramento legislativo que está em vigor;	
		- Efeitos das alterações climáticas.	

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Envelhecimento populacional;		Oportunidades
	- Dinâmica da construção não contemplar as necessidades de integração paisagística e de qualificação ambiental;		
	- Crescimento descontrolado do setor agroindustrial;		
	- Aumento da perigosidade de incêndios;		
	- Não aproveitamento dos fundos comunitários para a salvaguarda ambiental do território;		
	- Ausência de uma estratégia de ambiente e de conservação patrimonial que beneficie o concelho em termos económicos, para compensar o investimento realizado até agora;		
	- Alterações climáticas;		
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos, sociais e políticos.		
		- Novo enquadramento jurídico do ordenamento do território;	
		- Fundos comunitários para a promoção da sustentabilidade do território;	
		- Descentralização/ Regionalização;	
		- Revisão dos IGT.	

Preocupações-chave

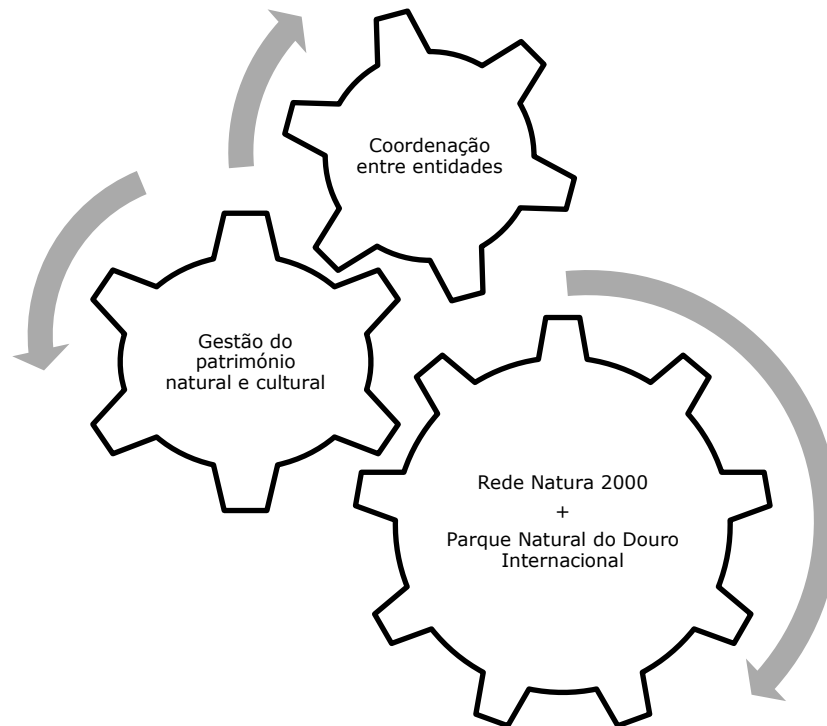


▪ **Património Natural e Cultural**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Variedade e importância de valores naturais (flora, fauna, geológicos e habitats);		Pontos fracos
	- Cenário paisagístico associado ao Parque Natural do Douro Internacional;		
	- Instrumentos territoriais que salvaguardam o património natural e cultural;		
	- Diversidade e preservação do património cultural.		
- Perda demográfica condiciona o legado da língua mirandesa.			

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Mapeamento de valores naturais a uma escala que se mostra abrangente, comprometendo a sua gestão e especificidades;		Oportunidades
	- Ausência de uma estratégia de reabilitação do património arquitetónico e arqueológico;		
	- Alterações Climáticas;		
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos, sociais e políticos.		
- Integração no Parque Natural do Douro Internacional e sua governança institucional;			
Património natural inserido na Rede Natura 2000;			
- Fundos comunitários para a promoção da biodiversidade e a reabilitação do património;			
- Revisão dos IGT.			

Preocupações-chave

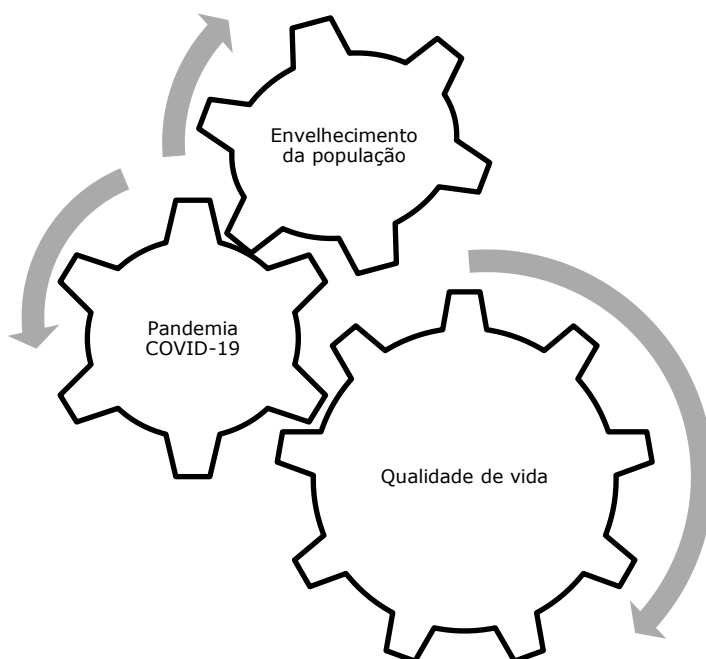


▪ **Demografia**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Contexto de baixas densidades;	Pontos fracos	- Envelhecimento da população;
	- Recuperação do saldo migratório;		- Diminuição do número de famílias;
	- Contexto de envelhecimento na fronteira portuguesa, nomeadamente ao nível das sub-regiões, não é tão intensa do que o verificado na fronteira espanhola.		- Saldo fisiológico negativo;
			- Aumento do índice de envelhecimento e do índice de dependência total;
			- Aumento do número de famílias monoparentais;
			- Contexto transfronteiriço espanhol idêntico à conjuntura demográfica portuguesa.

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Envelhecimento demográfico;	Oportunidades	- Políticas de incentivo à natalidade e apoio ao envelhecimento populacional;
	- Ausência de uma política proactiva de integração social que não acompanha a dimensão das dinâmicas demográficas;		- Incentivos ao Emprego e medidas de atração e fixação da população jovem, com capacidade de inovação e de desenvolvimento da base económica local;
	- Desenvolvimento dos municípios envolventes apresentando melhores condições de vida para a população;		- Pandemia da COVID-19 e as alterações demográficas que daí podem advir.
	- Carência de políticas de apoio demográfico que assegurem a integração social;		
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos e sociais.		

Preocupações-chave

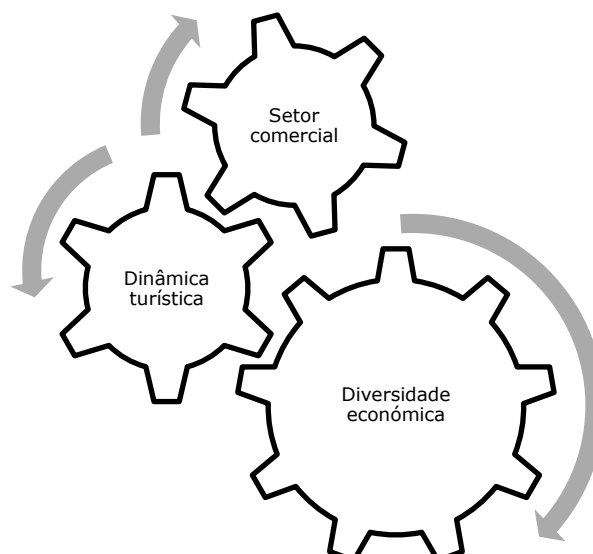


▪ **Economia**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Diminuição da taxa de abandono escolar;	Pontos fracos	- Diminuição do número de alunos matriculados;
	- Diminuição da taxa de analfabetismo;		- Diminuição da população ativa;
	- Melhoria dos níveis de escolaridade da população;		- Aumento do número de desempregados inscritos no centro de emprego no período pós-COVID'19;
	- Setor terciário emprega o maior número de pessoas;		- Diminuição do número de empresas;
	- Aumento do ganho médio mensal;		- Diminuição da produção declarada de vinho;
	- Diminuição da população que usufrui de pensões;		- Setor comercial em regressão;
	- Balança comercial do concelho positiva;		- Diminuição da dinâmica turística do concelho;
	- Aumento das exportações;		- Diminuição do pessoal ao serviço da indústria alimentar.
	- Aumento da SAU e das explorações agrícolas e explorações agrícolas com máquina.		
	- Estabilização do n.º de empresas na indústria alimentar;		
- Produção de azeitona em crescimento;			
- Produção declarada de vinho assume uma tendência crescente.			

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos e sociais.	Oportunidades	- Proximidade a Espanha;
			- Reforço das atividades económicas através da obtenção de fundos comunitários;
			- "Boom" do turismo;
			- Políticas de Marketing Territorial;
			- Descentralização/ Regionalização;
			- Condições climáticas.
		- Pandemia da COVID'19 e as alterações económicas que daí possam advir.	

Preocupações-chave

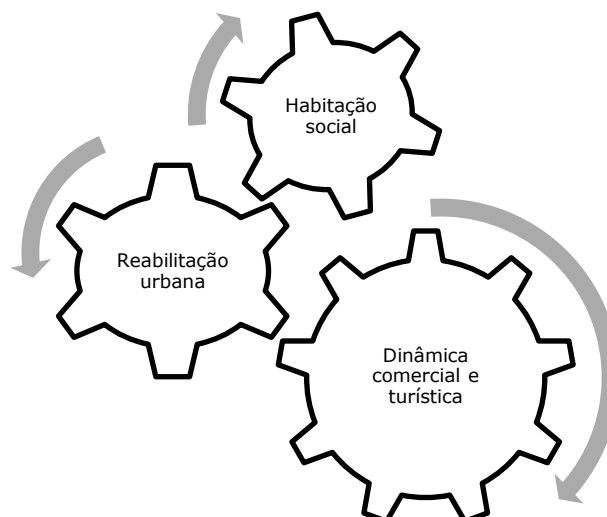


▪ **Parque Edificado e Habitacional**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Aumento do número de edifícios;	Pontos fracos	- Aumento da idade média do edificado;
	- Diminuição da proporção de edifícios muito degradados;		- Diminuição dos edifícios construídos nos últimos 10 anos;
	- Aumento do número de alojamentos;		- Aumento da % de alojamentos vagos;
	- Diminuição do número de fogos com rendas em dívida;		- Aumento do % de alojamentos de uso sazonal;
	- Tipologias familiares dominam a dinâmica de edifícios concluídos e licenciados;		- Domínio da tipologia de Novas Construções e consequente regressão das dinâmicas de reabilitação urbana;
	- Aumento do número de edifícios de habitação social.		- Regressão da dinâmica de conclusão e licenciamento do edificado.
			- Diminuição do valor médio transacionado por prédio urbano.

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Desperdício dos fundos comunitários destinados à reabilitação urbana;	Oportunidades	Fundos comunitários que beneficiam a reabilitação urbana;
	- Carência de critérios de eficiência energética e de adaptação às alterações climáticas;		- Adoção das linhas estratégicas definidas na Nova Geração de Políticas de Habitação;
	- Municípios envolventes apresentarem melhores condições para atração de população;		- Valorização do setor comercial e do turismo;
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos e sociais.		- Desenvolvimento de políticas fiscais que beneficiem as famílias, a colmatação urbana e a melhoria funcional do território;
			- Revisão dos IGT.

Preocupações-chave

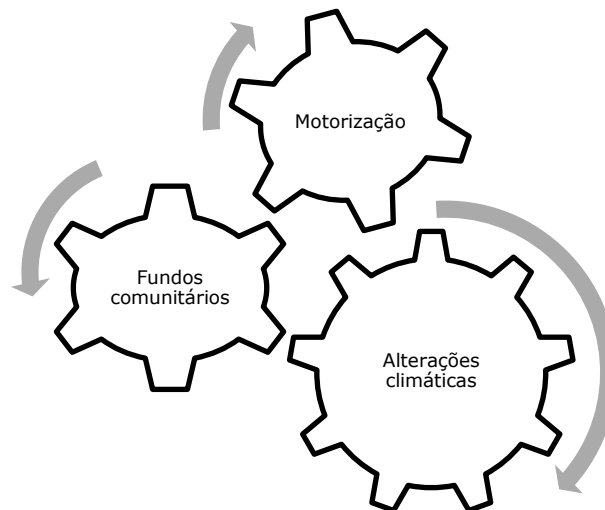


▪ **Infraestruturas**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Todos os alojamentos têm abastecimento e saneamento;	Pontos fracos	- Aumento da taxa de motorização;
	- Aproveitamentos hidroelétricos de Miranda do Douro com grande impacto na produção elétrica nacional;		- Automóvel predomina como modo de transporte mais utilizado;
	- Significativa preocupação ambiental refletida nos resultados positivos e crescentes na recolha de resíduos;		- Aumento da motorização dos movimentos pendulares;
	- Consolidação da infraestrutura rodoviária;		- Aumento da duração média dos movimentos pendulares;
	- Aproveitamento da antiga infraestrutura ferroviária para os modos de mobilidade suave;		- Aumento da população que trabalha ou estuda noutro município.
	- Proximidade a Espanha e à rede de alta velocidade ferroviária.		- Ausência de um serviço regular para o território espanhol, em especial, para Zamora.

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Ausência de governança institucional entre os agentes responsáveis pelas diferentes infraestruturas;	Oportunidades	- Adoção de medidas destinadas à economia circular;
	- Alterações climáticas;		- Investimento nas infraestruturas, via fundos comunitários;
	- Intensificação da motorização da mobilidade;		- Consciencialização da população para as preocupações climáticas;
	- Não aproveitamento dos fundos comunitários para investir na descarbonização e desmotorização da mobilidade.		- Incentivo à mobilidade suave para os movimentos pendulares;
			- Alta velocidade espanhola

Preocupações-chave

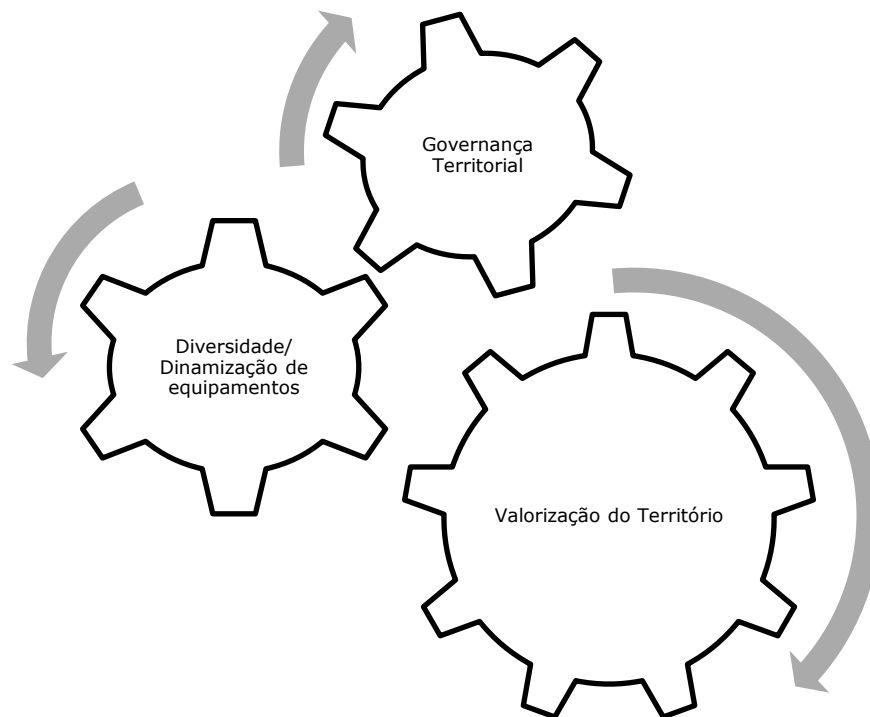


▪ **Equipamentos**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Boa governança institucional na resposta social;	Pontos fracos	- Concentração dos equipamentos culturais na freguesia de Miranda do Douro.
	- Diversidade da oferta de equipamentos desportivos e de índole social;		- Efetivos de saúde por residente reduzido comparado com outros contextos geográficos (país, região e sub-região).
	- Existência de instrumentos de carácter social que procuram minimizar os problemas existentes.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Ausência de uma política de equipamentos em rede;	Oportunidades	- Reforço de parcerias entre agentes privados e públicos na dinamização e oferta de equipamentos;
	- Ausência de governança territorial.		- Processo de delegação de competências na gestão de equipamentos, infraestruturas e serviços;
			- Equipamentos e serviços itinerantes (elétricos preferencialmente) e intermitentes.
	- Existência de fundos comunitários para a valorização do território;		
	- Descentralização/ Regionalização;		
	- Revisão dos IGT.		

Preocupações-chave

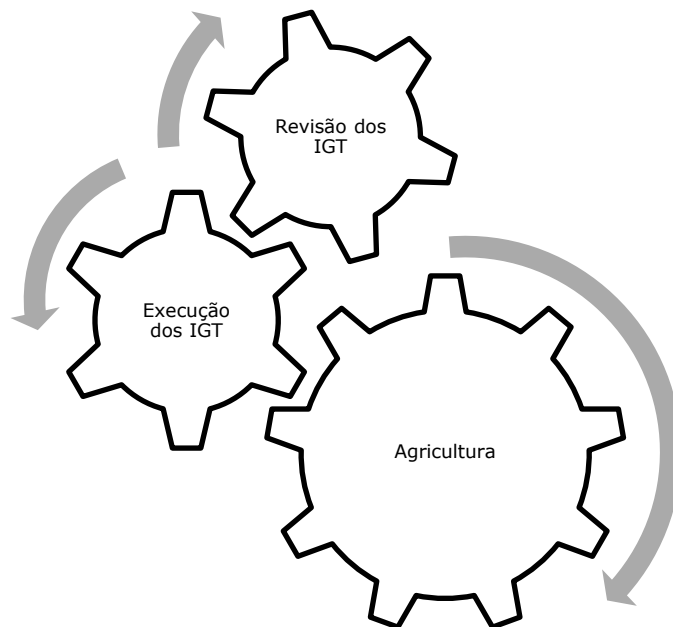


▪ **Ocupação do solo**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Estabilização do território artificializado	Pontos fracos	- Aumento da área florestal e de matos face à diminuição dos territórios agricultados.
	- Área florestal e de matos com função ecológica de extrema relevância;		
	- Novo cenário legislativo-programático preocupa-se com as questões ambientais, sociais, infraestruturais e económico-financeiras;		
	Planos, políticas e programas territoriais em revisão e articulação programática.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Eucaliptização da floresta;	Oportunidades	- Oportunidade de revisão dos IGT, mediante o novo cenário legislativo-programático, ao nível do ordenamento do território;
	- Alterações climáticas;		- Existência de fundos comunitários e minimização dos efeitos das alterações climáticas;
	- Políticas de prevenção pode não constar nos PPPT em desenvolvimento.		Soluções inventariadas no âmbito dos PPPT que intersetam os municípios; - Revisão dos IGT.

Preocupações-chave

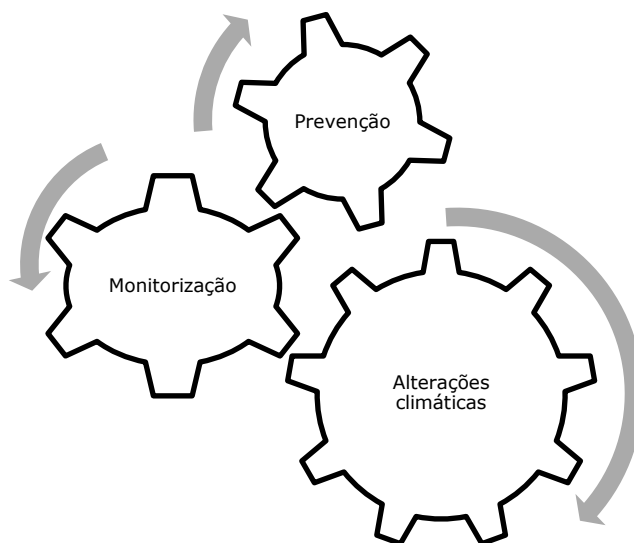


▪ **Fenómenos e Áreas de Perigo/Risco**

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Não se encontram registadas unidades industriais suscetíveis de gerar um acidente grave com matérias perigosas;	Pontos fracos	- Valores de precipitação instáveis;
	- Contexto orográfico favorável há fluidez de escoamento da rede hídrica;		- Instabilidade do número de dias com ondas de calor e número de dias sem chuva;
	- O concelho não está exposto a grandes intensidades sísmicas.		- Suscetibilidade à desertificação.

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Alterações climáticas e fenómenos extremos;	Oportunidades	- Existência de fundos comunitários para a minimização dos efeitos das alterações climáticas;
	- Dependência dos municípios vizinhos para a minimização de riscos naturais;		- Revisão dos PPPT.
	- Provável política de prevenção;		
	- Riscos naturais: Sismos; Radiológicos (radão); Movimentos de massa; cheias e inundações; secas; ondas de calor e vagas de frio;		
	- Riscos mistos: Incêndios Florestais; Degradação dos solos e desertificação;		
	- Riscos tecnológicos: Incêndios urbanos industriais e colapso de estruturas (barragens, diques., pontes e viadutos).		

Preocupações-chave



Miranda do Douro, janeiro de 2022